

ARQUITETURA RESIDENCIAL EM GOIÂNIA

décadas de 1930 a 1970

Coordenação:

Eline Maria Mora Pereira Caixeta

Dafne Marques de Mendonça

IPHAN



ARQUITETURA RESIDENCIAL EM GOIÂNIA

décadas de 1930 a 1970

Presidente da República do Brasil
Jair Messias Bolsonaro

Ministro do Turismo
Gilson Machado Neto

Secretário de Cultura
Mario Frias

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Larissa Peixoto

Diretoria do Iphan
Arlindo Pires Lopes
Arthur Lázaro Laudano Bregunci
Leonardo Barreto de Oliveira
Tassos Lycurgo

Superintendência do Iphan em Goiás
Allyson Ribeiro e Silva Cabral

Departamento de Cooperação e Fomento
Tassos Lycurgo

Divisão de Editoração e Publicações
Buna da Silva Ferreira

Ministro da Educação
Milton Ribeiro

Universidade Federal de Goiás – UFG
Reitor
Edward Madureira Brasil

Vice-Reitora
Sandramara Matias Chaves

Pró-Reitora de Graduação
Jaqueline Araujo Civard

Pró-Reitor de Pós-Graduação
Laerte Guimarães Ferreira Júnior

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação
Jesiel Freitas Carvalho

Pró-Reitora de Extensão e Cultura
Lucilene Maria de Sousa

Pró-Reitor de Administração e Finanças
Robson Maia Geraldine

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas Pró-Pessoas
Everton Wirbitzki da Silveira

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis
Maísa Miralva da Silva

Faculdade de Artes Visuais – FAV
Diretor da Faculdade de Artes Visuais
Bráulio Vinicius Ferreira

Vice-Diretora da Faculdade de Artes Visuais
Eliane Maria Chaud

Coordenação Administrativa
Márcia Veiga Bretones Garibaldi



ARQUITETURA RESIDENCIAL EM GOIÂNIA

décadas de 1930 a 1970

Coordenação:

Eline Maria Mora Pereira Caixeta

Dafne Marques de Mendonça

Goiânia, Iphan, 2021

Ficha Técnica

Acompanhamento do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) 001/15
Dafne Marques de Mendonça – Iphan Goiás
Eline Maria Mora Pereira Caixeta - UFG

Coordenação geral

Dafne Marques de Mendonça
Eline Maria Mora Pereira Caixeta

Coordenação gráfica
Danielle Radis Alves
Eline Maria Mora Pereira Caixeta
José Artur D'Aló Frota
Renata Lima Barros

Redação e seleção de imagens
Dafne Marques de Mendonça
Eline Maria Mora Pereira Caixeta
Lívia Maria Pereira da Silva Moreira
Márcia Guerrante Tavares
Simone Borges Camargo de Oliveira

Revisão de texto
Sueli Dunck

Direção de arte
Edvaldo de Goiás Pereira Pontes

Projeto gráfico, tratamento de imagens e diagramação
Cátia Ana Baldoino da Silva
Edvaldo de Goiás Pereira Pontes

Capa
Cátia Ana Baldoino da Silva

Revisão de diagramação
David Arantes
Ronaldo Nogueira

Arte-finalização
David Arantes
Rafael Benjamin

Produção Gráfica
Ronaldo Nogueira

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
www.gov.br/Iphan
publicações@Iphan.gov.br
Iphan-go@Iphan.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772

Arquitetura residencial em Goiânia : décadas de 1930 a 1970 / Eline Maria Mora Pereira Caixeta, Dafne Marques de Mendonça (Coord.) – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). – Goiânia : Iphan, 2021.

285 p. : il.

Modo de acesso: www.iphan.gov.br
ISBN: 978-65-86514-51-3

1. Arquitetura. 2. Inventário residencial. 3. Goiânia. I. Caixeta, Eline Maria Mora Pereira. II. Mendonça, Dafne Marques de.

CDD 728.98173

Elaborado por: Denise Coimbra de Abreu CRB-1/3286

Execução da pesquisa e inventário

Este livro é produto da pesquisa realizada para o inventário de residências de caráter histórico da cidade de Goiânia e a leitura de sua paisagem urbana, mediante o Acordo de Cooperação Técnica entre Iphan/GO e FAV/UFG e a disponibilização de recurso decorrente de Termo de Ajustamento de Conduta pela 15a Promotoria de Justiça de Goiânia do MPGO. As opiniões apresentadas nos textos desta publicação são de responsabilidade de seus autores.

APOIO

15ª Promotoria de Justiça de Goiânia do Ministério Público do Estado de Goiás - MPGO

Fundação de Apoio à Pesquisa - FUNAPE

COORDENAÇÃO FAV/UFG

Eline Maria Mora Pereira Caixeta - FAV/UFG

COORDENAÇÃO IPHAN/GO

Dafne Marques de Mendonça - Iphan/GO

COORDENAÇÃO DE TRABALHOS GRÁFICOS

José Artur D'Aló Frota
Lívia Maria Pereira da Silva Moreira

EQUIPE DE PESQUISADORES PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Laboratório de Arquitetura e Urbanismo da FAV-UFG

ARQUITETOS

Danielle Radis Alves
Elana da Silva Romualdo
Guilherme de Andrade Bento
Julia Macedo Monteiro
Lívia Maria Pereira da Silva Moreira
Marcia Guerrante Tavares
Marília Pereira Santos
Mayra de Paula Nascimento Almeida
Renata Lima Barros
Rosangela Furtado MacDowell
Simone Borges Camargo de Oliveira

GEÓGRAFOS

Bruno Magnum Pereira
Juheina Lacerda R. Viana
Wilson Mendonça Lopes

ACADÊMICOS

Aline Izabella de O. Lopes
Amanda Karolyne Sousa
Ana Carla Paiva
Eduarda Vinhadelli
Gabrielle Ribeiro Costa
Guilherme Ferreira
Laís Oliveira
Maryan Shahin Acosta Nascimento
Roberto Cociello Neto

ESTAGIÁRIAS IPHAN-GO

Apoio no acompanhamento, organização de arquivos, levantamentos de campo e no preenchimento de fichas de inventário.

Débora Carneiro Ávila - Estágio: 11/03/2019 a 31/01/2020
Juliana Paula Pereira da Silva - Estágio: 25/09/2017 a 21/12/2018
Marília Pereira Santos - Estágio: 08/04/2016 a 30/09/2016

DADOS DO PROCESSO

Acordo de Cooperação Técnica ACT 001-15, firmado entre Iphan/GO e FAV/UFG, processo SEI! 01516.001011/2015-54.

Outubro de 2015 a Junho de 2019

Sumário

APRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS

APRESENTAÇÃO IPHAN_____ 12
APRESENTAÇÃO IPHAN-GO_____ 14
APRESENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS_____17
APRESENTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS_____19

INTRODUÇÃO

SOBRE O LIVRO_____ 24
A ESCALA DOMÉSTICA COMO PATRIMÔNIO_____27
Eline Maria Mora Pereira Caixeta

INVENTÁRIO DE ARQUITETURA RESIDENCIAL EM GOIÂNIA _____34
Dafne Marques de Mendonça

PRIMEIRA PARTE: BENS INVENTARIADOS

NÚCLEO INICIAL DE GOIÂNIA: AS CASAS NA CIDADE_____45
Setor Central
Setor Sul

INVENTÁRIO DE BENS DE INTERESSE _____71
Metodologia e Processos

CASAS-TIPO_____91
Centro, Rua 56, Quadra 104, Lote 39
Centro, Rua 72, Quadra 112, Lote 11
Centro, Rua 72, Quadra 112, Lote 23

CASAS ECLÉTICAS_____100
Eclético-sintéticas
Centro, Rua 28, Quadra 55, Lote 3
Centro, Rua Dona Gercina Borges Teixeira, Quadra F-17, Lote 15

Eclético-Tipológicas Missões
Centro, Rua 5, Quadra 25, Lote 36
Centro, Rua 5, Quadra 72, Lote 11

Eclético-Tipológicas Normandas e Neocoloniais
Centro, Rua 29, Quadra 183, Lote 28

CASAS MODERNAS _____121
Modernas-*Déco*
Centro, Rua Dona Gercina Borges Teixeira, Quadra 47, Lotes 1, 3 e 12
Centro, Rua 10, Quadra 45, Lote 43 – Casa 1

Modernistas
Setor Sul, Rua 82, Quadra F-17, Lotes 49 e 51
Setor Sul, Rua 84, Quadra F-15, Lotes 3, 5 e 7
Setor Sul, Rua 94-B, Quadra F18, Lote 3
Centro, Rua 23, Número 664, Quadra 27, Lote 70
Setor Sul, Rua 103-A, Quadra F-10, Lote 4

Modernistas de Transição
Centro, Rua 23, Quadra 27, Lote 78
Centro, Rua 55, Quadra 101, Lote 2/115
Setor Sul, Rua Dr. Olinto Manso Pereira, Quadra F-13, Lote 26
Setor Sul, Rua 105, Quadra F-25
Setor Aeroporto, Rua 1-A, Quadra 35-A, Lote 6

Brutalistas
Setor Oeste, Rua 10, Quadra E-7, Lote 52

UM OLHAR MAIS ATENTO
SOBRE AS CASAS INVENTARIADAS_____193
Linguagens Arquitetônicas
Estado de Preservação, Conservação e Expressividade dos Bens

SEGUNDA PARTE:
PAISAGEM E AMBIÊNCIA URBANA

AS CASAS NA PAISAGEM_____204

DOIS BAIRROS, DUAS LEITURAS_____207
Metodologia e Processos de Leitura da Paisagem do Setor Central
Metodologia e Processos de Leitura da Paisagem do Setor Sul

SETOR CENTRAL_____223
Paisagem Narrada
Ambiências e a Formação dos Conjuntos

SETOR SUL_____245
Paisagem Narrada
Ambiência e a Importância do Traçado e das Áreas Verdes

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONTRIBUIÇÕES, LIMITES E DESAFIOS_____263

REFERÊNCIAS _____265

APÊNDICES_____273

ANEXOS _____279

AGRADECIMENTOS _____283

CRÉDITOS DAS IMAGENS_____285


GOIANIA
NOVA CAPITAL DO ESTADO DE GOIA



Detalhe de Residência na Rua 29, Setor Central.
Foto: José Arthur D´aló, 2017.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

Apresentação Iphan

As parcerias com organizações públicas e privadas são de grande importância e geram resultados extremamente positivos para a sociedade. Os acordos de cooperação técnica são formas de colaboração entre instituições que possuem objetivos equivalentes ou recíprocos e são sempre bem-vindos no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). E foi assim que originou a publicação Arquitetura Residencial em Goiânia: décadas de 1930 a 1970.

Por meio de uma ação conjunta para a identificação e reconhecimento do patrimônio arquitetônico da cidade de Goiânia (GO), duas grandes instituições, a Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Ministério Público do estado de Goiás (MPGO) se dispuseram a colaborar com o Iphan, por meio da Superintendência

em Goiás, na produção de um inventário que retratasse as residências unifamiliares construídas na capital entre as décadas de 1930 a 1970, presentes nos primeiros setores da cidade. Além do apoio, foi formada uma equipe para levantar os exemplares das casas e, a partir disso, traçar um panorama geral sobre o acervo da capital.

Em aproximadamente dez meses de análises, o projeto reuniu informações sobre mais de 300 casas. A metodologia utilizada foi o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG/Iphan) e os resultados contribuíram para a organização, entendimento e identificação das residências. O projeto localizou casas a partir de suas linguagens arquitetônicas, elementos formadores e outras particularidades.

Com a riqueza de dados levantados no inventário, os autores tiveram a brilhante ideia de transformá-los em um livro. Agora, todos que acessarem essa publicação poderão conhecer e reconhecer mais os patrimônios residenciais singelos e de pequeno porte do início de Goiânia. Poucos tem o conhecimento do legado arquitetônico que se esconde nessas casas. E aqui está uma contribuição do Iphan na construção do entendimento desse tipo de patrimônio e que também é presente em outras cidades.

A capital goiana possui belíssimas construções históricas que nos permitem fazer uma viagem no tempo e resgatar nossas raízes culturais. Não há dúvida de que o livro Arquitetura Residencial em Goiânia: décadas de 1930 a 1970 despertará muitas pessoas para o conhecimento da existência de exemplares residenciais bastante significativos na cidade, sobretudo por sua implantação e qualidade estética, as técnicas construtivas utilizadas na época e o que mudou nesse período. Desejo a todos uma ótima leitura!

Larissa Peixoto
Presidente do Iphan



Detalhe da Residência na Rua 29, Setor Central.
Foto: Danielle Radis Alves, 2017.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

Apresentação Iphan-GO

Goiânia foi idealizada na década de 1930, em uma época de várias transformações políticas. Foi fundada por Pedro Ludovico Teixeira no dia 24 de outubro de 1933, assumindo o posto antes ocupado pela cidade de Goiás – como capital do estado. A mudança foi uma das alternativas encontradas por Pedro Ludovico para a ligação do Centro-Oeste ao sul do país. A Praça Cívica, cujo nome é Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira, foi a escolhida pelo engenheiro, arquiteto, urbanista e paisagista, Attilio Corrêa Lima, responsável pelo projeto urbanístico da nova capital, para Pedro Ludovico lançar a pedra fundamental de Goiânia. O local é considerado o marco inicial da construção da capital. Goiânia foi planejada, dentro

das então mais recentes teorias de planejamento urbano. Attilio Corrêa Lima tinha acabado de retornar de Paris, onde estudou urbanismo, quando desenhou a cidade.

Os edifícios construídos ao longo das primeiras décadas de Goiânia procuraram se assemelhar às arquiteturas consideradas modernas na época e encontradas em outros centros urbanos. Os primeiros edifícios construídos ao redor da Praça Cívica seguiram principalmente o estilo art déco. Por Goiânia ter adotado esse estilo para as construções dos edifícios institucionais, fez com que o seu conjunto arquitetônico se tornasse tão significativo. Não é à toa que 22 bens representativos do acervo art déco integram o Acervo Arquitetônico e Urbanístico Art Déco de Goiânia reconhecido pelo Iphan como Patrimônio Cultural Brasileiro desde 2003, e são eles: conjunto de edifícios e demais elementos que formam a Praça Cívica (Coreto, Fontes Luminosas, Fórum e Tribunal de Justiça, Residência Pedro Ludovico, Departamento Estadual de Informação, Obeliscos com luminárias, Palácio das Esmeraldas, Antiga Delegacia Fiscal – Nova Sede do Iphan em Goiás, Antiga Chefatura da Polícia, Secretaria-Geral, Torre do Relógio e Tribunal Regional Eleitoral), Liceu de Goiânia, Grande Hotel, Teatro Goiânia, Escola Técnica de Goiânia, Estação Ferroviária, Trampolim e Mureta do Lago das Rosas, Palace Hotel, Subprefeitura e Fórum de Campinas e traçado viário dos núcleos pioneiros de Goiânia e Campinas.

Se pararmos para observar as edificações da época da fundação de Goiânia, vamos perceber também o quanto as residências iniciais mais presentes nos setores Central, Sul e em Campinas, privilegiavam estilos inovadores como os neocolonial, missões, de inspiração normanda, e entre outros, se deixando guiar pelas várias tendências da época, que incluíam o déco. Os bairros também refletem uma predileção por determinados estilos, o que ajuda a demonstrar o que esteve mais em voga a cada década e para cada grupo formador da sociedade goiana. Um exemplo, é a casa modernista encontrada na Av. 84, próxima à Praça Cívica, no setor Sul, local que por quase dez anos foi Sede da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no estado de Goiás (Iphan-GO). O imóvel foi projetado pelo arquiteto e artista gráfico paranaense, David Libeskind, conhecido pela autoria do edifício Conjunto Nacional, na Av. Paulista, em São Paulo. Infelizmente, em Goiânia, poucas residências ainda resistem, perdendo-se, pouco a pouco, a possibilidade de conhecer mais sobre essas construções.

Com a finalidade de mapear essas residências, o Iphan-GO e a Universidade Federal de Goiás (UFG), com o apoio do Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO), produziu entre 2015 e 2016, um Inventário de residências Unifamiliares em Goiânia das décadas de 1930 e 1970. O objetivo do trabalho foi oferecer subsídios e instrumentos para a identificação, reconhecimento e a proteção dos bens do município de Goiânia, não significando, necessariamente, o tombamento.

A intenção da pesquisa foi também de ampliar o olhar para as construções da cidade, além do art déco, identificando outras nove linguagens arquitetônicas: casa-tipo, eclético sintético, eclético tipológico missões, eclético tipológico neocolonial, eclético tipológico normando, déco, modernista, modernista de transição e brutalista. No total, 339 residências foram identificadas, entre elas 25 conjuntos que variam quanto ao estado de conservação.

Foi então, a partir dessa pesquisa, que resultou o livro Arquitetura Residencial em Goiânia Décadas de 1930 a 1970, que aborda com detalhes o histórico da arquitetura residencial da capital. É a primeira vez que é feito um levantamento tão minucioso das residências históricas de Goiânia. Uma obra de referência que só foi possível graças a feliz parceria entre os técnicos do Iphan-GO, professores e estudantes da UFG, e profissionais do MPGO. Tudo começou em 2015, ano em que foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica e que por meio do empenho das coordenadoras da pesquisa e organizadoras da publicação, Dafne Marques de Mendonça (Iphan) e Eline Maria Mora Pereira Caixeta (UFG), hoje é possível compreender de forma mais aprofundada, e com recursos gráficos, espaciais e fotográficos a arquitetura residencial de Goiânia.

Allyson Ribeiro e Silva Cabral
Superintendente do Iphan-GO

Apresentação da Universidade Federal de Goiás

Residência Alameda Botafogo. Setor Central.
Foto: Danielle Radis Alves, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

Apesar de cidade nova, ainda em seu primeiro século de existência, Goiânia tem um patrimônio edificado que nos chama a atenção. Apresenta a exuberância dos grandes centros, com arquitetura inovadora, alinhada com o que de melhor se faz no País e no mundo. É a capital de um estado que desponta entre as regiões mais dinâmicas do país, realidade bem diferente da época

em que foi edificada, quando Goiás estava entre os menos desenvolvidos e com menos recursos em toda a União.

Por isso, neste momento, cumpre voltarmos nossos olhos para a arquitetura dos pioneiros, dos primeiros anos da nova capital, cuja pedra fundamental foi lançada em 1933. Esta publicação atende, portanto, a essa importante demanda, ao fazer o levantamento da arquitetura residencial da cidade desde as primeiras décadas até 1970. Ao nos concentrarmos na arquitetura residencial, damos mostra de que essas construções, muitas vezes anônimas, nos dão pistas sobre o ambiente cultural da região, sobre as práticas dos pequenos construtores, da conjunção de seus saberes tradicionais com inovações que por aqui chegavam. Esta pesquisa vem preencher uma lacuna importante no conhecimento dos primeiros anos da capital: uma vez que a arquitetura oficial tem sido já objeto de várias abordagens e está bem-documentada, restava a documentação desse outro capítulo referente ao início da cidade.

Neste volume, o leitor poderá apreciar as casas-tipo, residências projetadas pelo governo do Estado para abrigar os primeiros funcionários, como também projetos ecléticos tão ao gosto no início do século XX. As importantes residências *art déco* e modernistas, em suas várias vertentes, completam o acervo. A arquitetura levantada concentra-se, pela sua própria época de edificação, no Centro e nos setores Oeste e Sul, bem como no antigo Bairro Popular. O que o leitor tem em mãos é, portanto, ao mesmo tempo, um catálogo de estilos e um testemunho dos construtores pioneiros que ajudaram a erguer a nova capital de Goiás.

Antes de terminar, é importante salientar que esta pesquisa só foi possível graças ao acordo firmado entre o Ministério Público do Estado de Goiás, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Faculdade de Artes Visuais da UFG. Juntas, com a interveniência da Fundação de Apoio à Pesquisa (Funape) da UFG, essas três instituições contribuíram, cada uma na sua área, para, numa sinergia, possibilitar a realização desta pesquisa e agora desta publicação. Que venham outros acordos similares, já que nosso patrimônio tem ainda muito mais para registrar, documentar e divulgar.

Edward Madureira Brasil
Reitor da Universidade Federal de Goiás



Detalhe de Residência na Rua 05, Setor Central.
Foto: Danielle Radis Alves, 2017.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

Apresentação do Ministério Público do Estado de Goiás

A tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro e, em especial, o de interesse local dos goianienses, até o presente momento, não esteve entre as prioridades nas políticas públicas nas três esferas federativas, muito menos na ordem de preocupação por parte da população. Esse descompromisso se deve, muito, à falta de conhecimento sobre a eclética e rica arquitetura de nossa Capital e a sua relação com o modo de vida ao longo do tempo no espaço urbano.

Muito mais do que uma obra de profundo conteúdo técnico-científico, o presente *Inventário de Arquitetura Residencial Unifamiliar em Goiânia: Décadas de 1930 a 1970* traz consigo vários ressignificados, que ultrapassam o conceito formal de instrumento de identificação, valorização e proteção dos bens, aplicado ao campo da preservação do patrimônio cultural.

O ressignificado inicial deste trabalho é a concretização da união de esforços institucionais. Diante das conhecidas dificuldades de se promover a cultura no Brasil, foi construída uma parceria interinstitucional, em que participam o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan –, a Universidade Federal de Goiás – UFG –, por meio da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNAPE –, e o Ministério Público de Goiás, por meio da 15ª Promotoria de Justiça de Goiânia. Coube ao MPGO, ao aplicar o princípio constitucional ambiental do poluidor-pagador, fazer a destinação de recursos financeiros de multas contratuais de Termo de Ajustamento de Condutas ao plano de trabalho do Acordo de Cooperação Técnica entre Iphan/GO e FAV/UFG, cujo resultado é o presente trabalho científico.

Outro ressignificado importantíssimo desta obra é desmistificar o imaginário coletivo local acerca do nosso patrimônio cultural. Rompe-se o paradigma da importância isolada do estilo art déco, ao apresentar o ecletismo arquitetônico que compõe a "Paisagem e Ambiência Urbana" de nossa jovem Capital.

Ao expor a variedade, a riqueza e a beleza arquitetônicas das construções das residências unifamiliares, esta obra é um marco na desmistificação sobre os valores individual e coletivo desses bens imóveis. Representa, em realidade, um novo descobrimento e um despertar da coletividade para o (re)conhecer suas origens e compreender a importância e o valor de se preservar o bem de interesse cultural, ou seja, perceber que, além do ônus, é uma honra e privilégio ser proprietário de um bem que carrega um valor cultural para toda a sociedade goianiense.

O presente trabalho técnico-científico significa também, na prática, propiciar a aplicação do adágio da campanha de educação patrimonial: "CONHECER PARA PRESERVAR".

Por fim, o presente inventário cumprirá sua função originária de instrumento de gestão patrimonial, haja vista que servirá aos Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipal como elemento condutor para a criação e implementação de uma política pública de proteção ao patrimônio cultural na cidade de Goiânia.

Para o Ministério Público do Estado de Goiás, o *Inventário de Arquitetura Residencial Unifamiliar em Goiânia: Décadas de 1930 a 1970* será o marco inicial de uma atuação técnica e profissional para a efetiva proteção dos bens inventariados e a implantação dos demais instrumentos de gestão patrimonial em nossa Capital e quiçá em todo o Estado de Goiás.

Dr. Juliano de Barros Araújo
Promotor de Justiça/15ª Promotoria de Justiça de Goiânia
Ministério Público do Estado de Goiás



Residência Rua 06, Setor Central.
Foto: Danielle Radis Alves, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

Vocês me dirão que casas antigas têm ratos, goteiras, portas e janelas empenadas, trincos que não correm, encanamentos que não funcionam. Mas não acontece o mesmo com tantos apartamentos novinhos em folha?

Agora, o que nenhum arranha-céu poderá ter, e as casas antigas tinham, é esse ar humano, esse modo comunicativo, essa expressão de gentileza que enchiam de mensagens amáveis as ruas de outrora.

Havia o feitio da casa: os chalés, com aquelas rendas de madeira pelo telhado, pelas varandas, eram uma festa, uma alegria, um vestido de noiva, uma árvore de Natal.

As casas de platibanda expunham todos os seus disparates felizes: jarros e compoteiras lá no alto, moças recostadas em brasões, pássaros de asas abertas, painéis com datas e monogramas em relevos de ouro.

Tudo isso queria dizer alguma coisa: as fachadas esforçavam-se por falar. E ouvia-se a sua linguagem com enternecimento.

Mas, hoje, quem se detém a olhar para rosas esculpidas, acentos, estrelas, cupidos, esfinges, cariátides?

Eram recordações mediterrâneas, orientais: mitologia, paganismo, saudade. (Que quer dizer saudade? E para quê e o que recordar?)

Os jardins tinham suas deusas, seus anões possuíam mesmo bosques, onde morariam ecos e oráculos; e pequenas cascatas, pequenas grutas com um pouco d'água para os peixinhos.

Possuíam canteiros de flores obscuras – violetas, amores-perfeitos – para serem vistas só de perto, carinhosamente, uma por uma, de cor em cor. (Hoje, estes ventos grandiosos apagam tudo.)

E, lá dentro, as casas tinham corredores crepusculares, porões úmidos, habitados por certos fantasmas domésticos, que de vez em quando se faziam lembrar, com seus pálidos sopros, seus transparentes calcanhares, suas algemas de escravidão.

As famílias abrigavam cortejos de mortos. E havia as clarabóias. Luz como aquela? Nem a do luar! – uma suavidade de cinza e marfim, a maciez da seda, o fulgor da opala.

As casas eram o retrato de seus proprietários. Sabia-se logo de suas virtudes e defeitos. Retratos expostos ao público: nem sempre simpáticos, mas geralmente fiéis. Agora, os andaimes sobem, para os arranha-céus vitoriosos, frios e monótonos, tão seguros de sua utilidade que não podem suspeitar da sua ausência de gentileza.

Qualquer dia, também desaparecerão essas últimas casas coloridas que exibem a todos os passantes suas ingênuas alegrias íntimas – flores de papel, abajures encarnados, colchas de franjas – e cujas risonhas proprietárias têm sempre um Y no nome, Yara, Nancy, Jeny...

Ah! Não veremos mais essas palavras, em diagonal, por cima das janelas, de cortininhas arregaçadas, com um gatinho dormindo no peitoril. Afinal, tudo serão arranha-céus. (Ninguém mais quer ser como é: todos querem ser como os outros são.)

E eis que as ruas ficarão profundamente tristes, sem a graça, o encanto, a surpresa das casas que vão sendo derrubadas. Casas suntuosas ou modestas, mas expressivas, comunicantes.

Cecília Meireles,

Casas amáveis. In: *Escolha o seu sonho*, Global Editora, 2016.



INTRODUÇÃO

SOBRE O LIVRO

Eline Maria Mora Pereira Caixeta

Muito se publicou nos últimos anos sobre a história da Goiânia e sobre seu patrimônio urbano e edificado. O presente livro, que pretende somar conhecimento a esse importante tema, é resultado do trabalho de investigação de um grupo heterogêneo, formado por estudantes e profissionais de arquitetura, com experiência e conhecimento em diferentes áreas, e a contribuição de geógrafos. Desde diferentes pontos de vista, procurou-se apresentar uma parte do patrimônio residencial da cidade, de modo a apontar alternativas para sua proteção e salvaguarda.

A contribuição original deste livro está no enfoque do patrimônio de edifícios inicialmente residenciais e sua relação com a vida e os espaços urbanos, sem perder de vista o vínculo estreito existente entre espaço edificado, paisagem e ambiência urbanas, na realidade da cidade, e a importância da coexistência harmônica entre esses elementos para sua permanência no tempo.

A abordagem de leitura da paisagem surgiu da necessidade de fazer aflorar a potencialidade desse patrimônio, não apenas como bem isolado, mas do ponto de vista do seu agrupamento. A paisagem revela-se, nessa circunstância, como um complexo de elementos materiais e imateriais a espelhar hábitos, mudanças, potenciais e riscos que orbitam no universo do que resta da memória arquitetônica e urbanística dos tempos pioneiros da Capital.

O inventário vem colocar em foco esse patrimônio de modo a contribuir para futuros estudos e intervenções em prol de sua preservação e valorização. O destaque dado à paisagem vem da importância da sua imagibilidade no contexto da valorização da memória do patrimônio edificado. Dessa forma, buscou-se desenvolver a leitura da paisagem de maneira a observar a inserção dos bens de interesse em seu contexto atual, definindo e caracterizando as ambiências encontradas e identificando a formação de conjuntos passíveis de serem valorizados, mediante políticas públicas.

◂ Figura.1

Urbanismo pendular: Plano Piloto de Goiânia, Attilio Corrêa Lima, 1933-1935. Fonte: Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia da SEPLANH_005b

O livro que agora se apresenta organiza-se em duas partes: a primeira destinada ao inventário dos bens de interesse e a segunda à leitura da paisagem que envolve os bens inventariados e constituem seu contexto imediato. Os textos introdutórios atuam como preâmbulo ao trabalho a ser exposto, sob a ótica das instituições envolvidas.

A primeira parte do livro, "Bens de Interesse", preliminarmente trata da formação do núcleo inicial de Goiânia e de como a construção das residências unifamiliares – objeto desse estudo – se insere nesse cenário. Posteriormente, apresentam-se a metodologia utilizada no inventário, seus instrumentos, os conceitos que constituem a base desse trabalho e o processo adotado, já se aproximando do conjunto de casas inventariadas com seu mapeamento e abordando sua presença no contexto dos bairros onde se localizam. Por último, apontam-se as casas inventariadas propriamente ditas, tendo como suporte sua classificação por linguagem, primeiro abordando as características gerais do conjunto de casas identificadas, para depois tratar das casas com inventário completo, mediante o levantamento realizado. Para o fechamento da primeira parte, faz-se uma análise do conjunto de casas, acercando-se dos elementos e soluções recorrentes e observando-se suas características mais relevantes.

A segunda parte do livro, "Paisagem e Ambiência Urbana", inicia-se com uma discussão sobre o papel que a paisagem adquire hoje como elemento conformador do espaço urbano e edificado e sua importância na análise e avaliação das casas inventariados. Posteriormente abordam-se a metodologia utilizada na análise da paisagem e ambiência urbana do Setor Central e Setor Sul e o processo por meio do qual se desenvolveu esse trabalho. Para finalizar, trata-se da leitura da paisagem propriamente dita, trazendo em primeiro lugar o Setor Central e em segundo lugar o Setor Sul. Assim, discutem-se os aspectos estruturadores de cada um dos bairros, sua morfologia e tipologias de edifícios, para depois se explanar sobre como a paisagem e a ambiência urbana influenciam e estão presentes na leitura e análise dos bens inventariados. Para o fechamento da leitura da paisagem, enfocam-se os elementos centrais de cada bairro: no Setor Central, as transformações ocorridas nas ambiências das ruas onde se inserem as casas e a permanência de alguns conjuntos, dentro do contexto de descaracterização dessas áreas; no Setor Sul, as transformações ocorridas nas ambiências do bairro e que interferem na leitura e avaliação das casas não apenas no contexto das ruas, mas também e, principalmente, no contexto das áreas verdes de convivência que integram o interior das quadras. No caso do Setor Sul observa-se que tanto o traçado das ruas e quadras quanto a presença dessas áreas verdes são extremamente importantes para a preservação não somente das casas, mas também dos espaços urbanos de uso coletivo do bairro e que são parte desse patrimônio.

A organização do livro procurou pautar-se na própria dinâmica de trabalho durante a realização do inventário, partindo do princípio da indivisibilidade entre edifício e cidade dentro da problemática da preservação dos bens históricos e culturais. Essa dinâmica, no entanto, só foi possível com a divisão da equipe de pesquisadores em duas frentes: uma de identificação e levantamentos das casas e outra de identificação e leitura da paisagem, o que se reflete na estrutura do livro. Essas equipes, por sua vez, trabalharam de forma conjunta: seja pela presença de alguns pesquisadores em ambas as equipes ou pelo trabalho profícuo de discussões estratégicas, tanto de conceitos quanto de procedimentos; seja pela apresentação em conjunto das descobertas e discussão dos resultados alcançados por ambas as equipes, visando à deliberação de ações internas a cada uma delas. Se a separação das equipes se evidencia na divisão do livro em duas partes, a indivisibilidade entre bens culturais imóveis e paisagem e ambiência urbana se mostra na redação dos textos, quando assuntos se entrelaçam, sendo retomados aqui e ali.

Goiânia, 3 de setembro de 2018.



▲ Figura.2

Vista aérea da Avenida Goiás, nas imediações da Estação Ferroviária. Predominância da escala doméstica. Ano: 1953. Fonte: Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia da SEPLANH.



▲ Figura.3

Vista aérea de Goiânia com o Setor Sul sendo implantado, a Praça Cívica no centro da imagem e o Setor Central ao fundo, com o Bosque dos Buritis. Ruas, avenidas, praças e parques: a importância atribuída ao verde. Foto utilizada em cartão-postal de Goiânia de 1960. Fonte: Acervo IBGE.

▶ Figura.4

Núcleo Central de Goiânia: plano definitivo com a proposta de Armando de Godoy para o Setor Sul, 1936. Legenda original da imagem: “Os setôres Norte, Central e Sul: - vê-se, ao centro, a parte sombreada, mais ou menos em fórma de cruz, e que compreende o zoneamento comercial e de diversões, abrangendo as Avs. Goiás e Anhanguera.” Fonte: ALVARES, 1942, p. 153.

A ESCALA DOMÉSTICA COMO PATRIMÔNIO

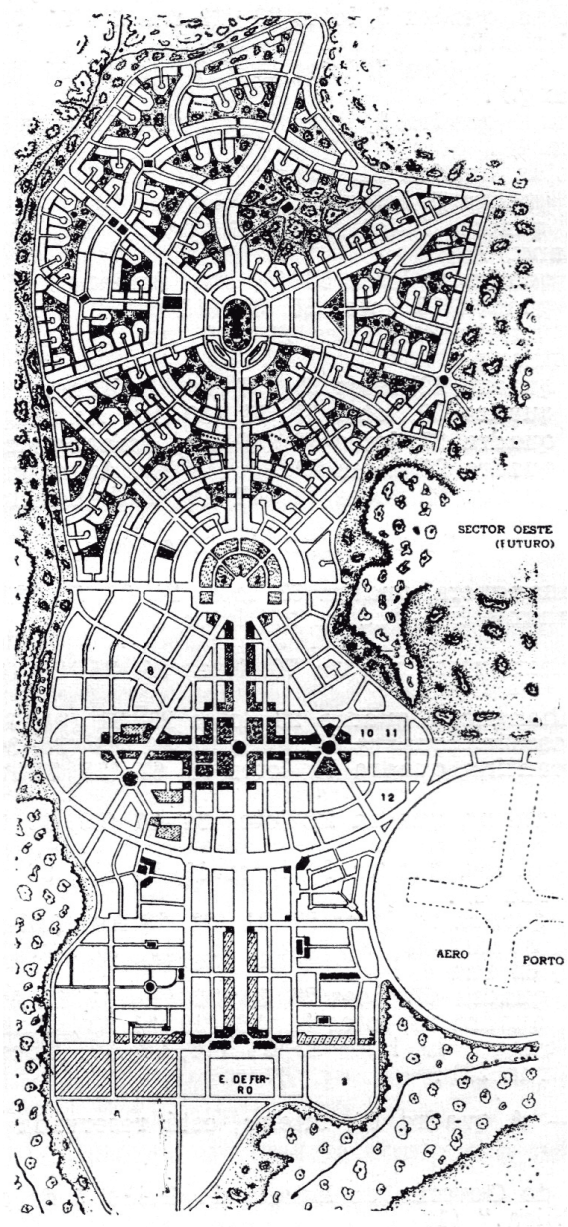
Eline Maria Mora Pereira Caixeta

A construção de Goiânia como cidade moderna, incorporada ao desenvolvimento e ao progresso, tem como base de sustentação um "projeto urbano pendular", que se apropria de formulações tanto da escola francesa de urbanismo quanto do ideal inglês da cidade-jardim, segundo Frota e Caixeta (2007, 2012). Conforme os autores, essa concepção está expressa, de forma mais clara, na dualidade presente entre o traçado para o Setor Central, proposto por Attilio Corrêa Lima, e aquele proposto para o Setor Sul, por Amando de Godoy; mas também se desdobra em elementos menos evidentes, que refletem diretamente na percepção e uso cotidiano da região central da cidade. Trata-se de uma concepção de espaços urbanos que oscila entre a escala do monumental – característica do urbanismo acadêmico – e escala do doméstico – presente na tradição das cidades-jardim (Figuras 1 e 4).

> A cidade projetada por Corrêa Lima segue a tradição de Agache, no que concerne à concepção dos edifícios como elementos configuradores dos espaços públicos. O "efeito monumental" desejado, seguindo o princípio clássico adotado em Versalhes, Karlsruhe e Washington – exemplos citados pelo próprio autor no plano diretor da cidade –, apesar de bastante enfatizado no memorial do projeto, não se configura na realidade espacial da cidade construída, como se observa nas fotos das décadas de 1940 e 1950. [...] a escala "doméstica" que constrói os espaços urbanos fundacionais não contribui para esta desejada leitura. (FROTA; CAIXETA, 2007, p. 5-6).

As fotos que buscam retratar a cidade em seus primeiros anos de vida apresentam construções de no máximo quatro pavimentos de altura – incluindo os edifícios institucionais e representativos –, o que acaba por conferir uma escala predominantemente doméstica ao seu tecido urbano (Figura 2).

Somam-se a isso o paisagismo proposto para as avenidas, ruas e praças e a importância atribuída à presença da natureza no contexto urbano, pela inserção de grandes parques, propostos como áreas de proteção e que conformariam o cinturão verde da então sonhada cidade-jardim (Figura 3).



Outro fator que incide em uma leitura dual da cidade, que navega entre a escala monumental e doméstica, é a ausência de pontos focais claramente delineados e que finalizem adequadamente as perspectivas criadas em alguns pontos da malha urbana. Juntamente com o gabarito da edificação, essa ausência de pontos focais dificulta a instituição de uma hierarquia formal entre espaços representativos e tecido urbano.

A avenida Goiás, principal eixo articulador do tecido urbano, possui pontos focais bem- estabelecidos: a Praça Cívica e o largo da Estação Ferroviária (Figuras 5 e 6). As perspectivas criadas pelas avenidas Araguaia e Tocantins, no entanto, carecem de pontos focais claramente delineados, segundo Frota e Caixeta (2012). Elas encontram-se com a Avenida Paranaíba "sem nenhum tipo de artifício formal que monumentarize sua terminação", que por sua vez apresenta-se "como limite que não favorece a perspectiva". Conforme os autores, pode-se afirmar que, de um modo geral, as perspectivas originadas pelas principais avenidas são generosas, contudo são "pouco expressivas enquanto geradoras de um espaço monumental" (FROTA; CAIXETA, 2012, p. 5-8).

Assim sendo, o ritmo e a volumetria das primeiras edificações construídas em Goiânia, intercaladas por uma expressiva massa de vegetação nas avenidas, ruas, praças e parques, ratificam uma escala doméstica e uma "identidade verde" que, de acordo com Graeff (1985), era característica dos espaços urbanos da maioria dos bairros da cidade até meados dos anos 1980, em especial no Setor Central e Setor Sul (Figura 7).

A escala doméstica em arquitetura está relacionada à pequena escala do caminhar, do indivíduo, da casa como célula fundamental do tecido urbano (Figura 8). Segundo Martí Arís (2000, p. 14-15), historicamente ela relaciona-se com a cidade tradicional – composta basicamente por casas unifamiliares amalgamadas entre si e diretamente ligadas à rua –, em contraposição à escala monumental da cidade industrial oitocentista, que incorpora novos sistemas de transportes, edifícios de habitação coletiva e já apresenta o embrião de "um sistema viário autônomo, como operação prévia à instalação dos edifícios". Conforme o autor, é a essa cidade, de "cenário fulgurante" e "febril", heterogênea e fragmentada, que as propostas do urbanismo moderno vêm responder.

▾ Figura.5

Perspectiva das avenidas Goiás, Araguaia e Tocantins, desde a cobertura do Palácio das Esmeraldas, na Praça Cívica, e os edifícios administrativos em seu entorno. Dicotomia entre as escalas monumental e doméstica. Ano: 1945. Fonte: Acervo MIS|GO. SEPLHANH_0042.



Martí Arís (2000, p. 20) define duas grandes frentes do trabalho de revisão crítica da cidade industrial, representadas pela cidade-jardim e pela cidade concentrada. A primeira refere-se ao "mecanismo de difusão da cidade no campo através da implantação de zonas residenciais de baixa densidade", ao passo que a segunda busca "superar o modelo urbano oitocentista, aceitando seus principais dados: alta densidade e construção de grandes edifícios de habitação coletiva". A proposta da cidade-jardim de Ebenezer Howard (1890), segundo o autor, recupera a escala doméstica da cidade tradicional, de baixa densidade, e a relação equilibrada entre edificação e espaço livre, na busca de controlar os impulsos do desenvolvimento industrial, mediante uma proposta racionalizadora, capaz de definir nova ordem territorial.

Goiânia, projetada em 1933, assume-se como cidade moderna ligada a essa alternativa, ao adotar o critério de baixa densidade (cinquenta mil habitantes) associado à tipologia de casas isoladas no lote e a grandes áreas verdes de preservação. No Setor Sul, essa ideia completa-se com a adoção de um traçado orgânico e amplas parcelas de espaço livre vinculadas à habitação. Desenho esse associado ao modelo de cidades-jardim de tradição anglo-saxônica propagado no início do século XX, cujo objetivo era propiciar perspectivas limitadas, a formação de espaços semipúblicos e a criação de unidades de vizinhança ligadas à vida em comunidade. Fator que colabora ainda mais para a escala e o caráter doméstico dos espaços urbanos, no caso de Goiânia.

Mas a escala doméstica também está relacionada à vida cotidiana e suas percepções subjetivas, entendendo-se como vida cotidiana o conjunto de atividades desenvolvidas para satisfazer às necessidades humanas fundamentais: "a subsistência, a proteção, o afeto, o entendimento, a participação, o ócio, a criação, a identidade e a liberdade", conforme Max-Neef (apud MUXÍ MARTÍNEZ, 2013, p. 26). A domesticidade, por sua vez, relaciona-se à família, à intimidade do lar, sendo incorporadora de sentimentos que se vinculam com a memória afetiva das pessoas.

Analogamente, podemos dizer que a escala doméstica se move em diferentes esferas, indo além dos limites entre o público e o privado. Diferente da escala monumental, mais afeta ao âmbito do masculino – normalmente associado ao espaço público e à vida produtiva –, ela pode simbolizar o feminino, por ser mais próxima ao espaço privado e à vida doméstica e cotidiana. Ambas



◂ Figura.6

Praça do Bandeirante e perspectiva da Avenida Goiás nos primeiros anos da década 1950, com a praça Cívica ao fundo. A fotografia revela a escala doméstica do conjunto, em que pese tratar-se do eixo principal da composição urbana. Fonte: Acervo IBGE_GO42623.









▲ Figura.7

Vista aérea do Setor Central de Goiânia com a Avenida Paranaíba à direita, a Avenida Goiás ao fundo e a Avenida Araguaia em primeiro plano. A ausência de pontos focais claramente delineados e a identidade verde da cidade, déc. de 1950. Autor: Sílvio Berto. Fonte: Acervo MIS|GO.

▲ Figura.8

Residências no Setor Central: relação com a rua e o lote. A escala doméstica do caminhar. Fonte: Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia da SEPLANH_0055.

▲ Figura.9

Avenida Araguaia, Setor Central, década de 1950. Espaço doméstico e a vida cotidiana. Fonte: Acervo MIS|GO.

▲ Figura.10

Lago das Rosas: área verde e de lazer localizada na região Oeste da cidade, ainda não urbanizada, com acesso pela Avenida Anhanguera. Década de 1950. A especial atenção aos equipamentos públicos e à vida em comunidade. Fonte: Acervo MIS|GO.

se complementam: a escala monumental representando o excepcional, mais visível e lembrado, e a escala doméstica representando o modesto, normalmente invisibilizado.

O patrimônio arquitetônico e urbano presente no Setor Central e no Setor Sul também pode ser lido sob esse viés. A memória presente em seus espaços, identificados como domésticos, traz o perfume de um passado ainda recente, no qual as crianças brincavam nas ruas, as mulheres circulavam com segurança e os vizinhos se conheciam pelo nome. Um tempo em que o senso de vida em comunidade estava mais presente (Figura 9).

O conceito de cidade-jardim, por sua vez, baseado numa acentuada ideia de vida em comunidade, segundo Muxí Martínez (2013, p. 38), coloca uma "especial atenção aos espaços livres qualificados e aos equipamentos, em resposta a essa vontade de gerar uma

comunidade identitária no assentamento" (Figura 10). Essa ideia está presente tanto na conformação das quadras residenciais do Setor Central de Goiânia – interligadas a um sistema de parques e praças – quanto na constituição das quadras do Setor Sul – articuladas por extensas áreas verdes de convívio em forma de "parque linear", com acesso e circulação por vias exclusivas de pedestres.

Da mesma forma, grande parte das experiências realizadas mediante o conceito de cidade-jardim possui sua identidade reforçada por uma linguagem arquitetônica homogênea, que vai além do valor conferido aos espaços verdes de convivência, garantindo uma paisagem urbana coerente e unitária e uma ambiência ao mesmo tempo bucólica e aprazível. Características presentes principalmente no Setor Central, nas duas primeiras décadas de sua existência, em função da padronização das edificações e da presença abundante de vegetação (Figuras 11 e 12).

Essa padronização é percebida tanto na forma de implantação nos lotes – com a definição de recuos, acessos e gabaritos de altura – quanto na utilização de determinados elementos arquitetônicos – como marquises e platibandas, nos edifícios comerciais, e coberturas com telhado aparente, varandas e alpendres, nos edifícios residenciais –, bem como na adoção dos materiais construtivos, alguns normatizados por legislação, outros utilizados em decorrência das limitações de recursos locais (Figura 13). No caso do Setor Central, essa padronização é marcada também pela presença de tipologias edificatórias – no caso da arquitetura residencial –, com a construção de uma série de "casas-tipo" para funcionários e operários do Estado, que reproduziam um leque relativamente grande de modelos. Esses modelos de casas repercutiram na construção de residências por particulares, na adoção de soluções arquitetônicas e construtivas semelhantes às das casas-tipo, com pequenas variações.

Grande parte da arquitetura do núcleo inicial de Goiânia nasce no ecletismo e no "racionalismo pragmático" – expressão análoga à utilizada por Segawa (1997) – que algumas vezes se aproximam à estética *déco* e modernista, nas décadas de 1940 e 1950, chegando a expressões brutalistas, a partir dos anos 1960. Como importante parte do tecido urbano, essa arquitetura caracteriza-se como "miscigenada", na medida em que utiliza, de forma livre, elementos arquitetônicos e compositivos, em uma síntese formal baseada na "adaptação e reinterpretação", segundo Caixeta et al. (2011). Por sua vez, isso confere um caráter heterogêneo e complexo aos espaços urbanos e à paisagem da cidade, esculpido como maior valor desse patrimônio.

A compreensão da escala doméstica como patrimônio arquitetônico que mais se aproxima da sociedade – sua história, identidade



▲ Figura.11

Construção das casas-tipo e a padronização das edificações: Rua 71, Setor Central, Goiânia. "A primeira via do Bairro Popular". Fonte: Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia da SEPLANH.



▲ Figura.12

Casas no Setor Central: a padronização das construções e de implantação no lote. Integração com a rua e a presença do verde. Fonte: Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia da SEPLANH_ 0029.

e memória –, na medida em que está mais diretamente ligada ao cotidiano das pessoas e suas diversas formas de habitar o espaço edificado e urbano, busca enfatizar o potencial de interpretação de significados nela contidos e, consequentemente, de sensibilização da sociedade para a preservação do patrimônio construído, identificado com o conceito de "paisagem urbana histórica" utilizado pela Unesco (2001). Essa compreensão, ampliada além do âmbito do objeto – edifício – e da linguagem *déco*, e que inclui o espaço urbano e a paisagem, bem como outras expressões de modernidade, é a grande contribuição do Inventário de Arquitetura Residencial Unifamiliar em Goiânia, aqui apresentado.

Ele vem mostrar a valiosa função dessas residências no preenchimento dos interstícios urbanos do espaço projetado, juntamente com outros elementos aparentemente secundários, mas intensamente relacionados com a vida cotidiana, como a rua, a calçada, o recuo de jardim e a arborização desses e outros espaços que, embora urbanos, não se configuram como espaços representativos do poder.

A valoração integrada dos diferentes bens que compõem o patrimônio arquitetônico, urbano e ambiental da cidade, aqui apresentada, é de suma importância na medida em que ao longo das duas últimas décadas não apenas o patrimônio edificado de Goiânia vem se depauperando gradativamente, mas também seu patrimônio ambiental e urbano, relacionado tanto aos parques e às zonas de proteção ambiental quanto à arborização das ruas, avenidas e praças, que até então imprimiam uma identidade verde para a cidade (Figura 14).

O trabalho a ser apresentado parte dessas premissas, buscando desenvolver em seu argumento a importância da preservação da memória dos espaços relacionados à vida cotidiana – os espaços domésticos tanto da casa quanto da rua –, como suporte e ao mesmo tempo receptáculo das ações do dia a dia. A intenção é trazer à tona aquilo que normalmente é invisibilizado. Conhecer, reconhecer, valorizar, usufruir e cuidar de bens que hoje são fragmentos de uma história. Fazê-los parte de nossa vida.

A possibilidade de realizar esse trabalho em parceria com o Iphan veio das investigações desenvolvidas no âmbito da Universidade Federal de Goiás, desde 2009, quando se iniciou a pesquisa "Paisagens Desoladas: Quatro Máscaras de Concreto em Deriva", que trata de quatro obras do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, responsáveis por fazer uma reescrita sobre a paisagem de Goiânia entre as décadas de 1960 e 1980, ao trazer uma outra escala para o edificado e uma nova forma de conceber e construir os espaços urbanos. Denuncia-se, nesse momento, a falta de vínculo que esses edifícios têm hoje com a cidade, mesmo tendo sido âncoras na sua constituição. Posteriormente, em

▾ Figura.13

Vista aérea do Setor Central com a Avenida Goiás e Praça Attilio Corrêa Lima (Praça do Bandeirante), em primeiro plano, e Bairro Popular ao fundo (Setor Norte Ferroviário), Goiânia. Fonte: Acervo IBGE_GO42690.

▸ Figura.14

Vista aérea do Setor Central, desde a Praça Cívica, com a Catedral Metropolitana em segundo plano. Ao fundo, o Setor Leste Universitário e do lado direito o Setor Sul. Fonte: Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia da SEPLANH_0056.



"Reconstruindo Documentações: Narrativas e Caminhos do Projeto Moderno em Goiânia", ampliou-se o escopo dessa investigação, agora estendido à produção arquitetônica presente em seis décadas de existência da cidade, buscando refletir sobre as estratégias e representações adotadas no campo do projeto, o caminhar e os percursos escolhidos para essa jornada, as vozes e personagens que nela se fazem presentes. O objetivo é desvendar narrativas que estão por trás do discurso das obras e dos arquitetos, no sentido de aprender a conhecer a cidade existente e aprender a construir uma nova Goiânia onde seja possível a coexistência do passado e do presente. Como pano de fundo dessas duas investigações, temos a problemática da preservação do patrimônio moderno.

Soma-se a isso o trabalho realizado entre 2015 e 2017, com o Acordo de Cooperação Técnica – ACT – nº 001/15, firmado entre a Faculdade de Artes Visuais (FAV) da Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/GO), quando se deu início ao inventário de conhecimento e varredura das residências unifamiliares iniciais da cidade de Goiânia. O apoio do Ministério Público de Goiás, em 2016, com recurso financeiro decorrente de assinatura de termo de ajustamento de conduta, oportunizou a criação de uma equipe interdisciplinar de pesquisa formada por arquitetos, estudantes de arquitetura e urbanismo e geógrafos, que trabalhou arduamente durante um ano para a conclusão desse inventário. A interdisciplinaridade – pautada na troca de saberes –, somada à conduta da equipe, afinada e dedicada, contribuiu imensamente para o sucesso desse trabalho.

Muitos alunos – alguns bolsistas de iniciação científica –, professores e pesquisadores voluntários nos acompanharam nessa trajetória, a qual não seria possível sem o apoio da Universidade Federal de Goiás, por meio da Faculdade de Artes Visuais e seu Curso de Arquitetura e Urbanismo. Por esse motivo, deixo aqui meus agradecimentos a todos que nos seguiram durante esse período. Agradeço também ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e ao Ministério Público, pela confiança e oportunidade em desenvolver o inventário que agora se apresenta, convidando os leitores a uma experiência que possa ser significativa e que possa contribuir para alterar os rumos da história que hoje vivemos, história de descaso para com o patrimônio residencial de Goiânia.



INVENTÁRIO DE ARQUITETURA RESIDENCIAL EM GOIÂNIA

Dafne Marques de Mendonça

Os inventários integram a atividade de conhecer o patrimônio cultural, são parte dos processos de valoração e reconhecimento do que se quer identificar. Seus resultados podem apoiar as iniciativas de tombamento, de registro ou contribuírem na gestão das áreas ou bens[1] de interesse.

Em linhas gerais, partindo do definido no Artigo nº 216 da Constituição Federal, há dois grandes grupos que reúnem o que pode ser patrimônio cultural: os materiais e os imateriais.

Os de natureza material referem-se a tudo que pode ser tangível por ter um suporte físico. Edifícios, conjuntos urbanos, bairros, praças, paisagens, que caracterizam os bens materiais imóveis. Há ainda os bens materiais móveis, que são o mobiliário, a imaginária (conjunto de obras de natureza sacra), esculturas, livros, quadros e partituras, entre outros.

Os de natureza imaterial dizem respeito as práticas sociais, saberes, ofícios e formas de expressão (cênicas, plásticas, musicais e lúdicas), assim como os lugares onde ocorrem. Nesse grupo incluem-se as festas, feiras, mercados e os modos de fazer e saberes, como das Bonecas Karajá em Goiás, o Ofício das Baianas de Acarajé, as Tradições Doceiras de Pelotas no Rio Grande do Sul ou o Ofício de Sineiros em Minas Gerais.

A natureza do patrimônio cultural define o instrumento a ser empregado para o seu reconhecimento. Um bem pode ser tombado, no caso dos bens materiais, ou registrado, para os imateriais.[2] Por trás de um registro ou tombamento recente há um inventário produzido, um dossiê, no qual se reúnem as informações e os valores atribuídos ao bem. O inventário contribui para identificar o "significado cultural" que diz respeito aos valores estético, histórico, científico e social do bem que podem ser atribuídos por diferentes grupos da sociedade (ICOMOS, 2014). O reconhecimento pode ocorrer no âmbito federal (neste caso, pelo Iphan), como também pelos Estados e Municípios, desde que munidos de instrumentos jurídicos para tal e por meio de suas respectivas secretarias, departamentos e conselhos destinados a essa função. A esfera de proteção indicada para cada bem (se federal, estadual ou municipal) varia conforme a representatividade dele, podendo ter mais de uma proteção sobre um mesmo objeto cultural de interesse.

A existência de inventários acompanha a própria criação e formação do Iphan, com ações pioneiras como a de Mário de Andrade em suas "viagens etnográficas" realizadas entre 1928 e 1929,

1.

Bem é definido como "unidade de preservação do patrimônio Cultural" (CORSALATE, 2015), portanto é um termo adotado na área de preservação ao se referir sobre os produtos, materiais ou não, que testemunham a "manifestação da dinâmica cultural de um povo ou de uma região" (FERREIRA, 1986).

2.

O tombamento é um instrumento jurídico de proteção do Patrimônio Material regido pelo Decreto-Lei nº 25/1937. O registro é orientado pelo Decreto nº 3.551/2000.

nas quais foram registrados aspectos da cultura popular. O Iphan tem desenvolvido diferentes metodologias de inventário, de modo a abarcar a natureza plural do que constitui o patrimônio cultural brasileiro. Trata-se de demanda que é reforçada a partir da década de 1980, em resposta à pressão da própria sociedade civil que assiste à progressiva descaracterização[3] dos conjuntos urbanos e arquitetônicos (MOTTA, 2011). A criação de órgãos estaduais e municipais de preservação também faz a prática do inventário ser potencializada, contribuindo com olhares específicos interessados na compreensão do patrimônio ambiental e urbano local[4] (CASTRIOTA, 2009).

Dentre as metodologias de inventário desenvolvidas pelo Iphan podem sem citadas:

- *Inventário de bens Arquitetônicos – INBA*, referente ao levantamento e cadastro sistemático dos edifícios isolados e em conjuntos urbanos tombados;

- *Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados – INBI-SU*, que tinha como objetivo o "estabelecimento de critérios e parâmetros de intervenção em sítios" (Iphan, 2011, p. 249); portanto, refere-se aos conjuntos urbanos complementando o INBA e resulta na formação de um banco de dados com informações sobre os edifícios, os espaços urbanos e os moradores (consultados por meio de questionários);

- *Inventário Nacional de Espaços Urbanos – INCEU*, que emprega metodologia desenvolvida pela Professora Maria Elaine Korsdorf, com o objetivo de complementar o INBI-SU para a caracterização dos espaços urbanos mediante a percepção ambiental, e prevê a possibilidade de participação da comunidade na ação de inventário;

- *Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC*, adotado no registro do patrimônio imaterial, com a possibilidade de participação das comunidades;

- *Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG*, que, assim como o INBI-SU, pretende gerar uma plataforma de consulta de dados sistematizados e integrados sobre o patrimônio material e também ser ferramenta da gestão continuada dos bens.

Os *Inventários de Conhecimento* ou *Inventários de Identificação*, também conhecidos como *Inventários de Varredura*, são definidos como "a identificação e o registro de novos valores a preservar, através de levantamentos sistemáticos baseados na coleta de múltiplas informações em campo" (MOTA; SILVA, 1998, p. 7). Seu caráter é, portanto investigativo, no sentido de que, por intermédio da coleta abrangente e sistemática de dados em um determinado recorte do território, produza conhecimento específico sobre o bem ou do conjunto deles, sejam tombados ou não. Por conseguinte, não se tem a *priori* definido como ou o que se quer identificar ou preservar, mas o objetivo é reunir dados sobre as áreas e/ou conjuntos. Trata-se de informações que podem fomentar e contribuir com políticas públicas ou estratégias de preservação atreladas aos tombamentos já existentes, especialmente quando em parceria com o poder público municipal, que é o responsável direto pela gestão das cidades.

3.

Como elencado pela autora, dentre as pressões sofridas pelos sítios urbanos a partir da década de 1970 estão: "acréscimos e reformas para a adaptação no casario antigo; a construção de novas edificações dentro dos sítios tombados e no seu entorno imediato; e o desmembramento de terrenos e grandes áreas desocupadas para fazer loteamentos" (MOTTA, 2011, p. 249).

4.

Podem ser citadas as experiências de inventário dos órgãos municipais realizadas na década de 1980, como o inventário do IPUC/BH, IPUC/Porto Alegre e IGEPAC/SP. Inventários estaduais de referência são os do IPAC/BA (iniciado em 1973) e o IPAC/MG (iniciado em 1984).



▲ Figura.15

Considerada um dos primeiros bangalôs de Goiânia, a antiga residência, localizada na Rua 20, Setor Central, foi demolida em 2013 sob o argumento de o local servir de "mocó" para usuários de droga. Fonte: < http://www.blogdobraulio.com/2013/06/casa-historica-na-rua-20-sera-demolida.html>. Acesso em: 26 set. 2017.



▲ Figura.16

Casa vizinha e de propriedade da Academia Goiana de Letras que formava com esta os remanescentes dos sobrados construídos na Rua 20, Setor Central, foi demolida em agosto de 2018 sob pretexto de a "casa estar em ruínas". A casa ocupada pela Academia de Letras é tombada pelo Estado. Fonte: <https://www.opopular.com.br/editorias/cidades/im%C3%B3vel-antigo-%C3%A9-demolido-na-rua-20-em-goi%C3%A2nia-1.1591452>. Acesso em: 21 ago. 2018.

Nesse sentido, a Portaria nº 160 de 11 de maio de 2016 do Minc reconhece para o Iphan o papel dos inventários como instrumento de produção de conhecimento, mas não configurando estes, por si só, como uma forma de proteção:

> Art. 1º – Caracterizar os objetivos e elementos necessários à produção de inventários como instrumentos voltados para a identificação, documentação, produção de conhecimento e informação sobre os bens culturais, com vistas a subsidiar a tomada de decisão nos vários campos de ação institucional do Iphan.
>
> [...]
>
> Art. 3º – Poderão integrar as ações de inventário bens culturais acautelados ou não pelo Iphan. (MINC, 2016, p. 39).

O inventário das residências unifamiliares de Goiânia, apresentado neste livro e realizado mediante o Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan-GO) e a Faculdade de Artes Visuais (FAV) da Universidade Federal de Goiás (UFG), com o apoio do Ministério Público de Goiás (MPGO), tem como objetivo produzir conhecimento acerca desse conjunto em específico, de natureza material, "remanescentes" das décadas de 1930 e 1960 e ainda "presentes" na paisagem urbana. O que se produziu, portanto, foi um inventário de conhecimento ou de varredura de um tema determinado (as residências unifamiliares iniciais da cidade) em um recorte espacial estabelecido (setores Central, Sul, Aeroporto e Oeste).

Atualmente, com a desenfreada substituição e o descarte de edifícios enfrentados pela cidade, fomentados pela necessidade de atender, especialmente, à demanda de carros por intermédio da criação de lotes vazios para estacionamento ou terrenos deixados à mercê da especulação imobiliária, demonstra-se serem emergenciais as ações de inventário. As residências, em razão do porte que apresentam, sofrem grande pressão, já que são de mais fácil demolição (Figuras 15 e 16).

O "morar" em uma cidade nova, como é Goiânia, criada no século XX, torna-se parte integrante da própria história da ocupação do território e é um demonstrativo de diferentes estratégias do viver. Ao se analisar esse conjunto de edifícios é possível perceber a circulação de ideias nas primeiras décadas do século XX, quando modelos de residências eram divulgados por meio de revistas e encartes de arquitetura de veiculação nacional na época, sendo encontrados em Goiânia exemplares semelhantes aos publicados.[5] A

5.

É exemplo a casa de linguagem neocolonial na Rua 29, nº 186, no Setor Central de Goiânia, e a casa muito similar localizada em São Paulo que é publicada na revista Acrópole no 81, ano 7, de janeiro de 1945 (uma revista de arquitetura de São Paulo com veiculação nacional na primeira metade do século XX).

cidade tem a particularidade de ter sido projetada para ser capital, dentro de um rol de outros municípios que surgiram no mesmo período com o objetivo de promover a ocupação do interior do Brasil. Sua importância para o entendimento dessa etapa de desenvolvimento do país e para as demais cidades surgidas na mesma época potencializa a contribuição de um inventário dessa natureza. Permite que tantas outras cidades possam contemplar o seu patrimônio do século XX[6] com outros olhos, valorizando o que pode estar sendo considerado por alguns como genérico ou sem valor.

A diversidade arquitetônica existente nas residências iniciais de Goiânia exigiu a realização de pesquisa e o aprofundamento em bibliografias específicas, pois vai além do conjunto de arquitetura *Art Déco* já reconhecido na cidade. Caracteriza as primeiras décadas do século XX a efervescência cultural calcada na intenção de produzir o "novo". Muitos "estilos" arquitetônicos, mesmo que com soluções meramente fachadísticas, surgem e convivem nas cidades em um mesmo período. Com o inventário foi possível demonstrar outras arquiteturas que compõem a paisagem urbana de Goiânia em suas décadas iniciais.

A singeleza decorrente do porte que apresenta o patrimônio residencial fez ser fundamental o apuro do olhar pela equipe de pesquisa, para a sua identificação e caracterização. O aspecto que individualiza as casas diz respeito não apenas a sua volumetria, mas também à apresentação de recuos (frontais e laterais) para jardins, soluções de muros e gradis que permitem a sua visibilidade a partir da calçada, aos detalhes das esquadrias, ao desenho da cobertura, aos revestimentos decorativos e aos adornos que dão, em conjunto, personalidade a cada uma delas. Alguns proprietários demonstram o orgulho por manterem as residências até os dias atuais como seus locais de moradia, parte de sua história de mudança para a nova capital e de início de uma nova vida. Outros buscam adaptar novos usos aos edifícios, considerando fundamental a manutenção dos componentes que as individualizam, ao mesmo tempo que proporcionam bons exemplares de reuso para novas funções (Figuras 17 a 20).

A metodologia adotada para o inventário de residências em Goiânia é o *Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG* – do Iphan. Essa metodologia, ao incorporar as experiências dos outros inventários da Instituição, busca estabelecer um sistema que vai desde o reconhecimento até a gestão dos bens. Ele é dividido em três Módulos: M1 – Conhecimento; M2 – Análise e Gestão; e M3 – Cadastro. Para o inventário das residências em Goiânia foram adotados os Módulos 1 e 3, por se referirem ao processo de identificação e caracterização de bens e das áreas onde eles se situam.

A prática de inventário de varredura com a metodologia do SICG/Iphan referente ao patrimônio residencial local já estava sendo realizada em outras experiências pelo Iphan/GO. Uma primeira foi o inventário feito pela bolsista Ana Amélia de Paula Moura, por meio do Programa de Especialização em Patrimônio (PEP/Iphan), que teve as residências modernistas como objeto de estudo, entre 2007 e 2008.[7] Supervisionada pelo Iphan/GO, essa pesquisa resultou na monografia intitulada "Arquitetura residencial moderna em Goiânia: delineando um cenário", na qual se inventariaram 78 casas, situadas entre os setores Central, Sul, Aeroporto e Oeste que foram construídas ao longo das décadas de 1950 e 1960.

Para a continuidade da ação de inventário, em 2010, o Iphan/GO firmou parceria com três Universidades – a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), a Universidade

6.

"Patrimônio do Século XX" é um termo empregado pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS, através do seu Comitê Científico Internacional para o Patrimônio do Século XX (ISC20C). O "Documento de Madrid 2011" estabelece critérios para a conservação e preservação deste legado.

7.

A supervisão da bolsista em Goiás coube à então arquiteta do Iphan/GO, Simone Kimura.



▸ Figura.17

Estabelecimento comercial na Alameda dos Buritis, no Setor Central, que adaptou residência eclética para o novo uso de restaurante e área para eventos. Foto: Juliana Paula Pereira da Silva, 2018. Fonte: Iphan/GO.



▸ Figura.18

Pizzaria, café e área de exposição de arte adaptada à casa neocolonial na Rua 29, Setor Central. Foto: Juliana Paula Pereira da Silva, 2018. Fonte: Iphan/GO.



▲ Figura.19

Farmácia de manipulação adaptada à antiga residência na esquina da Rua 10 com a Rua 95, Setor Central.Foto: Juliana Paula Pereira da Silva, 2018. Fonte: Iphan/GO.



◀ Figura.20

Interior de residência adaptada para pizzaria e café na Rua 29: componentes internos mantidos na edificação. Foto: Juliana Paula Pereira da Silva, 2018. Fonte: Iphan/GO.

Federal de Goiás (UFG) e a Universidade Estadual de Goiás (UEG) –, compondo, com elas, um Grupo de Trabalho (GT) denominado "Acautelamento da Arquitetura Modernista". Essa medida teve a intenção de se alinhavar as pesquisas e ações em desenvolvimento em outras unidades do Iphan, identificando e elencando os bens de caráter modernista nas diferentes regiões do país. Nesse GT, cada Universidade ficou responsável por inventariar um grupo de bens específico: no caso da UFG, as edificações modernistas de uso institucional construídas em Goiânia (museus, faculdades, clubes escolas, entre outros); no caso da PUC/GO, ampliar o inventário das residências situadas nos setores Central, Oeste, Sul, Aeroporto, Marista e Bueno; e, no caso da UEG, realizar o inventário de bens residenciais e institucionais em Anápolis, GO. [8]

8.

Esta última ação em Anápolis, GO, não teve produtos apresentados ao Iphan/GO.

A participação do Iphan/GO ao longo de 2013 e 2014 no Grupo de Trabalho proposto pela 7ª Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás também permitiu incluir outras arquiteturas, e não só o *art déco*, na ação de inventário. Além do Iphan/GO também eram participantes do GT a Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico Estadual e a então Divisão Municipal de Requalificação Urbana e Patrimônio, da Prefeitura Municipal. O objetivo do grupo de trabalho era a formulação de uma lista de bens privados a serem indicados para acautelamento, mediante uma ação civil pública, dado o crescente número de demolições que estavam ocorrendo e a comoção pública pelas perdas dos edifícios em Goiânia. Como resultado da participação do Iphan/GO, foram fornecidas ao Ministério Público todas as fichas de inventário de arquitetura modernista preenchidas até aquela data. Além disso, o Iphan/GO produziu um documento que, tendo por base a listagem preliminar de bens de interesse cultural fornecida pela então Divisão de Patrimônio da Prefeitura Municipal, organizava e agrupava em categorias os bens indicados, demonstrando a complexidade e a diversidade de outras arquiteturas existentes na cidade. Entre estas foram identificadas as residências-tipo, ecléticas, missões e bangalôs, além da arquitetura *déco* e modernista.

9.

O ACT no 001/15 foi firmado entre o Iphan/GO e a FAV/UFG em 19 de outubro de 2015, tendo vigência inicial de três anos, podendo ser prorrogado

Em 2015, por meio do Acordo de Cooperação Técnica entre Iphan/GO e FAV/UFG,[9] iniciou-se o inventário de residências nos setores Central, Sul e Oeste, tendo como referência inicial as linguagens elencadas pelo Iphan/GO ao Ministério Público de Goiás. A FAV/UFG contribuiu para organizar as categorias, estabelecendo os grupos de linguagem entre tipo, eclética e moderna e inserindo o brutalismo, sobre o qual já desenvolvia pesquisas. Quando se iniciou o Acordo de Cooperação, havia 90 fichas M3.01 (Cadastro Básico) de residências modernistas de interesse, (sendo que dentre elas) havia fichas que eram coincidentes, o que obrigou a realização de uma revisão. Ao longo de 2015, mais 69 fichas foram preenchidas pela equipe do Acordo de Cooperação Técnica entre Iphan/GO e FAV/UFG, somando-se estas às fichas já produzidas.

10.

O número total de participantes foi de 38, incluindo 16 profissionais de arquitetura e 22 estudantes.

Uma importante contribuição ao Inventário foi a Oficina de Capacitação, realizada entre os dias 2 e 9 de outubro de 2015, como parte do Acordo de Cooperação. A oficina foi aberta ao público externo e contou com a participação de estudantes e profissionais de arquitetura [10]. A coordenação da Oficina coube à FAV/UFG, com o apoio e a participação do Iphan/GO. Nesse evento foram preenchidas outras 58 fichas *M3.01 (Cadastro Básico)* de residências localizadas nos setores Central e Sul.

Ao final de 2015, aproximadamente 217 fichas M301 foram preenchidas, material que já dava a mostra da presença e representatividade das residências de interesse cultural na cidade.

Em 12 de novembro de 2015 ocorreu uma reunião no Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com o Iphan/GO a FAV/UFG,[11] a Prefeitura Municipal [12] e o MPGO, este último representado pelo Promotor de Justiça Juliano de Barros Araújo. Naquela reunião o MPGO apresentou o interesse pelo Acordo de Cooperação Técnica entre as instituições e pela aplicação da metodologia do Iphan para auxiliar na demanda do município pela identificação de bens de interesse cultural em Goiânia. Com essa parceria, a 15ª Promotoria de Justiça do MPGO viabilizou recurso, proveniente de termo de ajustamento de conduta, destinado a etapas de trabalho definidas por intermédio de Termo de Referência. A gestão de recurso se deu pela FAV/UFG, via Fundação de Amparo à Pesquisa – Funape –, sendo os produtos resultantes entregues ao Iphan/GO e ao MPGO em fevereiro de 2017.

Dessa forma, este livro apresenta e sintetiza as atividades de 2015 e 2016 do Acordo de Cooperação Técnica entre o Iphan/GO e a FAV/UFG. O Iphan tem em Goiânia 21 bens tombados de arquitetura oficial, formados por edifícios e elementos urbanos que foram fundamentais para a transferência e criação da nova capital, além de ser também tombado o traçado do Setor Central e parte do Setor Campinas.[13] Compreender onde e como se deu no plano de Attilio Corrêa Lima a ocupação das quadras destinadas ao uso residencial e em quais condições estão e o que caracteriza tais remanescentes – informações proporcionadas pelo inventário – contribui com os mecanismos de proteção e conhecimento do que cabe ao Iphan/GO zelar, assim como lança luz aos demais órgãos de preservação em sua atuação pela preservação. Para Goiânia, o inventário é um processo de valorização de edifícios, de lugares, de pessoas e de memórias, contribuindo para dar um novo olhar à cidade e abrindo para a possibilidade de convivência entre o antigo e o novo.

O ensejo é que as atividades de inventário tenham uma ação continuada, servindo como meio de educar o olhar e de valorizar os componentes urbanos (arquitetônicos e humanos) que dão identidade e caracterizam Goiânia.

11.

Pelo Iphan/GO participa a técnica arquiteta Dafne Marques de Mendonça, a então Coordenadora Técnica, Beatriz, Otto de Santana e a então Superintendente Estadual, Salma Saddi.

Representando a Universidade Federal de Goiás (UFG) compareceram a Professora da Faculdade de Artes Visuais/Arquitetura (FAV) Dra. Eline Maria M.P. Caixeta e o Gerente de Projetos da Funape Gustavo Abrantes Condexa.

12.

Representando a Prefeitura Municipal de Goiânia estava presente a Assessora Jurídica da Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação (SEPLANH) Jiovana Tomitão Mario.

13.

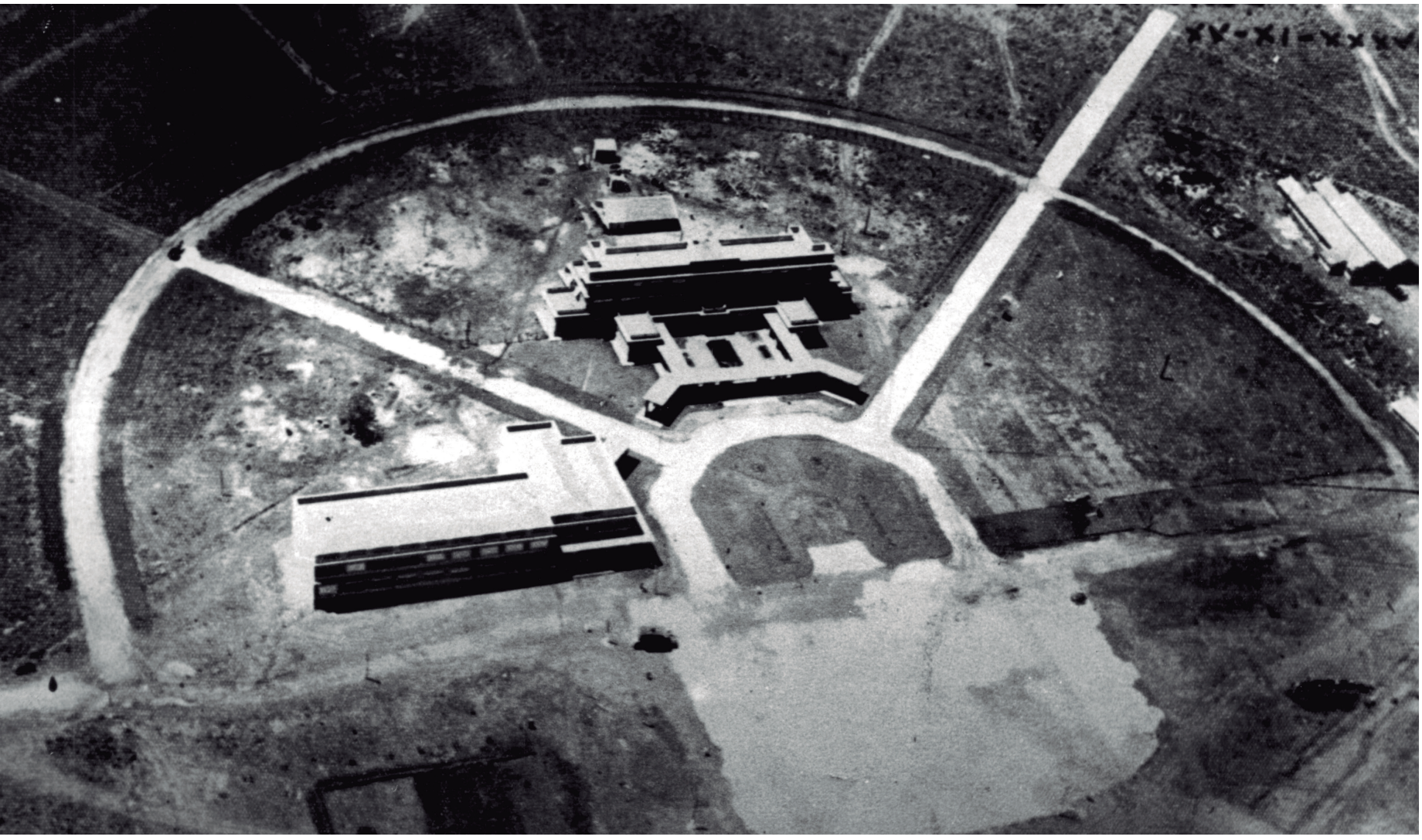
O "Acervo Art Déco e Urbanístico de Goiânia", tombado pelo Iphan, está inscrito nos livros do Tombo Histórico, Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. A Portaria de nº 507/2003, publicado no *Diário Oficial* nº 228 de 24 de setembro de 2003, relaciona os bens tombados em Goiânia na esfera federal.



PRIMEIRA PARTE: BENS INVENTARIADOS

◂ Figura.21

Vista aérea de Goiânia. Ano: 1936. Autor: desconhecido. Goiânia, GO. Fonte: Coleção MUZA|GO, Acervo MIS|GO.



▲ Figura.22

Praça Cívica. Ano: 1937. Autor: O Popular. Fonte: Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia da SEPLANH_0030.

NÚCLEO INICIAL DE GOIÂNIA: AS CASAS NA CIDADE

Os bairros que constituem o que denominamos núcleo inicial de Goiânia compreendem o Setor Central, o Setor Norte e o Setor Sul – do Plano de Urbanização de 1938 – e suas zonas limítrofes, abrangendo parte dos setores Oeste, Aeroporto e o antigo Bairro Botafogo, hoje Setor Leste Universitário. A ocupação de Goiânia ocorreu de forma planejada, sob a orientação do Estado, único proprietário das terras para fins de parcelamento urbano até a década de 1950, mas também de forma irregular, pelo contingente migratório proveniente de sua construção, que ocupou as terras lindeiras à área urbanizada (MORAES, 2006). As casas do núcleo inicial de Goiânia, portanto, são aquelas construídas dentro desse marco geográfico, entre as décadas de 1930 e 1970, período de sua construção e consolidação.

SETOR CENTRAL

O que hoje se conhece como Setor Central ou Centro de Goiânia compreende as regiões denominadas no plano de Attilio Corrêa Lima como "Setor Central" e "Setor Norte", tendo sido a primeira região urbanizada e ocupada da cidade e, por esse motivo, sendo conhecida como seu "núcleo pioneiro"[14] (Figura 21).

No Plano de Urbanização de 1933, o Setor Central, com seu traçado radiocêntrico convergindo para a Praça Cívica, desempenha papel fundamental no zoneamento da cidade, por abrigar atividades diversificadas, próprias de uma centralidade (Figura 22). Segundo o Plano de Urbanização de Goiânia (1938), essas vão desde as atividades administrativas e comerciais, até atividades culturais, educacionais, religiosas e de lazer, comportando algumas instituições de relevo como a Santa Casa, o Ginásio do Estado, o Corpo de Bombeiros, o Departamento de Limpeza Pública e o Automóvel Clube de Goiás. As atividades administrativas concentram-se no entorno da Praça Cívica, o comércio no percurso das avenidas Goiás e Anhanguera e quadras adjacentes, e o centro cultural da cidade – onde posteriormente seria construído o Cine Teatro Goiânia – localiza-se no polígono do cruzamento entre as avenidas Anhanguera e Tocantins. Os demais equipamentos urbanos distribuem-se pelo Setor, localizando-se nas áreas internas das quadras de maior tamanho ou próximas às avenidas (Figuras 23).

O Setor Norte, destinado à Zona Industrial da cidade, comportava também a Estação Ferroviária e os Armazéns da Estrada de Ferro, bem como o Quartel de Força Estadual, a Vila Militar, a Escola de Aprendizes e Artífices (antiga Escola Técnica de Goiás e atual Instituto Federal de Goiás), uma área destinada a uma escola de freiras (Colégio Santo Agostinho) e outra a

14.

Apesar de o Setor Sul também fazer parte desse plano, ele foi urbanizado e ocupado posteriormente. Por esse motivo não faz parte do que hoje se conhece como "núcleo pioneiro" de Goiânia.

um campo de esporte, onde posteriormente foi construído o Estádio Olímpico de Goiânia. Continha também uma pequena zona comercial localizada nas duas últimas quadras de Avenida Goiás, próxima à Estação Ferroviária, e duas áreas destinadas a mercados municipais, nas ruas 74 e 71 (Figura 24).

A setorização das zonas residenciais da cidade é descrita no relatório de 1937 de Jerônimo Coimbra Bueno, então Superintendente de Obras, a Oscar Campos Júnior, Diretor-Geral da Fazenda. Nele consta a localização de zonas residenciais em todos os "Setores" da cidade, dispostas preferencialmente na periferia, junto às "faixas de bosques que a circundam".[15] Na Zona Industrial, localizada no Setor Norte, segundo o relatório, foram criadas subzonas residenciais operárias, adjacentes à subzona de indústrias leves. Na impossibilidade de todas as casas poderem estar na periferia, "foram reservados os bosques naturais dos Buritys, do Botafogo e do Capim-Puba, e mais as praças, para garantirem bôa aeração em todos os pontos da cidade" (ALVARES, 1942, p. 32).

Segundo Daher (2003), o Setor Norte foi ocupado majoritariamente como área residencial, entre as décadas de 1930 e 1960, abrigando uma população formada por empregados do comércio, operários e profissionais do nível médio (classe C do segmento populacional da época), ao passo que o Setor Central foi ocupado pelas classes A e B. A primeira, composta por grandes empresários, profissionais liberais, grandes comerciantes e fazendeiros, e a segunda, por pequenos comerciantes, funcionários públicos bem situados e profissionais liberais sem grandes recursos financeiros. Por esse motivo, durante longo tempo, o Setor Norte da cidade foi conhecido como "Bairro Popular". Conforme a autora, o próprio relatório de Attilio Corrêa Lima ao Interventor Pedro Ludovico Teixeira datado de 10 de janeiro de 1935 e denominado "Plano Diretor de Goiânia" já induzia esse tipo de ocupação: uma classe mais abastada no Setor Central e uma classe menos favorecida nas proximidades da Zona Industrial. A construção de casas pelo Estado na década de 1930 e inícios dos anos 1940, destinadas a abrigar funcionários e operários que vieram trabalhar na cidade, também seguiu esta lógica de ocupação (Figuras 25 a 28).

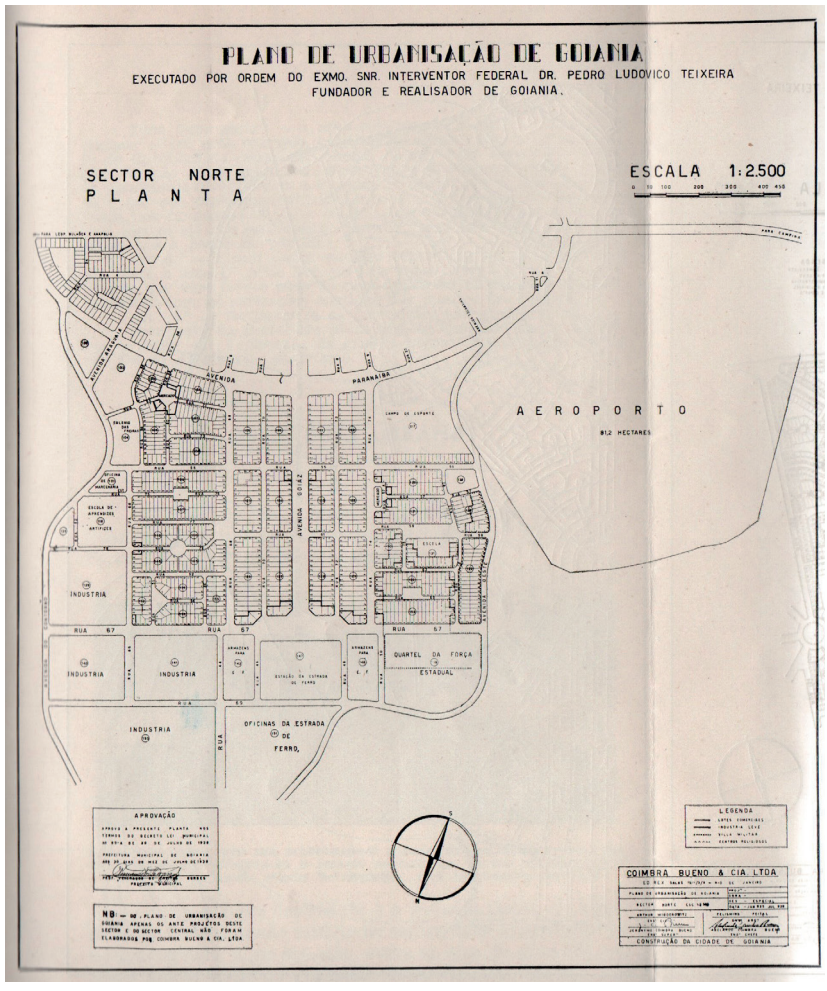
Conforme esse relatório, o traçado proposto referia-se "de uma maneira geral à configuração do terreno, à necessidade do tráfego e ao zoneamento" (IBGE, 1942, p. 47). O traçado de ruas e avenidas dessa região da cidade foi concebido em consonância com a topografia. As principais avenidas agrupadas no Setor Central contribuem na constituição da paisagem e na definição do fluxo

15.

As zonas também estão definidas pelo Decreto-Lei 90-A, de 30 de julho de 1938, conforme é citado no Código de Edificações de 1947.

▾ Figura.23

Setor Central, Plano de Urbanização de Goiânia, 1938. O desenho destaca a zona comercial, entre as avenidas Goiás e Anhanguera, e o Centro Cultural, onde seria construído o Cine Teatro Goiânia e localizados alguns equipamentos urbanos no centro das quadras. Fonte: ALVARES, 1942.



adequado do tráfego já prevendo o aumento de sua intensidade futura, como é o caso da Avenida Paranaíba. Segundo um estudo de Attilio Corrêa Lima, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1942, ela foi "[...] projetada tendo em vista a necessidade que há de desviar o tráfego que atravessa a cidade com outro destino, evitando o acúmulo inútil no centro da cidade, constituído na sua maioria de pesados veículos de carga" (IBGE, 1942, p. 101).

A concepção do centro administrativo da cidade, chamado de Praça Cívica, foi proposta levando-se em conta a facilidade de acesso, os efeitos perspectivos e a proteção quanto ao tráfego intenso (Figura 29).

> A ossatura do plano da cidade é constituída pela avenida Anhanguera, eixo das principais comunicações para o exterior, avenida Pedro Ludovico cruzando ortogonalmente com aquela, ligando o centro administrativo à Gare de Estrada de Ferro. As avenidas Araguaia e Tocantins, que partem do centro administrativo, ligando aquela ao parque Botafogo e esta ao Aeródromo, e finalmente a avenida Paranaíba, em curva, ligando o parque Botafogo ao Aeródromo e cortando as avenidas acima descritas. (IBGE, 1942, p. 100-101).

O planejamento da zona comercial do Setor Central de Corrêa Lima foi estruturado da seguinte forma:

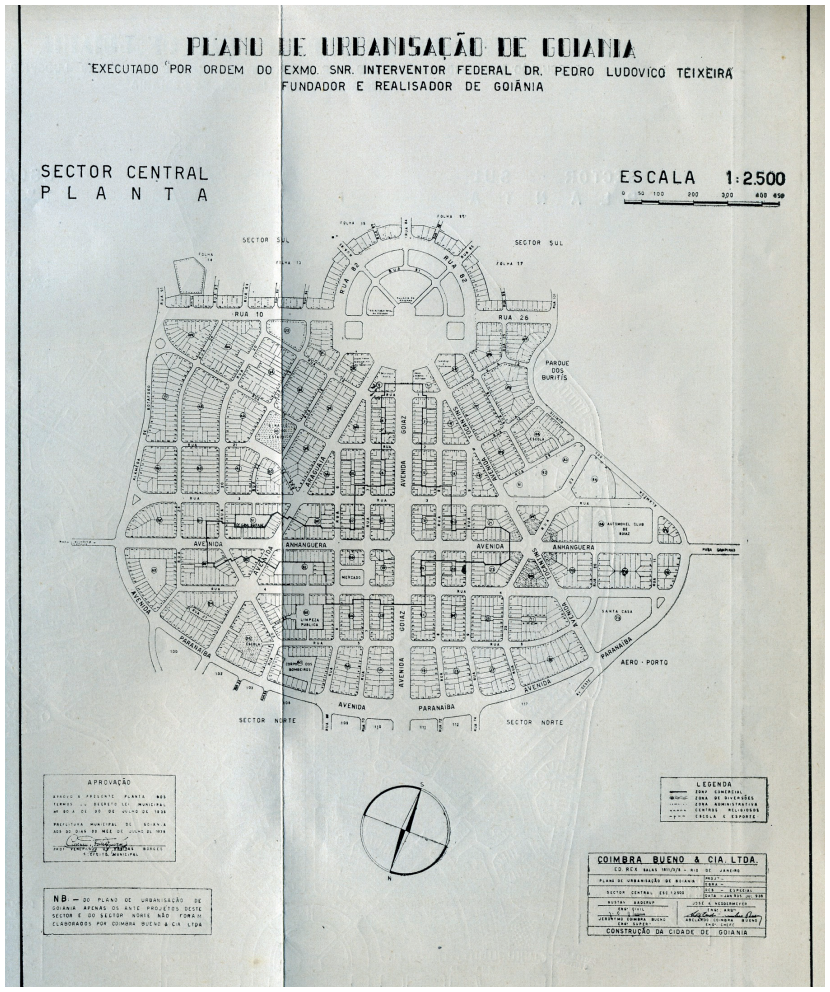
> [...] nas quadras 21, 23, 38, 51 e 52 grandes páteos para o estacionamento de veículos de aluguel. O trecho da rua 3, compreendido entre as ruas 6 e 9, é destinado exclusivamente à zona bancária. Na Avenida Pedro Ludovico, só deverá ser tolerado o comércio de luxo, casas de modas, joalherias, cafés, bars e restaurantes com instalações de gôsto. (IBGE, 1942, p. 102).

A concretização desse planejamento pode ser observada nas imagens históricas das décadas de 1930 a 1950, quando a ocupação dessas ruas e da Avenida Goiás, antiga avenida Pedro Ludovico, é tomada por edifícios de comércio e serviços (Figuras 30 e 31).

É importante ressaltar que o traçado urbano da região denominada no plano de Corrêa Lima como Setor Central apresenta uma ordenação das vias de tráfego que estabelece o gabarito de acordo com seu uso e fluxo de carros e pedestres. Define-se, também, um

▾ Figura.24

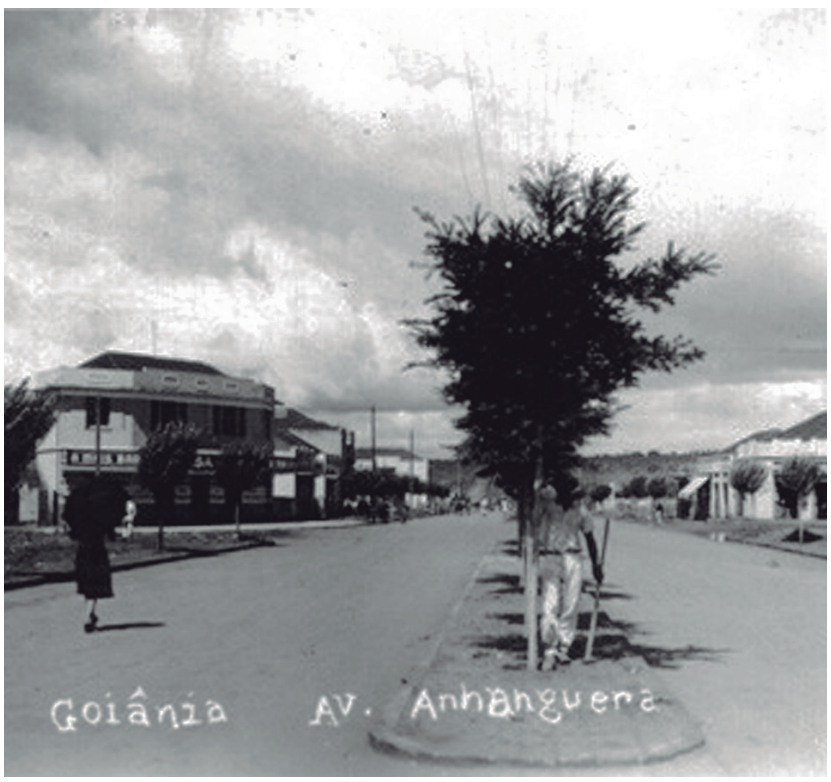
Setor Norte, Plano de Urbanização de Goiânia, 1938. O desenho destaca a Zona Industrial e as instalações da rede ferroviária, abaixo da Rua 67 (hoje Avenida Independência); a zona comercial localizada na Avenida Goiás e na Rua 67; dois mercados, nas ruas 74 e 71; o Quartel e a Vila Militar, bem como a previsão de localização de instituições educacionais em algumas quadras. Fonte: ALVARES, 1942.





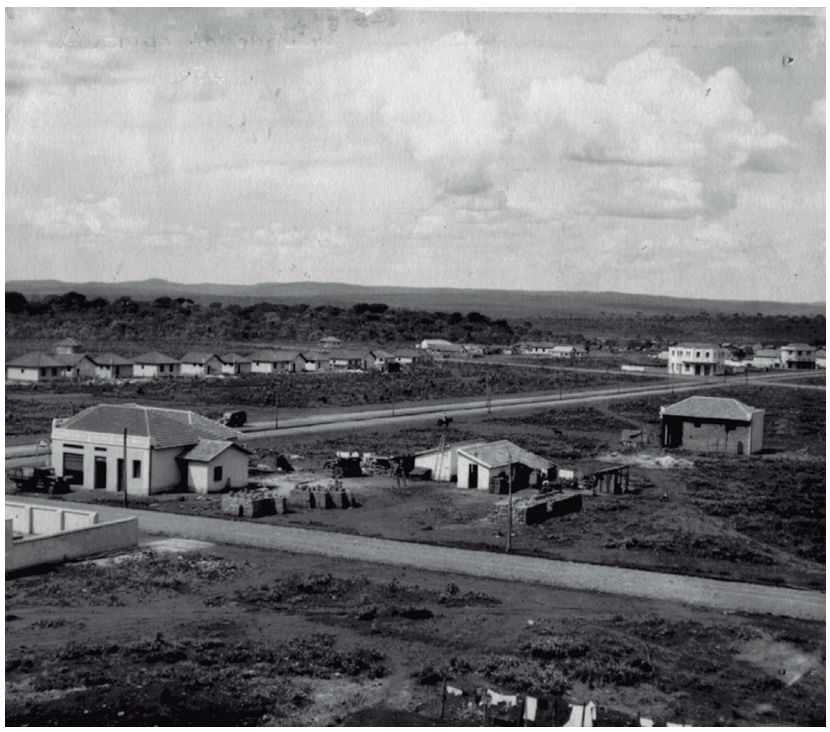
▲ Figura.25

Praça Cívica, jardins e primeiras edificações no seu entorno. Ano: 1937. Autor: O Popular. Fonte: Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia da SEPLANH_0036.



▲ Figura.26

Avenida Anhanguera, abertura das vias e primeiras edificações do entorno com casas-tipo ao fundo. Ano: 1937. Autor: O Popular. Fonte: Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia da SEPLANH.



▲ Figura.27

Avenida Anhanguera, com a arborização do canteiro central e edificações comerciais. Foto: H. B. Fonte: Acervo MIS|GO.



▲ Figura.28

Abertura da Rua 20, prédio da Diretoria-Geral da Fazenda. Ano: 1935. Autor: Alois Feichtenberger. Fonte: Coleção MUZA|GO, Acervo MIS|GO.



paisagismo adequado às vias: todas as ruas arborizadas e as principais avenidas ajardinadas. "Os passeios, na zona residencial, terão parte da sua área gramada, sendo essas áreas cobertas com uma camada de cascalhinho, quando se tratar da zona comercial, ou onde o tráfego de pedestres seja muito intenso" (IBGE, 1942, p. 104).

Attilio é bastante cauteloso quanto à adequada interação entre o ajardinamento, o traçado das avenidas principais e a proteção de áreas verdes significativas para a cidade, como por exemplo o bosque do Botafogo (Figuras 32 e 33).

> Jardins – adotamos o partido relativamente aos espaços livres de utilizar a avenida Pedro Ludovico como jardim. Por isso demos a largura excepcional para uma aglomeração relativamente modesta. Apresenta esta, com os seus 45% de área ajardinada e conveniente arborizada, aspecto monumental e pitoresco. Será futuramente o local onde a elite fará o footing à tarde e à noite. (IBGE, 1942, p. 51).

Esse ajardinamento, em forma de *park-way*, se prolongará até atingir a mata situada ao sul da avenida Araguaia, que será transformada em grande parque da cidade. Essa mata que denominamos de parque Botafogo deverá ser protegida contra a



▲ Figura.29

Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira, Centro Cívico da cidade, com o Palácio das Esmeraldas. Fonte: Acervo IBGE_GO42629.

▲ Figura.30

Praça Cívica com vista geral para a Avenida Goiás: amplos espaços urbanos, massa vegetativa e edificações institucionais e comerciais. Ano: 1945. Autor: Desconhecido. Fonte: Coleção MUZA|GO, Acervo MIS|GO.

▾ Figura.31

Avenida Goiás, com vista em direção ao Setor Norte. Edificações de baixo porte e arborização. Ano: 1945. Autor: Sílvio Berto. Fonte: Acervo MIS|GO.



▾ Figura.32

Ajardinamento da Avenida Goiás com Torre do Relógio ao fundo. Fonte: Acervo IBGE_GO42647.



> devastação e contra as explorações industriais, a fim de não ser desperdiçado este valioso patrimônio. (IBGE, 1942, p. 52).

Pertencem ao plano diretivo não só as dimensões do terreno padronizado, mas as normas de implantação das edificações que previam o recuo frontal e lateral no limite do lote para edifícios de uso residencial e recuo lateral para os de uso comercial, o que propiciou, entre outras questões, uma iluminação e ventilação naturais, principalmente para as residências.

Segundo Moura (2011, p. 112), a Lei nº 196, de 23 de julho de 1937, publicada a 14 de agosto de 1937, contém as "Normas Gerais para a Regulamentação de Construções em Goiânia". De acordo com essa normativa, a edificação de estabelecimentos comerciais deveria ser geminada, com exceção dos edifícios de esquina. Esses deveriam observar recuo mínimo de 2,50 metros sobre o alinhamento da rua e recuo de 2 metros da divisa lateral comum em edifícios até 7,5m de altura. Em ambos os casos (edifícios de medianeira e de esquina), os recuos laterais deveriam prever muros ou portões que fechassem essas passagens. O índice de ocupação, nesse caso, seria de 60% da área do lote e o afastamento dos fundos em 25% da profundidade do lote. Em ruas de largura superior a 24 metros, a altura mínima dos prédios comerciais deveria ser de 7,50 metros e, em ruas de largura inferior àquela, de 4,50 metros. A altura máxima no alinhamento das edificações deveria ser de "uma vez e meia" a largura das vias, e a continuidade de suas linhas horizontais, que marcam as vergas, peitoris, marquises e platibandas, deveria ser respeitada. As marquises e platibandas eram obrigatórias, sendo também suas dimensões definidas de acordo com a largura das vias, como previsto na Portaria nº 67, com base na Lei nº 196, de 23 de julho de 1937 (MOURA, 2011, p. 112). Essas questões, entre outras, denotam preocupação com o conforto, a organização e a padronização dos espaços e da paisagem e a relação com o meio ambiente (Figura 34).

Para implantação das residências, um aspecto importante era o conteúdo programático estabelecido pelas normas, seja nas casas térreas ou em dois pavimentos: alpendre, sala, quartos, cozinha e banheiro (sua quantidade dependia da classe social à qual se destinava o imóvel), além dos recuos para sua construção e as condições gerais dos compartimentos, estabelecendo áreas mínimas dos cômodos, pé-direito, vão de iluminação e ventilação.

Em relação à implantação no lote, as residências deveriam obedecer a recuos mínimos de 5,00 metros sobre o alinhamento da rua, afastamentos laterais mínimos de 1,50 e 2,50 metros sobre as

divisas do lote, distância mínima entre o lote e a linha de fundo do edifício de 25% da profundidade do lote e ocupação máxima de 35% da área do lote. Em relação à construção, foram definidas "paredes externas de 'uma vez' (de um tijolo) em espessura". Apenas as residências de área menor de 60 m² e de um pavimento poderiam ter as "paredes externas de "meia vez" (de meio tijolo) em espessura", segundo a Portaria nº 67, fundamentada na Lei nº 196, de 23 de julho de 1937 (MOURA, 2011, p. 112).

Uma das diferenças fundamentais na constituição física – além dos novos materiais e do padrão construtivo das casas – foi a localização da cozinha e do banheiro. Estes passaram a fazer parte constituinte do bloco da edificação, seguindo as recomendações higiênicas da modernidade, fato que muito a diferenciava das casas da antiga capital. Os serviços ainda continuavam sendo realizados em uma edícula no fundo do lote, tradição do habitar goiano da época colonial, que persiste em muitas residências goianienses ainda hoje.

> [...] as primeiras casas de Goiânia deveriam ser modelos de habitação moderna e higiênica, havendo, portanto, uma preocupação especial por parte do governo com a qualidade dessas construções. Uma das exigências estabelecidas no contrato com os irmãos Bueno era de que houvesse uma padronização de materiais para tais moradias: "estas construções para funcionários serão, tanto quando possível, padronizadas de modo a se obter o menor preço de custo". (MONTEIRO, 1938, p. 160).

Tais normas, tanto para as edificações residenciais quanto para as edificações comerciais, são fundamentais para a organização espacial dos edifícios no lote e para sua tipologia arquitetônica, por obedecerem aos códigos de implantação moderna da época, bem como de materiais e técnicas já conhecidas e especificadas nos edifícios da administração pública construídos na Praça Cívica, nas décadas de 1930 e 1940 (Figuras 35 a 38).

> As primeiras casas a serem construídas em Goiânia, as chamadas casas-tipo, seriam destinadas aos funcionários do governo recém-transferidos para a nova capital, e o governo do Estado, possuidor dos lotes, doaria aos funcionários que poderiam financiar a construção diretamente do estado ou ainda executar por conta própria suas moradias. (MOURA, 2011, p. 24).

▾ Figura.33

Arborização das calçadas e casas-tipo da Rua 07 do Setor Central, década de 1940. Foto: autor desconhecido. Fonte: Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia da SEPLANH_0031.

▾ Figura.34

Avenida Anhanguera esquina com a Avenida Araguaia: padronização das edificações e canteiro central arborizado. Fonte: Acervo IBGE_GO42643.







▲ Figura.35

Casas na Rua 19, década de 1940. Autor: Antônio Pereira da Silva. Fonte: Acervo MIS|GO.



▲ Figura.36

Residências da Avenida Araguaia. Década de 1930. Autor: Alois Feichtenberger. Fonte: Acervo MIS|GO.



▲ Figura.37

Rua 20. Década de 1940. Antônio Pereira da Silva. Goiânia – GO. Acervo MIS|GO.



▲ Figura.38

Vista aérea do centro de Goiânia – padronização das residências: construção e implantação. À esquerda, Liceu de Goiás. Década de 1950. Autor: Silvio Berto. Fonte: Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia da SEPLANH_0046.



◂ Figura.39

Casa-tipo na Rua 72 do Setor Central: casa-tipo com influência do *bungallow* moderno norte-americano. Ano: 1983. Autoria: Lúcia Rios Peixoto; Chárbel Abrahão Elias; Denise Pacheco de Oliveira; John Nivaldo da Silveira; Paulo Cesar Evangelista Flávio. Fonte: Núcleo de Documentação PUC-GO_Pasta 492.



◂ Figura.40

Residência eclética na Rua 20 do Setor Central. Ano: 1986. Autoria: Fernanda Marques Vieira; Isabel Cristiana de Oliva Coelho. Fonte: Núcleo de Documentação PUC-GO_Pasta 468.

Entre as décadas de 1930 e 1950 foram edificadas residências com a presença de várias linguagens arquitetônicas e as soluções formais delas decorrentes, como: o eclético, o neocolonial, missões, o normando, e o *art déco*. A tipologia do *bungallow* moderno esteve presente em várias dessas casas. Moura (2011, p. 60) ressalta que os construtores da capital, os irmãos Coimbra Bueno, e pessoas importantes atuaram no processo de formação de Goiânia, vindas do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte tendo como "referência tais padrões" e adaptando-os "ao gosto e possibilidades técnicas locais". Já a opção pelas características *art déco* nas residências goianienses, conforme Coelho (1997, p. 34), deu-se pelas famílias de maior poder aquisitivo, sendo localizadas próximas ao poder central, a Praça Cívica (Figuras 39 a 43).

Segundo Moura (2011, p. 74), a opção estética das residências das classes média e alta em Goiânia foi o estilo neocolonial e, em alguns casos, o normando:

> [...] arquitetura da elite, que mesmo sendo simplificada se comparada aos exemplares cariocas ou paulistas, destacava-se do conjunto de edificações goianienses, seja por suas dimensões, como é o caso dos grandes sobrados neocoloniais, seja pelo aspecto marcante dos telhados altamente inclinados dos modelos normandos.

Essas casas, em geral, foram edificadas nas principais vias do Setor Central como: Avenida Tocantins, Avenida Araguaia, Rua 10, Rua 85 (Figura 44). Conforme Mello (2006, p. 108), existiam exemplares em outros estilos, mas o neocolonial[17] era maioria. Com inspiração nos modelos das cidades de Belo Horizonte, Rio e São Paulo, a fase das residências neocoloniais em Goiânia durou de 1930 a 1950, segundo a autora.

A arquitetura modernista chega a Goiânia a partir da década de 1950 pelas mãos do arquiteto Eurico Calixto Godoi, formado engenheiro arquiteto na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil (Figuras 45 a 47). Conforme Vaz e Zárate (2005), "[...] a primeira casa moderna de que se tem notícia e que tem repercussão em Goiânia por se distinguir funcional e esteticamente das demais e por causar impacto sobre a sociedade local" foi a residência de Dorival e Tereza Barcelar, projetada por Eurico Godoi e construída na Rua 91, esquina com a Rua 10 do Setor Sul, na divisa com o Setor Central.

Na década de 1960 o modernismo firma-se na cidade, pelo fluxo de crescimento depois da construção de Brasília e pela influência direta que a edificação da nova capital federal terá sobre a produção local, que procurou acompanhar, por meio dela, o momento de consolidação da arquitetura moderna brasileira (CAIXETA et al., 2011).

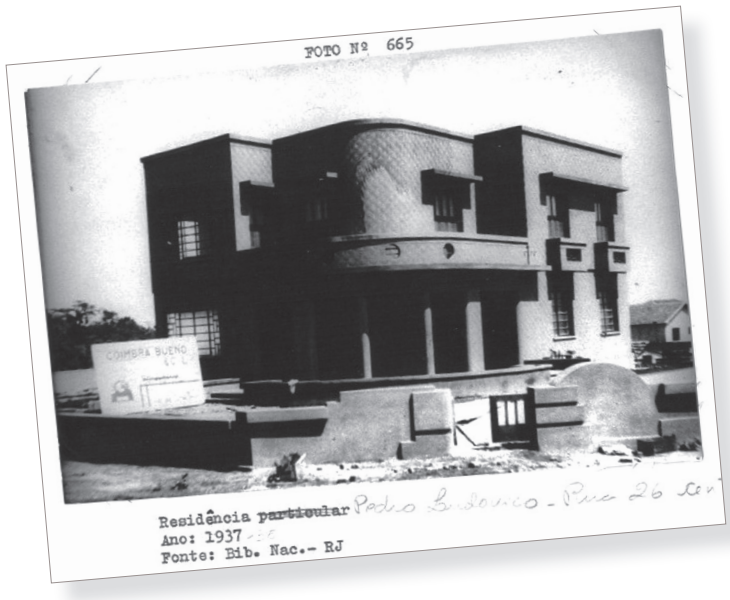
Fato esse que modifica a paisagem do Setor Central, com a construção de várias edificações importantes, oriundas de projetos de arquitetos de renome nacional como David Liebeskind, Sergio Bernardes, Sigbert Zanettini, Paulo Mendes da Rocha e Ruy Othake, bem como pela vinda de arquitetos formados no Rio de Janeiro, em São Paulo, Belo Horizonte e, posteriormente, em Brasília, que passaram a residir em Goiânia.[16] Esses arquitetos, seus projetos e obras influenciaram significativamente na produção local e contribuíram para a modificação da paisagem da cidade, apresentando novos símbolos de modernidade (OLIVEIRA; FROTA, 2014).

A construção de casas modernistas no Setor Central não modifica substancialmente a morfologia do bairro. As mudanças provocadas pela construção dessas casas dizem respeito mais à sua inserção no lote e à setorização dos ambientes, menos rígida, e que tendia a uma interligação maior entre espaços internos e externos da casa no lote e, em alguns casos, da casa com a rua. O porte das residências, os materiais utilizados e a composição volumétrica são elementos que também tiveram impacto sobre a morfologia.

Nesse contexto, surge a construção de casas com feições modernistas, mas que não respondiam completamente aos princípios estético-formais e construtivos dessa arquitetura. São residências de menor porte e que constituem o que se pode chamar de uma interpretação popularizada da casa modernista. Construídas fora do entorno do espaço representativo do núcleo inicial da cidade, elas encontram-se espalhadas pelo bairro. Por sua representatividade numérica e solução tipificada da forma como resolve a fachada e o acesso ao interior da residência, com a inclusão da garagem ao corpo do edifício, elas

16.

Acerca da predominância do neocolonial, quanto a outros estilos, em Goiânia, é importante salientar que muitos autores não fazem a distinção entre o neocolonial ibero-americano e o neocolonial hispano-americano, também conhecido como estilo missões, mexicano ou californiano. Em função da pesquisa de campo atualmente realizada pela equipe, pressupõe-se que esse seja o caso, visto que, nessa cidade, se observa a persistência de maior número de residências em estilo missões do que em estilo neocolonial.



▾ Figura.41

Residência Pedro Ludovico Teixeira, em estilo, Setor Central entre a Praça Cívica e o Bosque dos Buritis. Fonte: Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia da SEPLANH.



▾ Figura.42

Residência eclética missões, Setor Central. Fonte: Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia da SEPLANH.

▾ Figura.43

Inspetoria Regional de Estatísticas. Fonte: Acervo IBGE_GO42639.



▾ Figura.44

Avenida Tocantins: construção de residência normanda e casa-tipo. Ano: 1937. Autor: Alois Feichtenberger. Fonte: Coleção MUZA|GO, Acervo MIS|GO.



▾ Figura.45

Goiânia na década de 1950. Rua 3, Avenida Anhanguera, Rua 4 e Rua 5 do Setor Central, da esquerda para a direita, com o Bosque dos Buritis à esquerda, ao fundo. Autor: Sílvio Berto. Fonte: Acervo MIS|GO.



▾ Figura.46

Primeira casa modernista de Goiânia: projeto do Arquiteto Eurico Calixto de Godoi. Residência de Dorival e Tereza Barcelar. Ano: 1952. Foto: Autor desconhecido. Fonte: Acervo pessoal de Simone Borges Camargo de Oliveira, 2016.





Figura.47

Residência de Eurípedes Ferreira, hoje de Bariani Ortêncio, e projeto do arquiteto Eurico Calixto de Godoi. Ano: 1962. Foto: Simone Borges Camargo de Oliveira. Fonte: Acervo da Autora, 1990.

possuem fundamental importância na configuração do tecido urbano do Setor Central e na morfologia estabelecida nos primeiros anos de implantação da cidade, juntamente com as casas-tipo (Figura 48).

Mas é nesse período também que "Goiânia cresce para o alto" e expande-se em centenas de novos loteamentos. Entre 1950 e 1960, Goiânia torna-se a segunda cidade brasileira com maior taxa de crescimento populacional. "Quase duas centenas de novos loteamentos foram aprovados pela Prefeitura até 1959, quando o então prefeito Jaime Câmara assinou a Lei nº 1.566 (11/09/1959) para proibir novos loteamentos" (MEDEIROS, 2010, p. 135). Em 1961, o Estado anuncia a construção do Centro Cívico, edifício administrativo de dez pavimentos, situado na Praça Cívica, atrás do Palácio das Esmeraldas (MEDEIROS, 2010, p. 229). Esse edifício, concluído na década de 1970, assume o papel simbólico dessa mudança.

A junção desses fatores e suas imbricações políticas, sociais e urbanas mudam radicalmente não só o tamanho territorial da cidade, mas também a paisagem urbana. O Setor Central passa a ter edifícios residenciais e comerciais de vários pavimentos que ocupam, na maioria dos casos, todo o lote. Conforme Medeiros (2010, p. 230), o "Plano [de Luis] Saia [de 1962] foi definitivo, tanto na liberação do gabarito acima de oito pavimentos quanto na indução da reconfiguração da fisionomia da cidade [...]". Com o aumento do gabarito para construção nos lotes e a valorização da terra no Setor Central, se dão as primeiras demolições das edificações residenciais e comerciais do Núcleo Pioneiro de Goiânia, principalmente na Avenida Goiás (Figura 49).

Segundo Bellorio (2013), os planos diretores posteriores – o de 1967-1979 de Jorge Wilheim, o PDIG/2000, elaborado

17.

Atuaram em Goiânia, entre as décadas de 1960 e 1980: Eurico Calixto de Godoi, Elder Rocha Lima, Domingos Roriz, Ariel Costa Campos, Raul Naves Filó, Luiz Osório Leão, Silas Varizo, Antônio Lúcio Ferrari Pinheiro, Fernando Carlos Rabelo, Eduardo Simões Barbosa, Fernando Galvão, Elias Daud Neto, Paulo Mendonça, Silvio de Oliveira Castro, Luiz Fernando Cruvinel Teixeira e Moacyr Paulista Cordeiro, dentre outros.

e finalizado em 1992 pela empresa Engevix Engenharia S.A., e o PDIG/2007 – reforçam a verticalização de Goiânia, transformando o Setor Central em local de serviço e comércio, ocupado pela maior parte da população somente durante o dia.

As residências foram gradativamente demolidas e substituídas por altos edifícios comerciais e residenciais a partir da década de 1970, período que marcou o auge da verticalização do Setor Central e o início da verticalização do Setor Oeste, conforme Vaz (2002). De acordo com Moraes (1991, apud BELLORIO, 2013, p. 82-83), entre 1975 e 1985, "cerca de 57.000 novas unidades habitacionais, das quais 17.220 eram apartamentos em 4.304 novos prédios", foram construídas nesses bairros, pois a Lei de Zoneamento "incentivava a construção de edifícios de apartamento no Centro e no Setor Oeste e, posteriormente, na parte sul da cidade".

É importante ressaltar que a criação dos corredores de ônibus nos eixos norte-sul acentua o caráter de passagem do Setor Central a partir de 1975, com a denominada Lei Lerner, complementar ao Plano de Wilheim, que "ordenou o sistema viário da capital dando ênfase ao transporte coletivo, por meio da criação dos eixos" (BELLORIO, 2013, p. 87). Além de demonstrar a "linearização" do crescimento urbano em direção aos seus eixos de distribuição norte-sul e leste-oeste, essa lei consolida a Avenida Anhanguera como eixo comercial e contribui para o esvaziamento gradativo da função residencial do Setor Central, por colocá-lo como o grande nó desse sistema, aumentando a sua acessibilidade à população da periferia e popularizando o comércio e o serviço da região.

A mudança das classes A e B para outros bairros residenciais já urbanizados, como o Setor Oeste e o Setor Sul, segundo Vaz (2002), ocorre por etapas. Inicialmente transferem-se as residências e posteriormente o comércio e os serviços como consultórios, escritórios e lojas, configurando novas centralidades, primeiramente no Setor Oeste e posteriormente nos setores Aeroporto, Sul e Marista, ainda que menos importantes que o Setor Central.

▾ Figura.48

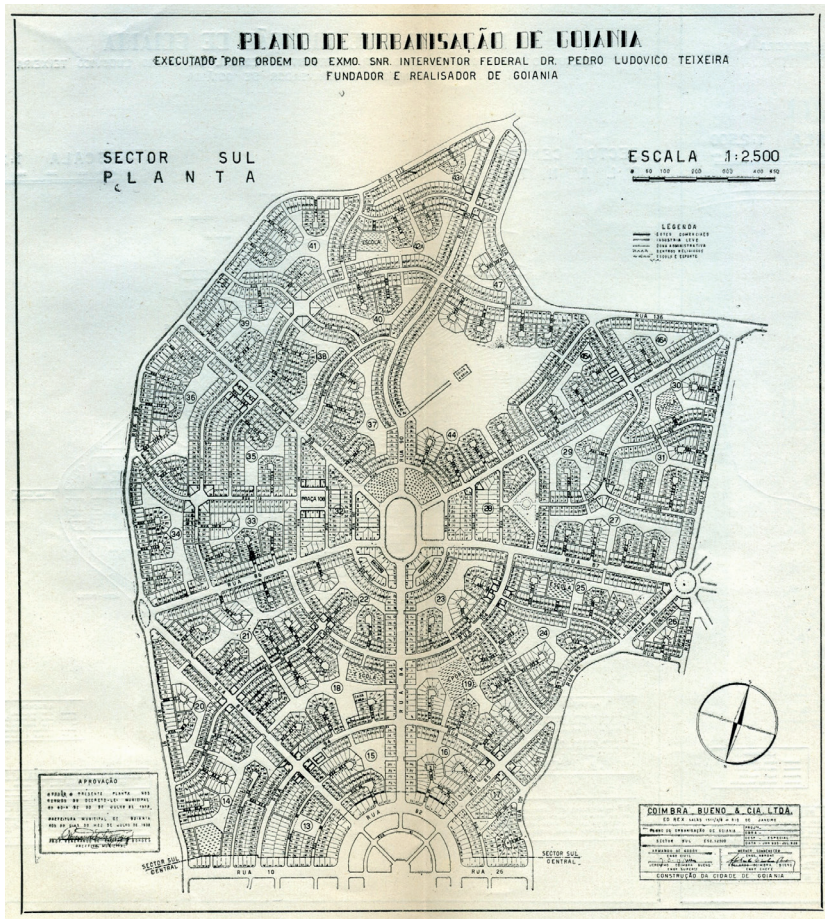
Vista aérea de Goiânia: Setor Norte em primeiro plano e Setor Central em segundo plano. Ano: 1957. Autores: Jablonsky, Tibor; Speridião, Faissol. Fonte: Acervo IBGE_GO24685.



▾ Figura.49

Praça Cívica com o Palácio das Esmeraldas, ao centro, e a Avenida Goiás, ao fundo. A foto mostra o início de verticalização do Setor Central, em contraposição aos espaços e edifícios representativos das duas primeiras décadas de implantação da cidade. Fonte: Acervo MIS|GO.





▲ Figura.51

Setor Sul, Plano de Urbanização de Goiânia, 1938. O desenho destaca a inserção de escolas e áreas esportivas no centro das quadras e áreas verdes, algumas áreas comerciais distribuídas nas esquinas das principais ruas, uma área destinada à instalação de um mercado, na Rua 88, e três áreas religiosas: duas localizadas nas imediações da praça Central, hoje denominada Praça do Cruzeiro, e outra no interior da Quadra 14, com acesso pela Rua 91. Fonte: ALVARES, 1942.

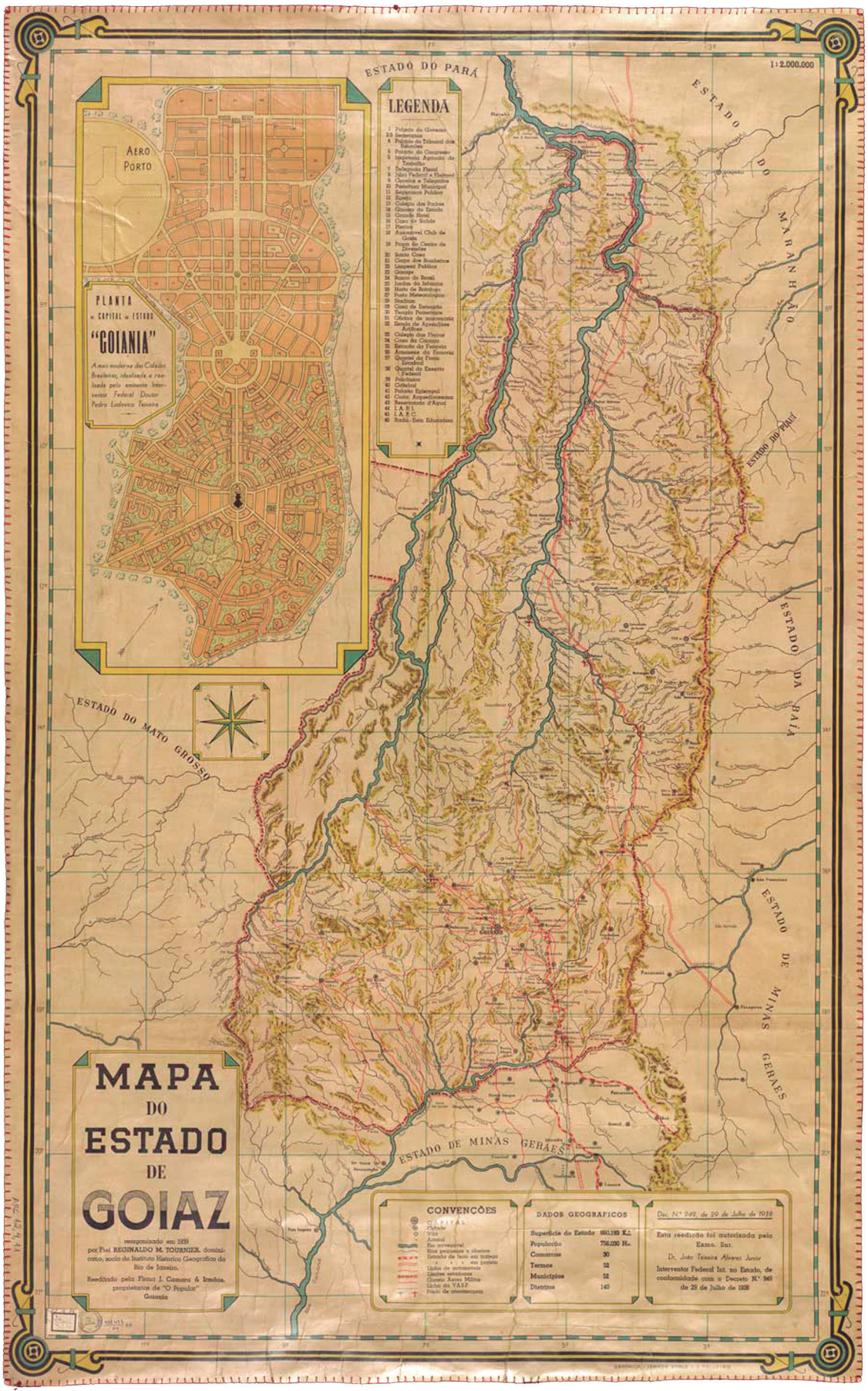
SETOR SUL

Entre 1937 e 1938, momento que imediatamente se segue à implantação do Setor Central, a concepção original do Setor Sul – presente na proposta inicial de Goiânia – é substancialmente modificada, com a participação dos irmãos Coimbra Bueno, incumbidos da construção da cidade, e do engenheiro Armando Augusto de Godoy, contratado como consultor para dar continuidade aos trabalhos de urbanização. Nesse contexto, Godoy realiza a revisão do plano de Corrêa Lima com pequenas alterações nos setores Central e Norte, substituindo o traçado do Setor Sul por outro mais diretamente orientado ao conceito de cidade-jardim.

Segundo Ribeiro (2004, p. 70), entre as intervenções realizadas por Armando de Godoy, a mais significativa delas é a nova concepção dada ao Setor Sul, com a criação de um "segundo centro de radiação", por intermédio de quatro novas avenidas radiais que se desenvolvem desde a Praça do Cruzeiro. Enquanto Corrêa Lima propõe uma única centralidade, irradiada por meio da Praça Cívica, onde concentra o poder público, Godoy concebe outra centralidade, projetada como um "grande jardim", que se estende por um sistema de quadras e áreas verdes internas, conectadas em forma de um parque linear. Como observa Greaff (1985, apud DAHER, 2003, p. 192), a Praça do Cruzeiro – em cujo entorno estava prevista a construção de escolas, áreas verdes e de prática de esportes – "desestrutura o caráter de centralidade da área administrativa, rivalizando-se com ela" (Figura 50).

Segundo Alvares (1942, p. 32), o Setor Sul destina-se a uma zona residencial, já presente no plano de Attilio Corrêa Lima, definida como "Zona Residencial Suburbana". Godoy cria atividades relacionadas ao lazer e à educação, de importância secundária, considerando-se que o plano inicial já estabelece áreas destinadas a atividades de lazer e comemorações públicas, localizadas no Setor Central (Figura 51).

No relatório do Superintendente de Obras da cidade, Jerônimo Coimbra Bueno, ao Diretor-Geral da Fazenda, são apresentadas as justificativas da localização das zonas residenciais da capital, "previstas em todos os setores, sobretudo, nos setores 'Sul' e 'Oeste', que serão essencialmente residenciais" (ALVARES, 1942, p. 31). Neste texto destacam-se a tranquilidade, o ar puro e a proximidade com o verde.



◂ Figura.50

Mapa do Estado de Goiás com o plano de Goiânia, revisado por Armando Augusto de Godoy, no qual se destaca a presença marcante do Setor Sul. Nele caracteriza-se de forma marcante a presença das áreas verdes. Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart451497/cart451497.jpg Acesso em: 17 jul. 2016.

> É cômodo morar em um lugar sossegado e bem arejado, com ar fresco e puro, e, para isso, zonas residenciais foram dispostas em toda a periferia da cidade, junto às faixas de bosques que a circundam. Estas zonas envolvem todas as outras zonas, exceto a industrial, que fica isolada em uma extremidade, como já dissemos.
>
> Como, naturalmente, nem todas as casas podem estar na periferia, foram reservados os Bosques naturais dos Buritis, do Botafogo e do Capim Puba, e mais as praças para garantirem aeração em todos os pontos da cidade. (ALVARES, 1942, p. 32).

Nesse mesmo relatório, Coimbra Bueno apresenta os princípios observados no plano de Godoy para o Setor Sul "nos moldes do subúrbio de Redburn", apontando as justificativas para o seu traçado:

a) Separação, quanto possível, das ruas de residência das do tráfego;

b) Fazer as ruas de residência com tráfego mínimo, e apenas indispensável para o acesso às residências, de modo a ser suficiente uma pavimentação muito barata para elas, que possa ser feita pelos próprios proprietários;

c) Isolar as residências dos inconvenientes do barulho, do pó e do perigo das ruas de tráfego intenso;

d) Fazer o menor número de ruas e tráfego – poucas ruas de muito tráfego, em vez de muitas ruas de pouco tráfego –, de forma que a prefeitura possa cuidar bem delas, por serem poucas, sem grandes dispêndios;

e) Separar, o quanto possível, o tráfego dos pedestres do dos veículos;

f) Garantir a melhor aeração possível às residências;

g) Prever uma vegetação abundante.

Isto porque é incômodo e perigoso o pedestre andar no meio dos veículos, como se vê comumente. Também é mais cômodo para o pedestre andar por um parque que por uma rua. Foi então projetado um sistema de parques internos, limitados pelos fundos dos terrenos, que se comunicam por toda a cidade afora, de forma a poderem os pedestres (sobretudo as crianças) andarem pelos parques para se locomoverem neste setor. (ALVARES, 1942, p. 32-33).

Assim sendo, o traçado urbano do Setor Sul inspira-se nos conceitos e desenhos de Raymond Unwin e Barry Parker, concretizados pela primeira vez na cidade de Letchworth, na Inglaterra, bem como nos princípios *howardianos* para utilização de espaços públicos e privados, no sentido de promover a unidade de vizinhança, com equipamentos de uso coletivo, bens e serviços para suprir de forma autônoma a área residencial. Apresenta, entre outras questões, uma forma muito diferente da cultura local para a implantação da residência no lote e também para o tráfego de pedestres e veículos. A entrada principal da casa, social, é voltada e circundada pelas áreas verdes. Já a entrada de serviços é voltada para as vias de tráfego de carros e serviços, que possui a forma de *cul-de-sac*. Vale salientar que na cidade de São Paulo a Companhia City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited lança empreendimentos imobiliários residenciais baseados nos bairros- jardim ingleses já a partir de 1913, localizados na zona Oeste da capital, próximo à Avenida Paulista.

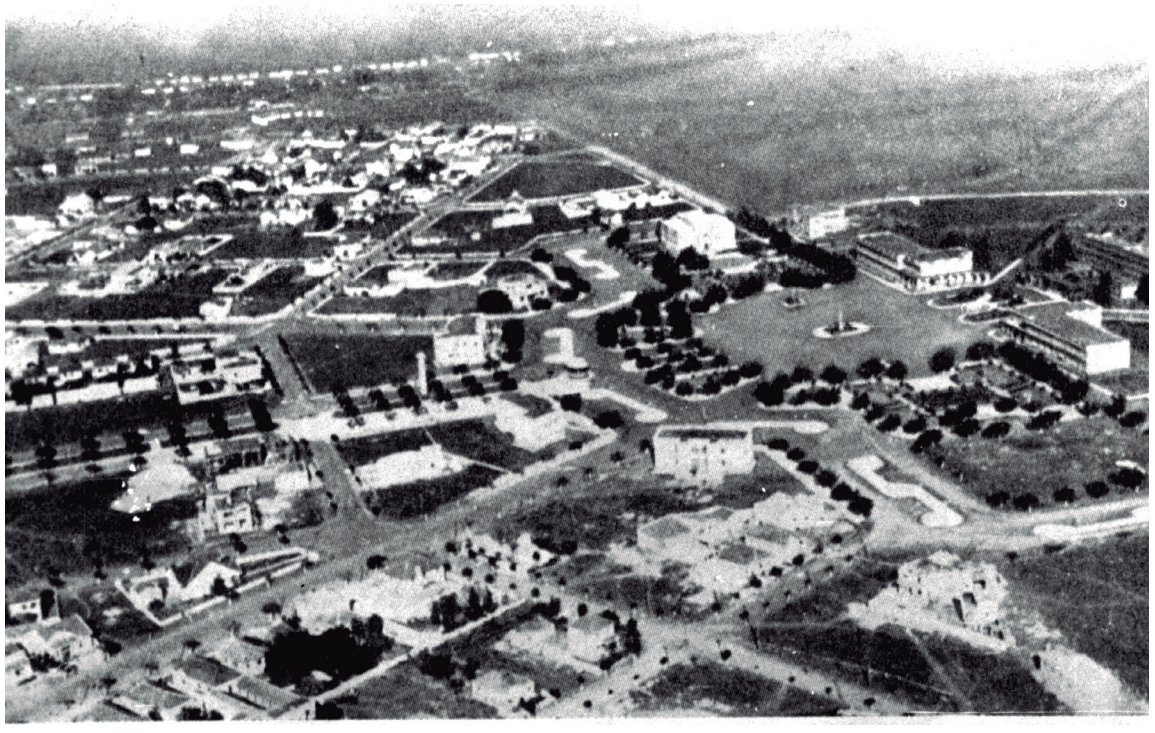
Em Goiânia, os lotes do Setor Sul apresentam, de modo geral, uma metragem maior do que a proposta por Corrêa Lima, e sua configuração é bem diferente, proporcionando uma maior variedade em sua ocupação. "Os lotes, de dimensões irregulares e desenhos variados (o que era causado pelo próprio desenho do bairro), variavam entre 346 m^2 e 894 m^2, possuindo, a maioria, área entre 400 e 600 m^2" (MOTA, 1999, p. 4).

De acordo com Mota (2004), o Decreto-Lei nº 2.104, de 27 de julho de 1937, assinalava que a implantação e a construção da cidade, financiada pelo Governo Federal e pelos bancos, seriam feitas em etapas. A primeira etapa constituída pelo Setor Central e Setor Norte, e a segunda, pelos setores Sul e Oeste. Conforme a autora, o Setor Sul só poderia iniciar sua implantação depois que os bairros da primeira etapa estivessem com 12.000 habitantes, mas, para a manutenção da receita, a venda dos lotes começou em 1937, logo após a aprovação do projeto, "sem a obrigatoriedade de construção imediata" (MOTA, 2004, p. 33) (Figura 52).

> Isso gerava uma situação complicada, pois além de o projeto de Godoy não ser de conhecimento comum (poucos conheciam o "loteamento de tipo americano", como chamavam), não ha-

> via para este uma legislação específica e adequada, que garantisse o seu padrão de ocupação dos lotes e das áreas livres, o que iniciou a sua descaracterização. (MOTA, 1999, p. 7).

Conforme Caixeta (1986), os lotes foram adquiridos pela população de menor poder aquisitivo como alternativa aos do Setor Central, muito valorizados na época, já que os lotes do Setor Sul foram vendidos por baixo preço, pelo fato de o bairro não possuir a menor infraestrutura. A ocupação deu-se com a pressão dos novos proprietários, no sentido de sua liberação pelo Governo para viabilizar a construção da casa própria. Liberação essa que, segundo Mota (2004, p. 6), veio a ocorrer em 1950, porém "antes mesmo dessa autorização a área começou a





▲ Figura.52

Vista aérea da Praça Cívica, com o Setor Central à esquerda e o Setor Sul à direita, sem urbanização e ocupação. Década de 1940. Autor: José Henrique da Veiga Jardim. Fonte: Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia da SEPLANH_0052.

◀ Figura.53

Rua 10, desde a Praça Cívica, em direção ao futuro Setor Leste Universitário. Do lado esquerdo o Setor Central com a Catedral Metropolita de Goiânia; do lado direito, o Setor Sul, com as primeiras casas e edifícios construídos ao longo da Rua 10 e no entorno da Praça Cívica. Ano: 1952. Autor: Hélio de Oliveira. Fonte: Acervo MIS|GO.





▲ Figura.54

Vista aérea do Setor Central já consolidado, com a avenida Anhanguera em primeiro plano, a Praça Cívica e o Boque dos Buritis, em segundo plano. Ao fundo, as primeiras edificações do Setor Sul e do Setor Oeste. Autor: Silvio Berto. Ano: 1955. Fonte: Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia da SEPLANH_18.

▲ Figura.55

Vista aérea de Goiânia, com Setor Central já consolidado, um pouco antes da sua verticalização, e o Setor Sul no início da sua ocupação, com a abertura de ruas e das avenidas 83, 84 e 85. Ano: 1957. Fonte: Acervo IBGE_GO24686.

ser ocupada pelos proprietários dos lotes e por alguns invasores que se concentravam na margem do Córrego Botafogo".

Caixeta (1986, p. 31) assinala que somente em 1953 o bairro começa a ser ocupado de forma regular. As primeiras construções regulares no Setor Sul ocorrem nos arredores da Praça Cívica e na Rua 1Ø, hoje Avenida Universitária (Figura 53). As primeiras ruas abertas foram as avenidas principais: ruas 84, 85 e 83. As demais vias foram abertas aos poucos, de acordo com a demanda da ocupação. A ocupação do Setor Sul, segundo a autora, ocorre em duas fases distintas: a primeira, entre o início da década de 1950 e o final da década de 1960 (Figuras 54 e 55), e a segunda, após a década de 1970 até o início da década de 1980, sendo os primeiros limites de ocupação do bairro a Rua 94 e a Rua 87, nessa sequência. Na década de 1990, alguns poucos lotes foram sendo ocupados de forma esparsa. Na primeira fase, muitos hábitos rurais acompanham e influenciam a apropriação do lote. São construções simples, com a frente voltada para a rua, costume que era parte de uma "cultura de morar" (CAIXETA, 1986). Essas fases de ocupação, pelo período temporal e delimitação geográfica, caracterizam conjuntos de residências diferentes, sendo a primeira formada por casas populares tipologicamente identificadas com as casa-tipo, residências modernistas de maior porte e as casas com feições modernistas de menor porte.

Para Caixeta (1986, p. 39-40), o surgimento de duas ou mais residências em um mesmo lote é um fenômeno cuja origem remonta ao hábito da população originária do Bairro Popular. Constroem-se as casas na parte posterior do lote com um corredor lateral que dá acesso a um ou mais barracões situados no fundo destinados para locação, obtendo com isso uma renda adicional. Esse hábito, típico de uma população de renda modesta, indica o perfil econômico dos primeiros moradores do Setor Sul. A implantação dos lotes desse bairro, com dois acessos – pela rua interna e pelas áreas verdes –, foi adequado ao acolhimento de tal hábito e fez surgir muitas residências cujos fundos foram ocupados por barracões. Os muros baixos ou mesmo a ausência deles, segundo a autora, eram características do início da ocupação do bairro, resultando numa maior integração da comunidade.

A partir do início da década de 1950 e durante a década de 1960, nas vias de entorno da Praça Cívica, como nas ruas 83, 84, 85, 90 e 94, são edificadas as residências de maior porte, pertencentes à classe média alta e à classe alta, caracterizadas por uma arquitetura modernista de qualidade e de relevante valor histórico (Figura 56).

Dentre elas destacam-se algumas residências modernistas, como a residência localizada na rua 82, n. 513, no anel externo da

Praça Cívica, projetada pelo arquiteto Eurico Calixto de Godoi,[18] em 1952. A casa foi inicialmente projetada para Eurípedes Ferreira e atualmente é conhecida como sendo a "casa Bariani Ortêncio", ilustre escritor de Goiânia que reside no local (OLIVEIRA, 1990). Outro importante exemplar de arquitetura modernista localiza-se nessa mesma rua, esquina com a Rua Dona Gercina, projetada em 1963 pelos arquitetos Silas Varizo Rodrigues e Armando Nornan, para Carlos Cunha Filho. Em 1966, no início da Avenida 84, n. 60, também próxima ao Centro Cívico da cidade, foi projetada pelo arquiteto David Libeskind[19] a residência de Abdala Abrão (SILVA NETO, 2010).

A população de classe média constrói casas modernistas de menor porte, adotando esquemas tipológicos tanto na organização em planta quanto na composição volumétrica, que buscam uma maior racionalidade dos espaços e resultam em uma volumetria mais compacta. É importante ressaltar que, no final da década de 1940, foram edificadas casas no Setor Sul com a tipologia arquitetônica das casas-tipo de um ou dois pavimentos, para funcionários públicos. Essas casas localizam-se nas proximidades com o Setor Central, especialmente na Rua 10, hoje Avenida Universitária.

Em 1957, é construído um conjunto de casas modernistas em torno da Praça do Cruzeiro, o Conjunto Lar Brasileiro, de suposta autoria de Oscar Niemeyer,[20] que tem como acesso principal a Rua 84, eixo de ligação entre o Setor Central e o Setor Sul, por meio da Praça Cívica e da Praça do Cruzeiro, tornando-se essa a primeira via a ser asfaltada no Setor Sul (COSTA, 1992, p. 129) (Figuras 57 e 58).

18.

Eurico Calixto Godoi (1925-1993) nasceu em Vianópolis, GO. Em 1951 diploma-se como engenheiro-arquiteto pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. Em 1949, trabalha como desenhista no escritório de Oscar Niemeyer e, em 1950, ainda estudante, funda seu primeiro escritório no Rio de Janeiro juntamente com Sérgio Rodrigues, Jayme de Miranda, Ricardo Aratanha e Jonhann Hirth. Em Goiânia, atua como Diretor do Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado e integra o grupo que organiza a fundação da Escola de Engenharia do Brasil Central, posteriormente incorporada à Universidade Federal, onde atua como professor, entre 1954 e 1967. Nas décadas de 1960 a 1990, planeja inúmeros projetos urbanos e edifícios importantes do contexto da cidade (OLIVEIRA, 2016).

19.

David Libeskind (1928-2014) nasceu em Ponta Grossa, PR. Ainda jovem, muda-se para Belo Horizonte, onde ingressa na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, graduando-se em 1952 como engenheiro-arquiteto. Em 1953, muda-se para São Paulo. Profissional de formação ampla, atua como arquiteto, artista plástico e designer. Em São Paulo, é autor de inúmeros projetos residenciais, edifícios de apartamentos e institucionais, sendo o Conjunto Nacional sua obra de maior destaque (VAZ; ZÁRATE, 2005; ANDRADE, 2013).

20.

Várias pessoas que trabalharam na época no empreendimento declaram a autoria de Oscar Niemeyer no projeto. Maria Silvia Nascimento, esposa do engenheiro Gilberto Nascimento, que trabalhou na construção das casas do Banco Lar Brasileiro do Setor Sul, "afirma a autoria dos projetos por parte do arquiteto em uma parceria com Helio Uchôa. Segundo ela, Niemeyer inclusive teria visitado a obra durante sua construção para acompanhar a execução. Entretanto, não há confirmação dessa autoria por parte do próprio Niemeyer" (BESSA, 2016, p. 5).



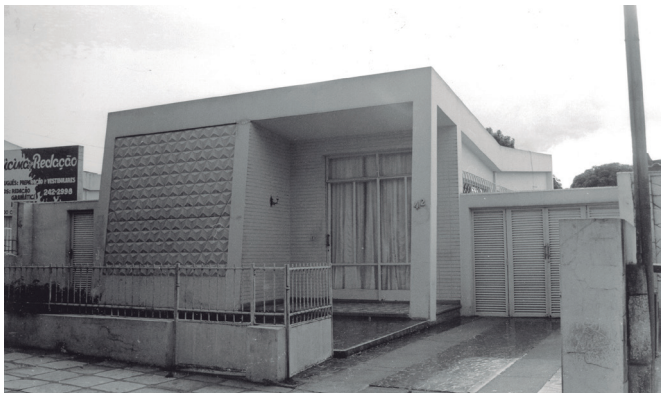
◂ Figura.56

Meados dos anos 1960: ocupação do Setor Sul com a formação de um dos primeiros cul-de-sacs e a presença da Residência Ignacy Goldfeld (1955), de David Libeskind, na Avenida 84. Em segundo plano, a construção do Centro Administrativo na Praça Cívica, com o começo da verticalização do Setor Central, ao fundo. Fonte: Acervo MIS|GO.



▲ Figura.57

Vista aérea de Goiânia com o Conjunto Lar Brasileiro (1956-57) edificado nas imediações de onde seria construída a Praça do Cruzeiro, centro geométrico do Setor Sul, em primeiro plano. Em segundo plano, a Praça Cívica e o Setor Cental com o Bosque do Botafogo ao fundo. Fonte: Acervo MIS|GO.



▲ Figura.58

Residência do Conjunto Lar Brasileiro, na Praça do Cruzeiro, Setor Sul. Autor: VIEIRA, 1990. Fonte: Núcleo de Documentação e Divulgação da EAA PUC-GO_Trabalho 651.

Partindo desse e de outros aglomerados de residências, conforme Costa (1992), vários pontos comerciais começam a surgir como: padarias, farmácias e empórios, situados nas ruas 83 e 85, esquina com a Rua 94. Mas o Setor Central permanece como o lugar onde são feitas as compras maiores da família (Figura 59).

Nos anos 1960, de acordo com Frota e Caixeta (2013, p. 7), é construída a primeira casa brutalista em Goiânia, também localizada no Setor Sul, na Rua 83, nas imediações da Praça Cívica. Projetada pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha, em 1963, para abrigar a família de Bento Odilon Moreira, a residência foi concluída apenas em 1969 (Figura 60). Segundo os autores, a Residência Bento Odilon Moreira, a sede social do Jóquei Clube de Goiás (1962-1975), projetada pelo mesmo arquiteto, e os edifícios das faculdades de Educação (1964) e Direito (1964) da Universidade Federal de Goiás, projetados pelo arquiteto Luís Osório Leão,[21] constituem-se "como primeiros ensaios do brutalismo no contexto da cidade".

Em 1958, o bairro sofre modificações com a abertura do eixo da Rua 90, cujo alargamento e alteração de seu traçado viabilizam sua ligação com o Setor Pedro Ludovico. Outras modificações surgem em decorrência da nascente do Córrego dos Buritis. Essa área, localizada a sudoeste do bairro e caracterizada como área de brejo e de topografia pouco adequada para implantação de ruas e lotes, de acordo com o traçado proposto por Armando de Godoy, foi então definida como área verde de preservação, modificando-se o traçado das ruas e quadras próximas. Infelizmente a área destinada à preservação da nascente foi posteriormente ocupada por clubes e entidades governamentais, corrompendo o sentido ecológico original (CAIXETA, 1986).

Ao analisar o processo de ocupação do Setor Sul, Caixeta (1986) identifica diferentes tipologias de ocupação dos lotes, tomando como referência as edificações residenciais nele construídas. Para essa análise, a pesquisadora realizou o levantamento da forma de implantação das casas no lote e do modo como o acesso era feito, se pela rua ou pela área verde. Identificou-se que a maior parte das casas foi implantada voltada para a rua e não para as áreas verdes, sendo seu acesso principal efetuado pela rua (Figuras 61 e 62). Com a posterior construção de muros altos, grande parte das casas manteve um acesso secundário, realizado pelas áreas verdes, com apenas um portão de pedestres. Outras fecharam-se completamente para essas áreas. No caso da construção de duas casas no mesmo lote, uma edificação principal e outra secundária – geralmente um barracão de aluguel –, a primeira voltava-se para rua, ao passo que a segunda para a área verde.

21.

Luis Osório Leão (1931) nasceu de Rio Verde, GO. Em 1950, muda-se para São Paulo, onde atua como desenhista de estrutura junto à empresa responsável pela construção do Parque Ibirapuera. Em 1955, ingressa na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, graduando-se em 1959. Enquanto estudante trabalha nos escritórios de Jan Maitrejean, Vilanova Artigas e David Libeskind. Possui uma relação extensa de projetos e obras em Goiás e Distrito Federal. Entre as casas projetadas em Goiânia, destaca-se a residência de Benedito Umbelino de Souza (1961), localizada na Alameda Botafogo, Setor Central (VAZ; ZÁRATE, 2005; SILVA NETO, 2010).

Essas tipologias de ocupação, conforme a autora, decorreram: da inexistência de infraestrutura mínima como a definição de ruas, praças e quadras que pudessem orientar para outro tipo de ocupação, na época da construção das casas; da falta de legislação própria que viesse normatizar o uso e a apropriação dos espaços urbanos; do desconhecimento da proposta urbanística do bairro por parte da população e, principalmente, da sua cultura de morar, que valorizava a rua como espaço social e de encontro, tendo seus quintais e áreas verdes direcionados à criação de animais e ao plantio de hortaliças e árvores frutíferas, costume que prevaleceu nas duas primeiras décadas de ocupação do bairro (Figura 63).

Muitas dessas casas sofreram um completo isolamento das áreas verdes, pelo fato de as vielas de passagem de pedestres, localizadas entre elas, terem sido vendidas para moradores. Isolamento intensificado pela insegurança, cuja solução foi a vedação dos portões que ligavam as casas às áreas verdes (CAIXETA, 1986).

Na década de 1960, conforme Mota (1999, p. 8), foi elaborada a primeira reestruturação do Setor Sul, com o Plano Diretor de Jorge Wilheim (1967). Ela não modifica o desenho original do bairro e nem seu modelo de ocupação, destacando-se "pela tentativa de dar uso às áreas livres ociosas, que foram abertas à doação para instituições de ensino ou filantrópicas" (MOTA, 1999, p. 8). Nesse período, também se autorizou a alienação de vielas consideradas sem serventia, perante o requerimento de proprietários de lotes limítrofes e julgamento de uma comissão especializada, totalizando cerca de 70% de vias de acesso privatizadas, conforme Mota (1999). A privatização de áreas verdes e vias de acesso público ao interior das quadras, conhecidas como "praças do Setor Sul", colaborou com a segregação desses locais para o uso da população do bairro e sua posterior degradação.

Segundo Caixeta (1986, p. 38), a partir de 1966 o setor é abastecido de infraestrutura urbana: asfalto, iluminação e galeria de águas pluviais, o que proporciona uma rápida valorização dos terrenos, potencializando uma grande ocupação do lugar. Em decorrência disso, um grande número de moradores de menor poder aquisitivo é obrigado a vender suas casas, elevando-se rapidamente o padrão social da população do Setor Sul e modificando a tipologia das residências construídas. Essa nova população, predominantemente de classe média e com tradição urbana, é composta de professores, profissionais liberais e funcionários públicos.

Entre os anos 1970 e 1980, ocorre a segunda fase de ocupação do Setor Sul (CAIXETA, 1986, p. 52). Observa-se que nessa



▲ Figura.59

Avenida Goiás no início de sua verticalização, com a Praça Cívica ao centro e, ao fundo, ocupação do Setor Sul. Ano: 1955. Autor: Hélio de Oliveira. Fonte: Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia da SEPLANH_0057.



▲ Figura.60

Residência Bento Odilon Moreira, projetada e construída por Paulo Mendes da Rocha. Anos: 1963-1969. Foto: Arnaldo Mascarenhas. Fonte: Acervo pessoal de Arnaldo Mascarenhas.



▲ Figura.61

Ortofoto com as primeiras áreas ocupadas do Setor Sul, divisa com o Setor Central (Rua 10) e Setor Universitário (Córrego Botafogo). Ano: 1961. Fonte: Acervo SEMDUS_imagem 323.

fase o uso das áreas para o convívio comunitário restringe-se às ruas em cul-de-sacs, mesmo que, em meados da década de 1970, o bairro passe a ter todos os benefícios urbanos e os espaços de lazer adquirido mobiliário urbano e infraestrutura adequados, tais como quadras de esporte, playgrounds, bancos, lixeiras e postes de iluminação. A arquitetura característica dessa fase de ocupação apresenta casas modernistas e residências brutalistas, mais híbridas em termos de referências e soluções adotadas. Nessa fase ocorrem a construção e elevação dos muros das casas e a urbanização dos espaços de lazer.

Entre 1973 e 1975, o "Projeto CURA", promovido pelo Banco Nacional de Habitação, elabora uma proposta para urbanização das áreas verdes do bairro, num esforço de revitalização dessas áreas que se encontravam degradadas e abandonadas pela população. "O objetivo deste programa era melhorar a habitabilidade



▲ Figura.62

Ortofoto com tipologias de ocupação do tecido urbano: Setor Sul e Setor Central. Ano: 1961. Fonte: Acervo SEMDUS_Imagem 324.

de determinadas áreas por meio de investimentos em infra-estrutura e equipamentos urbanos, de acordo com as possibilidades econômicas e aspirações da população alvo" (MOTA, 1999, p. 8). Nesse contexto, Mota (1999) aponta como dificuldades de implantação da proposta: os acessos estrangulados, que dificultavam a implantação dos equipamentos públicos, e a implantação de casas com acesso de veículo pelas áreas verdes, que levou à abertura de pequenas ruas de acesso às garagens. "Após ter sido concluído o CURA foi muito criticado, pois apesar do alto investimento realizado, não cumpriu os principais objetivos planejados, isto é, não mudou as relações entre os moradores e os espaços públicos" (MOTA, 1999, p. 10). O isolamento dessas áreas e a falta de uso e de manutenção levam à sua marginalização ao longo dos anos subsequentes. No final da década de 1980, conforme Caixeta (1986), observa-se que



▲ Figura.63

Vista parcial do Setor Sul, com a construção do Centro Administrativo ao fundo. Meados da década de 1960. Autor: Hélio de Oliveira. Fonte: Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia da SEPLANH_0064.

as áreas verdes em melhor estado de conservação e uso eram as que tinham as casas voltadas para si e que estavam mais bem-conectadas com o tecido urbano.

Goiânia recebe, desde 1950, profissionais de arquitetura formados em diversas localidades brasileiras, em um primeiro momento vindos do Rio de Janeiro (entre os anos de 1950 e 1960) e, posteriormente (entre os anos de 1970 e 1980), provenientes de São Paulo, Belo Horizonte e Brasília. A criação do primeiro curso de arquitetura na cidade, em 1968, na então Universidade Católica de Goiás, colaborou para uma produção arquitetônica mais bem qualificada e diversificada, incluindo novas tendências arquitetônicas. Entre as décadas de 1970 e 1980 constroem-se muitas casas associadas à estética brutalista não apenas no Setor Sul, mas também nos setores Oeste e Marista.

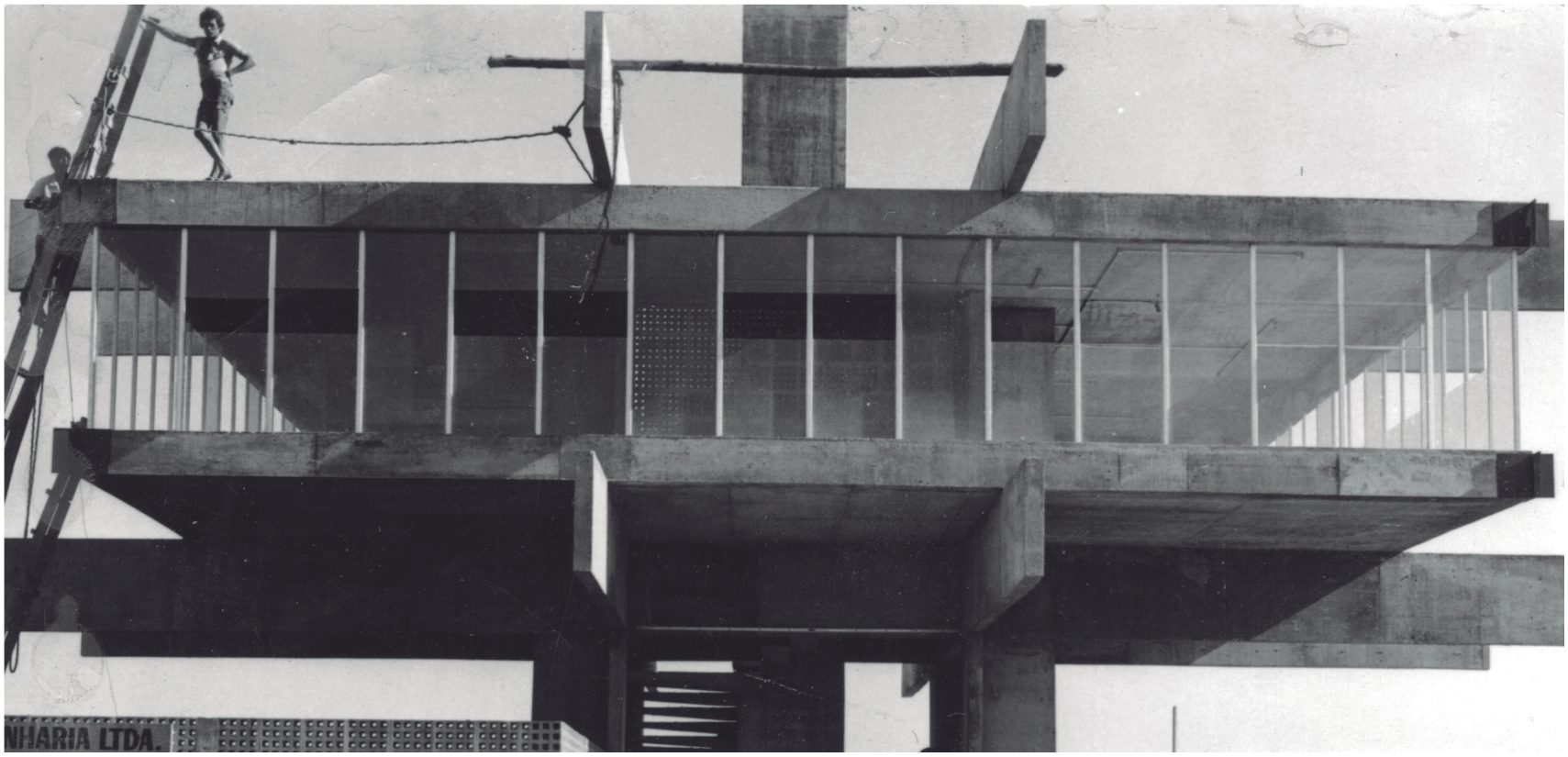
> Nas décadas de 1960 e 1970 o panorama econômico e cultural de Goiânia amplia-se, ao mesmo tempo em que recebe jovens profissionais formados em diferentes cursos de arquitetura do país, em um momento de franca expansão da chamada "Escola Paulista". [...] A presença da estética brutalista provém, em boa parcela, dos meios universitários e será difundida pelas obras destes jovens arquitetos, constituindo o segundo ensaio do brutalismo local, neste caso mais híbrido em termos de referências e soluções adotadas. (CAIXETA; FROTA, 2013, p. 7).

Conforme Caixeta e Frota (2013), nesse contexto, a residência do arquiteto Antônio Lúcio Ferrari,[22] construída em 1974, na Rua 38, n. 662, Setor Marista, destaca-se na paisagem da cidade, assim como outros edifícios construídos nesse período, a exemplo do Estádio Serra Dourada (1975), de autoria de Paulo Mendes da Rocha (Figura 64). Isso ocorre não apenas pela estética adotada, mas também por sua volumetria atípica e, principalmente, pela forma como se insere na paisagem. Nesse sentido, a casa do arquiteto apresenta uma volumetria quadrangular, que se eleva sobre a paisagem por meio de "quatro pilares e quatro vigas, todos em concreto aparente, que sustentam as lajes planas e os painéis de vedação, em vidro" (CAIXETA; FROTA, 2013, p. 7).

É importante ressaltar que o Setor Sul se mantém praticamente inalterado em relação a seu gabarito inicial de ocupação e uso do solo, até o final dos anos 1980, apesar das propostas do Plano Diretor de Jorge Wilheim para ocupação das áreas ditas ociosas e da urbanização das áreas internas das quadras pelo Projeto CURA. Seu

22.

Antônio Lucio Ferrari Pinheiro (1939) nasceu em Ponte Nova, MG. Em 1963 graduou-se como arquiteto pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Iniciou sua carreira profissional em 1964, em sua cidade natal. Em 1965 passou a compor a equipe de planejamento do Governo do Estado do Mato Grosso, onde atuou até 1966. Estabeleceu-se em Goiânia em 1967, para trabalhar na SUPLAN, organismo central criado para coordenar a execução de obras do Governo do Estado de Goiás, onde permaneceu até o ano de 1974. Em 1968, integra o grupo que funda o primeiro curso de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Goiás, da então Universidade Católica, onde passa a lecionar. Em Goiânia, é autor de diversas obras entre casas, lojas, escolas, edifícios de apartamentos e institucionais (ARAÚJO; CAIXETA, 2013).



▲ Figura.64

Residência Antônio Lúcio Ferrari, Setor Marista, 1975. Foto: Antônio Lúcio Ferrari. Fonte: Acervo pessoal do arquiteto.

traçado orgânico dificultou sua verticalização ao longo dos anos, diferentemente do que ocorreu no Setor Central e outros bairros que sofreram as consequências dos vários planos diretores que, ao liberar o gabarito de edificação nos lotes, contribuem para verticalizar a cidade. As mudanças promovidas na tentativa de urbanização e utilização das áreas verdes e também a mudança de uso das chamadas áreas "inservíveis" não conseguiram reverter o processo de ausência de uso das áreas livres internas às quadras.

Vaz (2002, p. 112) aponta que, com o Plano Diretor de 1992 da empresa Engevix, nos anos 1990 o Setor Sul passa a ser um subcentro, e para atender à descentralização do comércio e estabelecer ligação com a cidade são criados eixos estruturais nas ruas 83, 84, 87, 90, 94 e 136, que pelo novo uso do solo abriga: comércios, serviços e habitações coletivas de médio porte. A criação dessas vias e os desdobramentos de seus novos usos influenciam também nas mudanças de uso e ocupação no interior das quadras, o que gera uma crescente substituição de imóveis residenciais por comerciais e serviços, a invasão de áreas verdes para estacionamento e aumento do trânsito nas vias secundárias. É nesse período que várias residências são reformadas ou demolidas para serem substituídas por comércio, como é o caso das Casas do Conjunto Lar Brasileiro, na Praça do Cruzeiro.

O histórico do Setor Sul demonstra que nas últimas décadas várias foram as tentativas de descaracterizar o seu traçado original. Em junho de 2016, foi aprovada pela Câmara dos Vereadores lei complementar que permite que vielas, becos e cabeças de quadra sejam privatizados mediante a argumentação de que são locais inseguros e ociosos[24] (O POPULAR, 31 ago. 2016). Técnicos urbanistas, estudiosos, coletivos urbanos e moradores do bairro têm se reunido no esforço de impedir que esses locais públicos sejam vendidos, por pertencerem a toda população da cidade. Ao mesmo tempo, algumas alternativas têm sido buscadas para propiciar a requalificação e integração das áreas verdes das quadras, de modo que possam atender aos moradores e, ao mesmo tempo, transformar-se em espaços urbanizados de uso coletivo. "Porém, são ações pontuais, desvinculadas de políticas públicas voltadas à preservação, reabilitação e requalificação da cidade, faltando ainda um longo caminho a percorrer, no sentido da utilização plena do potencial urbanístico destes espaços" (CAIXETA; ARRUDA, 2016).

23.

A Lei Complementar nº 291, de 15 de junho de 2016, autoriza a desafetação de áreas públicas do Município de Goiânia ocupadas por particulares com uso exclusivamente residencial, dispõe sobre regularização e alienação destas áreas e dá outras providências (GOIÂNIA, 2016).

INVENTÁRIO DE BENS DE INTERESSE

> O inventário em si já se configura como um sistema de proteção, pois é uma forma de legitimar e perpetuar os bens culturais de uma sociedade, quer através do reconhecimento e preservação do objeto, quer através de sua documentação. E também um caminho para a compreensão do "saber fazer" de um povo e base para a conscientização e transformação do conhecimento e, em síntese, de toda a cultura de uma comunidade. (SÃO PAULO, 1986, p. 10).

O inventário realizado teve como foco as residências unifamiliares construídas em Goiânia entre as décadas de 1930 e 1970, ou seja, relacionadas à primeira fase de ocupação do núcleo urbano da cidade. Com isso, o principal objetivo do trabalho é contribuir com a identificação do patrimônio cultural local, mediante a produção de material de apoio que possa auxiliar no seu reconhecimento e na possibilidade de futuras diretrizes e indicativos de preservação, que colaborem para o desenvolvimento de políticas públicas. Como todo inventário, ele não se configura como um documento acabado, mas sim como uma ferramenta passível de acumulação, de revisão e de atualização.

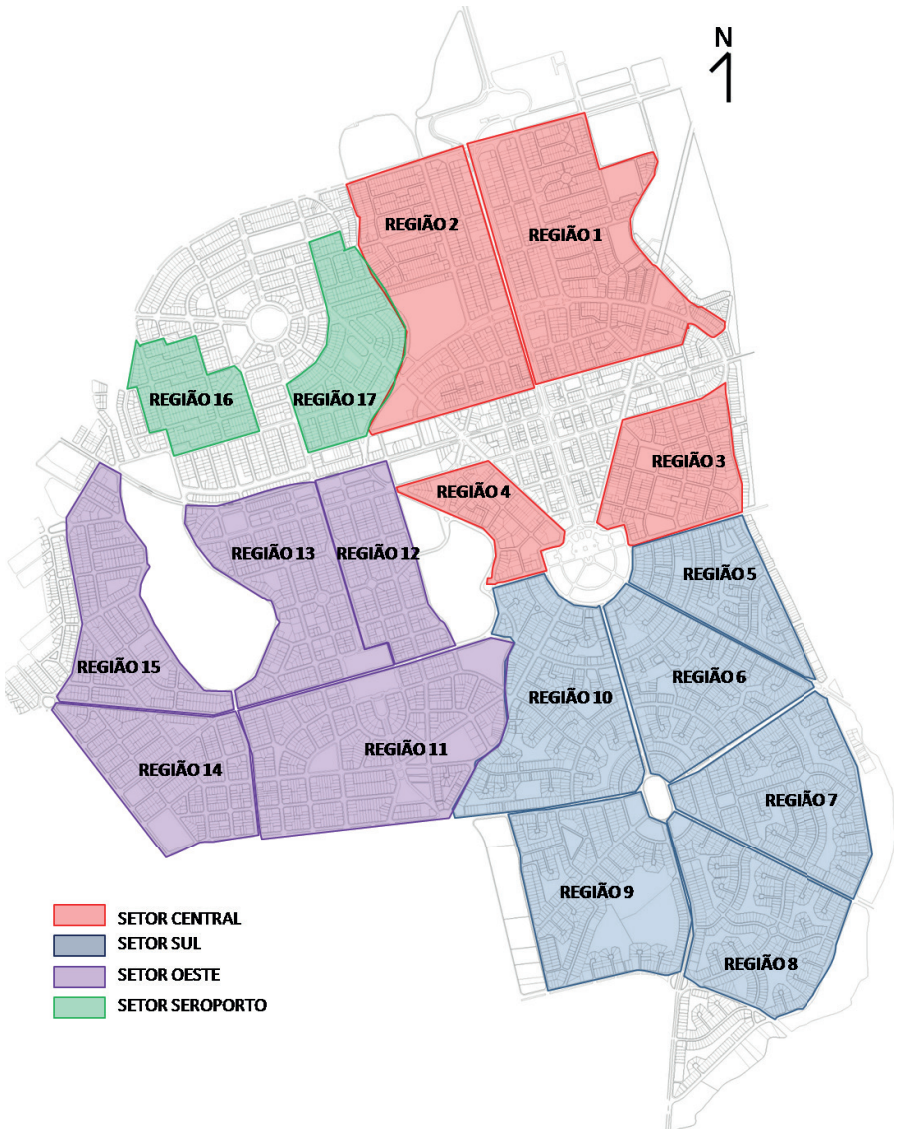
METODOLOGIAS E PROCESSOS

Para o inventário do patrimônio residencial, foi adotada a metodologia do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) do Iphan. Durante a aplicação dessa metodologia ao contexto urbano da cidade, os procedimentos foram aprimorados de modo a torná-los mais apropriados à seleção dos bens, ao preenchimento dos campos das fichas de cadastramento, à espacialização das casas e à compilação de dados coletados. Com esse aprimoramento, a metodologia aplicada ao caso goianiense tornou-se mais clara para ser utilizada por outros pesquisadores.

O recorte territorial desse inventário foi definido considerando os bairros que constituem o núcleo inicial da cidade, sendo eles: o Setor Central, o Setor Sul e áreas próximas e limítrofes, abrangendo parte dos setores Oeste, Aeroporto e do antigo Bairro Botafogo, hoje Setor Leste Universitário. A esse recorte inicial foram acrescidos os setores Marista e Bueno, em função da localização significativa dos bens concentrados nesses bairros, identificados em pesquisas anteriores. Apenas no Setor Central e no Setor Sul foi realizada a varredura sistemática por bens de interesse, conforme será demonstrado na sequência.

Identificação, Mapeamento e cadastro Básico das Residências

O grupo de residências inicialmente identificadas como objeto de estudo veio de diferentes bases de dados, provenientes de trabalhos anteriores – cadastramento de bens, listagens em



▲ Mapa 1

Regiões por bairro. Pesquisa de campo, 2016. Autor: Wilson Lopes. Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

▶ Mapa 2

Localização dos bens inventariados, 2017. Autoria: Guilherme Andrade, Danielle Radis e Julia Monteiro. Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

órgãos públicos locais (Prefeitura Municipal e Iphan/GO), trabalhos acadêmicos, pesquisas históricas em arquivos e da oficina de inventário realizada em 2015, pelo Laboratório de Arquitetura e Urbanismo da UFG com apoio do Iphan.[24] Soma-se a isso também a etapa entre 2015 e 2016 do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) nº 001/15, entre a Faculdade de Artes Visuais (FAV/UFG) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/GO), quando se deu início ao inventário apresentado nesta publicação. As bases de dados acessadas formaram o registro de 208 residências, cadastradas por meio das fichas M3.01 (SICG-Iphan), que foram revisadas e atualizadas pela equipe para a sua versão final.

No decorrer do trabalho em campo, observou-se que havia um número significativo de outras casas de interesse da pesquisa existentes nas regiões de estudo, além das inicialmente cadastradas, o que ampliou o universo já conhecido de 208 casas. Por esse motivo, deu-se início caminhadas de identificação e mapeamento de novos bens de interesse.

Em função da formatação da equipe, no que se refere à limitação de integrantes, dos prazos e da necessidade de avançar nas análises, optou-se por intensificar e concluir as caminhadas nas regiões Central e Sul. No Setor Aeroporto e Oeste, essa deambulação não englobou todo o território. Alguns exemplares foram identificados no Setor Marista, Bueno e Leste Universitário, por seu valor arquitetônico e histórico, exclusivamente mediante pesquisas bibliográficas. Não foram realizadas caminhadas de investigação nesses bairros, embora se saiba da existência de muitas outras casas de interesse, neles localizadas.

Para que a varredura completa do Setor Central e Setor Sul fosse feita de forma sistemática, foram necessárias visitas a campo, organizadas por sub-regiões, cujos percursos englobaram todas as vias, respeitando a delimitação territorial da pesquisa. As visitas a campo precederam de uma organização e sistematização inicial. Nesse caso, a equipe foi subdividida em três, compostas por um arquiteto e dois alunos de graduação. Cada grupo de trabalho ficou responsável por regiões predefinidas em mapas (Mapa 1).

A identificação dos bens considerou a linguagem arquitetônica caracterizada por seus elementos externos, bem como o aspecto original das fachadas, implantação e volumetria, que remetia à sua época de construção. Para a compreensão das categorias de linguagens, as casas foram classificadas em três grandes grupos, identificados durante a pesquisa em Goiânia – casas-tipo, casas ecléticas e casas modernas –, por sua vez divididos em variações de linguagem.

24. Entre estes trabalhos constam: as fichas preenchidas pela arquiteta Ana Amélia de Paula Moura, por meio do Programa de Especialização em Patrimônio (PEP/Iphan) no período de 2007 a 2008; as fichas preenchidas por uma equipe da PUC-GO, coordenada pelo Professor Azor Ferro, em 2009; e as fichas preenchidas durante a Oficina de Capacitação: Inventários de Arquitetura Moderna, promovida pela UFG/FAV com apoio do Iphan, em 2015. A essa listagem inicial de casas foi acrescido um grupo de residências de interesse, selecionadas para a Oficina de Inventários, por intermédio de uma listagem de casas localizadas no Setor Central, disponibilizada ao Iphan pela Prefeitura de Goiânia e outras identificadas pela equipe que realizou a Oficina e que não chegaram a ser cadastradas mediante as fichas modelo M3.01. Todas essas fichas foram revisadas e atualizadas, em 2016, pela equipe da UFG. A listagem da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano que relacionava edificações de linguagens diversas no Setor Central e Campinas foi usada no preenchimento das fichas de 2015 e 2016.

LOCALIZAÇÃO DOS BENS INVENTARIADOS

N

Setor Aeroporto

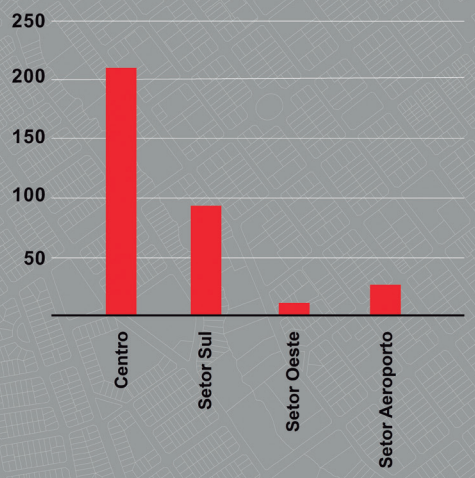
Setor Central

Setor Oeste

Setor Sul

Nº de Bens Identificados por Setor

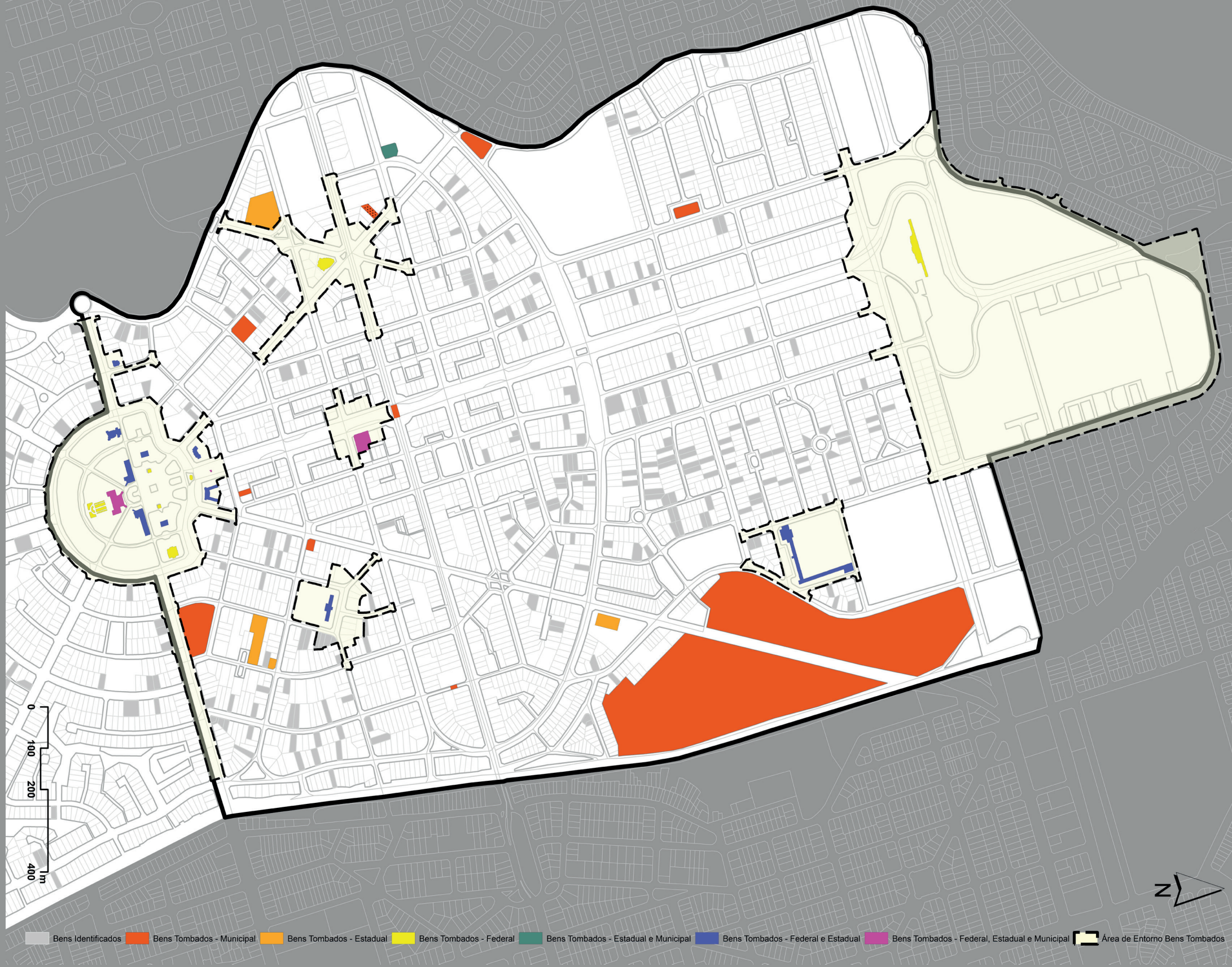
Total: 339



Residências Inventáriadas

0 200 400 800 m

SETOR CENTRAL: BENS TOMBADOS E ÁREAS DE ENTORNO



Os objetivos do trabalho em campo foram de espacializar em mapa cada bem imóvel de interesse encontrado, obter um panorama geral de residências importantes para a pesquisa no território estudado, além de coletar informações sobre as residências necessárias ao preenchimento das fichas de inventário (Mapa 2).

Com as caminhadas de identificação de bens, houve um acréscimo significativo do número de casas, de 208 para 339, sendo que novas residências foram incorporadas e outras foram descartadas da base de dados inicial, em função do estado de descaracterização ou mesmo por sua demolição durante a realização do trabalho de campo. O maior número de casas identificadas localiza-se no Setor Central da cidade, totalizando 212. Além disso, foram identificadas 86 residências no Setor Sul, 27 no Setor Aeroporto, 10 no Setor Oeste, 2 no Setor Marista, 2 no Setor Bueno e 1 no Setor Universitário. Ressalta-se que, dentre esses setores, apenas nos Setores Central e Sul foram realizadas varreduras completas.

Observa-se que uma parcela significativa dessas casas está próxima de bens tombados e áreas de entorno de bens tombados (federal, estadual e/ou municipal) no Setor Central, sendo parte do tecido urbano que emoldura e dá sentido a edifícios, monumentos e praças. Ainda no Setor Central a porção Leste do território, a partir da Avenida Goiás, concentra o maior número de residências (Mapa 3).

Para o registro, mapeamento e cadastro básico das casas identificadas criou-se um banco de dados utilizando os programas Microsoft Excell e Arcgis. Esse banco de dados é composto por informações retiradas das fichas M3.01 (SICG-Iphan), sendo eles: localização (endereço completo), linguagem arquitetônica (segundo a classificação de linguagens estabelecida na pesquisa), categoria (segundo a classificação utilizada pelo Iphan, nesse caso, a categoria trabalhada foi "bem imóvel"), se há ou não proteção, estado de preservação, estado de conservação, se forma conjunto ou é bem isolado, se possui entorno transformado ou preservado. O Banco de Dados também foi alimentado com outros atributos, além dos retirados da ficha M.301, considerados relevantes para o desenvolvimento do trabalho em suas diferentes etapas, sendo: código do bem, representatividade, reversibilidade, ambiência e risco (Figura 65).

Esse banco de dados possibilita o georreferenciamento no território das casas inventariadas e a produção de mapas temáticos processáveis em softwares como QGis e ArcGIS, mediante os atributos identificados na base de dados. Isto torna possível a realização de análises dos bens inventariados, na escala do bairro e conjunto de bairros, caracterizando-se, dessarte, em um trabalho interdisciplinar

◂ Mapa 3

Setor Central: bens tombados e áreas de entorno, 2017. Autoria: Guilherme Andrade, Danielle Radis e Julia Monteiro. Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

◂ Figura.65

Atributos do Banco de Dados, 2016. Autoria: Equipe de pesquisa. Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan-GO.

ATRIBUTOS - BANCO DE DADOS
Código
Endereço completoj (padrão ficha)
Setor
Rua
Quadra
Lote
Linguagem
Categoria
Proteção
Privada ou Público
Preservação
Conservação
Forma conjunta ou Bem isolada
Entorno Transformado ou Preservado
Excepcionalidade
Reversibilidade
Ambiência
Potencial de Risco
Permeabilidade (relação com traçado)
Ocupação (relação com o traçado)
Entorno (quanto ao uso)

MAPA DE DENSIDADE

N

Setor Aeroporto

Setor Central

Setor Oeste

Setor Sul

Residências Inventariadas

0 200 400 800 m

entre arquitetos e geógrafos. Esse sistema se torna multifuncional, por ser uma base de coleta de informações que podem ser cruzadas de diversas formas. Serve, assim, tanto para subsidiar os mapas temáticos quanto para produzir quadros e gráficos realizados mediante o filtro de dados específicos, gerando inúmeras possibilidades de informações sobre a ocupação do território, no que diz respeito ao recorte proposto (Mapa 4).

◂ Mapa 4

Mapa de densidade, 2017. Autoria: Guilherme Andrade, Danielle Radis e Julia Monteiro. Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

Variações de Linguagens Arquitetônicas

A metodologia de identificação e análise das casas deu-se mediante a sua classificação por linguagem. Iniciou-se pela classificação adotada na "Oficina de Capacitação: Inventários de Arquitetura Moderna", promovida pela UFG/FAV com apoio do Iphan/GO, em 2015, como parte do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre as duas instituições. Por sua vez, essas categorias foram assentadas na classificação prévia realizada pelo Iphan/GO com base em exemplares de listagem preliminar de bens, elaborada pela então Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SEMDUS –, da Prefeitura Municipal de Goiânia, a qual relacionava edificações, em sua maioria residências de interesse cultural, localizadas especialmente no Setor Central, no Setor Sul e no bairro de Campinas. Essa categorização prévia adotada na Oficina dividia as casas em sete grupos: casas-tipo, ecléticas, missões, bangalôs, normandas, neocoloniais, *déco* e modernista. À classificação inicial foram acrescidas as residências modernistas de transição e brutalistas, trabalhadas na pesquisa-âncora, pela UFG no Acordo de Cooperação Técnica, "Reconstruindo documentações: narrativas e caminhos do projeto moderno em Goiânia", além de organizadas as categorias em grupos.

A modesta tarefa de classificar – agrupar por pares, procurando identificar continuidades e descontinuidades, diferenças e consonâncias –, é complexa na medida em que ao sintetizar, dividir, agrupar, selecionar e organizar "as coisas", segundo Foucault ([1966], 2007), procura-se na verdade apreender "o mundo". Assim sendo, Foucault explica que a taxonomia deve servir ao mesmo tempo para incluir, mas também para excluir, o que leva a admitir a dificuldade em assumir a classificação como uma atividade normativa e um modo exclusivo e universal de compreender o mundo e as coisas. Modo esse que não possui exatidão nas definições, categorias e conceitos, por sua complexidade. Dessa forma, assume-se a classificação do universo das casas inventariadas como uma maneira de se aproximar desse universo, talvez não a única e nem a melhor.

Durante a classificação das casas, houve discussões e dúvidas, dentre as quais algumas delas ainda permanecem. Por essa razão, a classificação adotada pode ser questionada, na medida em que, para ser exata, ela deveria incluir infinitas variações de leitura que considerem diferentes possibilidades de interpretação, o que inviabilizaria esse trabalho. Nesse sentido, a classificação adotada, constitui-se em um dos modos de conhecimento desse objeto, mas não o único.

Para a conceituação das linguagens, valeu-se de pesquisas bibliográficas, realizadas simultaneamente à pesquisa de campo. Na pesquisa em arquivos locais, destaca-se o acesso ao Núcleo de Documentação da PUC-GO, onde constam levantamentos arquitetônicos e trabalhos de monografia, feitos nos anos 1980 e 1990, que abarcam edifícios históricos da cidade, entre eles residências construídas dentro do recorte temporal do inventário. As informações icnográficas e iconográfica nele encontradas, bem como as fotografias existentes no Museu da Imagem e

Som (MIS), de Goiânia, foram de suma importância para a compreensão da produção arquitetônica desse período, contribuindo para balizar o trabalho de definição das categorias de linguagem a serem adotadas, tanto para a identificação quanto para a análise.

Para melhor compreensão dessas linguagens no contexto histórico da cidade, optou-se por dividi-las em três grandes grupos relacionados às representações do "moderno" no âmbito local: casas-tipo, casas ecléticas e casas modernas. O conceito de moderno, em tal situação, localiza-se dentro de uma visão mais abrangente que vai além da adotada na academia. Portanto está vinculado ao que era senso comum na época. A modernidade, neste caso, estava contida na oportunidade de adoção de determinadas imagens que representavam o próprio gesto de criação da cidade, presentes nas suas primeiras quadras residenciais: uma gama de possibilidades de agenciamento espacial, com a liberação do edifício do lote e a presença de jardins frontais que fazem a mediação entre o público e o privado, bem como o uso de novos materiais, instalações e equipamentos domésticos que propiciam conforto e denotam uma nova cultura de morar.

Assim sendo, o primeiro grupo – casas-tipo – está relacionado à ideia de criar "padrões" de organização baseados na "racionalização e no bom uso" dos espaços arquitetônicos e urbanos; o segundo – casas ecléticas – relaciona-se a um novo modo de morar burguês, pautado no "bem-estar" e no "conforto", independentemente de seu vocabulário formal e construtivo, sendo esse representativo de várias épocas e lugares; e o terceiro – casas modernas – refere-se a uma "síntese formal e construtiva", representativa das "inovações" da época no campo da tecnologia, da arte e da cultura.

Esses grandes grupos, por sua vez, foram divididos em subitens ou categorias, de modo a compreender melhor tanto as especificidades e nuances de expressão da linguagem em si, contidas em cada exemplar individualmente, como os aspectos de modernidade contidos no conjunto de casas, representativos de um ideário de época e pautados em determinados conceitos.

Dessa forma, chegou-se à seguinte classificação para fins de identificação das linguagens das casas:

I. Casas-tipo: entre as quais se incluem tanto as casas construídas pelo Governo do Estado de Goiás quanto as casas construídas por particulares que apresentavam padrões construtivo-formais e espaciais semelhantes aos utilizados pelo governo (Figura 66);

II. Casas ecléticas, divididas entre: eclético-tipológicas normandas; eclético-tipológicas neocoloniais; eclético-tipológicas-missões; e eclético-sintéticas, em que se adota um sincretismo de linguagens (Figuras 67 a 70);

III. Casas modernas, divididas entre: modernas-*déco*, modernistas, modernistas de transição e brutalistas (Figuras 71 a 74).

Pela existência de casas construídas por particulares que adotavam padrões de organização espacial e volumétrica e de elementos de linguagem semelhantes aos das casas-tipo construídas pelo Estado, bem como pela dificuldade de identificar com segurança quais eram aquelas construídas pelo governo, em função do não acesso pleno à documentação original que comprove a origem e autoria dos projetos, optou-se por não fazer essa distinção. Mesmo porque se considerou que, na conjuntura do trabalho, esse tipo de distinção não seria relevante, pelo fato de o interesse maior nessa categoria de linguagem estar centrado na existência de um "padrão construtivo-formal" representativo de uma ideia de modernidade da época, relacionada à "racionalidade" e à "produção em série" e baseada na possibilidade de "usos comuns" e na existência de "famílias-tipo", conforme contexto ideológico da época.

Nesse âmbito, optou-se por excluir as casas bangalôs como categoria de linguagem, não obstante sua grande influência nos projetos das residências construídas nas duas primeiras décadas de existência da cidade, primeiramente por se tratar de uma tipologia de casa que não é configurada por linguagem específica e, em segundo lugar, por ser um tipo arquitetônico presente tanto nas casas-tipo quanto nas casas ecléticas.

A palavra *bungallow*, originalmente, referia-se a uma tipologia de habitação colonial térrea, originária do leste da Índia, que, segundo Janjulio (2011, p. 48), possuía "cômodos bem ventilados, abertos para um *hall* bem arejado, com telhado pouco inclinado e varandas em todas as fachadas". A origem do bangalô moderno veio da Inglaterra, como casa de campo posteriormente incorporada ao subúrbio. Ele desenvolveu-se e foi propagado nos Estados Unidos, no início do século XX.[25] De acordo com a autora, os bangalôs modernos eram "um tipo de habitação informal, simples, confortável, de baixo custo e adequado a seu morador. Poderia diferenciar-se por configurações externas, procurando inspiração na arquitetura vernácula, ou em apenas uma tradição criada, um passado inventado" (JANJULIO, 2011, p. 49-50). No caso das residências construídas

▾ Figura.66

Centro, Alameda dos Buritis, esquina com Rua 12, Quadra 47, Lotes 31-29.
Autora: Danielle Radis, 2018.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.



▾ Figura.67

Centro, Avenida Tocantins, Quadra 15, Lote 9.
Autora: Danielle Radis, 2017.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.



▾ Figura.68

Centro, Rua 29, Quadra 183, Lote 28.
Autoria: Danielle Radis, 2018.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.



▾ Figura.69

Centro, Rua 10, Quadra F13, Lote 24
Autora: Danielle Radis, 2018.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.













em Goiânia, a influência dessa tipologia de casa, conforme Moura (2011), veio de sua versão norte-americana, mais compacta e geralmente construída de uma varanda ou alpendre, localizados na volumetria da casa, principalmente para marcar o acesso.

Para a subdivisão do grupo "casas ecléticas" em categorias, baseou-se em dois partidos principais, conforme Alencar (2010): o "ecletismo tipológico" e o "ecletismo sintético". O primeiro adota um sincretismo de linguagens e o segundo elege um determinado estilo que melhor se adéque à tipologia do edifício. No âmbito das residências identificadas como eclético-tipológico estão: as normandas, as missões e as neocoloniais.

Já o *déco* foi inserido como categoria do grupo "casas modernas", por considerar-se o moderno não apenas no âmbito das vanguardas. Estilisticamente o *déco* está na confluência entre o ecletismo e o modernismo, conforme Conde Almada (1996, apud UNES 2001), sendo, de um modo geral, aceito pela historiografia como uma expressão de modernidade. Inserida nesse grupo, outra categoria destacada foi a "casa modernista de transição", considerada como aquela que apresenta alguns elementos identificados com o modernismo brasileiro, mas sem o conjunto de inovações existentes nas casas modernistas.

As casas inventariadas foram identificadas e mapeadas por categoria de linguagem, de modo a espacializar e quantificar sua incidência por bairro ou região e até mesmo visualizar sua localização por rua e quadra, proporcionando análises que possam derivar dessa geoespacialização (Mapa 5).

Para caracterizar cada linguagem e evidenciar suas particularidades dentro do contexto da pesquisa, foram criados "quadros-síntese de variação de linguagem", organizados por grupos e categorias de linguagem. Esses quadros apresentam textos sucintos sobre o contexto histórico e ideológico no qual surgiu cada linguagem, suas principais características e a forma como ela se manifestou nas residências construídas em Goiânia, mostrando também algumas imagens ilustrativas de casas concernentes a cada linguagem. A intenção foi organizar a metodologia de identificação adotada na pesquisa e criar um material didático que pudesse ser utilizado por instituições e órgãos governamentais, e até mesmo pela comunidade, para a identificação de futuras residências a serem cadastradas e incorporadas a esse acervo.

Valoração, Seleção e Cadastro Completo de Bens de Interesse

Considerando a quantidade de residências de interesse localizadas na área de estudo, foi preciso selecionar as casas a serem inventariadas no Módulo 3 – Cadastro[26] (SICG-Iphan), que inclui as fichas M3.01, 3.02 e 3.03. Para isso foi elaborado um sistema de valoração de cada bem imóvel, considerando os atributos mencionados anteriormente constantes no Banco de Dados, o que resultou em um panorama geral de cunho qualitativo para cada linguagem identificada, valendo-se de dados mensurados por meio da pontuação dos atributos de residência. O sistema não só serviu para a seleção de bens, como também embasou outras análises realizadas ao longo do trabalho.

Como mencionado, para esta seleção foi necessária a classificação que se utilizou de alguns atributos da Ficha M3.01, sendo eles o estado de preservação e estado de conservação do bem. Além desses, foram conferidos outros, que complementaram a caracterização do bem na

25.

Momento em que o movimento Arts and Crafts americano, "de maneira informal, adotou o bangalô como casa Crafysman ideal (JANJULIO, 2011, p. 49).

◂ Figura.70

Centro, Alameda Botafogo, Quadra 77, Lote 9.
Autora: Danielle Radis, 2018.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

◂ Figura.71

Centro, Rua 70,
Quadra 109, Lote 20.
Autora: Danielle Radis, 2018.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

◂ Figura.72

Setor Universitário, Rua 223,
Quadra 52, Lote 7.
Autor: José Artur D'Aló Frota, 2017.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

◂ Figura.73

Centro, Rua 9, esquina com Avenida Paranaíba, Quadra 26, Lotes 42-44.
Residência José Felix Louza (1952),
projeto de David Libeskind.
Foto: Lucas Jordano Melo Barbosa, 2015.
Fonte: Acervo pessoal desse autor.

◂ Figura.74

Setor Marista, Rua 38,
Quadra H18, Lote 21.
Autora: Danielle Radis, 2018.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

26.

Módulo dedicado ao conhecimento dos bens de interesse individualmente, desde dados históricos e técnicos, até o levantamento completo do edifício e seu contexto imediato: organização espacial e formal, estrutura e cobertura, materiais de construção e revestimento, mobiliário e acessórios.

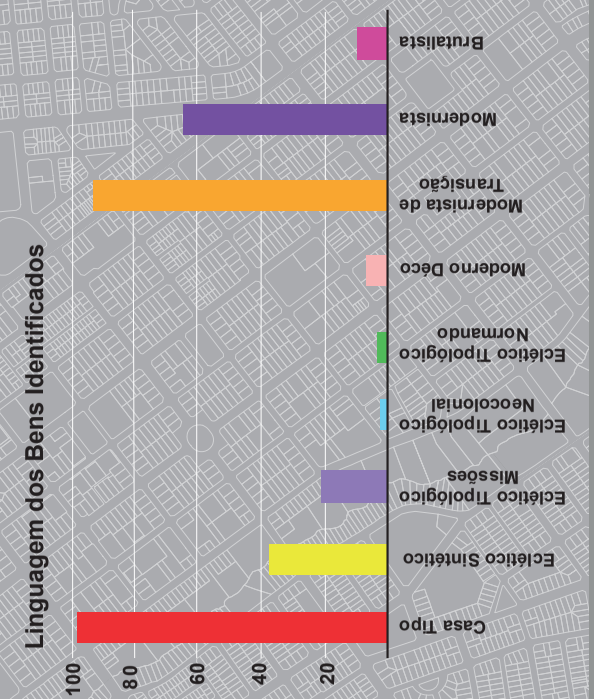
MAPA DE IDENTIFICAÇÃO DAS LINGUAGENS

Casa Tipo
Eclético Sintético
Eclético Tipológico Missões
Eclético Tipológico Neocolonial
Eclético Tipológico Normando
Moderno Déco
Modernista de Transição
Modernista
Brutalista

N

0
180
360
720
m

Setor Central
Setor Sul
Setor Aeroporto
Setor Oeste



pesquisa. Alguns dos aspectos analisados para essa classificação tornaram-se distintos entre os setores Central e Sul, em virtude de suas diferenças morfológicas, de paisagem e de ambiência. Isso porque a morfologia e a paisagem, nesse contexto, criam uma envoltória que provoca mudanças na percepção das residências e indica potenciais de risco relacionados aos bens de interesse.

Por esse motivo, após estudos realizados, os bens imóveis localizados no Setor Central foram valorados por intermédio de uma análise morfológica, histórica, sensorial e coopresencial, na busca tanto por bens isolados quanto por bens formadores de conjuntos. Já no Setor Sul, valoraram-se os bens imóveis mediante a relação que eles tinham com as transformações do traçado urbano do bairro, ocorridas desde sua implantação até a atualidade. Nesse caso, não só se deu uma importância significativa aos bens em si, como também se entendeu o próprio traçado urbano do bairro como um grande fator de valorização dos imóveis.

No Setor Central, foram identificados e analisados os seguintes atributos: estado de preservação, estado de conservação, expressividade, reversibilidade de danos, ambiência e potencial de risco. No Setor Sul, por sua vez, os atributos analisados foram: estado de preservação, estado de conservação, expressividade, relação da ocupação-traçado original, permeabilidade, entorno quanto ao uso e potencial de risco.

O *estado de preservacao*[27] foi utilizado como critério de valoração dos bens de interesses tanto do Setor Central quanto do Sul. Ele está ligado a manutenção de características históricas, formais e compositivas, que qualificam a representatividade do edifício para a leitura de um determinado momento da história da ocupação do lugar onde se situam e/ou de uma determinada linguagem arquitetônica. Tendo como base critérios empregados pelo Iphan/GO e as linguagens adotadas na pesquisa, para a classificação das residências em análise foram considerados aspectos que interferem no estado de preservação: alterações na cobertura (na estrutura, no formato e no tipo de telha), alteração no volume do edifício e na forma de ocupação do lote (adição e remoção de novas construções), alterações dos vãos e esquadrias (fechamento de vãos, troca de tipo de esquadrias e alterações que interfiram no ritmo e na textura delas), alterações nos revestimentos externos, bem como possíveis acréscimos ou remoções de adornos e modificações nas áreas externas (perda de acessos e de jardins frontais e fechamentos dos lotes com perda da permeabilidade visual). Os bens foram classificados como íntegros, pouco alterados, muito alterados e descaracterizados, conforme são os campos já descriminados na ficha M3.01, criando uma escala para a análise.
Consideraram-se:

- Íntegro quando não houve alteração relativa à forma, à estrutura geral, à implantação em relação ao lote, ao ritmo de aberturas, à cobertura, ao tipo de esquadrias, troca dos revestimentos principais e remoção dos elementos decorativos (caso haja);

- Pouco alterado quando houve apenas pequenas alterações de revestimentos, a troca do tipo de telha ou ainda a pavimentação do jardim frontal, porém, sem alterações significativas na volumetria, na implantação, no ritmo de aberturas e no tipo de esquadrias e/ou elementos estruturais do edifício;

◂ Mapa 5

Identificação das linguagens, 2017
Autoria: Guilherme Andrade, Danielle Radis e Julia Monteiro.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

27.

A avaliação do estado de preservação, assim como do estado de conservação dos bens e conjuntos de bens, seguiu parâmetros metodológicos de inventários fornecidos pelo Iphan, que foram adaptados às questões específicas do patrimônio de Goiânia, referenciados anteriormente neste texto.

- Alterado quando houve troca de esquadrias, de revestimentos principais, alteração e/ou acréscimos na volumetria inicial, ou seja, modificações que influenciam na composição formal, na volumetria, na implantação e nos padrões das fachadas e/ou dos elementos decorativos (caso haja);

- Descaracterizada quando as alterações transformam as fachadas e a volumetria do edifício, dificultando por vezes a leitura da linguagem. Ressalta-se que essa dificuldade motivou a não inclusão de casas no inventário, por não ser possível afirmar, mediante a análise visual, que a residência fazia parte do recorte temporal da pesquisa.

O estado de conservação, extraído da ficha M3.01, é empregado como critério de valoração dos bens de interesses dos setores Central e Sul. O estado de conservação relaciona-se à manutenção da integridade física do bem, independente do estado de preservação, sendo classificado como bom, precário, em arruinamento ou arruinado. Nesse item foi analisada a degradação de peças da cobertura e da estrutura (alvenarias, pilares e lajes), dos pisos, dos revestimentos, dos jardins externos, das esquadrias, avaliando a presença de sujidade, manchas, fissuras, comprometimento de partes e dos materiais e componentes constituintes e prejuízos nas condições do jardim.

Consideraram-se:

- Bom – quando todos os parâmetros mencionados de análise estavam em bom estado: estrutura da cobertura e telhas sem deformações e danos; pisos e revestimentos de parede, mesmo que substituindo os originais, sem apresentar fissuras, perda de partes, manchas ou outros desgastes aparentes; jardins com manutenção em dia, constatando o seu não abandono; esquadrias com caixilhos íntegros, pintados e com vidros (quando possuem) e/ou venezianas e ferragens sem danos aparentes; aspectos gerais da fachada sem degradações perceptíveis. Neste item não foi requerida uma pintura exímia, apenas que ela apresentasse bom aspecto;

- Precário – em função de não haver um item que intermediasse a avaliação entre "bom" e "precário", optou-se por considerar "precário" quando um ou dois dos seguintes pontos de análise fossem constatados na residência: estrutura da cobertura e telhas com deformidade (perda de partes, telhas faltantes, deformações de sua forma e degradações visíveis); revestimentos e pisos com fissuras e perda de partes e comprometimentos visíveis; jardins sem manutenção; esquadrias com danos (descascamento, enferrujamento, degradação e/ou perda de partes) ou fachada com manchas e sujidades;

- Em arruinamento – quando mais de dois parâmetros de análise do estado "precário" estivessem presentes no edifício;

- Arruinado – quando os parâmetros de análise do estado "precário" evidenciassem o abandono da residência.

A *expressividade* foi um item criado para a pesquisa e utilizado para a valoração dos bens de interesse, tanto do Setor Central quanto do Setor Sul. Ela está relacionada à expressividade do bem como artefato arquitetônico, a sua representatividade em relação à classificação de linguagem na qual se insere, ou ainda a sua importância como elemento narrativo da história da cidade. Considerou-se, nesse atributo, a seguinte classificação: muito expressiva, expressiva ou pouco expressiva, no que se refere aos aspectos elementos estéticos (qualidades formais e tectônicas), qualidades topoceptivas (realce figura/fundo e centralidade/foco de atenção),[28] escala e gabarito, tipologia de uso original (residencial) e originalidade em relação aos demais de mesma linguagem. Essa caracterização busca ressaltar a importância do bem no contexto do patrimônio local identificado.

A *reversibilidade de danos*,[29] por sua vez, foi outro critério utilizado para a valoração dos bens de interesse dos setores Central e Sul. Atribuída como alta, parcial ou baixa, ela parte da análise das transformações ocorridas e do potencial de recuperação dos aspectos comprometidos ou perdidos. No entanto, não se trata da possibilidade de uma recuperação que busque artificialmente reproduzir elementos já não mais existentes, tais como janelas ou elementos decorativos, por exemplo, mas principalmente de um resgate de elementos compositivos de suas características arquitetônicas e de linguagem, que ainda persistem de modo latente, mas estão deteriorados, comprometidos ou encobertos. Leva-se em consideração a possibilidade de recuperação de jardins frontais e da permeabilidade visual que proporciona visibilidade do bem a partir da via pública e da recuperação da volumetria inicial, com a remoção de anexos tais como garagens e coberturas provisórias construídas nos recuos; da

reabertura de alpendres que foram fechados e da recuperação de revestimentos que foram encobertos ou de esquadrias trocadas ou com danos e telhados que foram substituídos por outro tipo de cobertura.

O *potencial* de risco sinaliza a ameaça iminente ou não de o bem ser modificado ou até mesmo ser demolido. Essa avaliação foi realizada considerando as transformações ocorridas em seu entorno, tais como proximidade a áreas demolidas com tapumes ou muradas para empreendimentos, futuros ou em andamento, lotes vazios sendo utilizados como estacionamento ou grandes empreendimentos próximos que impactam na dinâmica da área (aumento de fluxo de veículo, vetor de atração para determinado tipo de uso na área, verticalização). Nesse caso, a classificação foi como de: alto risco, risco moderado, baixo risco e sem risco.

A *permeabilidade visual* relaciona-se à visibilidade e à possibilidade de percepção do bem a partir da rua, tendo em vista que muros altos em toda a extensão das testadas para os passeios, portões cegos e grades de tramas fechadas são exemplos de elementos que impedem a visualização das edificações e sua relação com a paisagem urbana da via pública. Nesse caso, a classificação adotada foi: boa permeabilidade, pouca permeabilidade ou sem permeabilidade. Considerou-se uma boa permeabilidade quando há apenas muretas ou grades de trama mais aberta no fechamento frontal; pouca permeabilidade quando há um misto entre grades de tramas mais abertas e muros de alvenaria ou portão, mas que ainda permita a visualização do edifício; e sem permeabilidade quando há muro alto e portões cegos ou com tramas fechadas, que impedem totalmente a visualização do bem.

O critério *relação entre ocupação do lote e a proposta do traçado original* foi adotado apenas na análise do Setor Sul, em função da ocupação atual dos lotes em comparação à originalmente prevista no plano. O Setor Sul teve alterada a forma de apropriação e de uso dos espaços públicos inicialmente propostos, em especial das áreas verdes e internas às quadras que deviam ser o local dos acessos de pedestres às residências. Essa avaliação busca evidenciar as residências que atendem às características de implantação delineadas pelo plano original de 1947 (recuos, acessos e integração com as áreas verdes) e classificar como se dão as demais relações de acesso que não seguem o projeto. Por exemplo, residências com gabarito de um a dois pavimentos que mantêm fachada frontal voltada para áreas verdes e fachada posterior para as vias de circulação de veículos tiveram valorações máximas. Já residências que permanecem como moradias foram mais bem pontuadas, pois as alterações de uso quase sempre implicam alterações de forma e volumetria das edificações.

O *entorno quanto ao uso* também é um atributo aplicado somente ao Setor Sul, em função da proposta de uso exclusivamente residencial do bairro. Neste atributo é levada em consideração a comparação da configuração de sua ambiência inicial com a condição atual nas áreas próximas aos bens de interesse, sendo definida como mantido, em transformação e transformado. Vias planejadas para serem residenciais e que atualmente se mantêm exclusivamente com uso residencial tiveram melhores avaliações. As vias que já tiverem perdido a exclusividade residencial decaem sua avaliação conforme a intensidade das transformações na área e que acarretem transformações significativas no local e nos bens de interesse.

Com base nesses atributos foi possível estabelecer uma escala para os bens, considerando as transformações apresentadas, sendo maior a pontuação quanto mais positiva for a avaliação

28.

As diretrizes traçadas por Kohlsdorf et al. (2002) e Kohlsdorf (2006) para a leitura da paisagem foram importantes referências na determinação desses parâmetros de pesquisa.

29.

Esse critério entra apenas como análise de uma potencialidade do bem, não se examinando fatores externos aos edifícios.

Valoração dos Bens por Setor						
Linguagem Arquitetônica	Setor Central			Setor Sul		
	A	B	C	A	B	C
Brutalista	-	-	-	4	3	1
Tipo	29	41	24	1	3	1
Eclético-Sintética	20	9	5	3	-	-
Eclético-Tipológica Missões	14	2	4	-	-	-
Eclético-Tipológica Neocolonial	1	-	-	-	-	-
Eclético-Tipológica Normanda	1	1	-	-	-	-
Modernista	5	6	3	12	9	2
Modernista de Transição	12	20	6	14	31	2
Moderno-*Déco*	7	2	-	-		-
Total de residências Identificadas por Valoração	89	81	42	34	46	6
Total de residências Identificadas	212			86		

▲ Quadro 1

Itens de valoração do bem imóvel do Setor Central e do Setor Sul, 2016. Autoria: Márcia Guerrante Tavares e Lívia Maria Pereira S. Moreira. Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

dos atributos. O Quadro 1 demonstra aspectos e pontuações conferidas para valoração dos bens isolados dos setores Central e Sul, respectivamente.

Concedeu-se a pontuação "A" para as residências cuja somatória de valores resultou de 7 a 10; "B" para os resultados de 5 a 6,9 e "C" para a pontuação de 0 a 4,9. Os Mapas 6 e 7, a seguir, demonstram a espacialização dessas residências conforme valoração, no Setor Central e Setor Sul.

Percebe-se que no Setor Central há mais bens na categoria C do que no Setor Sul, aspecto que pode ser justificado pela maior idade dos edifícios. Neste local, os estados de conservação e preservação podem estar comprometidos também em função das pressões correlacionadas às transformações ocorridas nas ambiências iniciais. Além disso, a existência de edifícios de menor porte localizados nos lotes menores do Setor Central pode conduzir para uma avaliação diferenciada em relação à linguagem arquitetônica, em comparação com os bens de maior porte, localizados em lotes mais amplos e com melhor situação de implantação, no Setor Sul. Vale ressaltar que essa é uma classificação que parte do cruzamento de todos os dados levantados, portanto, apresenta um caráter demonstrativo para o qual se deve também considerar a individualidade de cada residência. Em linhas gerais, é uma avaliação que classifica as residências inventariadas, observando-se os aspectos que as fizeram pertencer à categoria A, B ou C.

Considerando que para o preenchimento das fichas M3.02 e M3.03 é necessário o acesso interno às residências, adotaram-se como critério de seleção inicial as casas compreendidas na faixa entre A e B da avaliação, resultante do cruzamento dos dados. Além do indicativo de valoração, foi estabelecido um equilíbrio entre as diversas linguagens arquitetônicas, visando a uma amostragem das diferentes linguagens identificadas. Com isso, foram selecionadas inicialmente como prioritárias para o inventário completo aproximadamente 85 casas das 339 identificadas.

Para o preenchimento do inventário completo foi realizado um primeiro contato com os moradores para apresentação e explicação do propósito da pesquisa e assim obter a autorização de acesso interno à residência. Objetivando uma abordagem convidativa e amistosa, foi desenvolvido um panfleto informativo e de sensibilização para a pesquisa (Figura 75), que apresenta e fortalece a importância do tema da valorização e preservação do patrimônio, além de preparar o morador para o primeiro contato com os pesquisadores envolvidos.

▶ Mapa 6

Valoração de bens inventariados – Setor Central, 2017. Autoria: Guilherme Andrade, Danielle Radis e Julia Monteiro. Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

VALORAÇÃO DE BENS IDENTIFICADOS - SETOR CENTRAL



Valoração A
Valoração B
Valoração C

N

Valoração dos Bens Inventáriados

C B A

0 - 4,9 6 - 4,9 7 - 10

0 175 350 700 m

VALORAÇÃO DOS BENS IDENTIFICADOS - SETOR SUL

N

Valoração A

Valoração B

Valoração C

Valoração dos Bens Inventáriados

C B A

0 - 4,9 6 - 4,9 7 - 10

0 175 350 700 m

Caso o morador e/ou proprietário conceda a autorização por escrito, ele permite o acesso interno para o levantamento fotográfico e arquitetônico da casa e a publicação das fotos, dos desenhos e das informações constantes nas fichas de cadastro. Um modelo de autorização foi definido junto à Universidade Federal de Goiás (UFG), buscando esclarecer sobre a pesquisa, além de possibilitar que o morador e/ou proprietário escolha quais aspectos ele autoriza que sejam levantados (sendo possível optar por permitir o levantamento arquitetônico e fotográfico, mas não a publicação dos resultados).

O contato com o morador foi um processo realizado em etapas. Após o aceite, a visita de levantamento foi realizada por uma equipe composta por um arquiteto e dois alunos da graduação de arquitetura e urbanismo. Durante a vistoria, foi também realizada a identificação da equipe por meio de crachás, o que deu maior credibilidade, segurança e transparência, atuando como facilitador de acesso, em alguns casos. Era realizado o levantamento métrico esquemático de todos os cômodos, assim como da altura dos peitoris e vãos das esquadrias, pé-direito, largura dos beirais e altura do piso à cumeeira (valor aproximado), conforme campos requisitados na ficha M3.02. Sob orientação do arquiteto da equipe, foram feitas as anotações quanto aos revestimentos encontrados e, quando autorizado, o levantamento fotográfico. Alguns moradores também deram informações sobre a casa, contando a história da construção e dos primeiros ocupantes, demonstrando documentos referentes à compra dos lotes ou imóveis e sobre o processo de construção.

Após a coleta de dados, os desenhos foram elaborados no *software* Auto Cad e exportados para o formato JPEG para compor as fichas M3.02 e M3.03 (SICG-Iphan). Os croquis necessários ao preenchimento das fichas foram: plantas de situação, implantação, planta baixa de cada pavimento e quatro fachadas. Adotaram-se como modelo de representação das peças gráficas as orientações do *Manual do Inventário de Bens Imóveis* (INBI-SU), metodologia de inventário de bens imóveis do Iphan, utilizada até 2010. É importante salientar a necessidade de padronização do desenho técnico realizado. Nesse caso, gerou-se um "ctb." (utilizando o *software* Auto Cad) que pôde ser compartilhado, possibilitando, assim, uma homogeneidade visual entre os projetos produzidos pela equipe. Após o levantamento dos dados e sua digitalização, deu-se início ao preenchimento das fichas.

Considerando a metodologia mencionada, das 85 residências selecionadas, 29 receberam cadastro completo (fichas M3.01, M3.02 e M3.03), sendo que a publicidade do levantamento de algumas delas



▲ Figura. 75

Panfleto informativo e de sensibilização (frente e verso), apresentado aos moradores das residências em abril de 2016. Autoria: Roberto Cociello e José Artur D'Aló Frota. Fonte: LAU/ FAV/UFG; Iphan/GO.

◀ Mapa 7

Valoração de bens inventariados – Setor Sul, 2017.

não foi autorizada pelo morador. Dentre as 29 residências, dezessete estão localizadas no Setor Central, oito no Setor Sul, duas no Setor Aeroporto, uma no Setor Oeste e uma no Setor Marista. Quanto à linguagem arquitetônica, foram levantadas três residências brutalistas, cinco casas-tipo, três eclético-sintéticas, duas eclético-tipológicas missões, uma eclético-tipológica neocolonial, uma eclético-tipológica normanda, cinco modernistas, oito modernistas de transição e uma moderna-*déco*. As residências com autorização de publicação serão demonstradas nesta publicação.

O Módulo 3 de Fichas SICG/Iphan (Anexos A, B e C) contribui para o entendimento mais pormenorizado dos bens em suas características formadoras e essenciais, bem como do contexto histórico e geográfico de sua inserção. Para o seu preenchimento, foi utilizado o *Manual* de *Preenchimento* do SICG-Iphan. Contudo, serão relatadas aqui algumas especificidades experimentadas durante o processo de cadastro das residências que poderão complementar o material de referência.

A Ficha M3.01 – Cadastro Geral/Informações Básicas – foi inicialmente preenchida apenas com a descrição da volumetria externa da casa e da sua implantação no lote, sendo realizada ainda sem o contato com o morador. Após a visita ao interior da casa e o contato com o morador para o preenchimento do módulo completo, alguns dos dados inseridos na ficha, tais como estado de conservação e preservação, dados históricos e descrição geral das características do bem inventariado, puderam ser reavaliados.

O preenchimento do campo referente ao contexto (ficha M3.01) foi precedido de uma extensa pesquisa, que visou à análise da paisagem e da ambiência das ruas que perfazem o entorno imediato do bem inventariado, o que será tratado na parte referente à leitura da paisagem.

Para a padronização do preenchimento das informações, especialmente as descritivas, o primeiro passo foi a realização de um modelo de preenchimento das fichas M3.01, a ser utilizado por todos os integrantes da equipe. Nesse modelo, foi adotada uma padronização dos campos de preenchimento, segundo critérios definidos, tendo em vista o enfoque dado ao trabalho (objeto de estudo e recorte temporal e territorial) e a lógica de organização da pesquisa de campo, do registro das informações coletadas e de estruturação dos procedimentos de análise.

Para o "Campo Recorte Territorial", optou-se por identificar a cidade e o bairro do referido imóvel. No campo referente ao "Recorte Temático", utilizou-se o termo "Arquitetura Residencial", seguido da linguagem arquitetônica da residência. A identificação do bem foi feita pelo nome do proprietário e, no campo localização do bem, o endereço foi padronizado sem abreviações e respeitando a hierarquia: rua, número, quadra e lote. Esse sistema foi utilizado também na nomenclatura dos arquivos de imagens (fotografias e desenhos) e no campo de identificação dos bens, tanto na planilha Excell quanto no mapeamento realizado no Arcgis. Essa decisão foi tomada para facilitar o cruzamento de dados entre os programas e a localização das imagens nos arquivos da pesquisa.

As fichas M3.02 (Bem Imóvel – Arquitetura) e M3.03 (Bem Imóvel – Arquitetura/ Caracterização Interna) propõem uma qualificação pormenorizada do bem e nelas são descritos tanto os aspectos estruturais, construtivos e formais quanto de organização espacial. Nelas são inseridos fotografias e croquis das fachadas, croquis da planta de situação e implantação e plantas baixas dos pavimentos. Para essas fichas, também foi criado um modelo de preenchimento que foi adotado por toda equipe.

No campo "Breve Descrição Arquitetônica" da Ficha M3.02, decidiu-se por fazer uma descrição da organização espacial do edifício, enfocando a disposição dos ambientes e os pontos modificados, bem como dos materiais e elementos de arquitetura mais notórios, observados durante a vistoria, evidenciando a ambiência percebida.

No campo "Cômodos: Uso Original", da Ficha M3.03, quando não foi possível obter essas informações por parte do morador, baseou-se em residências semelhantes, registrando a suposição do que teria sido o uso original dos cômodos. Foram considerados cômodos, todos os ambientes com algum tipo de convivência, mesmo os não cobertos como área de lazer e pátios, a fim de permitir a descrição dos materiais.

Já no campo "Cômodos: Uso Atual" dessa mesma ficha, quando o ambiente foi dividido e transformado em dois ou mais ambientes, repetiu-se o uso original e informou-se o uso atual das partes, dando a cada novo ambiente um número específico. Na presença de modificações conhecidas e passíveis de serem demonstradas em projeto, optou-se por identificá-las conforme padrão de desenho técnico, inserindo duas plantas no campo "Planta/Croqui da Planta Baixa". Nesse campo, as plantas foram organizadas de forma a terem os números de identificação dos cômodos legíveis e formatados na direção da leitura. Foi observada também a inserção do Norte e linhas que demarcassem os terrenos laterais apenas na parte frontal, como forma de identificar o acesso.

A seguir serão apresentadas algumas das casas que tiveram inventário completo, separadas por linguagem arquitetônica. Das 29 casas inventariadas, sete não puderam ser exibidas nesta publicação, por não ter sido consentida a autorização do uso das imagens.

CASAS-TIPO

O que se conhece pela denominação de "casas-tipo" na historiografia da cidade diz respeito às residências unifamiliares construídas pelo Estado para servir como moradia de funcionários durante o período de implantação da cidade.

Segundo Alvares (1942, p. 23, 51, 57 e 59), houve diferentes variações de casas-tipo projetadas por engenheiros do escritório técnico do Estado, classificadas em três categorias básicas: as casas-tipo "especiais" projetadas como "casas-modelo" para funcionários de alto escalão, com um ou dois pavimentos; as "casas para funcionários", tipos 2Q, 3Q e 4Q de um ou dois pavimentos; e as "casas populares", casas mais simples, de dois e três quartos e um só pavimento. Conforme Moura (2011, p. 60), as casas-tipo especiais "dizem respeito às primeiras moradias que de fato foram erguidas em Goiânia, ainda em 1935, as casas da Rua 20".

A ideia era que essas casas "funcionassem como modelos de uma nova forma de habitar e construir", buscando diferenciar-se das residências tradicionalmente construídas no Estado de Goiás, comuns no período colonial brasileiro, e que se identificavam com a antiga capital do Estado (MOURA, 2011, p. 14). A modernidade dessas residências estaria não somente na utilização de novos materiais e padrões construtivos, que resultavam em um vocabulário formal e uma organização em planta com maior racionalidade e economia, mas também na preocupação em responder aos padrões de higiene da época (Figura 76).

O propósito da construção de casas para funcionários era que ela fosse a mais econômica possível. Por esse motivo adotou-se também a padronização de materiais que, como afirma Moura (2011, p. 34), ia desde o tipo de areia até a "descrição dos equipamentos sanitários e da cozinha, como o fogão, passando pelo detalhamento das tubulações de água e esgoto, fiação elétrica, pavimentação, forros e elementos constituintes das fachadas: esquadrias, tipos de reboco e pintura, etc."

O conceito de "casas-tipo" como projeto de residências econômicas produzidas em grande escala já era presente no contexto brasileiro e fazia parte dos projetos de habitação social desenvolvidos na década de 1930. É o caso do conjunto de residências econômicas concebido por Oscar Americano Filho e construído para a Caixa de

▾ Figura. 76.

Centro, Avenida Paranaíba nº 495.
Autor: José Artur D'Aló Frota, 2015.
Fonte: Acervo pessoal desse autor.



Aposentadoria dos Ferroviários de Sorocaba (MARIANO FILHO, 1939, p. 30-32).

Nas casas-tipo encontradas em Goiânia é forte a influência do *bungalow* moderno norte-americano, tipologia de moradia caracterizada por plantas compactas e distribuição espacial racional, com uma pequena varanda ou alpendre, marcando o acesso principal, como parte do próprio corpo da edificação, linguagem variada e caráter pitoresco, segundo Moura (2011, p. 53).

O programa básico das casas mais simples era: sala, cozinha, banheiro, alpendre e dois dormitórios. Porém, existiam residências destituídas do característico alpendre frontal, presente na maioria delas. As casas-tipo "populares", destinadas a operários e construídas no "Bairro Popular", ou "Setor Norte", eram as mais compactas. Nas residências de dois pavimentos, geralmente os programas eram mais extensos, chegando a ter cinco quartos, duas salas, biblioteca, copa, cozinha, quarto e banheiro para funcionários e um volume anexo, com garagem e quarto para chofer. Existiam, também, diferenças entre os materiais e acabamentos usados nessas casas. Em termos formais, observa-se uma mesma linguagem adotada tanto em casas térreas quanto nos sobrados, com pequenas variações conforme a categoria[30] (Figura 77).

A modernização dessas residências apresenta-se tanto na organização dos espaços como no emprego de materiais e linguagem adotada. Elas distinguem-se por: determinados padrões de organização espacial, segundo o número e a natureza dos ambientes e sua disposição em planta; recuo frontal de jardim com muro baixo e afastamento em relação aos limites dos terrenos;[31] telhados de

30.

Para mais detalhes sobre as casas-tipo, ver Moura (2011).

31.

A exigência de afastamentos para residências está presente na legislação da época, conforme pode ser observado no Código de Edificações de 1947 – Decreto-Lei nº 574.



▾ Figura. 77.

Centro, Rua 18, Quadra 28, Lote 5. Autora: Danielle Radis, 2018.Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.



▾ Figura. 78.

Centro, Alameda dos Buritis, esquina com a Rua 12, Quadra 47, Lote 3. Autora: Danielle Radis, 2018.Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

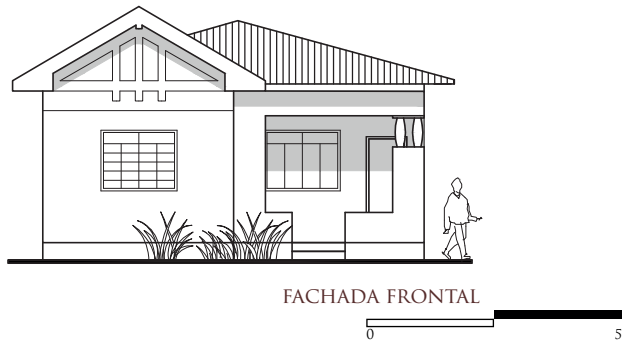
quatro ou mais águas, com telhas cerâmicas tipo francesa e beirais em todas as faces do edifício; volumetria compacta com a presença acentuada de alpendres, em muitos casos elevados em relação ao nível externo; linguagem despojada de ornamentos nas fachadas e poucos elementos decorativos. Estes últimos, quando empregados, são adicionados para marcar os vãos e decorar varandas e frontões.

A maior parte das casas-tipo identificadas pela pesquisa encontra-se no Setor Central. No entanto, algumas delas localizam-se no Setor Sul. Essas últimas situam-se na Rua Olinto Manso (antiga 94), Rua 104F, Rua 83C, Rua 105C e Rua 83B, regiões limítrofes e próximas ao Setor Central. Grande parte das residências encontradas atualmente apresenta pequeno porte, possui recuos laterais e jardim frontal, telhados em águas, dois volumes principais, sendo um deles com frontão, e acesso por uma pequena varanda. Há variações em relação à presença do frontão e à localização do alpendre, podendo ambos coincidirem ou não em um mesmo volume. O acesso principal à casa pelo alpendre, na maioria das vezes, é feito por meio de pequena escada, em geral com dois degraus.

Constata-se a existência de residências construídas por particulares e que se assemelham às casas-tipo construídas pelo Estado, seja na composição volumétrica, na organização espacial em planta, na disposição dos vãos e aberturas e nos materiais construtivos empregados. Algumas delas evidenciam tentativas de personalização, no emprego de um vocabulário de ornamentos ecléticos mais destacado (Figura 78).

Como nas casas-tipo construídas pelo Estado, as residências construídas por particulares também empregam diferentes espécies de acabamento e elementos decorativos, conforme a categoria da casa, o que torna complexa a diferenciação entre elas. Além disso, a padronização das casas construídas pelo Estado implicou uma variação de plantas, conforme o tamanho da família e a classe social, tornando ainda mais difícil a diferenciação, já que não foi possível o acesso à documentação específica que certifique as origens das construções. Assim sendo, não se fez na pesquisa a distinção entre as casas construídas pelo Estado e por particulares identificadas dentro dessa linguagem. A seguir, alguns exemplos de casas-tipo encontradas em Goiânia.

Centro, Rua 56, Quadra 105, Lote 39



FACHADA FRONTAL

0 5

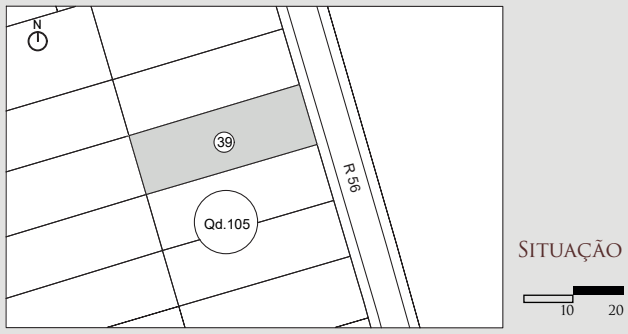


A

*FICHA TÉCNICA

Área do terreno	420 m²
Área construída	265,60 m²
Elevação em relação ao nível da rua	50 cm
Altura da base à cumeeira	4,80 m
Pé-direito interno	3,00 m

* dados aproximados



SITUAÇÃO

10 20

Acabamentos:

As paredes são de alvenaria de tijolo, argamassadas e pintadas em tons de bege. Possui elementos decorativos que pretendem imitar madeira no frontão e outros que decoram os pilares e o vão do alpendre. Internamente, a casa apresenta revestimento cerâmico em algumas paredes. Os pisos variam de acordo com o cômodo, sendo encontrados tacos de madeira assentados em espinha de peixe, cimento queimado e lajota cerâmica. O forro é de madeira com pintura branca.

Aberturas:

A porta de acesso externo é metálica com vidro e as demais são em madeira pintadas em tons claros. Algumas janelas são de madeira com venezianas e vidro na bandeira, outras são metálicas, basculantes, com vidro canelado. Há a presença de muro baixo e gradil no fechamento frontal que ainda garante a permeabilidade visual a partir da calçada.

Cobertura:

Telhado coberto com telha cerâmica do tipo francesa e telha ondulada de fibrocimento.

Estado de preservação:

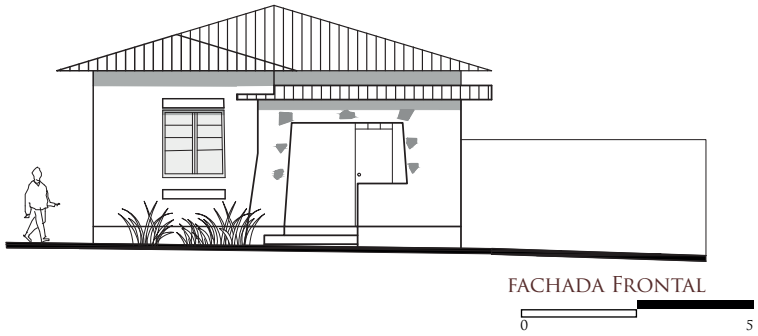
Pouco alterado.


B


C


D

Centro, Rua 72, Quadra 112, Lote 11




A

*FICHA TÉCNICA

Área do terreno	660,68 m²
Área construída	275,75 m²
Elevação em relação ao nível da rua	50 cm
Altura da base à cumeeira	4,80 m
Pé-direito interno	3,00 m

* dados aproximados



Acabamentos: *As paredes são de alvenaria de tijolo argamassadas e pintadas em tons de bege, tanto na edificação principal quanto no anexo lateral e edícula. Há elementos que imitam pedras adornando o pórtico de formato geométrico que marca o volume do alpendre de acesso. Internamente, a casa apresenta revestimento cerâmico em algumas paredes. O piso varia de acordo com o cômodo, sendo encontrados piso em cimento queimado e revestimentos cerâmicos em tons de marrom, lisos e com motivos florais. O forro é em madeira, sendo que em alguns ambientes o acabamento é em verniz brilhoso, mantendo o aspecto de madeira e, em outros, são pintados de branco.*

Aberturas: *As portas da edificação principal são em madeira, pintadas em tons de bege. As portas do anexo e edícula são diversificadas, sendo algumas em madeira e outras metálicas com venezianas. Há floreiras na base e adorno em alto-relevo na sobreverga das janelas. As janelas originais, que permanecem principalmente nos quartos, são de madeira, com duas folhas, venezianas na base e bandeira de vidro na parte superior. Internamente foram instaladas grades metálicas para segurança, sem interferir no aspecto original das janelas. Nos ambientes sociais, as janelas são de metal e vidro protegidas por grades metálicas. As esquadrias do anexo e da edícula são variadas, algumas janelas são de correr, metálicas e de vidro e outras de abrir de madeira. As portas variam entre metálicas de venezianas e de madeira lisa. A permeabilidade visual é garantida pelo fechamento frontal em gradil metálico.*

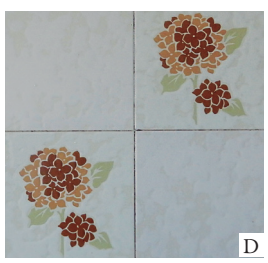
Cobertura:

Telhado coberto por telha cerâmica do tipo plan. Parte ampliada e edícula apresentam telha ondulada de fibrocimento.

Estado de preservação: *Pouco alterado.*


B

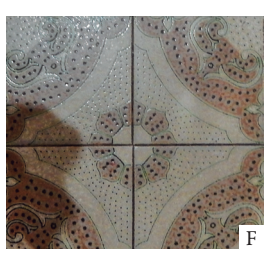

C

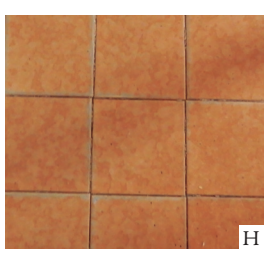

D


E


G


I


F


H

Centro, Rua 72, Quadra 112, Lote 23



FACHADA NOROESTA

0 5

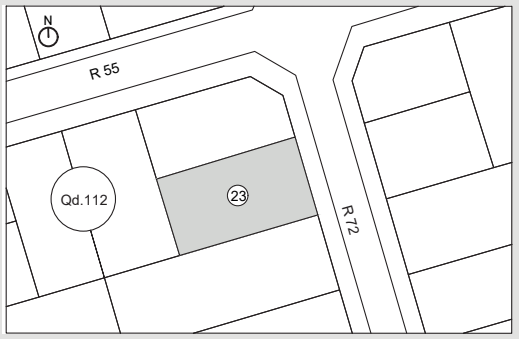


A

*FICHA TÉCNICA

Área do terreno	396,19 m²
Área construída	188,68 m²
Elevação em relação ao nível da rua	50 cm
Altura da base à cumeeira	4,90 m
Pé-direito interno	3,12 m

* dados aproximados



SITUAÇÃO

10 20

Acabamentos: *As paredes são em alvenaria de tijolos, parte argamassada lisa, parte com revestimentos diversificados. A fachada frontal apresenta a base revestida em pedra e a parte superior em textura chapiscada, pintada na cor amarelo-clara. A separação entre os dois revestimentos é feita mediante uma faixa de cerâmica. Esse detalhe é aplicado aos muros laterais e à parte interna da mureta frontal que delimita a divisa com a calçada. As paredes das outras fachadas são pintadas de cor branca ou amarelo-clara. O calçamento externo e do alpendre apresenta mosaico cerâmico paulista nas cores vermelha, amarela e preta, formando moldura e desenhos figurativos, típico do período. Internamente apresenta revestimentos cerâmicos lisos e com motivos florais em tons de bege, em algumas paredes. O piso varia conforme o cômodo, sendo encontrados pedra granítica, tacos de madeira assentados em espinha de peixe, cimento queimado na cor vermelha, cerâmica em tons de verde e bege e lajota vermelha. Parte do piso original foi substituída por porcelanato e piso cerâmico amadeirado. O forro hoje é em PVC e, onde não há forro, laje de acabamento liso na cor branca.*

Aberturas: *A porta principal de acesso é de madeira, com fechamento em vidro canelado e gradil metálico decorado. As portas internas são de madeira pintadas na cor cinza-clara. As janelas da casa são metálicas do tipo basculante com vidro canelado e apresentam gradis decorados. Há uma floreira revestida com mosaico cerâmico paulista (como do calçamento externo e do alpendre) na base da janela frontal. O fechamento frontal é em muro baixo e gradil, garantindo a permeabilidade visual da residência, a partir da rua.*

Cobertura: *Telhado coberto com telha cerâmica do tipo colonial. Há arremates no final do encontro das águas do telhado que remete a chinesices. Acréscimo do volume da garagem na lateral e recuo frontal em toldo.*

Estado de preservação: *Pouco alterado.*


B


C


D



E

CASAS ECLÉTICAS

Entende-se por ecletismo o conjunto de produções arquitetônicas surgidas a partir do segundo quartel do século XIX. Conforme Patetta (1987), origina-se em uma cultura arquitetônica própria, influenciada pela ascensão da classe burguesa, que valorizava o conforto, o progresso técnico e as novidades – dentro da concepção de moda e gosto do período –, buscando sua afirmação individual diante da sociedade. Segundo Lemos (1987), o ecletismo apresenta inspiração em arquiteturas pretéritas e uma liberdade projetual que permitia a licença poética, perante o sistema compositivo clássico, ao empregar estilos diversos relacionados a diferentes períodos.

Alencar (2010, p. 17-18) divide o ecletismo, também chamado de historicismo, em dois partidos principais: o "ecletismo tipológico", quando se elege entre vários estilos do passado aquele que apresenta melhor solução para cada tipologia de edifício, e o "ecletismo sintético", quando se combinam elementos de vários estilos em uma única edificação, buscando o aprimoramento deles.

Dentro da categoria "ecletismo tipológico", em Goiânia encontram-se residências em estilo missões, neocolonial e normando. Nesse caso, é importante destacar que essas casas, conforme observa Mahler (2007), são habitadas pelo mesmo grupo social e diferenciam-se apenas estilisticamente, na medida em que utilizam o mesmo padrão construtivo e programas de necessidades semelhantes.

Até a década de 1950, segundo Vaz e Zárate (2005, p. 4), as residências construídas em Goiânia, independente da linguagem adotada, apresentavam como sinais de modernização a liberação do edifício do lote, a presença de jardins frontais e a introdução do banheiro e da cozinha no corpo da casa, com instalações sanitárias completas. Além disso, o emprego do "concreto armado na construção das vergas e contrapisos prolongados sob as paredes"; o uso da telha "tipo marselha", também chamada de francesa, de revestimentos das paredes de cozinhas e banheiros feitos com "ladrilho branco ou estuque lustro, arrematados com ladrilho em cor; sala, quarto e 'passagem' (corredor) com piso em taco"; cozinha, banheiros e varandas "com ladrilho em duas cores" e "janelas basculantes na cozinha e banheiro" – tudo isso compunha o rol de inovações que essas casas apresentavam, em seu conjunto. Outra novidade, segundo as autoras, era a exigência de dimensões das aberturas, de um sexto do ambiente.

▾ Figura 79

Centro, Alameda dos Buritis, Quadra 77, Lote 9.
Autora: Danielle Radis, 2018.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.



CASAS ECLÉTICO-SINTÉTICAS

As principais características que diferenciam as residências categorizadas como eclético-sintéticas, em relação às casas-tipo que adotam um vocabulário eclético em sua ornamentação, são a organização espacial e a composição volumétrica fora do padrão tipológico das casas-tipo. A existência de elementos decorativos, por vezes com referência à arquitetura clássica, nas platibandas e frontões; a presença de contornos trabalhados e gradis decorados e a combinação de elementos arquitetônicos inspirados no barroco, no neoclássico e em estilos exóticos, ligados à tradição arquitetônica de regiões mais longínquas, como por exemplo o recurso conhecido como "chinesices", já presentes na tradição colonial e barroca brasileira, também são características dessas casas. No entanto, os elementos decorativos nelas empregados de um modo geral são bastante simplificados e muitas das vezes trabalhados com tal liberdade que chegam ao pastiche, por inventar soluções estilísticas inexistentes no passado (Figuras 79 a 85).

▾ Figura 80

Centro, Rua 3,
Quadra 38, Lote 85.
Autora: Danielle Radis, 2018.
Fonte: LAU/FAV/
UFG; Iphan/GO.

▾ Figura 82

Centro, Rua 6,
Quadra 54, Lote 47.
Autora: Danielle Radis, 2018.
Fonte: LAU/FAV/
UFG; Iphan/GO.

▾ Figura 84

Centro, Rua 72,
Quadra 112, Lote 5.
Autora: Danielle Radis, 2018.
Fonte: LAU/FAV/
UFG; Iphan/GO.

▾ Figura 81

Centro, Avenida Paranaíba,
Quadra 60, Lote 88.
Autora: Danielle Radis, 2018.
Fonte: LAU/FAV/
UFG; Iphan/GO.

▾ Figura 83

Centro, Rua 23,
Quadra 72, Lote 69.
Autora: Danielle Radis, 2018.
Fonte: LAU/FAV/
UFG; Iphan/GO.

▾ Figura 85

Centro, Rua 5,
Quadra 71, Lote 10.
Autora: Danielle Radis, 2018.
Fonte: LAU/FAV/
UFG; Iphan/GO.





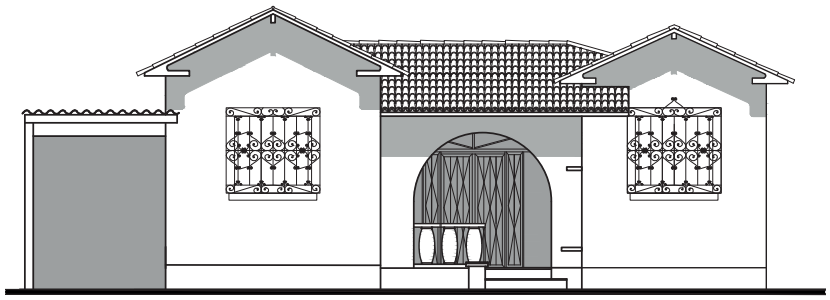








Centro, Rua 28, Quadra 55, Lote 3



FACHADA FRONTAL

0 5

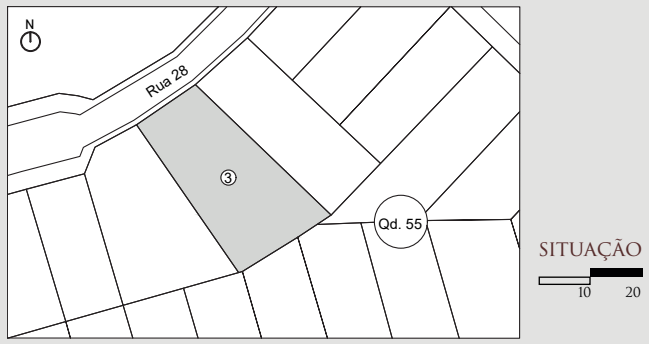


A

*FICHA TÉCNICA

Área do terreno	609,75 m²
Área construída	358,95 m²
Elevação em relação ao nível da rua	40 cm
Altura da base à cumeeira	4,95 m e 5,95 m
Pé-direito interno	3,00 m

* dados aproximados



SITUAÇÃO

10 20

Acabamentos: *As paredes são de alvenaria de tijolo, com acabamento liso pintado de branco. O acesso é marcado por um alpendre avarandado em arco abatido e balaustrada, elementos que remetem ao estilo missões. Por outro lado, apresenta solução volumétrica, elementos arquitetônicos e acabamentos semelhantes aos da casa-tipo, porém reinventados, a ponto de se tornarem um híbrido entre aqueles característicos da casa-tipo e aqueles singulares do estilo missões, como se pode observar na estrutura da cobertura e no acabamento dos beirais. A casa possui pavimentação em pedra no recuo frontal. O piso do alpendre e o pequeno lance de escada de acesso são em granitina verde. O piso interno é em cimento queimado, cimento rústico e cerâmicos, variando a cor conforme o cômodo. O forro é em madeira, pintado na cor branca.*

Aberturas: *A porta do acesso principal é metálica e de vidro, as internas são de madeira almofadada. As janelas são metálicas e vidro canelado, de correr, sendo que todas possuem gradis decorados. O fechamento frontal do lote é em gradil metálico, com total permeabilidade visual.*

Cobertura: *Telhado coberto com telha cerâmica do tipo colonial, beirais em laje e bica exposta.*

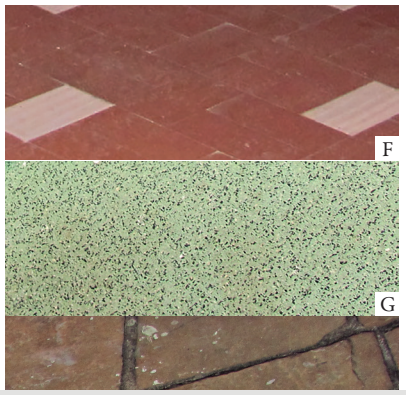
Estado de preservação: *Pouco alterado.*


B


C

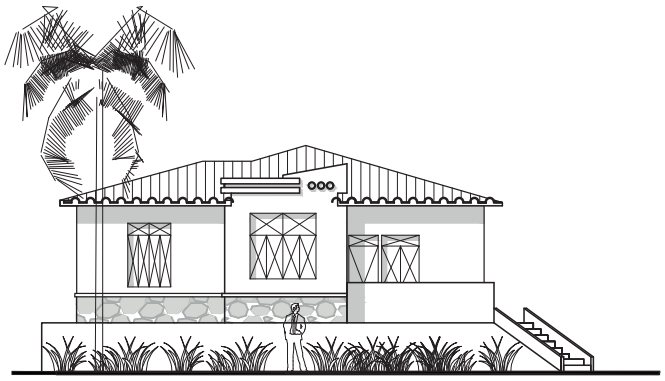

D


E


F

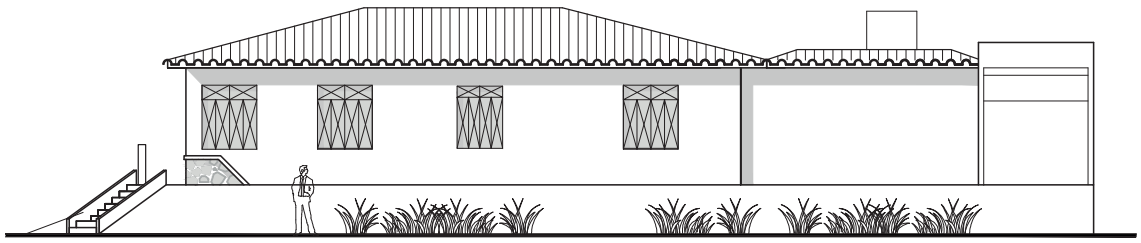
G

Centro, Rua Dona Gercina Borges Teixeira, Quadra F-17, Lote 15



FACHADA FRONTAL

0 5



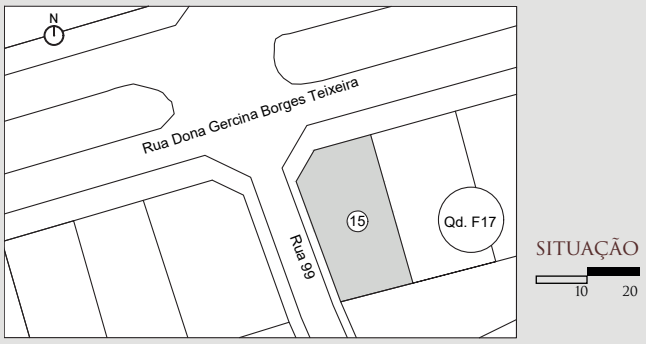
FACHADA LATERAL DIREITA

0 5

*FICHA TÉCNICA

Área do terreno	482,65 m²
Área construída	231,15 m²
Elevação em relação ao nível da rua	1 m
Altura da base à cumeeira	4,20 m
Pé-direito interno	2,75 m

* dados aproximados



SITUAÇÃO

10 20

Acabamentos: *As paredes são de alvenaria de tijolo com acabamento liso e pintadas na cor amarela. A base do corpo do edifício é revestida por pedra de cor vermelha e corte irregular. No acabamento da fachada principal, apresenta alguns elementos (frisos horizontais marcando a volumetria da edificação e orifícios de ventilação) aplicados de forma decorativa e desconectados do sentido da volumetria e da cobertura da residência, que procuram associar-se a elementos presentes no racionalismo abstrato moderno dos anos 1930. No entanto, a casa apresenta detalhes de acabamento singulares, tais como o desenho das esquadrias e do barrado de pedra que perfaz a base do edifício, recorrentes nas residências de imigrantes alemães que se mudaram para Goiânia na década de 1950. O calçamento externo é em mosaico de ladrilho paulista, nas cores vermelha (dominante), amarela e preta. Internamente, apresenta paredes lisas, pintadas em tons de bege-claro, azulejos brancos e madeira ripada no sentido vertical. O piso interno varia entre ladrilho cerâmico vermelho com detalhes em preto (típico do período) e tacos de madeira, assentados em espinha de peixe. O teto é em laje com pintura branca.*

Aberturas: *As portas de acesso são de metal e vidro, com uma trama em X. As portas internas são em madeira almofadada. As janelas são de metal e vidro, com o mesmo tratamento dado às portas de acesso. O edifício ainda apresenta, na parte frontal e lateral direita, muro baixo, com gradis decorados, protegidos por vegetação. O portão da garagem, volume construído posteriormente, é metálico, vazado apenas na parte superior.*

Cobertura: *Telhado coberto com telha do tipo francesa.*

Estado de preservação: *Pouco alterado.*


A


B


C


D


E

CASAS ECLÉTICO-TIPOLÓGICAS MISSÕES

O estilo mexicano, californiano, missões ou neocolonial hispano-americano buscava produzir uma arquitetura nova, ligada a temas e à cultura hispânica. Conforme Wolff (2016), de um modo geral ele é caracterizado por falsos chafarizes ou poços presentes nos pátios espanhóis, forros acoplados a robustas estruturas de vigas de madeira aparente, envernizadas, arcos e passagens ogivais, por vezes delineados com cimento imitando pedra. Trata-se de uma vertente que ocorreu lado a lado ao neocolonial luso-brasileiro.

Inserido no Brasil, especialmente no âmbito residencial, ele assume peculiaridades com uma conotação híbrida, ao associar elementos da cultura portuguesa. Para Lucena e Cavalcanti Filho (2012), essa arquitetura inspira-se em residências do sul dos Estados Unidos, com referências hispânicas, e sua popularização deu-se por meio de livros e revistas especializadas.

Sua linguagem, segundo Atique (2010), caracteriza-se por um "diversificado jogo de arcadas, volumes e cobertas", revestidos por "criativas texturas". Destaca-se pela assimetria do conjunto e pelo uso de acabamentos e revestimentos rústicos, como reboco e pedra assentados grosseiramente, telhados em duas empenas perpendiculares à rua, com beirais reduzidos e telhas de barro do tipo capa-canal ou estilo francês, madeira aparente e elementos de ferro fundido, interna e externamente, principalmente na estrutura de vigamento dos pavimentos superiores (REGINO, 2011; LUCENA; CAVALCANTI FILHO, 2012).

Conforme Moura (2011, p.73), o estilo missões em Goiânia foi utilizado, dentro do contexto eclético, em casas construídas por particulares na "tentativa de personalização das moradias" (Figura 86). A adoção desse estilo, bem como outros associados ao ecletismo, foi possibilitada pela inserção dos novos padrões "construtivos e a chegada de profissionais e materiais capazes de proporcionar uma nova feição às moradias".

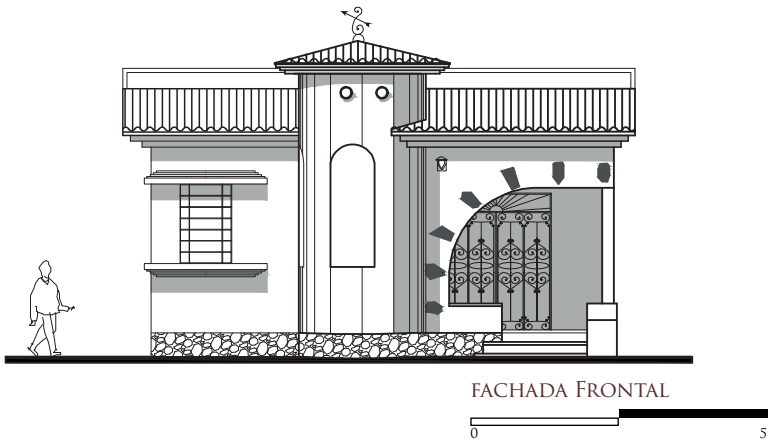
Observa-se o uso recorrente de plantas de formato em "L", com volumetria variada e assimetria de conjunto. O vocabulário arquitetônico presente nessas casas adota o estuque branco e telhas cerâmicas aparentes. Ele é composto por torres "esquineiras" com volumes cilíndricos salientes, varandas com aberturas em arcos marcando os acessos, colunas salomônicas ou "panzudas"; desenhos em alto-relevo de cimento contornando arcadas e marcando a base do corpo das casas, que simulam ser de pedras; gradis de ferro forjado e chaminés falsas.

▾ Figura 86

Centro, Rua 10, Quadra F13, Lote 24.
Autora: Danielle Radis, 2018.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.



Centro, Rua 5, Quadra 25, Lote 36



FACHADA FRONTAL

0 5



A

*FICHA TÉCNICA

Área do terreno	325,93 m²
Área construída	190,80 m²
Elevação em relação ao nível da rua	35 cm
Altura da base à cumeeira	5,30 m
Pé-direito interno	3,00 m

* dados aproximados



SITUAÇÃO

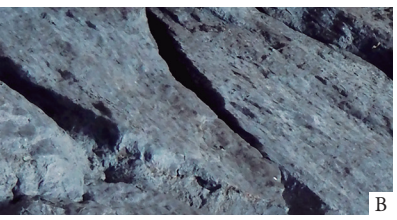
10 20

Acabamentos: *Na fachada principal são marcantes os ornamentos em alto-relevo que imitam pedra, pintados na cor cinza-escura que contornam o vão em arco do alpendre. O fundo da parede frontal é liso, com pintura amarela. Na base de todo o edifício há um barrado que imita pedra, também na cor cinza. Além dos elementos recorrentes no estilo missões, a casa apresenta elementos atípicos dessa linguagem, tais como a parede de elementos vazados de concreto e uma coluna cilíndrica pintada na cor azul, que fazem o fechamento lateral do alpendre. Internamente, ela apresenta diversos revestimentos de piso, separados por ambiente, sendo tacos de madeira instalados em formato de espinha de peixe, lajotas cerâmicas, cimento queimado e concreto aparente. Três tipos de forro foram encontrados, sendo laje de forro, gesso e forro mineral, com isolamento termoacústico, ambos com acabamento liso e branco.*

Aberturas: *As portas de acesso possuem esquadrias metálicas com vidro liso e ornamentos em gradil de ferro. Há dois vãos em arco abatido no torreão localizado no alpendre e pequenos orifícios circulares no topo do elemento. Os vãos da fachada principal apresentam peitoris com elemento decorado em alvenaria. Nas fachadas laterais, há elementos horizontais e verticais em concreto que protegem a lateral e topo das janelas. As janelas são de ferro e vidro do tipo ártico, sendo algumas de correr e outras basculantes. O fechamento frontal é em muro baixo com gradil metálico, permitindo total permeabilidade visual.*

Cobertura: *Telhado coberto com telha cerâmica do tipo colonial e parte reformada coberta com telha ondulada de fibrocimento.*

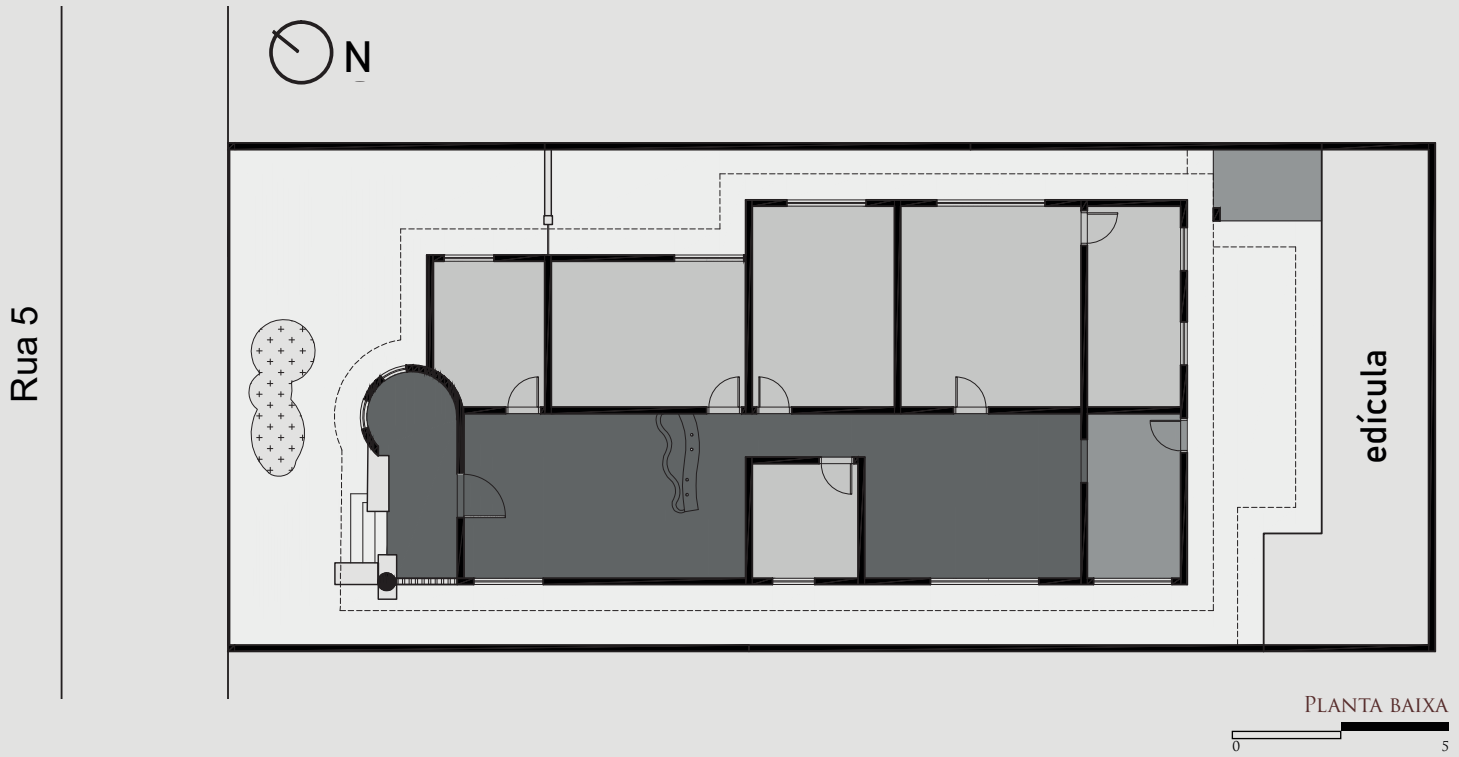
Estado de preservação: *Pouco alterado.*


B

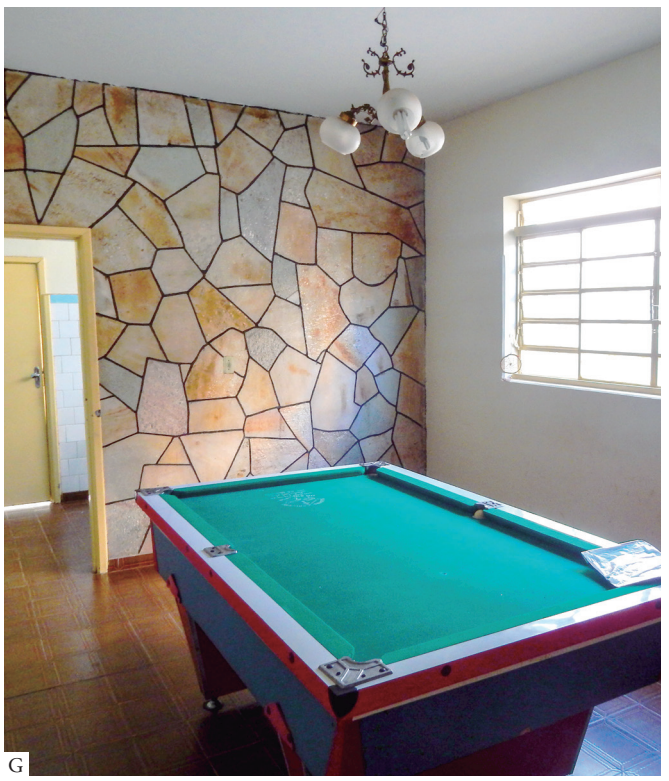

C


D

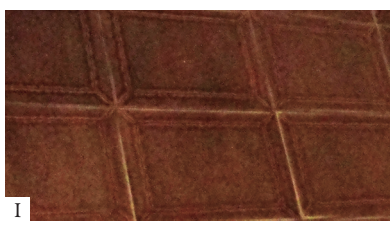

E



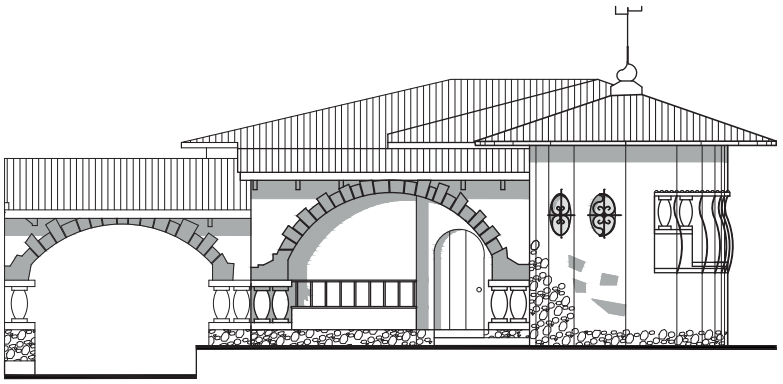

F


G


H

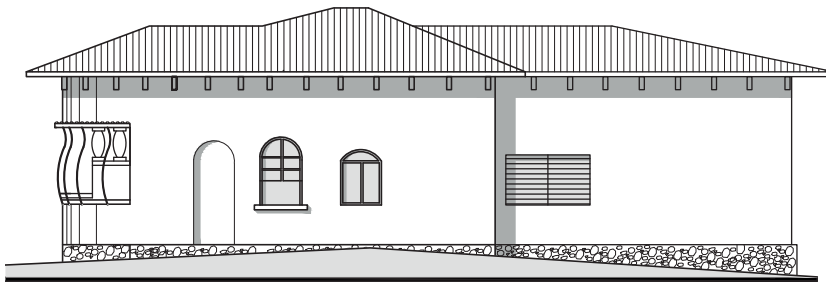

I

Centro, Rua 5, Quadra 72, Lote 11



FACHADA FRONTAL

0 5



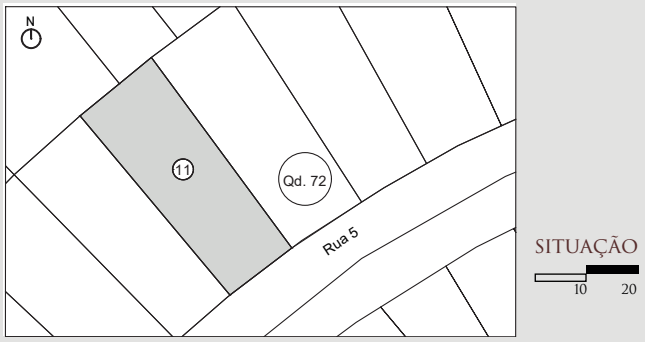
FACHADA LATERAL DIREITA

0 5

*FICHA TÉCNICA

Área do terreno	429,21 m²
Área construída	129,74 m²
Elevação em relação ao nível da rua	50 cm
Altura da base à cumeeira	5,30 m
Pé-direito interno	3,00 m

* dados aproximados



SITUAÇÃO

10 20

Acabamentos: *As paredes são em alvenaria de tijolo e apresentam elementos em relevo que imitam pedra, sendo as partes lisas pintadas em branco. Os elementos em relevo decoram as alvenarias, contornam os arcos abatidos que marcam o alpendre e área da garagem, e criam um barrado irregular no contorno da edificação. Azulejos decorados com motivos florais são encontrados nas paredes da cozinha e do banheiro. O piso interno varia conforme o cômodo, sendo encontrados lajota vermelha em formato hexagonal e também em formato retangular, tacos de madeira assentados em espinha de peixe, granito, granitina e cerâmica. O teto é laje com acabamento liso, branco.*

Aberturas: *As portas de acesso principal são em madeira trabalhada em cortes verticais e acabamentos em ferro decorado. As portas internas são em madeira. O portão da garagem é de ferro. As janelas da fachada principal são de ferro e vidro, protegidas por gradis ornamentados em ferro. Algumas janelas são de duas folhas de abrir e veneziana em madeira e outras são de ferro basculante e vidro-fantasia. O fechamento frontal possui muro baixo com gradil metálico, permitindo total permeabilidade visual da fachada.*

Cobertura: *Telhado coberto com telha cerâmica do tipo colonial.*

Estado de preservação: *Pouco alterado.*


A


B


C


D


E








F



G



H



I

CASAS ECLÉTICO-TIPOLÓGICAS NORMANDAS

Segundo Mahler (2007), o denominado estilo normando teve influência no Brasil a partir do início do século XX, sendo muito utilizado nos anos 1920 e 1930. Trata-se de influência que veio juntamente com o prestígio das intervenções de Haussmann, em Paris, que tiveram ascendência sobre os planos desenvolvidos por Pereira Passos, para o Rio de Janeiro. No contexto do ecletismo, o denominado neonormando evoca elementos comuns à arquitetura tradicional da região da Normandia, que fica no norte de França. Sua presença no Brasil, assim como em Goiânia, de acordo com Mello (1996), representa apenas uma opção a mais em uma época em que se buscavam soluções pitorescas para sua arquitetura.

As casas normandas apresentam na fachada elementos denominados enxaimel: conjuntos de estacas e caibros aparentes em madeira que, na arquitetura de origem, tem função estrutural, mas no neonormando se apresenta como elemento decorativo. Na versão brasileira, esses elementos são feitos em argamassa mais espessa que o normal. A cobertura apresenta grande inclinação, usualmente com mansardas no sótão. As janelas abrem-se sobre as águas do telhado e geralmente destaca-se o uso de telhas de ardósia ou telhas de barro tipo francesa e algumas apresentam volumes de chaminés falsas visíveis da rua. (Figura 87). "Os exemplos que representam o estilo normando se diferenciam dos demais estilos, principalmente pela volumetria e forte inclinação dos telhados" (MAHLER, 2007, p. 116).

Conforme Mahler (2007, p. 116), elementos do neonormando podiam ocorrer de modo aleatório mesmo em construções que não se enquadravam propriamente nesse estilo. O palácio provisório de Goiânia, que originalmente apresentava volumetria característica da casa-tipo, segundo a autora, possuía "elementos que remetiam ao vocabulário enxaimel" na fachada principal[32].

Igualmente, Mello (1996, p. 133) observa que "as casas neocoloniais e normandas diferenciavam-se apenas esteticamente. [...] os programas e agenciamento interno eram similares". Segundo a autora (MELLO, 1996, p. 112), as residências normandas goianienses, conhecidas como "chalés suíços", foram em grande parte projetadas por Kazinierz Bartoszensvsk, e seu principal marco estético eram seus telhados de grande inclinação.

Observa-se, em Goiânia, a presença de elementos decorativos que imitam a construção em enxaimel, também em residências que não seguem o estilo majoritariamente (Figura 88).

32.

Essa casa está situada na Rua 20, nº 19, Centro. Nela hoje funciona a Seção Judiciária da Justiça Federal de Goiás e se encontra a Casa da Memória, um espaço aberto ao público que abriga exposições promovidas pela Universidade Federal de Goiás e também móveis, fotos e documentos da Justiça Federal.

▾ Figura 87

Centro, Avenida Tocantins, Quadra 15, Lote 9.
Autora: Danielle Radis, 2018.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.



CASAS ECLÉTICO-TIPOLÓGICAS NEOCOLONIAIS

Segundo Caion (2009, p. 4), o neocolonial luso-brasileiro fez parte de um "programa nacionalista de reivindicação e afirmação de identidades", que combatia estéticas europeizantes, tais como o neoclássico e o eclético. Programa esse que esteve presente na maioria dos países da América Latina, no começo do século XX. No Brasil, ele foi difundido como sinônimo de modernidade, por ressignificar um vocabulário de tradição arquitetônica autenticamente nacional. "Considerando o modelo europeu vigente na época como sendo o Ecletismo, podemos ver o Neocolonial como forma de ir além desses mesmos modelos" (CARVALHO, 2007, p. 29).

Segundo Mello (1996, p. 110), a manifestação do estilo neocolonial, em Goiânia, deu-se em duas fases: a primeiro entre as décadas de 1930 e 1950; e, depois, ressurgindo nos anos 1970, com maior simplificação de seus elementos.

A arquitetura neocolonial caracteriza-se por volumes recortados, porém mais compactos em relação ao estilo missões; balcões e corpos laterais salientes, grandes beirais com cachorros de madeira ou falsos-cachorros; telhados de quatro ou mais águas, cobertos com telha capa-canal e chinesices nos acabamentos e arremates; além de um conjunto respeitável de elementos influenciados pela arquitetura civil e religiosa do período colonial no Brasil (Figura 89).

Alguns materiais e elementos construtivos são recorrentes nesse estilo: treliças de madeira, nos moldes dos "muxarabis" de influência mulçumana, nos fechamentos de janelas e portas; azulejos decorados compondo painéis nas fachadas e nos interiores; e "vergas de granito ou arremates em argamassa revestidos com cores claras sobre as portas externas, sobre as janelas, na parte superior das empenas e junto aos vãos de ventilação" (CAION, 2009, p. 4). Também estão presentes nessa arquitetura: varandas compostas por arcadas, colunas retorcidas ("salomônicas"), volutas emoldurando janelas, frontões decorados com pináculos, volutas e motivos religiosos reproduzindo o típico óculo das igrejas setecentistas brasileiras.

No caso das residências neocoloniais em Goiânia, observam-se, ademais, elementos de argamassa reproduzindo pedras, ora ornamentando as quinas das paredes e colunas, ora emoldurando arcadas e demarcando a base do edifício. Conforme Moura (2001, p. 88), existem referências tanto ao neocolonial quanto ao estilo missões em algumas casas-tipo, segundo documentação existente no Arquivo Histórico Estadual.





▲ Figura 88

Centro, Rua 10, esquina com a Rua 95, Quadra F13, Lote 32.
Autora: Danielle Radis, 2018.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

▲ Figura 89

Centro, Rua 29, Quadra 183, Lote 28.
Autora: José Artur D'Aló Frota, 2018.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

Centro, Rua 29, Quadra 183, Lote 28



FACHADA FRONTAL

0 5

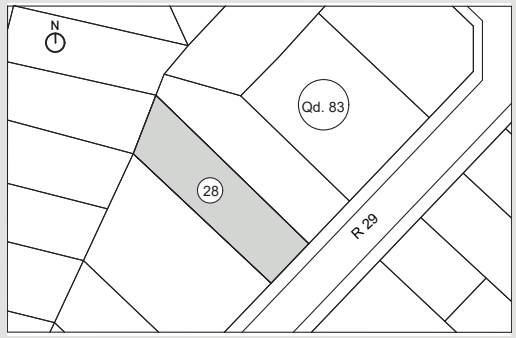


A

*FICHA TÉCNICA

Área do terreno	551,80 m²
Área construída	350,00 m²
Elevação em relação ao nível da rua	50 cm
Altura da base à cumeeira	9,70 m
Pé-direito interno	3,00 m

* dados aproximados



SITUAÇÃO

10 20

Acabamentos: *As paredes são em alvenaria de tijolo, argamassadas e pintadas em branco. A fachada principal é adornada com volutas, pináculos e motivos religiosos, localizados no frontão e no emolduramento das aberturas. Existem ainda elementos decorativos em alto-relevo imitando pedra, emoldurando os arcos de entrada, as quinas do volume da edificação, os pilares e a mureta de entrada; além de azulejos com motivos florais em tons de azul e amarelo em meia-parede, no térreo. Os balcões são fechados por gradil metálico adornado. Internamente a residência apresenta azulejo branco e adornado com motivos florais, nas paredes. A escada que dá acesso ao alpendre é em lajota cerâmica. O recuo frontal foi pavimentado com concreto. O piso interno varia entre taco de madeira assentado em espinha de peixe e cerâmica, em formato hexagonal e quadrado. A escada que vai para o segundo pavimento é de alvenaria revestida de lajota cerâmica, sendo o corrimão decorado de metal, vidro e madeira. O teto é em laje de acabamento liso pintado de branco com arranjos florais de gesso em alto-relevo, pintados na cor cinza, que compõem a parte central dos ambientes nobres.*

Aberturas: *As portas de acesso são em madeira e vidro, esculpidas com motivos florais em relevo. As portas externas do segundo pavimento que dão para sacadas da área íntima, assim como as janelas da parte íntima são de madeira e vidro, com folhas de veneziana, pintadas na cor cinza claro. As portas internas também são em madeira. As janelas dos banheiros e ambientes de serviço são de metal e vidro, do tipo basculante. O fechamento frontal é com mureta baixa e gradil metálico, o que permite total permeabilidade visual.*

Cobertura: *Telhado coberto por telhas de barro do tipo colonial, chinesices nos acabamentos e arremates e falsos cachorros*

Estado de preservação: *Pouco alterado.*



B



C


D


E


F



G


H



I





▲ Figura 90

Centro, Rua 20, esquina com
Rua 15, Quadra 34, Lote 27.
Autor: José Artur D'Aló Frota, 2009.
Fonte: Acervo pessoal desse autor.

▶ Figura 91

Centro, Rua 55, Quadra 138, Lote 1-9A.
Autora: Danielle Radis, 2018.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

CASAS MODERNAS

CASAS MODERNAS-*DÉCO*

A linguagem *déco*, na arquitetura e no design, tem como referência a Exposição de Artes Decorativas e Industriais de 1925, ocorrida em Paris. Nessa mostra, uma diversidade de soluções modernas foi exibida, contribuindo para a construção de um imaginário de modernidade que será sintetizado no *déco* (MENDONÇA, 2012). Ele identifica-se como uma das alternativas à estética dos "tempos modernos", juntamente com as linguagens de vanguarda, como o "purismo" de Le Corbusier e o "construtivismo russo". O art *déco* difunde-se pelo mundo, sendo uma linguagem aceita a partir da década de 1930, inclusive no Brasil.

Denominada por alguns autores como "protomodernismo" ou "pré-moderno" e por outros como "modernismo moderado" ou "modernismo *déco*", em contraposição ao "modernismo vanguardista", está inserido dentro de um ideal experimental (CASTRIOTA, 1997; COELHO, 1997). Técnico e esteticamente novo, o art *déco* situa-se nessa classificação como uma vertente "moderada" da arquitetura moderna, que incorpora alguns elementos de inovação técnica, formal e funcional, mantendo algumas características da arquitetura tradicional, ensinada na academia, tal como o ornamento.

Segundo Conde e Almada (1996, apud UNES, 2001, p. 33), estilisticamente o art *déco* está no "ponto de intersecção" entre o ecletismo e o modernismo. É eclético por misturar elementos decorativos geometrizados, que resgatam elementos autóctones tomados de diversas culturas – como os zigurates babilônicos e as pirâmides centro-americanas –, e moderno por aproximar-se da estética da industrialização, em especial do racionalismo modernista.

Ao mesmo tempo que apresenta uma composição volumétrica de matriz clássica com simetria axial, acesso centralizado ou valorizando a esquina, corpo e coroamento escalonado, essa arquitetura traz uma mescla de técnicas construtivas industriais e artesanais, um tratamento volumétrico das partes mais rico e diferenciado – com a articulação de volumes geometrizados e simplificados –, uma tendência à abstração na linguagem e à contenção de elementos decorativos, bem como uma espacialidade mais dinâmica e complexa (COELHO, 1997; STERNAU, 1997, apud NOVAIS, 2015). Segundo Sternau (1997, apud NOVAIS, 2015, p. 203), o *déco* aponta, ainda, para o uso de "plantas flexíveis, com acesso por *hall*, circulação ou galeria (espaço interconector) e compartimentos de uso intercambiável (quartos, salas)".

Quanto aos materiais utilizados e acabamentos, a arquitetura déco caracteriza-se pelo uso de estruturas em concreto armado (em alguns casos), aliadas a outros sistemas construtivos, como as alvenarias estruturais; embasamento muitas vezes revestido em pedra, tais como em granito, mármore e materiais nobres; revestimentos externos em pó de pedra (mica) e janelas de persianas de enrolar basculantes, em madeira ou ferro. De um modo geral, o sistema construtivo

adotado por essa vertente arquitetônica é ainda tradicional, com paredes portantes e telhados cerâmicos com estruturas de madeira, parcialmente escondidos por platibandas (Figura 90). O *art déco* destaca-se das demais linguagens modernas, por sua decoração geometrizante e iluminação periférica e cenográfica, com o uso da luz néon. A adoção do ornamento – elemento decorativo aplicado à construção –, mesmo que contida, é outra característica que a diferencia das demais linguagens modernas.

Em relação à sua linguagem, a arquitetura art *déco* pode apresentar diferentes variações: o *zig-zag modern* (geometrizante e próximo ao racionalismo modernista, com a adoção de componentes geométricos identificados com elementos formais da arquitetura maia, mesopotâmica e egípcia); o *classical modern* (classicismo despojado com a adoção de procedimentos de estilização que lhe confere uma atmosfera de modernidade, lembrando o *art nouveau)*; e o *Streamline modern* (com linhas curvas e sinuosas que remetem ao *design* aerodinâmico dos transatlânticos e automóveis) (UNES, 2001; BASSAGLIA, 1997, apud GALEFFI, 2004). Observa-se que essas variações podem conviver em uma mesma obra, permanecendo em todas a ausência de ornamentação figurativa derivada de estilos históricos.

Em Goiânia, o *déco* foi mais popular na arquitetura de uso misto, comercial e institucional, mas comparece em detalhes na arquitetura residencial. Nesta última observa-se a adoção de platibandas com motivos geométricos, algumas delas com escalonamento em zigue-zague; a presença de adornos geométricos emoldurando os vãos, pilares decorados (classical modern) e esquinas com volumes curvos proeminentes (streamline).

Nas residências *déco* de Goiânia, o alpendre foge ao padrão das casas-tipo e ecléticas para ser "incorporado ao programa do edifício, chegando a servir, nas casas de esquina, como a da Tocantins e a do Dr. Pedro Ludovico, como apoio a uma sacada, geralmente em curva, que dá vista para as duas vias de circulação" (COELHO, 1997, p. 34). Outro aspecto observado nas residências situadas em terrenos de esquina com linguagem *déco* é a localização, nesse ponto, do portão de acesso, configurando um percurso em diagonal até o edifício (Figura 91).

É importante recordar que a presença do *déco* no contexto goianiense das décadas de 1930 e 1940 deveu-se não apenas a uma questão de modismo, mas também por representar, naquele momento, o poder autoritário de Getúlio Vargas. Não é por acaso que as residências mais características do *déco* e construídas por famílias de alto poder aquisitivo, conforme Coelho (1997), localizavam-se próximas à Praça Cívica, entre as ruas 16, 25 e a Avenida Tocantins. Fora esses exemplares, em algumas residências e estabelecimentos comerciais espalhados pelo Setor Central, aparecem elementos que se identificam com o *art déco*, em especial os frisos com escalonamento em zigue-zague, porém, de forma simplificada e isolada.

Centro, Rua Dona Gercina Borges Teixeira, esquina com Rua 25, Quadra 47, Lotes 1, 3 e 12

Residência de Pedro Ludovico Teixeira (1936), projeto de Coimbra Bueno e Penas Chaves Ltda.



fachada Rua Dona Gercina Borges

0 5



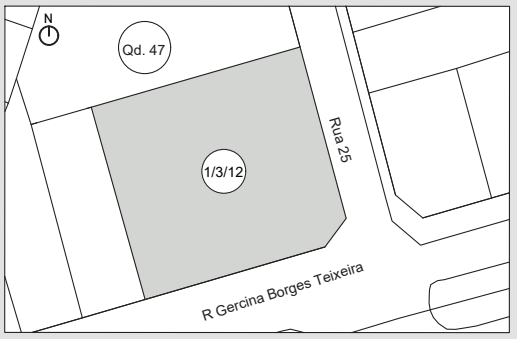
fachada Rua 25

0 5

*FICHA TÉCNICA

Área do terreno	1.589 m²
Área construída	206,20 m²
Elevação em relação ao nível da rua	50 cm
Altura da base à cumeeira	7,80 m
Pé-direito interno	3,20 m

* dados aproximados



Situação

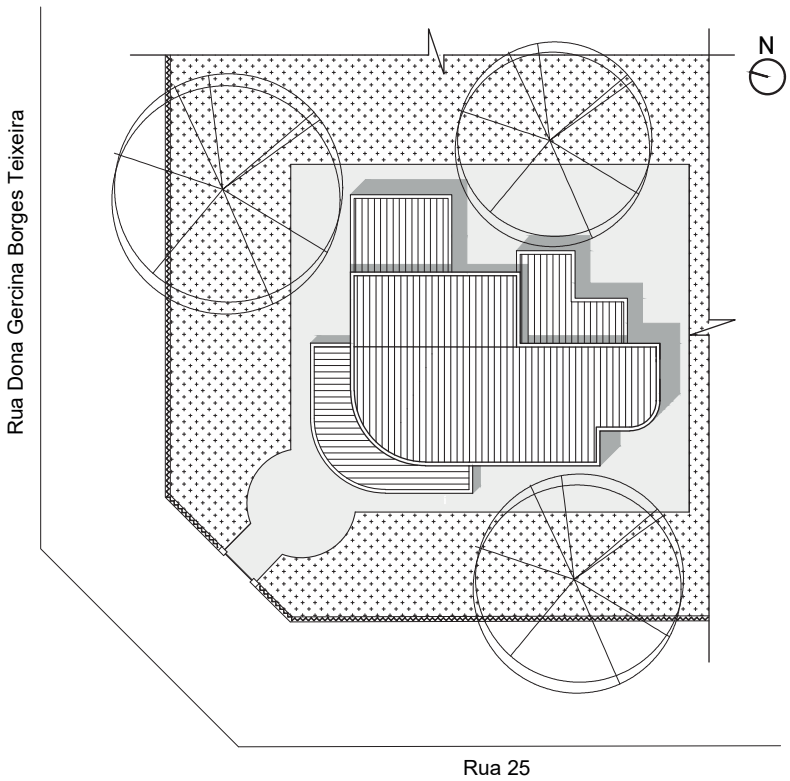
10 20

Acabamentos: *As paredes são em alvenaria de tijolo argamassadas, com textura de grafiato e pintadas em tom de rosa. A volumetria, de linhas curvas e sinuosas marcando a esquina, apresenta frisos decorados que delineiam seu desenho e detalhes pontuais que remetem à estética dos transatlânticos. A entrada é demarcada por duas escadas laterais e uma floreira revestida de granito no centro. Internamente as paredes são argamassadas com acabamento liso e pintadas na cor branca. Apresentam também revestimento cerâmico branco e azulejos nas cores branca, rosa e cinza e alguns com detalhes florais. O piso interno varia entre tacos de madeira, assentados em formato xadrez, tacos e lajota cerâmica assentados no formato espinha de peixe, lajota cerâmica hexagonal, granito, pastilha e ardósia. A pavimentação externa é em bloco de concreto em formato hexagonal. O teto é em laje com acabamento liso.*

Aberturas: *As portas do acesso principal (parte curva) são em madeira e vidro, com uma trama geométrica. A portas internas são em madeira almofadada ou tipo veneziana, pintadas na cor branca. As janelas são metálicas e de madeira e vidro, pintadas na cor branca, sendo de abrir ou basculantes. Algumas janelas possuem gradil metálico com ornamentos geométricos. O fechamento é em muro baixo e gradil, como permeabilidade total para a rua.*

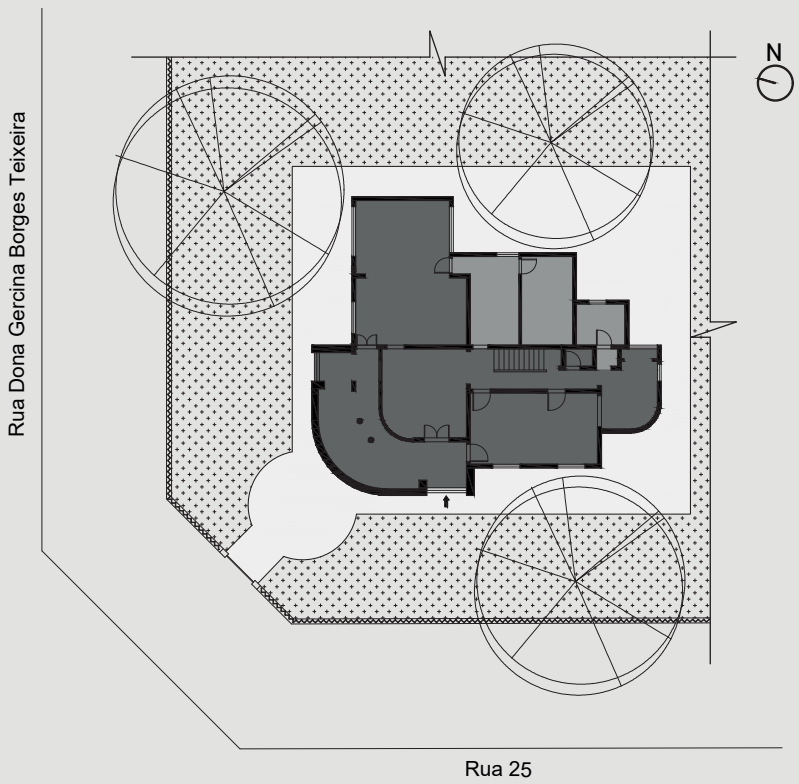
Cobertura: *Telhado coberto com telha de barro e fechamento com platibanda.*

Estado de preservação: *O imóvel encontra-se íntegro.*



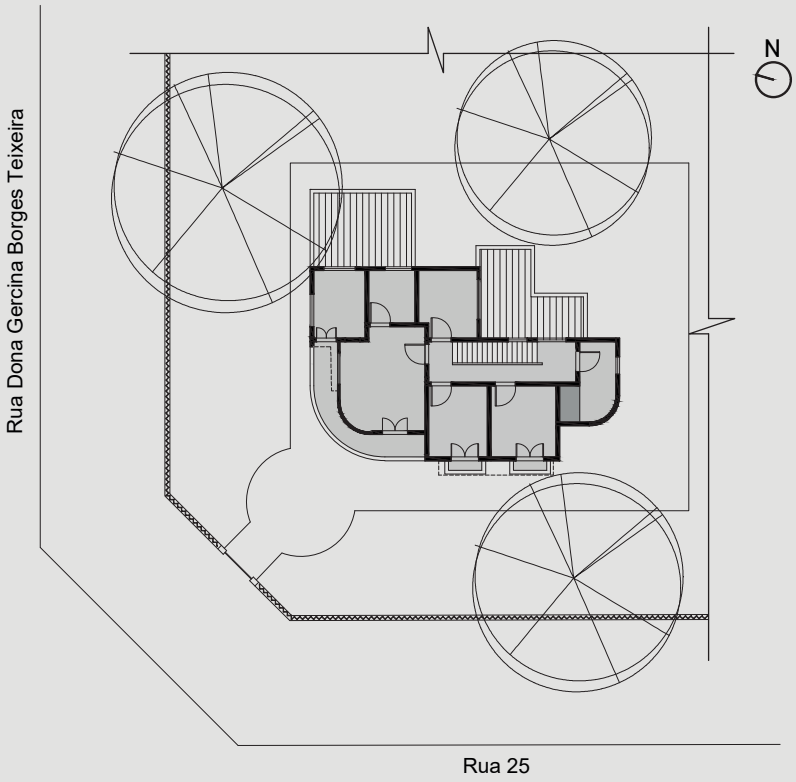


A



PLANTA BAIXA - TÉRREO

0 5



PLANTA BAIXA - 1º PAVIMENTO

0 5



B


E

Legenda

Fotos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, L
Autoria: Equipe da Pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.


F


G

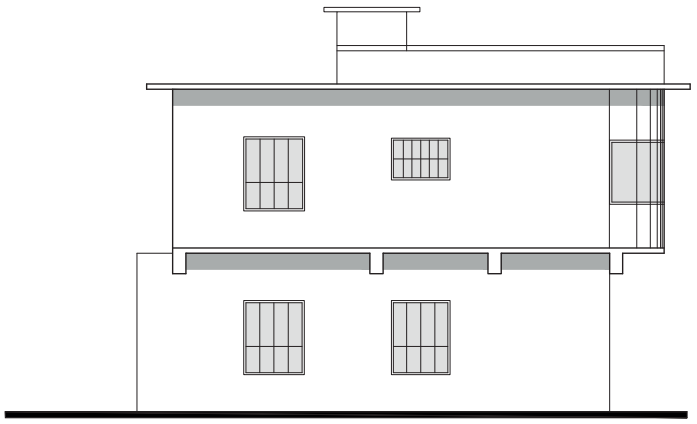


H



I

Rua 10, esquina com a Rua 24, nº 20, Quadra 45, Lote 43 – Casa 1



FACHADA LATERAL ESQUERDA

0 5



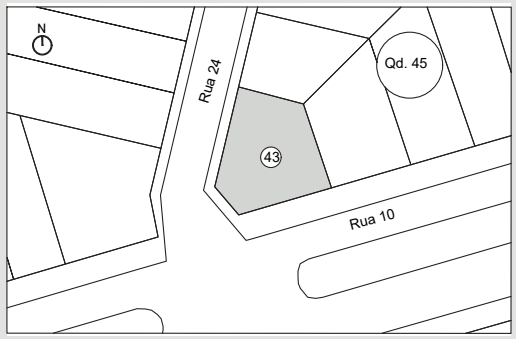
FACHADA LATERAL DIREITA

0 5

*FICHA TÉCNICA

Área do terreno	230,89 m²
Área construída	197,32 m²
Elevação em relação ao nível da rua	50 cm
Altura da base à cumeeira	7,40 m
Pé-direito interno	3,50 m

* dados aproximados



SITUAÇÃO

10 20

Acabamentos: *As paredes são em alvenaria de tijolo de barro argamassadas. Nas superfícies externas a argamassa apresenta frisos em baixo-relevo, imitando a estereotomia do bloco de concreto assentado na horizontal. A curva proeminente do volume do segundo pavimento que avança em pequeno balanço em relação ao corpo do edifício confere o aspecto aerodinâmico de inspiração déco. Internamente apresenta revestimento cerâmico branco e textura de grafiato em parte das paredes. O piso varia entre tacos de madeira, dispostos em espinha de peixe, e pisos cerâmicos em tons de bege. O teto é em laje com acabamento liso com sancas de gesso.*

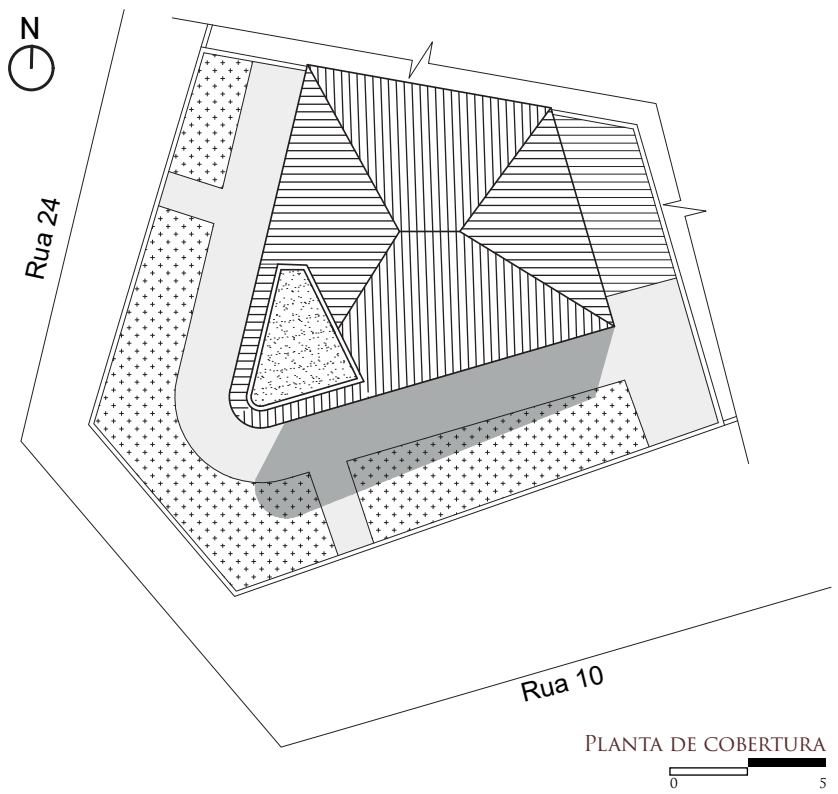
Aberturas: *A porta principal é em madeira e vidro, as internas são em madeira pintadas em tinta esmalte na cor branca. As janelas são em madeira pintadas de branco, tipo guilhotina e veneziana de abrir, além de metálicas e vidro de abrir. O fechamento é em muro de alvenaria, como permeabilidade visual parcial, pelo fato de a casa estar elevada em relação ao nível da rua e ser em dois pavimentos.*

Cobertura: *Telhado coberto com telha cerâmica do tipo colonial. A cobertura da parte curva da esquina é em laje impermeabilizada.*

Estado de preservação: *Pouco alterado.*



A



PLANTA DE COBERTURA

0 5


B


C


D



E

Legenda

Fotos A, B, C, D, E
Autoria: Danielle Radis, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

Fotos F, G, H, I, J
Autoria: Equipe da Pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

▾ Figura 92

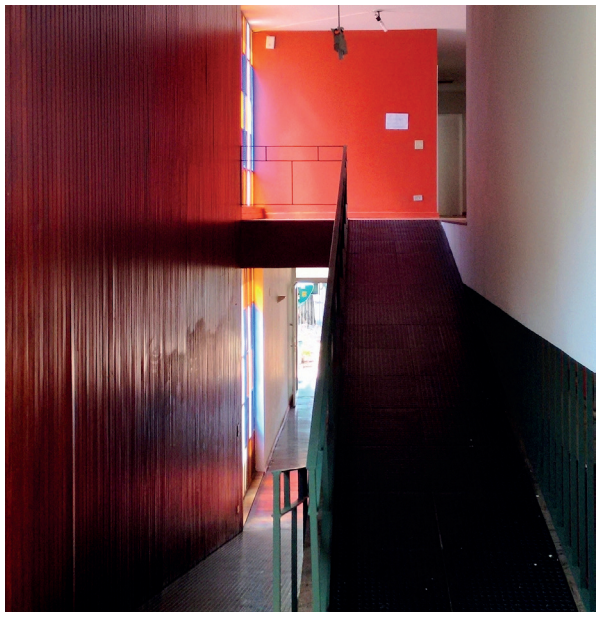
Centro, Alameda Botafogo, Quadra 77, Lote 15. Residência de Benedito Umbelino de Souza (1961), projeto de Luis Osório Leão. Foto: Lucas Jordano Melo Barbosa, 2014. Fonte: Acervo pessoal desse autor.

▾ Figuras 93A e 93B

Centro, Alameda Botafogo, Quadra 77, Lote 15. Residência de Benedito Umbelino de Souza (1961), projeto de Luis Osório Leão. Foto: Lucas Jordano Melo Barbosa, 2014. Fonte: Acervo pessoal desse autor.







CASAS MODERNISTAS

O que aqui se entende por arquitetura modernista – também denominada como arquitetura do movimento moderno – refere-se a uma tendência internacional que atua como extensão das vanguardas artísticas e arquitetônicas do início do século XX, que se expande ao longo dos anos 1920 e 1930, caracterizando um método de produção arquitetônica que predominará até meados da década de 1960. Pautada na confiança aos meios tecnológicos, na defesa do valor social da arquitetura e do urbanismo e em uma nova metodologia de projetar o espaço construído, a arquitetura modernista baseia-se em um sistema de projeto funcionalista, em que o método e a razão são primordiais (MONTANER, 1993).

Inclinada à abstração formal e à valorização dos aspectos construtivos e técnicos da obra, essa nova concepção de arquitetura nega a ideia de "estilo" e de "tipo", como sistemas normativos capazes de gerar uma tendência unitária. Ou seja, trata-se de uma arquitetura que, em sua base conceitual, não está determinada por "nenhum sistema ou regra anterior ao objeto projetado" – nenhum estilo ou tipo preexistentes –, caracterizando-se por uma vontade de atualização constante (PIÑON, 2006, p. 50). Fato que a difere de toda arquitetura produzida até o início do século XX.

A arquitetura modernista, também denominada genericamente como arquitetura moderna, desenvolveu-se em geografias e contextos culturais distintos, apresentando diferentes modos de interpretação desses princípios e conceitos. Por esse motivo, dificilmente podemos reduzi-la a determinadas características formais ou cânones sem incorrer em erros. No Brasil, por exemplo, ela desenvolve-se a partir do final dos anos 1930, abandonando o purismo vanguardista e deixando de lado a ortodoxia racionalista para integrar figurações e recursos técnicos da tradição da arquitetura colonial luso-brasileira, no intuito de dar-lhe maior caráter e uma identidade local.

Segundo Montaner (1993, p. 13), a concepção de forma dessa arquitetura baseia-se em três princípios básicos: uma volumetria mais livre, entendida como uma composição dinâmica de planos, mais do que como massa; um complexo manuseio de simetrias e assimetrias, substituindo a simetria axial acadêmica na composição e organização dos espaços; a ausência de decoração acrescida e a "expressividade do edifício a partir do detalhe arquitetônico e construtivo" (Figura 92).

A preocupação com os aspectos funcionais na organização da planta leva à substituição da "concatenação de espaços autônomos

▾ Figura 94

Centro, Avenida Paranaíba, esquina com Rua 7, Quadra 14, Lotes 66-68. Residência de Pedro Abrão Filho e Vânia Abrão, projeto de Tristão da Fonseca Neto. Autora: Danielle Radis, 2018. Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.



▾ Figura 95

Centro, Avenida Paranaíba, esquina com Rua 7, Quadra 14, Lotes 66-68. Residência de Pedro Abrão Filho e Vânia Abrão, projeto de Tristão da Fonseca Neto. Autor: Lucas Jordano Melo Barbosa, 2015. Fonte: Acervo desse autor.



de um alinhamento (infindável)", por um arranjo de "espaços que se fundem um ao outro, gerando a ideia de movimento", ou pelo encaixe de espaços em diferentes alturas (LEUPEN et al., 1999, p. 50, 51). Em função disso, utilizam-se ambientes de transição de uso flexível, tais como átrios, pátios, jardins, mezaninos e terraços, para fazer a conexão entre os espaços de uso fixo, bem como o artifício da monumentalização dos espaços de circulação, tais como escadas e rampas, e a criação de ambientes com pé-direito duplo (Figuras 93A e 93B).

Outra característica dessa arquitetura é o uso da estrutura independente, constituída por vigas e pilares, na qual se apoia a laje de cobertura, eliminando a função estrutural das paredes. Como consequência, tem-se uma organização espacial mais flexível dos ambientes, que não depende tanto da malha estrutural e não se restringe mais a reduzidos vãos de abertura. Essa arquitetura adota o conceito de "planta livre", que gera, por conseguinte, o da "fachada livre", que pode ser trabalhada em aberturas e superfícies de fechamento, à vontade. Ambos conceitos de Le Corbusier (Figura 94).

A arquitetura modernista no Brasil, como filha direta dos ensinamentos do arquiteto franco-suíço Le Corbusier, de um modo geral adota os "cinco pontos para uma nova arquitetura", por ele definidos: o pilotis (espaço composto por pilares e livre de paredes); o terraço-jardim (aproveitamento da laje plana de cobertura para a criação de um novo espaço de uso); a planta livre; a janela contínua (janelas que se estendem horizontalmente aproveitando ao máximo o vão entre os pilares); e a fachada livre (Figuras 95 e 96). Associado aos cinco pontos, utiliza-se também o conceito de *promenade architecturale* (passeio arquitetônico) do arquiteto, que se refere à valorização do percurso como estratégia projetual para ordenar interna e externamente os espaços.

A solução de fachada livre busca uma maior integração visual entre os espaços internos e externos, pelo recurso da transparência do vidro. Somam-se a ela o *brise soleil* proposto por Corbusier e bastante utilizado e desenvolvido pelos arquitetos brasileiros, e sua versão brasileira, o "cobogó", de origem africana. Tanto o brise quanto o cobogó são elementos de controle de luz e calor nos espaços internos, como solução ao mesmo tempo plástica e funcional. Outro elemento bastante utilizado pela arquitetura modernista no Brasil são os painéis cerâmicos e de azulejo, como obra de arte integrada ao edifício, bem como esculturas e pinturas que, ao mesmo tempo, aludem à ideia da "arquitetura como síntese das artes" e à tradição da arquitetura colonial luso-brasileira.

Um dos paradigmas dessa arquitetura é a racionalização dos espaços e da construção. Em muitos casos busca-se a utilização de elementos industrializados, que vão desde esquadrias até elementos estruturais e de fechamento. Existe também uma preocupação com o estudo dos espaços mínimos para desempenhar as funções com conforto, mediante o estudo da ergonomia e da modulação dos espaços que, no caso das residências, se expressa de forma mais clara na presença de modernas "cozinhas moduladas".

Em termos da organização espacial, a casa modernista apresenta uma planta aberta para os espaços externos e uma integração maior entre as zonas de uso, ainda que em muitas residências apareça uma clara separação entre o social, o íntimo e o de serviço. A garagem incorpora-se ao corpo da casa, bem como os espaços de serviço e de moradia dos funcionários. O ambiente da cozinha especializa-se e desaparece a edícula de serviços. A maior modificação, no entanto, encontra-se na conjugação da sala de estar com a de jantar, criando ambientes mais amplos, onde de fato a família se demora, abandonando a cozinha e os quartos. Outra característica dessas casas é a presença de grandes jardins de composição livre.

A arquitetura modernista foi introduzida em Goiânia a partir dos anos 1950, com a vinda de jovens arquitetos formados no Rio de Janeiro. A filiação à Escola Carioca de arquitetura, cuja principal referência são as obras de Oscar Niemeyer, é bastante evidente nessa produção. A construção de Brasília – com a edificação de novas tipologias habitacionais e o uso de novas técnicas e materiais construtivos – igualmente traz uma nova perspectiva para a cultura técnica local. A divulgação da vida moderna por meio de revistas comerciais e especializadas (já nas décadas de 1940 e 1950), do cinema e da televisão (a partir da década de 1960), por sua vez, contribuiu para divulgar a linguagem da casa moderna no contexto da cidade (VAZ; ZÁRATE, 2005). A difusão ampla dos preceitos modernistas, no entanto, muitas vezes implicou sua simplificação. Alguns dos pontos mais destacados entre os preceitos da arquitetura modernista são: a adoção completa ou parcial dos cinco pontos de Le Corbusier e do conceito de *promenade architetcturale* por intermédio de rampas, escadas e passarelas, a inserção de jardins e pátios internos, a presença de superfícies de painéis cerâmicos e de elementos vazados compondo as fachadas e os espaços internos, além de brises, cobogós e muxarabis, utilizados na proteção solar e na composição das fachadas (Figura 97). Coberturas de laje plana e telhado tipo "asa de borboleta" também são recorrentes.

▾ Figura 96

Centro, Avenida Paranaíba, esquina com Rua 7, Quadra 14, Lotes 66-68. Residência de Pedro Abrão Filho e Vânia Abrão, projeto de Tristão da Fonseca Neto. Autora: Danielle Radis, 2018. Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.



▾ Figura 97

Centro, Rua 82, Quadra 17, Lotes 3-63. Residência de Carlos Cunha Filho e Anásia Antônio Cunha (1963), projeto de Silas Varizo Rodrigues e Armando Nornan. Autoria: Equipe de pesquisa. Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.



Nas residências modernistas, conforme Vaz e Zárate (2005, p. 17-18), a boa iluminação e a ventilação apropriada pelos corredores laterais são intensificadas pela inserção de pátios e jardins, que também assumem o papel de articuladores entre o interior e o exterior e contribuem na ampliação do setor social. Relacionadas a eles, estão as pérgolas e as esquadrias de desenho diferenciado, que colaboram para a ambientação dos espaços. Os jardins frontais, por sua vez, não são objetos de paisagismo segundo as autoras, mas o uso de espelhos d'agua é recorrente. Rampas, escadas e passarelas marcam o acesso da maioria das casas. A delimitação entre espaço público e privado, de um modo geral, é realizada por meio de gradil metálico e baixo.

Contrariando os preceitos modernistas, a fachada frontal possui maior destaque em relação às demais, na maior parte dos casos. A diversidade de revestimentos e acabamentos, segundo as autoras, leva a diversos arranjos e experimentações com o uso de granito lavado (*fulget*), pastilhas, vidrotil, azulejos, cerâmicas e tintas, além dos painéis cerâmicos e de elementos vazados ou venezianas,

▾ Figuras 98A e 98B

Centro, Rua 9, esquina com Avenida Paranaíba, Quadra 26, Lotes 42-44.
Residência de José Felix Louza (1952), projeto de David Libeskind.
Foto: Lucas Jordano Melo Barbosa, 2015.
Fonte: Acervo pessoal desse autor.





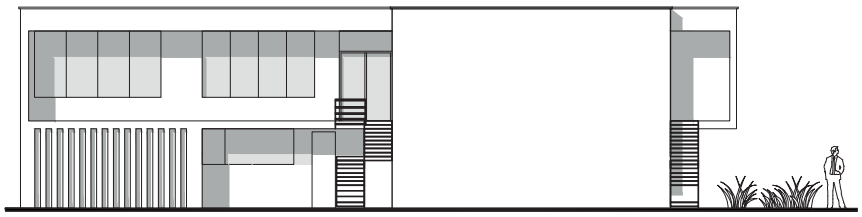
que contribuem para sombrear as varandas e asseguram privacidade aos ambientes sociais e de serviço (Figuras 98A e 98B).

Vaz e Zárate (2005, p. 18-19) descrevem a ampliação do programa de necessidades em face das novas exigências de conforto, bem-estar e privacidade, tais como: a inserção dos pátios e jardins como extensão dos espaços internos, da garagem integrada ou não à varanda, da sala de estar integrada com a sala de jantar – mesmo que parcialmente –, podendo substituir a copa ou não; a valorização da cozinha como objeto de atenção do projeto, toda revestida em azulejo e mobiliada com balcões e armários embutidos; a existência de mais de um banheiro, com "louças de novo *design*, arandelas e armários", incluindo a suíte do casal, que passa a ser uma nova exigência de conforto e bem-estar, sendo comum o uso de azulejos coloridos (rosa, verde, azul e branco) nos revestimentos dos banheiros. Nessas casas, permanece ainda a edícula com a segunda cozinha, lavanderia, despensa, banheiro e quarto de serviço. O quarto de costura, segundo as autoras, é presente em alguns programas.

No agenciamento dos espaços, a setorização ainda é bem marcada, podendo aparecer tentativas de integração de atividades e de continuidade dos espaços. "Os corredores extensos, já menores que das casas anteriores, convivem com soluções mais funcionais em que eles são abolidos e substituídos por *hall* ou vestíbulos, pelos pátios e jardins, ou pela adoção de solução de ambientes em sucessão, contínuos" (VAZ; ZÁRATE, 2005, p. 19).

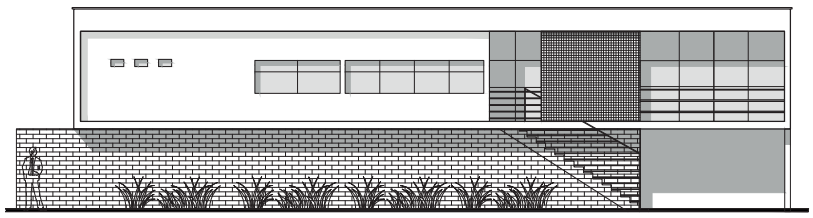
Setor Sul, Rua 82, Quadra F-17, Lotes 49-51

Residência de Eurípedes Ferreira, projeto de Eurico Calixto de Godoi, 1962.



FACHADA POSTERIOR

0 5



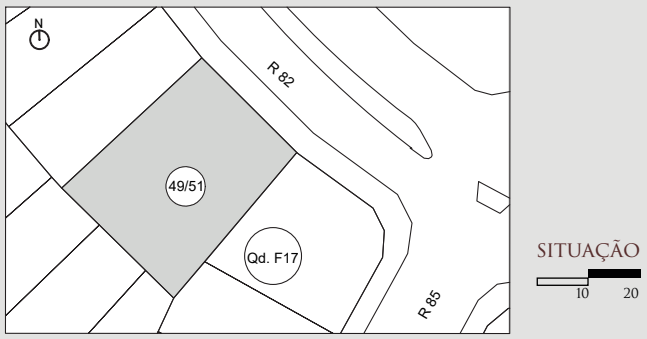
FACHADA FRONTAL

0 5

*FICHA TÉCNICA

Área do terreno	951 m²
Área construída	692 m²
Elevação em relação ao nível da rua	–
Altura da base à cumeeira	6,20 m
Pé-direito interno	3 m

* dados aproximados



SITUAÇÃO

10 20

Acabamentos: *A fachada frontal é composta em parte por azulejos retangulares no térreo, assentados na horizontal, e pastilhas em duas cores no pavimento superior. No segundo pavimento, marcando a área da varanda que dá acesso à casa, o painel de pastilhas coloridas decora a fachada. As demais fachadas têm acabamento liso pintado na cor branca. Apresenta, no recuo frontal, pavimentação em concreto e concreto com retalhos de pedras. Na área em volta da piscina, piso em pedra de formato irregular. O revestimento da piscina é azulejo. Ainda na parte externa, próximo à varanda em pilotis, há uma parede de elemento vazado que bloqueia visualmente o acesso de serviço. A escada de acesso principal é revestida por granito, sendo espelho preto e piso em tom de marrom. Internamente, a casa apresenta ardósia polida em formato irregular, pedras de acabamento rústico e revestimento litocerâmico nas paredes. Os pisos são variados, sendo concreto em retalhos, remetendo ao aspecto de pedra, ardósia, cimento queimado, retalho de granito, tacos de madeira, lajotas em formato hexagonal, ladrilho e cerâmica. Internamente o forro é em laje com acabamento liso, branco.*

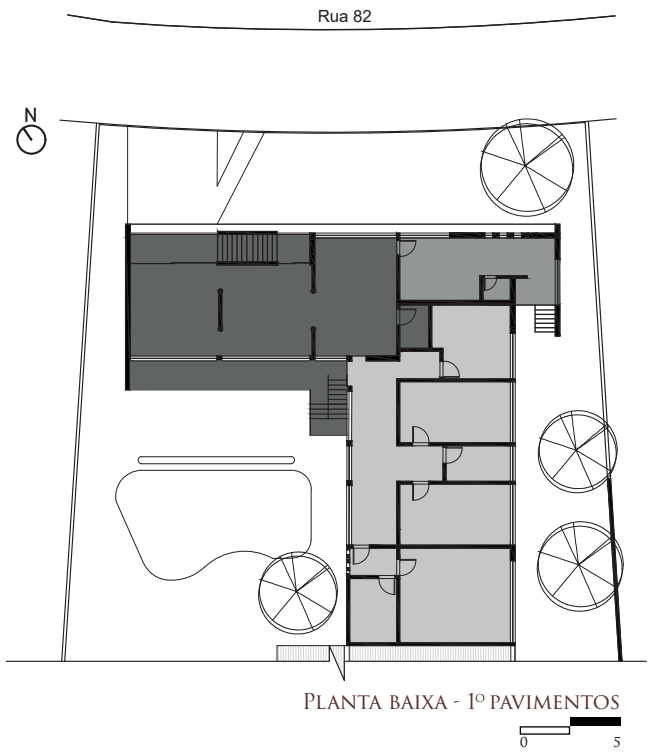
Aberturas: *As portas e janelas são metálicas e de vidro liso, sendo a maioria de correr. Apenas as janelas da cozinha são do tipo máximo ar. A divisão entre a área da piscina e da garagem é feita por meio de uma superfície composta por brises verticais de proteção solar, que ao mesmo tempo garantem visibilidade para a rua e privacidade para o espaço de lazer da casa. O fechamento frontal é em gradil metálico, com total permeabilidade visual.*

Cobertura: *Laje plana coberta por telha ondulada de fibrocimento.*

Estado de preservação: *Pouco alterado.*



A



Planta baixa - 1º pavimentos

0 5


B


C


D


E


F


G


H



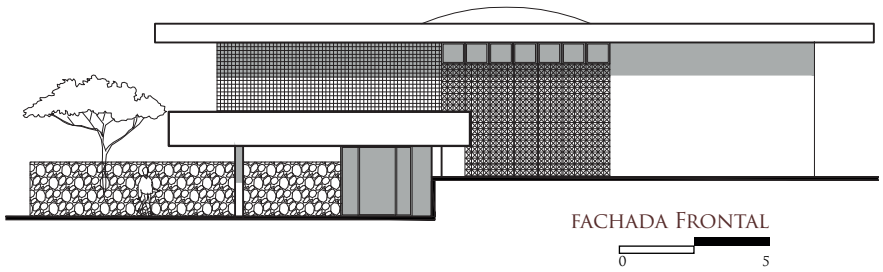
I



J

Setor Sul, Rua 84, Quadra F-15, Lotes 3-5-7

Residência de Ignacy Goldfeld, projeto de David Libeskind, 1955.



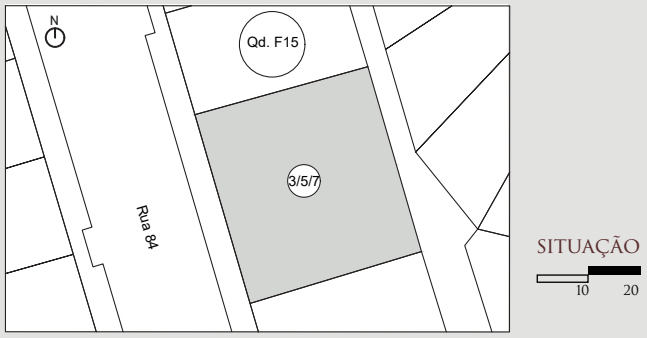


A

*FICHA TÉCNICA

Área do terreno	2.145 m²
Área construída	957 m²
Elevação em relação ao nível da rua	1,30 m
Altura da base à cumeeira	5,6 m
Pé-direito interno	2,75m e 4,21m

* dados aproximados



Acabamentos: *A edificação apresenta azulejos decorados, com motivos geométricos feitos especialmente para a residência, pedras e pintura branca nas paredes externas. Internamente, apresenta pintura lisa lavável nas paredes dos quartos e salas e uma diversidade de revestimentos nos demais ambientes, sendo pedra granítica, cerâmica decorada, tijolo aparente (hoje pintado de branco), mármore, azulejo em tom de rosa e madeira. Novos revestimentos foram inseridos nas paredes, sendo o porcelanato e a pastilha. Uma diversidade de revestimentos é encontrada nos pisos externos e internos, sendo pedra granítica, azulejo, pastilha, ardósia, lajota vermelha, porcelanato, piso epóxi, granitina, madeira, cerâmica rústica e granito. Os tetos são majoritariamente em laje de acabamento liso branco e forro de gesso nos banheiros e cozinha. Há, ainda, um pergolado de madeira, localizado no espaço central de distribuição dos ambientes da residência, sob claraboia coberta por telha translúcida.*

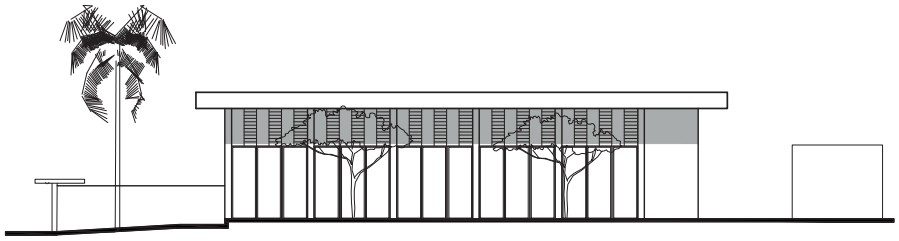
Aberturas: *A porta de acesso é em madeira trabalhada com elementos em alto-relevo, formando um painel quadriculado, as de alguns cômodos são em madeira com relevos e aplicação de motivos florais esculpidos em madeira e uma em muxarabi. O conjunto de janelas e portas das áreas sociais da casa é associado de modo a formar panos de vidro. Elas são de correr em alumínio e vidro, com basculante em vidro na parte superior, para favorecer a circulação de ar. O portão externo da garagem apresenta os mesmos elementos em alto-relevo em madeira da porta de acesso e é de correr. As portas internas são em madeira. As esquadrias do pavimento superior são de alumínio e vidro, sendo algumas janelas e outras portas de correr voltadas para sacadas.*

Cobertura: *Laje plana impermeabilizada. Átrio central e lavabo com claraboia coberta em telha translúcida.*



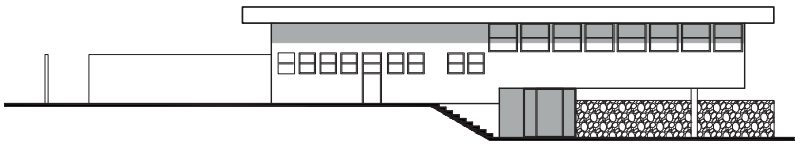
FACHADA LATERAL ESQUERDA

0 5



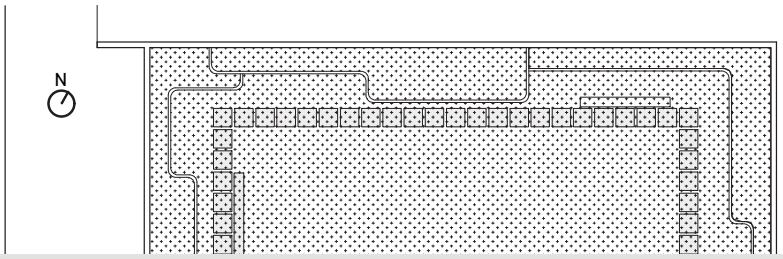
FACHADA L ATERAL DIREITA

0 5



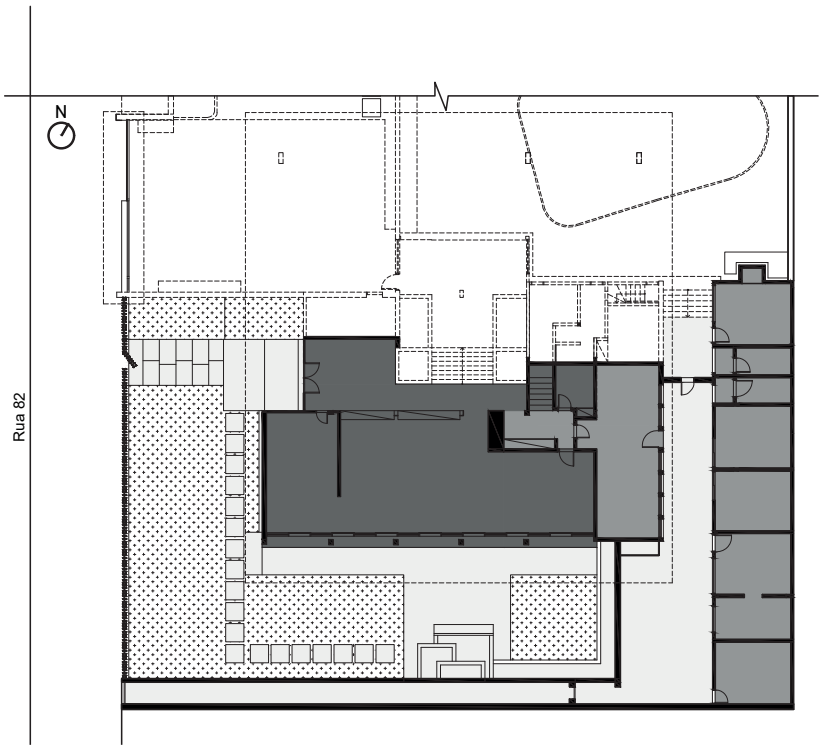
FACHADA POSTERIOR

0 5



LEGENDA

- Setor social
- Setor de serviço

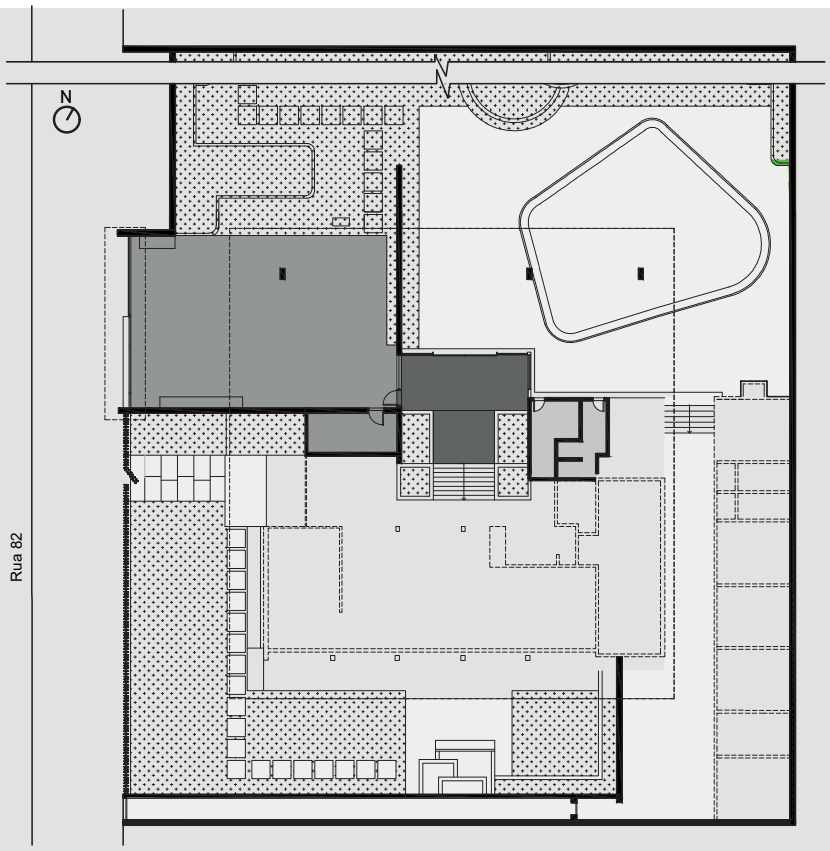


Planta baixa - Térreo

0 5

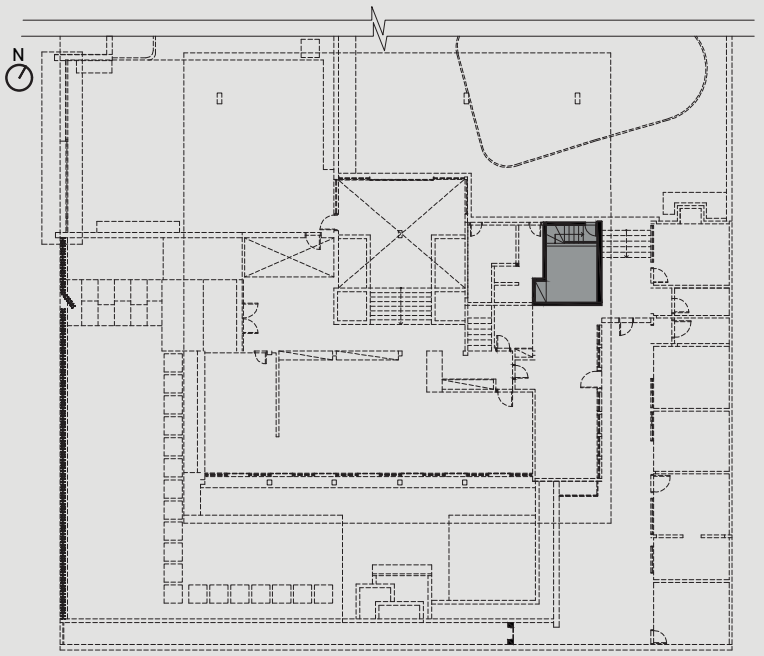


B



Planta baixa - 1º Subsolo

0 5



Planta baixa - 2º Subsolo

0 5

LEGENDA

- *Setor social*
- *Setor de serviço*
- *Setor íntimo*
- *Área pavimentada*
- *Área permeável*

Legenda

Fotos A, E, F, G
Autoria: Lucas Jordano, 2014 e 2015.
Fonte: Acervo desse autor.

Fotos B, C, D, H, I, J, L, M, O, P, Q, R, S, T
Autoria: Equipe da Pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

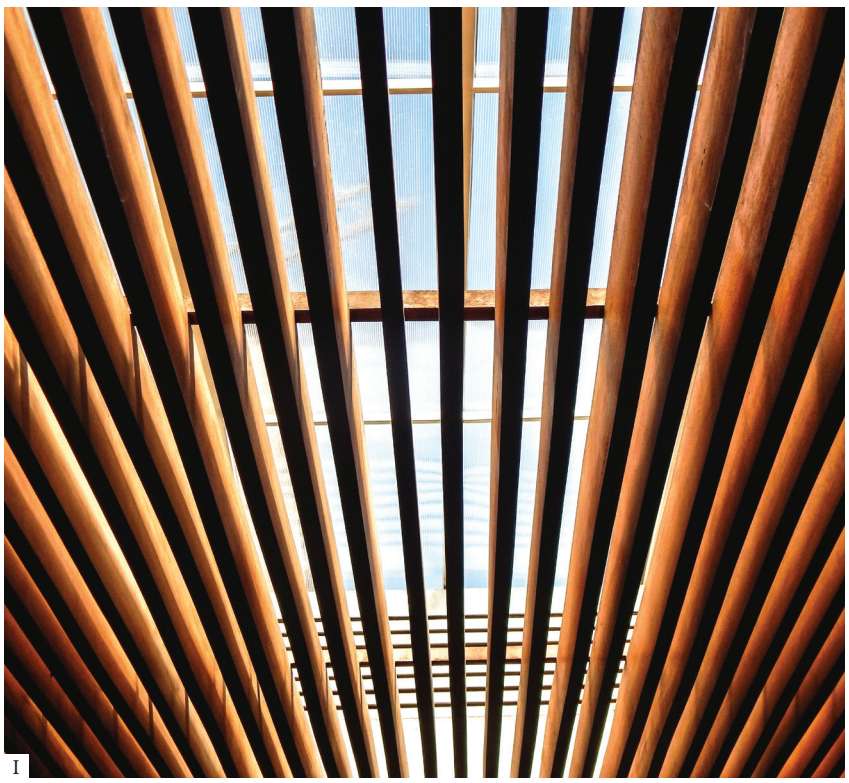


C



D


H


I


J


L

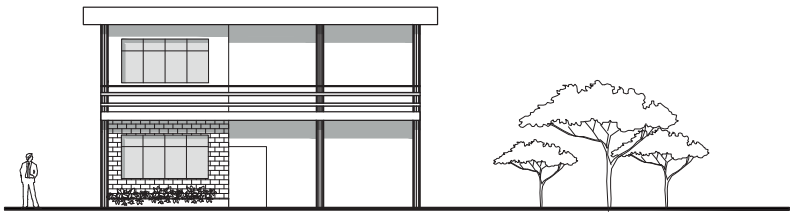


M



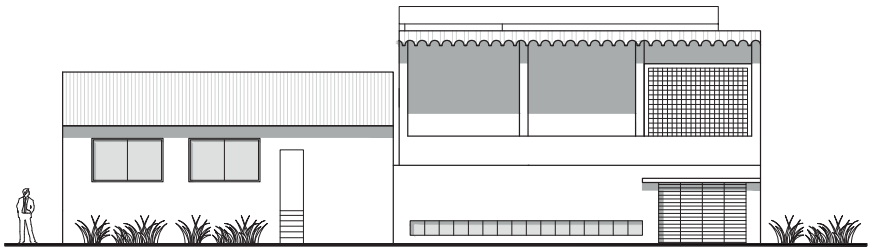
N

Setor Sul, Rua 94-B, Quadra F18, Lote 3



FACHADA FRONTAL

0 5



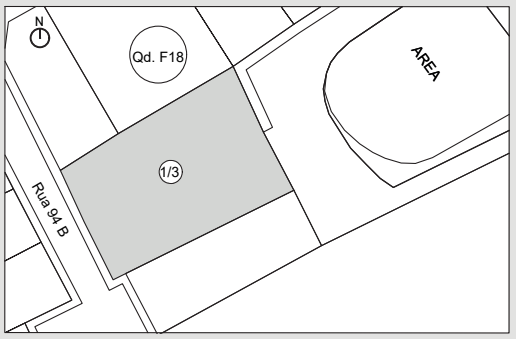
FACHADA POSTERIOR

0 5

*FICHA TÉCNICA

Área do terreno:	924 m²
Área construída:	846 m²
Elevação em relação ao nível da rua:	0,30 m
Altura da base à cumeeira:	6,90 m
Pé-direito interno:	3,00 m

* dados aproximados



SITUAÇÃO

10 20

Acabamentos: *Paredes de alvenaria de tijolo, majoritariamente argamassadas e lisas com pintura em tons claros. Apresenta ainda, na parte externa, paredes de tijolo maciço à vista e paredes revestidas em tábua corrida, assentada na vertical. A pavimentação do recuo frontal é em pedra. Na parte interna, apresenta revestimentos em pastilha, azulejos lisos e decorados nas paredes. A laje de piso da varanda localizada no segundo pavimento avança sobre a fachada principal, mediante uma sequência de rasgos que formam uma espécie de pergolado sobre a entrada e que, juntamente com os pilares que perfuram a laje, agregam interesse à edificação. Os pisos internos variam entre mármore, madeira, cerâmica e ladrilho. O teto é em laje de acabamento liso e branco. Apresenta ainda elemento vazado, de proteção solar, na fachada posterior.*

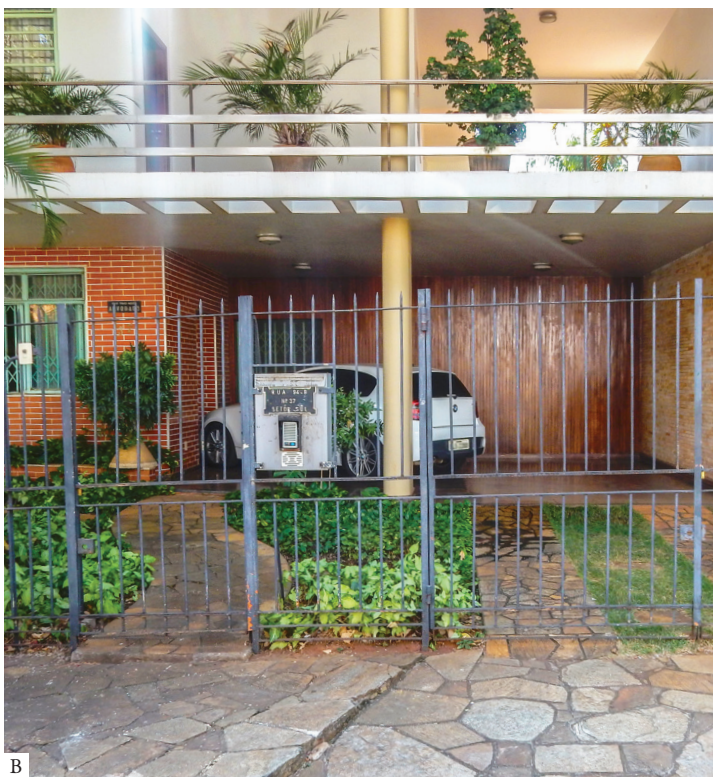
Aberturas: *As portas de acesso são metálicas e as portas internas são em madeira. As janelas são de ferro e vidro, algumas são de correr e outras basculantes. O fechamento frontal é em gradil metálico com total permeabilidade visual. O portão da garagem (aos fundos do terreno e que dá acesso à área verde do interior da quadra) é de metal.*

Cobertura: *Laje plana coberta com telha ondulada de fibrocimento. Acréscimos em telha metálica e telha de barro.*

Estado de preservação: *O imóvel encontra-se íntegro.*



A



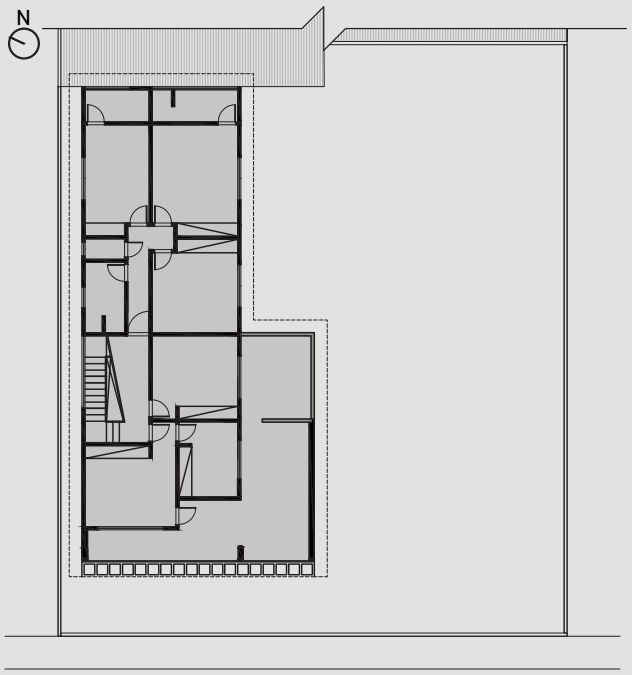
B



C

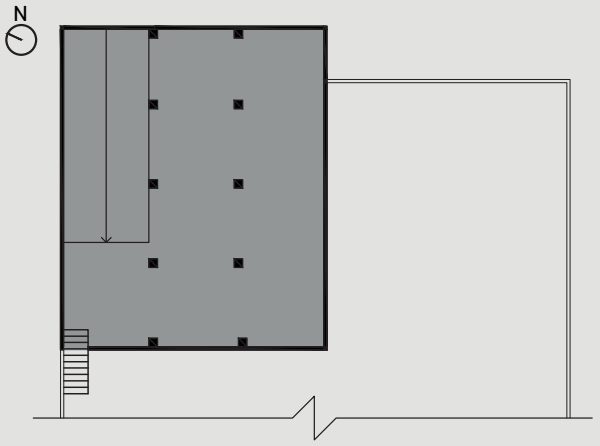


D



PLANTA BAIXA - 1 º PAVIMENTO

0 5



PLANTA BAIXA - SUBSOLO

0 5

LEGENDA

- *Setor social*
- *Setor de serviço*
- *Setor íntimo*
- *Área pavimentada*
- *Área permeável*



E



F



I



J



L



Legenda

Fotos de A à U.
Autor: Equipe da Pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

Centro, Rua 23, Número 664, Quadra 27, Lote 70



FACHADA FRONTAL

0 5

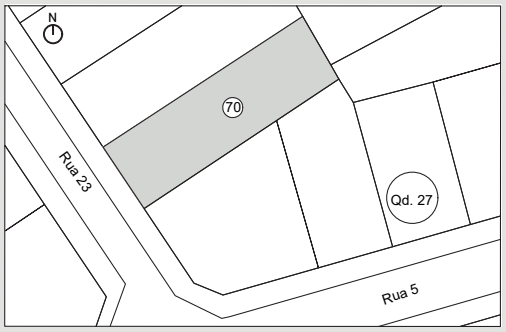


A

*FICHA TÉCNICA

Área do terreno:	723,50 m²
Área construída:	515 m²
Elevação em relação ao nível da rua:	0,80 m
Altura da base à cumeeira:	6,60 m
Pé-direito interno:	2,80 m

* dados aproximados



SITUAÇÃO

10 20

Acabamentos: *As paredes são de alvenaria de tijolo, revestidas externamente por pastilhas cerâmicas nas cores azul, laranja e branca. Internamente, elas têm acabamento liso e pintura branca e amarela. Algumas apresentam revestimento em azulejo retangular na cor areia e cerâmica quadrada imitando pedra. A parede do fundo da garagem é composta de elementos cerâmicos vazados com orifícios circulares. Parte do recuo frontal é pavimentada com lajota cerâmica e concreto, e parte do quintal, com pedra cortada em formato quadrado. Internamente a casa apresenta pisos variados: tacos de madeira em formato de losango, em três cores, que associados configuram uma trama formada por hexágonos; tacos de madeira retangular, assentados em espinha de peixe; cerâmicas em tons escuros e claros; pedra São Tomé e granitina, executada na garagem com retalhos de granito de cores diversas. O teto é em laje majoritariamente de acabamento liso e em cor branca, sendo que na cozinha o teto é revestido de azulejo azul-claro.*

Aberturas: *As portas e janelas externas são de metal e vidro, algumas de lâminas de correr e outras de abrir. As janelas da fachada principal são de correr, também de metal e vidro, e emolduradas por um elemento de concreto que sobressai na fachada. Na parte posterior da residência as janelas são metálicas com abertura basculante. O fechamento frontal é em gradil metálico, permitindo a permeabilidade visual.*

Cobertura: *Laje plana revestida com telha de fibrocimento. Na garagem, telha de fibrocimento tipo calhetão.*

Estado de preservação: *Pouco alterado.*



B



C

Legenda

Fotos de A e C.
Autor: José Artur Frota, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

Fotos de B.
Autora: Danielle Radis, 2018
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

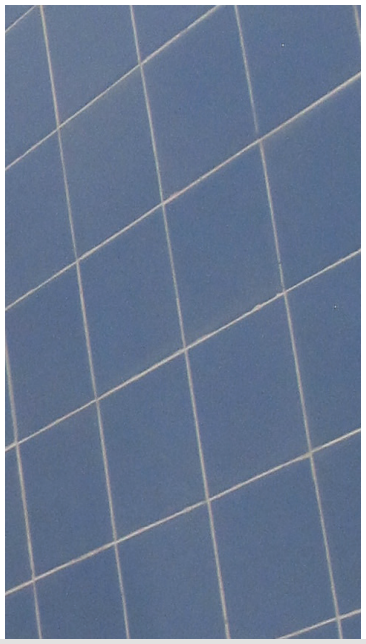
Fotos de D à S.
Autor: Equipe da Pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.


D


E


F


G



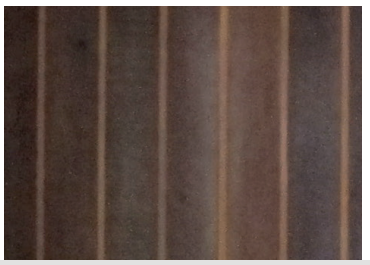



L

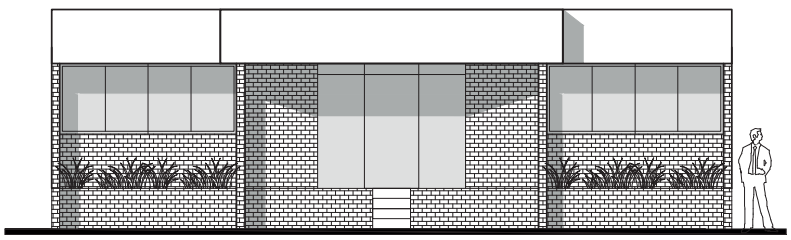

R





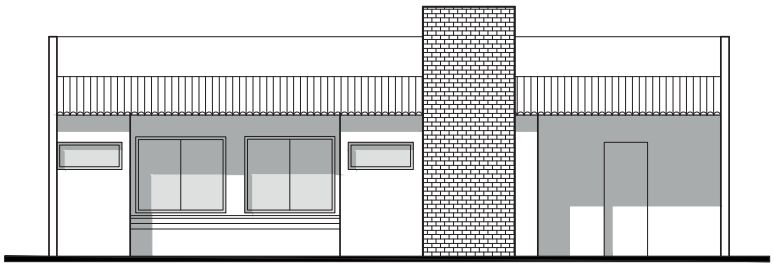


Setor Sul, Rua 103-A, Quadra F-19, Lote 4



FACHADA FRONTAL

0 5



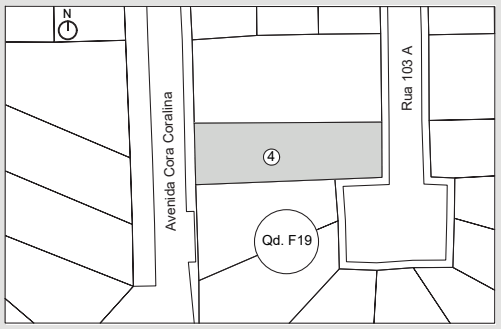
FACHADA POSTERIOR

0 5

*FICHA TÉCNICA

Área do terreno	427 m²
Área construída:	297 m²
Elevação em relação ao nível da rua	0,75 m
Altura da base à cumeeira	4,00 m
Pé-direito interno	3,00 m

* dados aproximados



SITUAÇÃO

10 20

Acabamentos: *As paredes são de alvenaria de tijolo aparente na parte externa da casa. As vigas de concreto que sustentam a laje de cobertura e a platibanda e parte do muro lateral são argamassadas e pintadas na cor branca. Internamente as paredes são de tijolo à vista, ladrilho cerâmico e acabamento liso pintado em branco. A pavimentação externa da calçada e do acesso de veículos e pedestres é feita em placas retangulares de concreto aparente, entremeadas por grama. Os pisos internos são em tábua corrida, lajota cerâmica e cerâmicas de tons marrom-claros e escuros. Em todos os cômodos o forro é em laje de acabamento liso branco. O teto da garagem e da sala de estar e jantar possui vigamento de madeira aparente. O mesmo vigamento de madeira aparece nos beirais da parte dos fundos, sustentando telhas de fibrocimento.*

Aberturas: *A porta principal é de madeira com uma folha de abrir esculpida em alto-relevo. As portas que ligam a área social com a área externa da casa são de correr, em metal e vidro. As que abrem os quartos para a área externa são de venezianas metálicas, de abrir e sanfonadas. As janelas de correr são metálicas e de vidro. Há também janelas do tipo basculante. Os peitoris são pintados de branco, sem revestimento. A casa localiza-se em um cul-de-sac e tem os fundos voltados para a área verde interna da quadra, onde hoje passa a Avenida Cora Coralina. O fechamento posterior do lote é em muro alto, com portão metálico para entrada de pedestres e de veículos. O fechamento frontal e lateral é em muro baixo de tijolo aparente e gradil metálico, o que permite a permeabilidade visual com a rua.*

Cobertura: *Laje plana coberta com telha ondulada de fibrocimento.*

Estado de preservação: *Pouco alterado.*



A



B


C



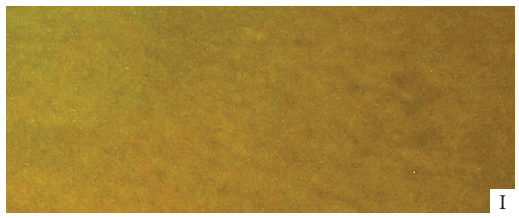
D

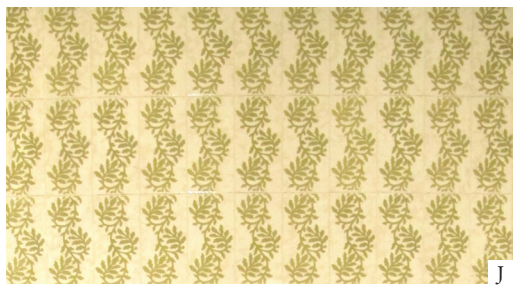

E


F


G

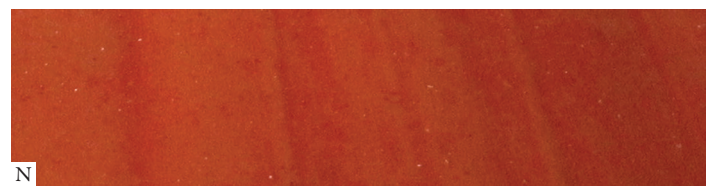

H


I


J


L


M


N


O

Legenda

Fotos de A à O.
Autoria: Equipe da Pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

CASAS MODERNISTAS DE TRANSIÇÃO

Em algumas residências localizadas em Goiânia e construídas principalmente entre as décadas de 1950 e 1970, nota-se uma vontade de modernização mediante uma aproximação ao vocabulário das casas modernistas da época, porém desvinculadas de sua compreensão de forma e dos novos preceitos e estratégias de projeto, fundamentais na concepção dessa arquitetura. Tais residências são classificadas como modernistas de transição, por não apresentarem todo um conjunto de inovações – sejam formais, funcionais ou construtivas – que caracterizam a arquitetura modernista.33

Trata-se de um fenômeno recorrente no Brasil, graças ao reconhecimento nacional e internacional que a arquitetura modernista brasileira obteve, já nos anos 1940, e à sua posterior afirmação com a construção de Brasília – maior ícone dessa arquitetura –, nos anos 1960. Sua difusão por meio de periódicos especializados e não especializados e nas Bienais de Arquitetura Moderna ocorridas em São Paulo, entre os anos 1950 e 1960, e a vinda de arquitetos formados nos grandes centros para Goiânia trouxeram uma renovação na arquitetura local que foi lenta e gradual, em função da não existência de cursos de arquitetura na região e de tecnologias apropriadas.34

A divulgação por meio de imagens – fotografias e desenhos – em revistas e jornais resultou em interpretações ao mesmo tempo híbridas e tipificadas da linguagem adotada pela arquitetura modernista brasileira. Interpretações que podem ser reconhecidas por determinadas tipologias de soluções volumétricas e espaciais, bem como por alguns artifícios decorativos. Seu valor está, portanto, não na excepcionalidade ou originalidade da obra, mas nesse hibridismo e nessa tipicidade, que caracterizam a construção do tecido urbano e a forma da cidade.

Nesse contexto, duas soluções típicas foram identificadas. Por um lado, a residência com cobertura inclinada composta por um ou mais planos deslocados entre si ou em forma de "asa de andorinha", geralmente contrapostas a um plano horizontal; volume único ou multifacetado e linhas de coroamento inclinadas (Figura 99). Por outro lado, a casa com laje plana horizontal ou platibanda, volume único e prismático, acrescido pelo prolongamento lateral ou frontal da laje, marcando a fachada frontal (Figura 100).35 Nessas residências é mais evidente o tratamento diferenciado da fachada frontal, em detrimento das demais fachadas, demasiadamente simplificadas.

33.

Consideraram-se como casas modernistas de transição tanto aquelas construídas com a intenção de incorporar o repertório modernista quanto aquelas casas que foram reformadas com essa intenção.

34.

Os primeiros cursos de arquitetura e urbanismo criados na região foram o da UnB (1962-63), em Brasília, e o da UCG (1968), em Goiânia.

35.

Vaz e Zárate (2005) também identificam essas tipologias, no entanto as inserem no contexto da casa modernista, sem distingui-las como uma expressão dessa arquitetura.

▾ Figura 99

Centro, Rua 72, Quadra 112, Lote 5.
Autora: Danielle Radis, 2018.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.



Os estereótipos de arquitetura modernista também são encontrados, conforme observam Vaz e Zárate (2005). Eles ocorrem na interpretação livre e no tratamento exótico de elementos e materiais próprios do repertório modernista, tais como nos formatos adotados nos pilares e nas colunas, na profusão de materiais e na adoção de elementos ornamentais. Algumas das vezes, os elementos estereotipados são deslocados do seu contexto e escala original, como é a condição das colunas do Palácio da Alvorada, inseridas como parte da fachada frontal de uma residência (Figura 101).

Na arquitetura modernista de transição não se percebe uma alteração significativa no programa interno em relação a outras casas encontradas nos primeiros bairros da cidade, diante da inserção de novos tipos de ambientes com funções ligadas ao lazer e ao convívio social. A setorização dos espaços social, íntimo e de serviço é rígida, não aceita mudanças eventuais de uso. O social permanece na faixa frontal da casa, ao passo que a faixa posterior é dividida entre os serviços e o setor íntimo. Não se observa também uma organização dos espaços internos mais livre, baseada em princípios funcionais e na conexão com os espaços internos e as áreas externas. O tratamento volumétrico das partes construídas e superfícies, típico da arquitetura modernista, é ainda tímido ou apenas epidérmico, no caso da adoção de platibandas que escondem os telhados. Na implantação da residência no lote, não se observa uma nova relação com o espaço da rua e nem com espaços livres no terreno.

Um dos fatores importantes a interferir na forma dessas residências é a adoção de um sistema construtivo ainda tradicional, com a ausência da estrutura independente (de concreto, metal ou madeira), no qual as paredes assumem a função de elementos estruturais do edifício. Em alguns casos, os "pilares" presentes nas fachadas não assumem função estrutural, mas sim decorativa. O sistema de pilar e viga pode até se fazer presente, entretanto de modo pontual, mediante soluções mistas.

Alguns elementos que constituem o repertório modernista são adotados pontualmente nessas residências: a cobertura com lajes planas inclinadas, deslocadas entre si, ou em lajes planas horizontais, recobertas por telhas de fibrocimento; rampas insinuando o conceito de promenade architecturale; aberturas que simulam ou se aproximam do conceito de janelas contínuas, cobogós e painéis de azulejos aplicados nas fachadas (Figuras 102 e 103). Em seu conjunto, essas casas apresentam uma certa racionalização da planta, organizada de um modo geral em um volume único e compacto, comumente

▾ Figura 100

Setor Sul, Rua Olinto Manso Pereira, Quadra F14, Lote 7.
Autora: Danielle Radis, 2018.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

▾ Figura 101

Setor Sul, Rua 102C, Quadra F21, Lote 8.
Autora: Danielle Radis, 2018.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.





retangular, que incorpora a garagem ao corpo do edifício, com a dupla função de também fazer o papel de acesso à residência.

De um modo geral, essas residências apresentam um dos recuos laterais mais largos onde se localiza a garagem, garantindo uma conexão mais direta com a área de serviço, que permanece localizada nos fundos da casa. Porém, a organização em planta dos espaços ainda obedece a uma rígida concatenação e hierarquia de espaços autônomos, que não possibilita a inserção de jardins e pátios internos, também decorrentes da própria dimensão dos lotes.

A ideia de uma volumetria mais livre, entendida como uma composição dinâmica de planos e por um complexo manuseio de simetrias e assimetrias, ainda não está presente nessas casas, que se configuram, em sua maioria, por um ou dois volumes entendidos como massa, sem a presença de aberturas amplas e planos soltos. Os conceitos de "estrutura independente", "planta livre" e "fachada independente" de um modo geral também estão ausentes nessas casas, constituindo-se nos elementos que mais as distinguem em relação às casas modernistas.

▾ Figura 102

Setor Universitário, Rua 223, Quadra 52, Lote 7.
Autor: José Artur D'Alló Frota, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.



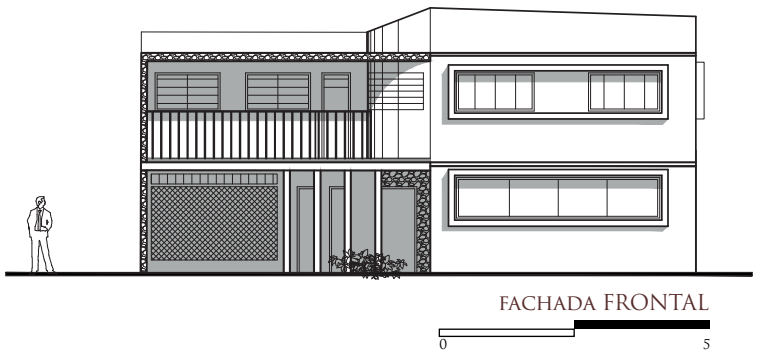
Os aspectos modernistas mais presentes nessas residências são os da "janela contínua" e dos "pilotis", muito embora este último apareça falseado na intersecção da garagem e nas varandas de acesso, por intermédio de pilares e colunas que adotam soluções formais remetendo ao modernismo brasileiro. A "janela contínua" também comparece de modo fragmentado, apenas dando a impressão de um plano único. O brise soleil e o cobogó, elementos de proteção solar, estão presentes de forma tímida e simplificada em algumas dessas casas. A utilização de elementos industrializados, que vão desde esquadrias, azulejos e pastilhas até elementos estruturais e de fechamento, já é mais recorrente, assim como são perceptíveis, em alguns casos, as modernas cozinhas moduladas. Algumas residências apresentam azulejos decorados (de 20 a 25 cm) nas fachadas, fazendo menção aos painéis de azulejos decorados típicos da arquitetura modernista brasileira. Em algumas dessas casas, a sala de estar já aparece associada à sala de jantar, demonstrando uma certa flexibilização dos espaços e integração entre os setores social e de serviço.



◂ Figura 103

Setor Universitário, Rua 223,
Quadra 52, Lote 7.
Autor: José Artur D'Alló Frota, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

Centro, Rua 23, Quadra 27, Lote 78

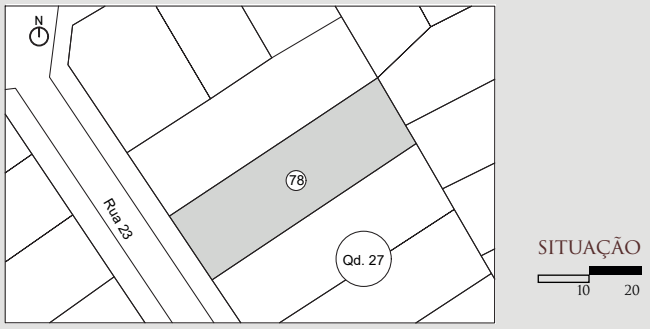



A

*FICHA TÉCNICA

Área do terreno	527,92 m²
Área construída	533,20 m²
Elevação em relação ao nível da rua	50 cm
Altura da base à cumeeira	6,30 m
Pé-direito interno	2,80 m

* dados aproximados



Acabamentos: *As paredes são de alvenaria de tijolo, argamassadas com pintura na cor rosa e branca ou revestidas de pedra de formato irregular. Internamente, elas apresentam revestimentos de madeira ripada na vertical, pastilhas nas cores branca e azul, litocerâmico imitando tijolinho e pedras de formato irregular. A parede que faz a divisa entre a sala de jantar e o pátio externo é composta de elementos vazados. O recuo frontal é pavimentado em parte com mosaico de cacos cerâmicos, marcando o acesso a pedestres e, em outra parte, com lajota cerâmica e concreto. Internamente, apresenta pisos revestidos de mosaico de caco cerâmico, de tacos de madeira assentados em espinha de peixe, de cerâmicas em formato hexagonal e de pedras de formato irregular. O teto é em laje de acabamento liso.*

Aberturas: *As portas de acesso são de metal e vidro. As internas são de madeira. As janelas da fachada principal são de alumínio e vidro, emolduradas por elemento de concreto pintado na cor branca que sobressai no plano da fachada. Algumas janelas são de correr e outras com basculante em vidro na parte superior, para favorecer a circulação de ar. O fechamento frontal é de muro baixo e gradil metálico, sendo o portão no mesmo material e formato.*

Cobertura: *Laje plana coberta por telha de fibrocimento. Parte referente à varanda, em laje impermeabilizada.*

Estado de preservação: *Pouco alterado.*



B



C

N

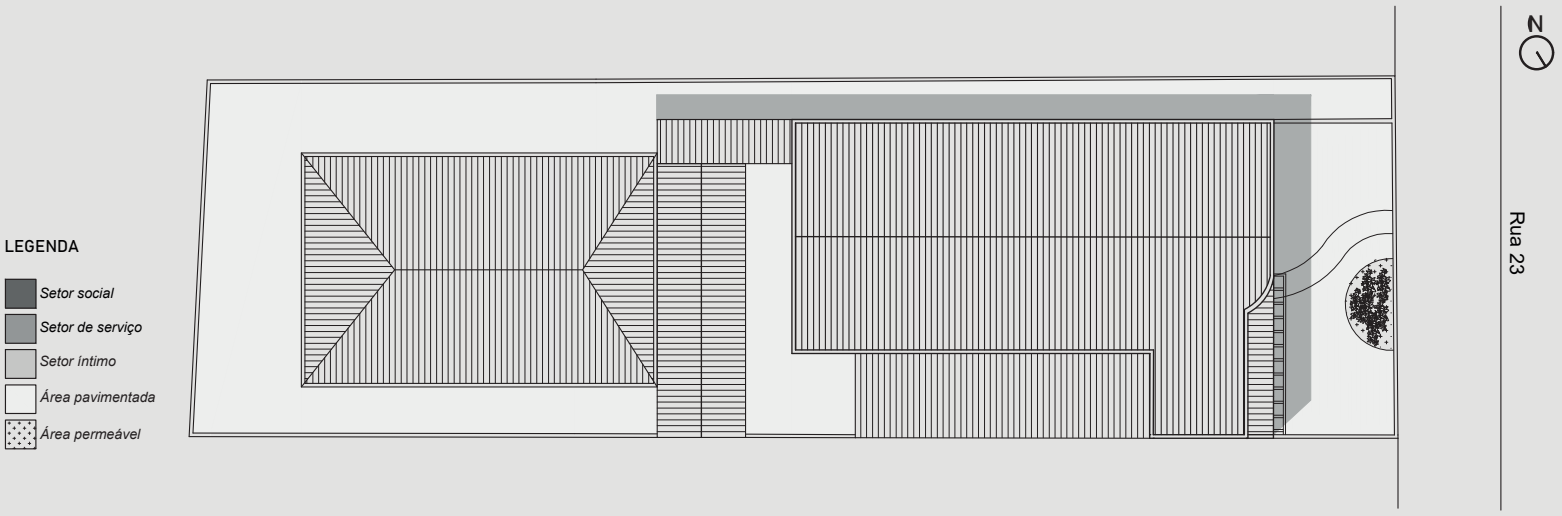


D

Legenda

Fotos de A
Autora: Danielle Radis, 2018.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

Fotos de B, C, D, E, F, G, H, I, J, L M, N, P, Q
Autora: Equipe da Pesquisa 2018
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.



Planta de cobertura

0 5

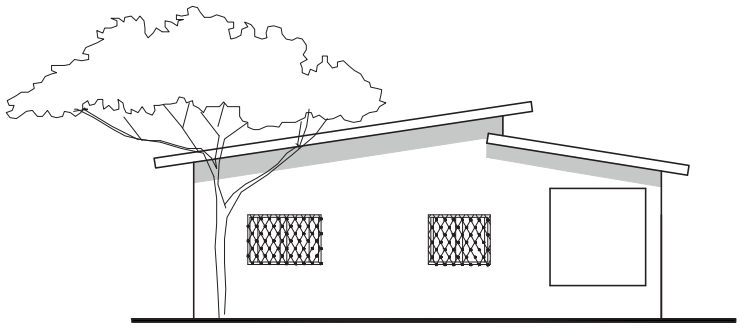


E



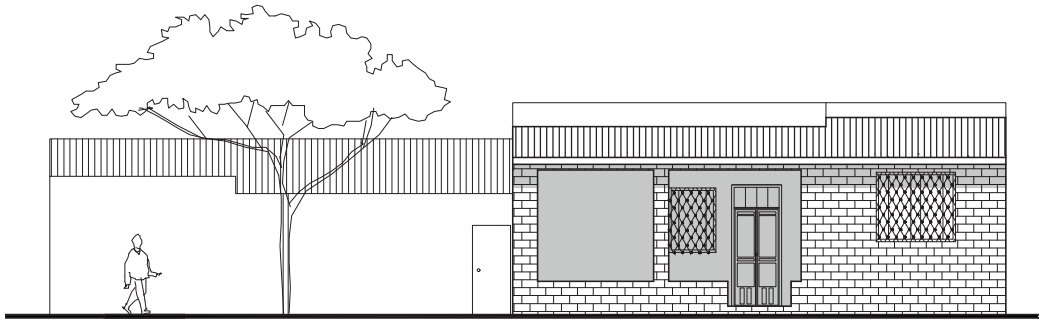
F

Centro, Rua 55, Quadra 101, Lotes 2 e 115



FACHADA LATERAL ESQUERDA

0 5



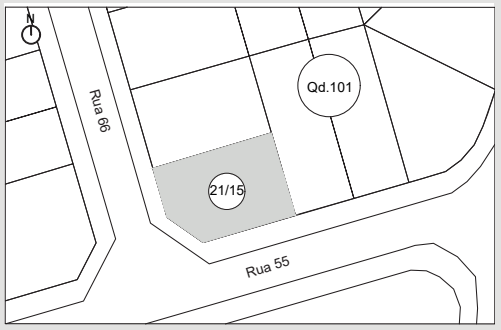
FACHADA FRONTAL

0 5

*FICHA TÉCNICA

Área do terreno	394 m²
Área construída	145,45 m²
Elevação em relação ao nível da rua	0,17 m
Altura da base à cumeeira	4,40 m
Pé-direito interno	2,90 m

* dados aproximados



SITUAÇÃO

10 20

Acabamentos: *As paredes são de alvenaria de tijolo, argamassadas com pintura na cor rosa e branca ou revestidas de pedra de formato irregular. Internamente, elas apresentam revestimentos de madeira ripada na vertical, pastilhas nas cores branca e azul, litocerâmico imitando tijolinho e pedras de formato irregular. A parede que faz a divisa entre a sala de jantar e o pátio externo é composta de elementos vazados. O recuo frontal é pavimentado em parte com mosaico de cacos cerâmicos, marcando o acesso a pedestres e, em outra parte, com lajota cerâmica e concreto. Internamente, apresenta pisos revestidos de mosaico de caco cerâmico, de tacos de madeira assentados em espinha de peixe, de cerâmicas em formato hexagonal e de pedras de formato irregular. O teto é em laje de acabamento liso.*

Aberturas: *As portas de acesso são de metal e vidro. As internas são de madeira. As janelas da fachada principal são de alumínio e vidro, emolduradas por elemento de concreto pintado na cor branca que sobressai no plano da fachada. Algumas janelas são de correr e outras com basculante em vidro na parte superior, para favorecer a circulação de ar. O fechamento frontal é de muro baixo e gradil metálico, sendo o portão no mesmo material e formato.*

Cobertura: *Laje plana coberta por telha de fibrocimento. Parte referente à varanda, em laje impermeabilizada.*

Estado de preservação: *Pouco alterado.*



A



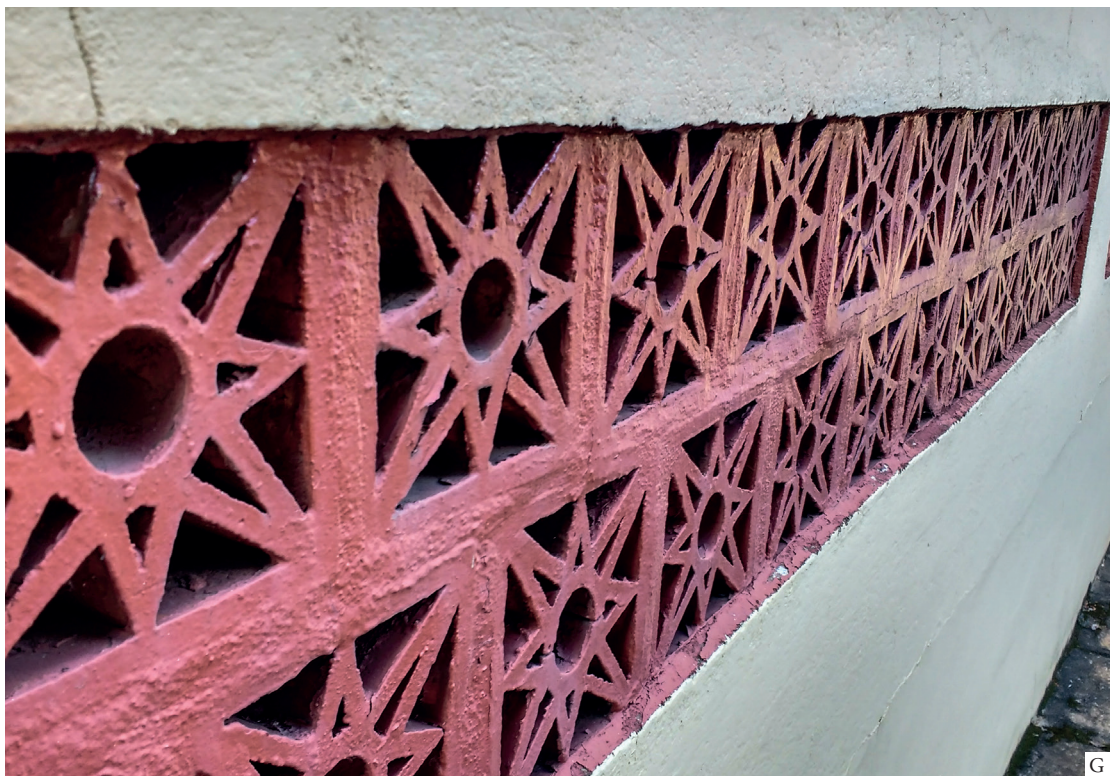
B


C


D


E


F



G

Legenda

Foto A
Foto cedida por Elza Machado Sant'Ana.
Fonte: Acervo particular da família.

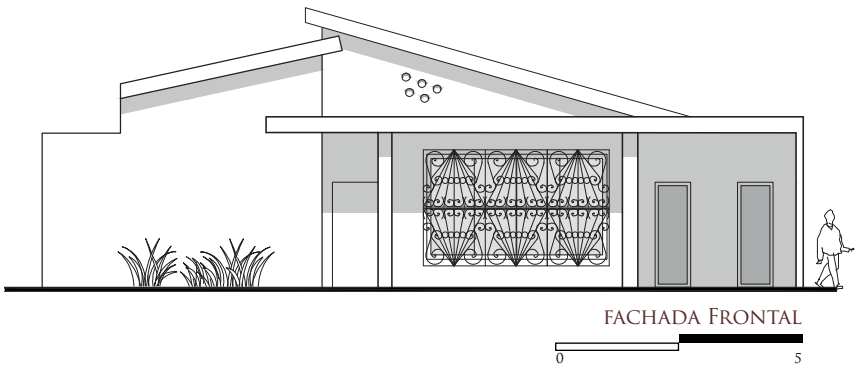
Foto B
Autoria: Autora Danielle Radis, 2018.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

Fotos de C à N
Autoria:Autora Equipe da Pesquisa 2018
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.



H

Setor Sul, Rua Dr. Olinto Manso Pereira, Quadra F-13, Lote 26



FACHADA FRONTAL

0 5

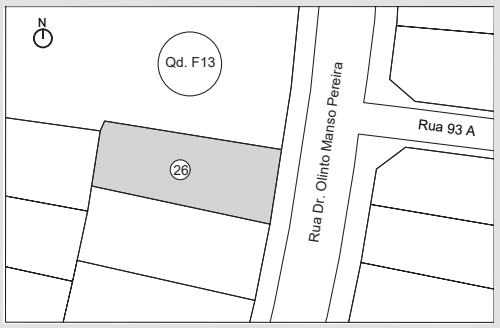


A

*FICHA TÉCNICA

Área do terreno	570 m²
Área construída	263 m²
Elevação em relação ao nível da rua	0,70 m
Altura da base à cumeeira	5,40 m
Pé-direito interno	3,00 m

* dados aproximados



SITUAÇÃO

10 20

Acabamentos: *As paredes são em alvenaria de tijolo e apresentam acabamento liso, pintado em tons claros, revestimento em pedra São Tomé de formato regular na garagem e internamente cerâmica em tons claros, além da pintura. O acabamento da laje inclinada, em beiral, é em pastilhas na cor branca. Esse mesmo revestimento aparece nos pilares do alpendre. O piso da escada externa de acesso é em granito marrom com bordas em cinza-escuro. O quintal foi pavimentado com mosaico de cacos cerâmicos. Os pisos internos são em granitina vermelha com bordas em granitina preta, tacos de madeira em formato de mosaico – parte em paralelogramos, parte em retângulos –, madeira corrida, lajotas vermelhas, mosaico de cacos cerâmicos e cerâmica em tons claros e escuros.*

Aberturas: *A porta original de acesso foi substituída por uma de vidro, de abrir. As demais portas são em madeira, pintadas de amarelo-claro; madeira e vidro, metálica e vidro e metálica veneziana. Algumas janelas são de correr, metálicas com vidro e apresentam grade metálica decorada para proteção. Outras são basculantes no mesmo material. Há ainda janelas de correr de madeira e vidro, com veneziana de madeira sobreposta. O fechamento frontal é em gradil metálico, com total permeabilidade visual.*

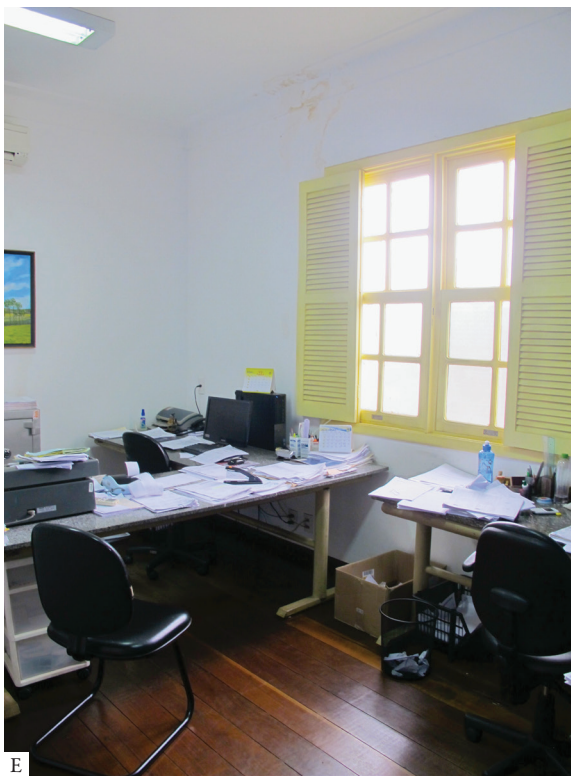
Cobertura: *Laje inclinada revestida por telha de fibrocimento.*

Estado de preservação: *Pouco alterado.*

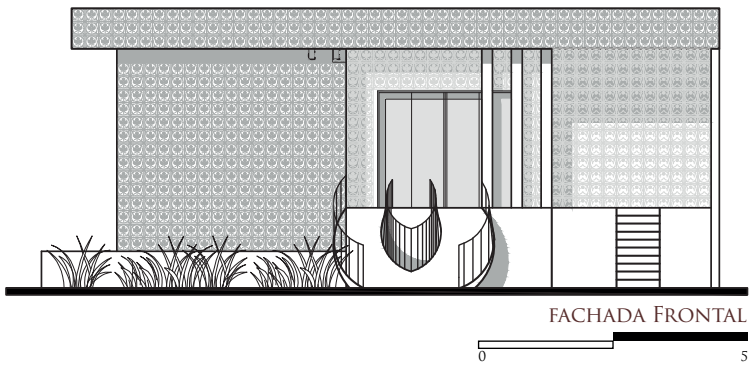

B


C


D


E

Setor Sul, Rua 105, Quadra F-25, Lote 17

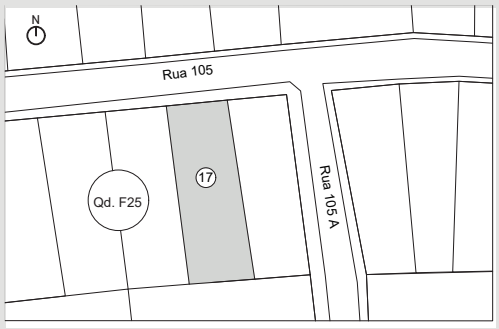



A

*FICHA TÉCNICA

Área do terreno:	477 m²
Área construída:	273 m²
Elevação em relação ao nível da rua:	1,50 m
Altura da base à cumeeira:	3,70 m
Pé-direito interno:	3,04 m

* dados aproximados



Acabamentos: *A residência apresenta paredes em alvenaria com revestimentos diversificados. Toda a fachada frontal é revestida por azulejos com desenhos florais em azul-claro. As demais fachadas apresentam acabamento liso e pintura na cor branca. Internamente, as paredes possuem revestimentos em azulejo em tons de azul e amarelo, além de cerâmica branca e acabamento liso pintado em cores claras. O acesso a pedestres é feito por duas rampas com piso em granitina com retalhos de granito. O piso interno é revestido com granito, granitina, tacos de madeira, cerâmica, cimento queimado e pedra granítica rústica. O teto, em laje, é revestido com pintura lisa na cor branca, na garagem por cerâmica decorada e na cozinha por azulejo azul-claro. O forro da edícula é em PVC.*

Aberturas: *As portas e janelas da fachada principal são metálicas com vidro canelado e gradil decorado, sobreposto. As portas da parte interna da casa são todas de madeira. A maioria das janelas é de correr, com exceção da janela do banheiro, que é metálica, do tipo basculante, também com vidro canelado. O fechamento frontal é em gradil metálico com total permeabilidade visual à fachada.*

Cobertura: *Telhado coberto com telha de barro e fechamento em platibanda. Parte referente à garagem em telha de fibrocimento.*

Estado de preservação: *Pouco alterado.*



B



C


D


E


F


G


H


I



J

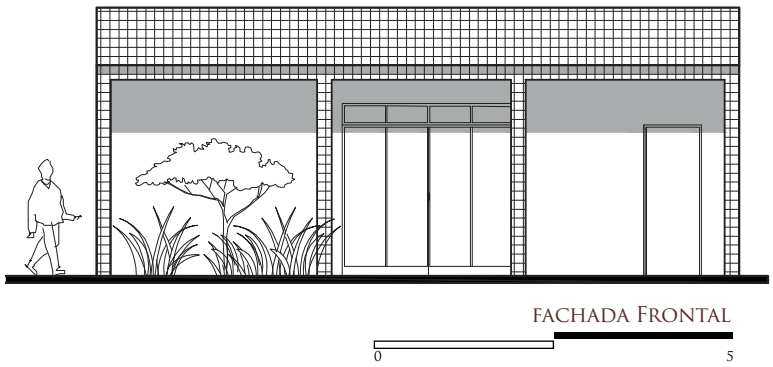


L



M

Setor Aeroporto, Rua 1-A, Quadra 35-A, Lote 6



FACHADA FRONTAL

0 5

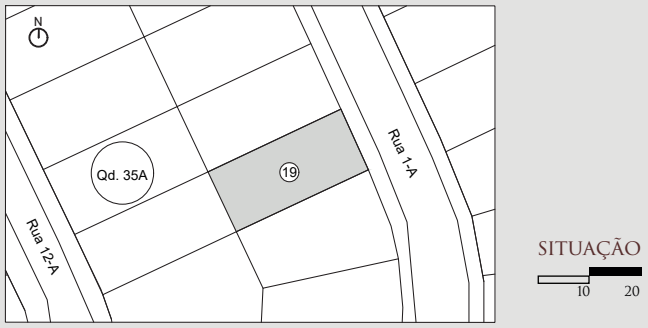


A

*FICHA TÉCNICA

Área do terreno:	270 m²
Área construída:	161,43 m²
Elevação em relação ao nível da rua:	50 cm
Altura da base à cumeeira:	4,03 m
Pé-direito interno:	2,93 m

* dados aproximados



SITUAÇÃO

10 20

Acabamentos: *As paredes são de alvenaria de tijolo, argamassadas com textura e pintadas em tons claros. As saliências verticais na fachada frontal estão revestidas com azulejo branco com ranhuras, que imitam mármore. O mesmo azulejo reveste a platibanda. Internamente, além das paredes com acabamento liso pintado em tons claros, algumas são revestidas com azulejo na cor rosa, cerâmicas em tons claros e textura na cor laranja. O piso externo que dá acesso à residência é cerâmico fosco. Internamente os revestimentos dos pisos variam entre azulejos da época da construção, em tom de rosa, e cerâmicas instaladas em substituição ao piso original, não identificado. O teto é em laje, com acabamento liso e branco e sancas de gesso.*

Aberturas: *A porta de acesso é de metal e vidro, de correr. Ela é protegida por um gradil de ferro. As demais portas são de madeira lisa. Algumas janelas são de correr, de alumínio e vidro, protegidas por um gradil metálico. Outras são basculantes com duas, três ou quatro subdivisões e vidro. O fechamento frontal é em gradil metálico com total permeabilidade visual.*

Cobertura: *Telhado coberto com telha de barro, fechado por platibanda.*

Estado de preservação: *Pouco alterado.*


B


C

CASAS BRUTALISTAS

O brutalismo pode ser entendido como uma nova sensibilidade arquitetônica característica das décadas de 1960 e 1970, que tem suas origens na década de 1950, com obras pontuais e exemplares. Localizada em diferentes partes do mundo e pertencente a uma nova geração de arquitetos que compartilham ensinamentos presentes nas obras dos mestres das vanguardas modernas, essa arquitetura caracteriza-se pela busca de novos valores e referências, mais independentes ou descolados do modernismo (CAIXETA; FROTA, 2013).

Na condição de tendência estética, conforme Zein (2007), o brutalismo evidencia-se como uma rede complexa, sem ponto de origem, a não ser as experiências de Le Corbusier a partir do final da década de 1930, com o uso de materiais *in natura* como o tijolo, a pedra e o concreto aparentes, e que se intensificam nas décadas de 1940 e 1950. Como movimento, segundo Frampton (1989), surge na Grã-Bretanha, entre os anos 1949 e 1959.

Para Montaner (1993), o brutalismo em arquitetura também pode ser compreendido como um dos caminhos em direção à contextualização da arquitetura moderna, em cada país ou região, e como alternativa que se contrapõe ao *international style*, que depois da Segunda Guerra impõe-se como linguagem moderna de caráter internacionalizante. Insere-se, portanto, dentro do contexto de produção da arquitetura moderna, sendo herdeiro desta em vários aspectos.

Gerado no contexto de reconstrução social do Pós-Guerra, no qual emergia uma arquitetura com grandes preocupações sociais e assistenciais, o brutalismo absorveu diferentes fontes, que vão desde uma visão humanizada da arquitetura moderna, que chegou a ser propagada como "o novo humanismo" nas revistas de arquitetura da época, até a estética antropológica, extremamente vinculada como impulso ao culto antiarte da *art brut*, do pintor Jean Dubuffet (FRAMPTON, 1989).

Neste contexto, busca-se uma arquitetura mais "expressiva" e "sincera", caracterizada pela exposição contundente da estrutura do edifício, pela valorização dos materiais por suas qualidades inerentes e pela demonstração de cada um dos elementos técnicos, explorando aspectos construtivos e estruturais ao extremo. Duas principais estratégias são adotadas nesse sentido: o uso aparente dos materiais construtivos – concreto, tijolos maciços e estrutura metálica – e instalações à vista, que se sobressaem na forma do edifício e ficam à

▾ Figura 104

Setor Sul, Rua 116, esquina com Rua 116A, Quadra F39, Lote 14.
Autora: Danielle Radis, 2018.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.



mercê do desgaste do tempo; e o uso de grandes vãos e coberturas enaltecidos com a monumentalização de determinados elementos construtivos – pilares, vigas, brises, rampas e escadas. O expediente em adotar elementos de construção como único meio arquitetônico, segundo Montaner (1993), é então utilizado para enriquecer a natureza abstrata da arquitetura modernista (Figura 104).

No Brasil a arquitetura brutalista identifica-se com a Escola Paulista de Arquitetura, muito embora tenha expressão na produção de arquitetos de várias regiões do país. Segundo Ferrando (2014), as principais características que definem o brutalismo paulista são: a manipulação da cota zero da topografia na busca de uma nova relação com a rua e o entorno urbano; a predominância de uma volumetria unitária com uma cobertura única "que atua como grande lucernário"; a ousada linguagem estrutural que define a forma e a relação entre interior/exterior e a construção de um "vazio interior em forma de praça, pátio ou vestíbulo", envolto pelo programa. Nela, predominam o uso do concreto aparente de Le Corbusier e a pureza estrutural de Mies van der Rohe.

A casa paulista brutalista aproxima-se do limite com a cidade, invertendo os usos que normalmente correspondem à fachada principal, nela localizando a garagem e os serviços, que anteriormente ocupavam a porção posterior. O espaço aberto da casa modernista, voltado para a rua, foi absorvido no interior, construindo uma paisagem delimitada, para a qual se voltam os ambientes (FERRANDO, 2015).

Em Goiânia, os primeiros edifícios institucionais a adotar o concreto aparente como elemento expressivo do projeto são do início da década de 196Ø, na nova sede do Jóquei Clube de Goiás (1962-1975), Setor Central, e nas sedes da Faculdade de Educação e da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (1964), localizadas no Setor Leste Universitário. A primeira casa brutalista construída na cidade foi a Residência Bento Odilon (1963-1969), projeto de Paulo Mendes da Rocha, localizada na Rua 83 do Setor Sul (CAIXETA; FROTA, 2013).

Conforme Cociello e Caixeta (2016), se comparadas com as residências modernistas, as casas brutalistas construídas em Goiânia, em geral, apresentam um volume mais compacto, além de aberturas mais controladas, planos de vedação mais opacos e pés-direitos mais baixos. Seu espaço interno em geral é organizado mediante um núcleo central, onde se localiza a escada e de onde se distribuem pilares e vigas. Voltada para seu interior, a casa brutalista apresenta pátios e jardins internos. A luz também é controlada por meio de barreiras como brises, muxarabis, pilares, paredes, extensas varandas

▾ Figura 105

Setor Sul, Rua 116, esquina com Rua 116A, Quadra F39, Lote 14.
Autora: Danielle Radis, 2018.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.



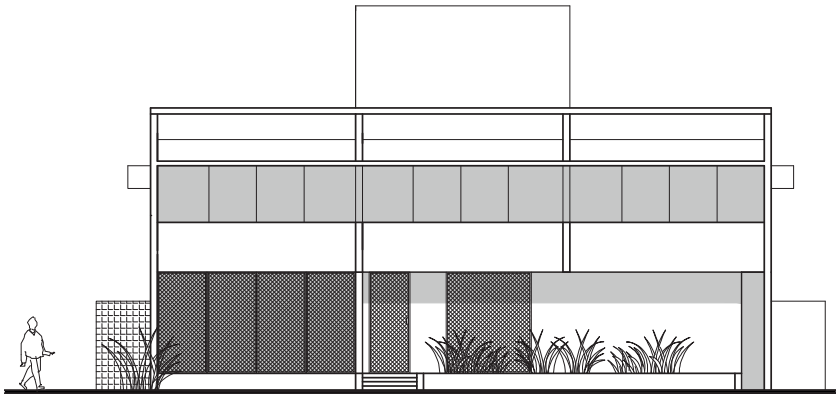
com empenas e esquadrias que se apresentam como rasgos nas paredes. O jogo de luz e sombra criado com esse artifício contribui para dar maior introspecção à casa (Figura 105).

Nelas, o olhar é direcionado à própria materialidade da construção. A presença do verde – preponderante nas áreas livres das casas modernistas – é menos evidente, dado o emprego maciço do concreto aparente (COCIELLO; CAIXETA, 2016, p. 14). O tijolo aparente e as instalações à vista também são utilizados nessas casas, porém em menor proporção do que ocorre nos edifícios institucionais. Outros materiais que se encontram associados a essas casas são a madeira, utilizada em detalhes e mobiliário fixo, e a pedra, nos pisos e em algumas paredes. O concreto aparente também está presente em mobiliários fixos tais como mesas, bancos e bancadas.

Não existem grandes alterações no programa dessas casas, em relação às casas modernistas. O que se nota é uma experimentação maior vinculada ao agenciamento dos espaços, no sentido de buscar uma maior flexibilidade da planta, bem como uma maior otimização e integração entre os espaços. Nesse sentido são encontrados, em algumas casas, recursos tais como: a concentração dos ambientes que necessitam de instalações hidráulica e de gás, em determinados pontos da casa, visando liberar o restante do espaço para ambientes que possam sofrer modificações ao longo do tempo; paredes que não vão até o teto, buscando uma melhor ventilação da laje; e banheiros tripartidos separando pia, chuveiro e vaso sanitário de uso comum da família, tencionando uma maior eficiência e conforto (ARAÚJO; CAIXETA, 2013). Em alguns casos, dilui-se completamente a setorização clássica dos espaços – divididos entre setor social, íntimo e de serviço –, como na residência do arquiteto Antônio Lúcio Ferrari e na residência de Bento Odilon Moreira. Em outras, observa-se a inversão dessa setorização, com a área de serviço à frente da casa e a área social aos fundos, como ocorre nas residências de Ruffo de Freitas e Walter Hugo Frota (COCIELLO; CAIXETA, 2016).

Setor Oeste, Rua 10, Quadra E-7, Lote 52

Residência Ruffo de Freitas,
projeto de Antônio Lúcio Ferrari, 1972-1974.



FACHADA FRONTAL
0 5

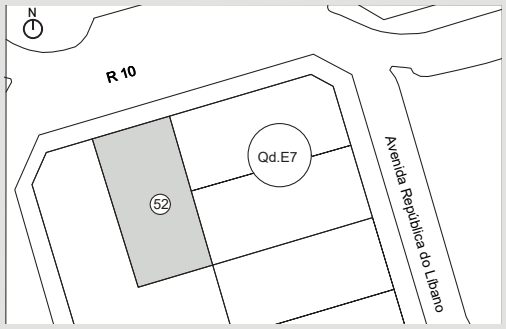


A

*FICHA TÉCNICA

Área do terreno	550,35 m²
Área construída	282,00 m²
Elevação em relação ao nível da rua	0,85 m
Altura da base à cumeeira	6,10 m
Pé-direito interno	3,00 m

* dados aproximados



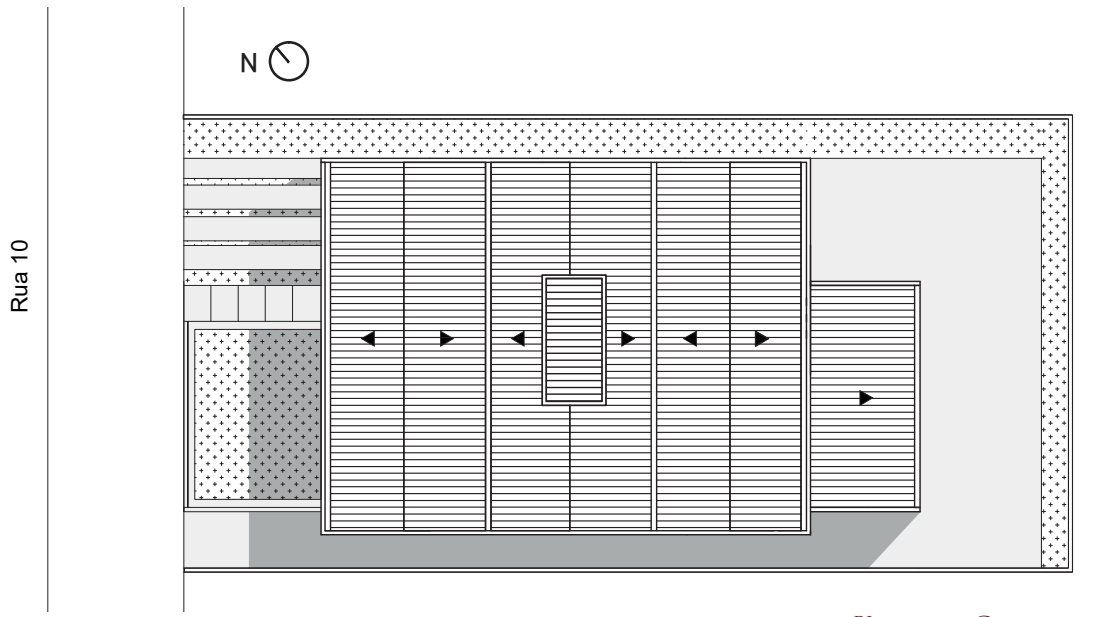
SITUAÇÃO
10 20

Acabamentos: *A estrutura da casa é independente, toda ela em concreto aparente. Na fachada, sobressai um volume de concreto que compõe o avarandado que dá para os quatros, no piso superior. Nele são incorporados brises horizontais, também em concreto aparente. A maioria das paredes externas é argamassada e pintada na cor branca. Algumas delas são em concreto aparente. As paredes internas são de alvenaria de tijolo, algumas revestidas de pedra e azulejo, e outras, com argamassa lisa e pintura na cor branca. O concreto aparente está presente em algumas paredes internas, geralmente associadas ao teto, também com acabamento em concreto. A cor amarela é utilizada pontualmente em detalhes das esquadrias, na escada helicoidal do escritório e no revestimento de algumas vigas, pilares e paredes. Internamente, a madeira está presente nos muxarabis, pisos e portas e em vigamentos aparentes localizados na área social. Os pisos internos variam entre lajota vermelha, ardósia, madeira, granito, concreto e cerâmica. Parte do recuo frontal é pavimentada. A rampa de acesso à garagem é em placas de concreto com entremeio em grama, e o piso da escada de acesso, em granito. O teto é em laje com acabamento liso, pintado na cor branca em alguns ambientes, e em outros, em concreto aparente.*

Aberturas: *As portas existentes na fachada frontal do pavimento térreo são de madeira e vidro. Algumas delas são vedadas com muxarabi de madeira. A maioria das portas internas é de madeira, madeira e vidro e outras de alumínio e vidro. As janelas são em alumínio e vidros do tipo correr e basculantes. Não há muro ou gradil fazendo o fechamento frontal.*

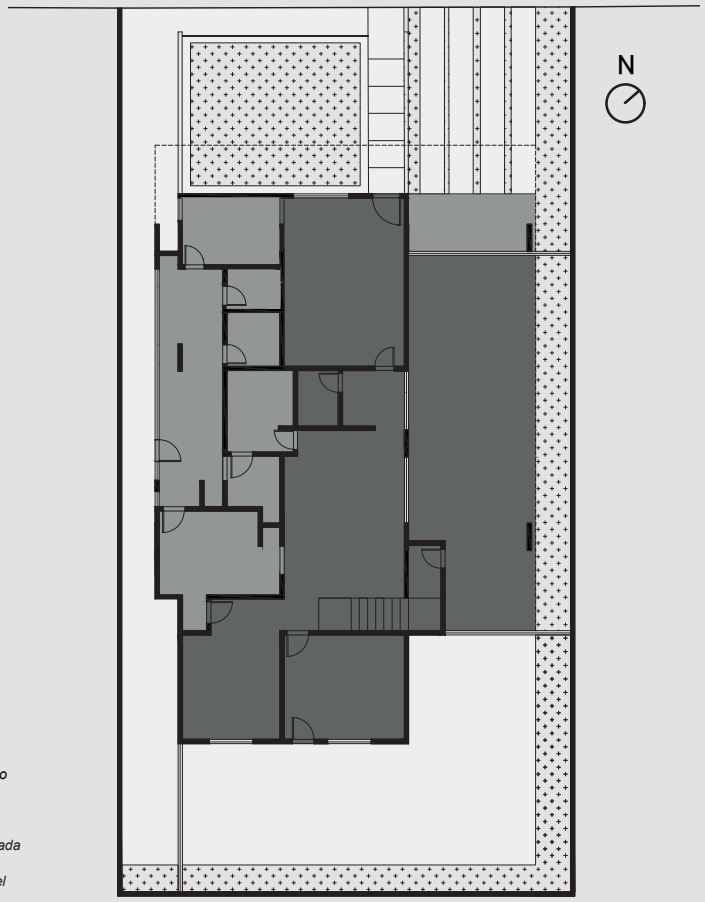
Cobertura: *Laje plana com revestimento de telha de fibrocimento.*

Estado de preservação: *Pouco alterado.*



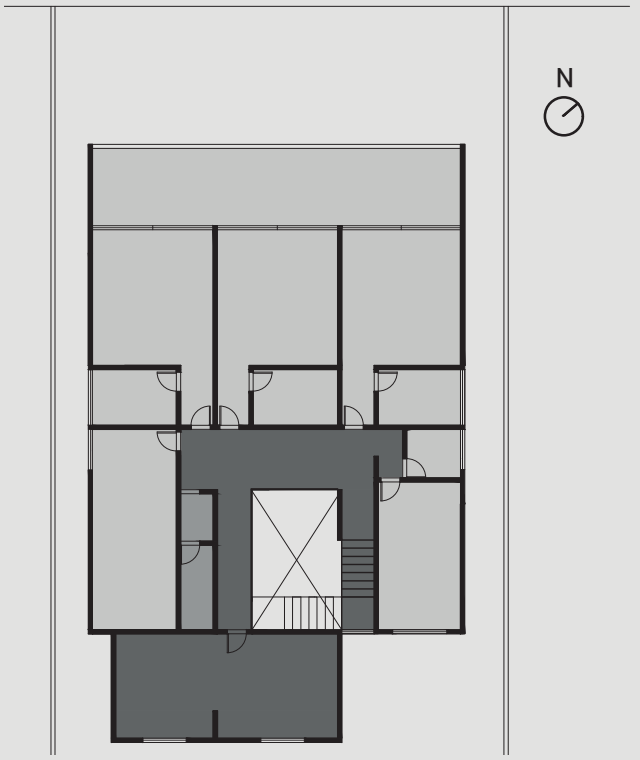
PLANTA DE COBERTURA

0 5



PLANTA BAIXA - TÉRREO

0 5



PLANTA BAIXA - 1º PAVIMENTO

0 5



B



C


I


J


L


M


N

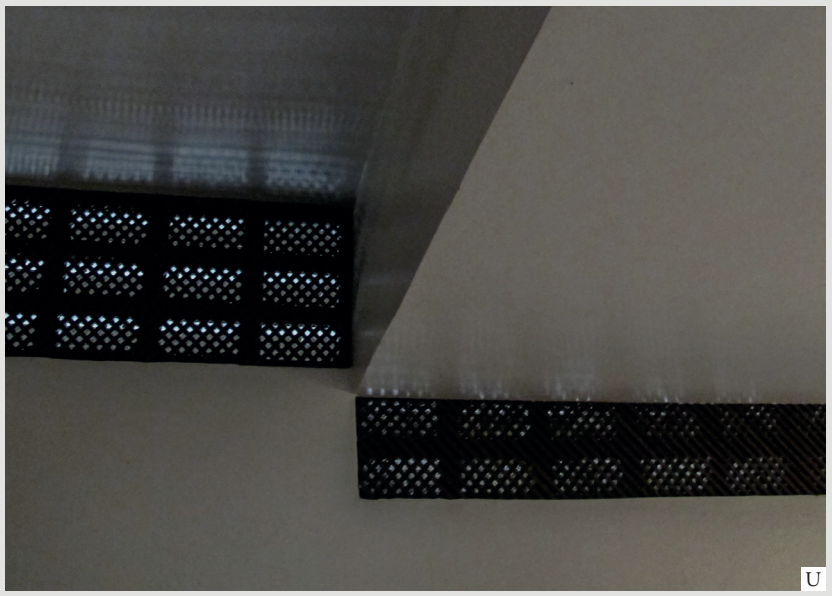

O


P


Q


R


S


U


V



T

Resumo de Linguagens Arquitetônicas Identificadas por Setor								
Linguagem Arquitetônica	Setores							
	Centro	Sul	Oeste	Aeroporto*	Marista**	Bueno**	Universitário**	Total
Brutalista	0	8	1	1	1	1	-	12
Tipo	93	5	0	-	-	-	-	98
Eclético-Sintética	34	3	-	-	-	-	-	37
Eclético-Tipológica Missões	20	-	-	1	-	-	-	21
Eclético-Tipológica Neocolonial	1	-	-	-	-	-	-	1
Eclético-Tipológica Normanda	3	-	-	-	-	-	-	3
Modernista	14	22	9	18	0	1	-	64
Modernista de Transição	38	48	-	7	-	-	1	94
Moderno *Déco*	9	-	-	-	-	-	-	9
Total	212	86	10	27	1	2	1	339

*Nesse setor a "Deriva de Identificação" de residências de interesse não pôde ser realizada de forma completa comparação com os setores Sul, Centro e Oeste, em função de outras prioridades identificadas no processo de pesquisa. Essa varredura deve ser realizada em pesquisas futuras.

**Nesses setores não foram realizadas "Deriva de Identificação" de residências de interesse por estarem fora da delimitação de área da pesquisa. As residências inseridas se destacaram por sua excepcionalidade. Essa varredura deve ser realizada em pesquisas futuras.

▸ Quadro 2.

Resumo de linguagens arquitetônicasidentificadas por Setor, 2017.
Autoria: Lívia Maria Pereira S. Moreira
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

UM OLHAR MAIS ATENTO SOBRE AS CASAS INVENTARIADAS

O inventário realizado permitiu a aproximação com alguns aspectos relevantes da caracterização do patrimônio de Goiânia. Uma representação significativa de casas construídas entre as décadas de 1930 e 1970 foi espacializada e cadastrada. Isso tornou possível quantificar a heterogeneidade das linguagens arquitetônicas encontradas e adotadas na pesquisa, bem como identificar o estado em que se encontram essas edificações. A seguir serão descritas algumas dessas observações realizadas durante esse processo, mas que não esgotam a abrangência de possibilidades que podem ser extraídas mediante os mapas, as imagens e a base de dados que o inventário proporcionou.

Os setores Bueno, Marista e Universitário não foram os focos da pesquisa. Os setores Central e Sul tiveram uma análise mais completa, sendo identificadas algumas residências de interesse que, por sua excepcionalidade, foram incluídas no Banco de Dados. Vale ressaltar que esses bairros devem ser analisados com a mesma intensidade dos demais, em pesquisas futuras.

LINGUAGENS ARQUITETÔNICAS

No universo da pesquisa, a maior diversidade de linguagem arquitetônica foi encontrada no Setor Central, sendo esse o bairro com maior número de residências de interesse. Nesse setor foram identificadas nove tipologias de linguagem (Quadro 2), com predominância das casas-tipo. Essa linguagem aparece, em menor quantidade, no Setor Sul. As casas eclético-tipológicas missões foram encontradas em sua maioria no Setor Central, sendo identificada apenas uma no Setor Aeroporto (ressalta-se que nesse bairro não foram realizadas caminhadas de identificação de residências de forma completa). As linguagens modernas-*déco*, eclético-tipológicas neocoloniais e normandas foram encontradas apenas no Centro. Não foi encontrada nenhuma residência com características brutalistas no Setor Central. As casas brutalistas aparecem nos setores Sul, Bueno e Marista, bairros ocupados predominantemente no período de construção dessas casas, a partir da década de 1960.

As linguagens modernistas e modernistas de transição estão em maior incidência no Setor Sul, porém com grande presença também no Setor Central. Dentre as residências encontradas em varredura superficial no Setor Aeroporto, as do tipo modernista predominam, seguidas pelas modernistas de transição. No Setor Oeste, apesar de a pesquisa não ter abrangido uma varredura completa do bairro, vale destacar que não se registraram residências modernistas de transição, sendo encontradas casas modernistas e apenas uma brutalista.

Apesar de sua singeleza, as casas-tipo e as casas modernistas de transição foram as mais representativas no universo pesquisado, considerando a incidência por linguagem arquitetônica. Juntas representam cerca de 50% das linguagens encontradas nos bens inventariados em um total de 339 casas. Seguindo o *ranking*, as residências modernistas aparecem com cerca de 19%. Levando em consideração a delimitação temporal e espacial, esse panorama geral demonstra uma arquitetura residencial majoritariamente composta por residências modernistas, modernistas de transição e casas-tipo. As residências eclético-sintéticas representam 11% e as eclético-tipológicas missões cerca de 6%, das residências identificadas. Essas duas últimas linguagens localizadas, principalmente, no Setor Central.

As demais linguagens arquitetônicas, como brutalista e moderno-*déco*, aparecem com menor representatividade no recorte proposto para a pesquisa, porém, dada a sua singularidade e, em alguns casos, por conta do seu porte, conseguem sobressair visualmente na paisagem urbana, como residências significativas no contexto de Goiânia. O mesmo se dá em relação às residências modernistas, cuja expressividade, porte e imponência, em comparação com outras linguagens, fazem com que também se destaquem do conjunto de residências identificadas. Em contraponto, evidenciam-se as residências cuja representatividade na paisagem atual da cidade é menor, em razão do seu porte e sua singeleza, reforçando a importância do seu reconhecimento como parte integrante e fundamental para compor a heterogeneidade característica de Goiânia. Nessas casas estão refletidas as soluções arquitetônicas popularizadas em sua época, digeridas pelos grupos sociais que se estabeleceram na cidade; portanto, são uma parte representativa do processo de ocupação do tecido urbano local.

ESTADO DE PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E EXPRESSIVIDADE DOS BENS

Na maioria dos casos foi considerado o aspecto externo do edifício para a identificação do estado de preservação e conservação dos bens (Mapas 8 e 9). Essa metodologia foi adotada para preencher os atributos que fazem parte da ficha M3.01. Apenas nas residências com inventário completo do Módulo 3 (SICG/Iphan), pode-se fazer essa avaliação considerando o interior dos imóveis. O Quadro 3 mostra a relação entre as residências identificadas por bairro e seu estado de preservação.

No universo das 339 casas identificadas, apenas sete estão com seu estado de preservação íntegro, o que representa 2% do total de casas identificadas. Dessas, cinco estão localizadas no Setor Sul (sendo modernistas e modernistas de transição), uma no Setor Central (modernista) e uma no Setor Universitário (modernista de transição) (Quadro 2). As residências classificadas como íntegras foram consideradas expressivas ou muito expressivas, sendo que algumas delas apresentam bom estado de conservação. O fato de ser considerada expressiva – de modo geral decorrente do maior porte da edificação e do apuro nos detalhes –, aliado ao bom estado de conservação, pode indicar uma possível relação de orgulho do proprietário com o bem, e assim motivar a preservação de forma mais íntegra dessas residências. Algumas casas apresentaram estado de preservação

▸ Mapa 8

Estado de preservação: Setor Central, 2017.
Autoria: Guilherme Andrade, Danielle Radis e Julia Monteiro.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

ESTADO DE PRESERVAÇÃO - SETOR CENTRAL

0 100 200 400 m

N

Íntegro
Pouco Alterado
Muito Alterado
Descaracterizado

Resumo de Linguagens Arquitetônicas Identificadas por Setor

Setor	Casas Identificadas	Setores			
		Íntegro	Pouco Alterado	Muito Alterado	Descaracterizado
Centro	212	1	138	65	8
Sul	86	5	67	13	1
Oeste	10		10		
Aeroporto*	27		22	2	3
Marista**	1		1		
Bueno**	2		2		
Universitário**	1	1			
Total	339	7	240	80	12

*Nesse setor a "Deriva de Identificação" de residências de interesse não pôde ser realizada de forma completa, como nos setores Sul, Centro e Oeste, em função de outras prioridades identificadas no processo de pesquisa. Essa varredura deve ser realizada em pesquisas futuras.

**Nesses setores não foram realizadas "Deriva de Identificação" de residências de interesse por estarem fora da delimitação de área da pesquisa. As residências inseridas se destacaram por sua excepcionalidade. Essa varredura deve ser realizada em pesquisas futuras.

▲ Quadro 3

Relação entre residências por setor e estado de preservação, 2017.
Autoria: Lívia Maria Pereira S. Moreira
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

▶ Mapa 9

Estado de preservação: Setor Sul, 2017.
Autoria: Guilherme Andrade, Danielle Radis e Julia Monteiro.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

íntegro, porém, estado de conservação precário, o que pode estar relacionado ao poder aquisitivo do proprietário ou ao apego afetivo por características específicas da casa. Ambas as considerações expostas são hipotéticas quanto às motivações de preservação do bem.

Cerca de 240 residências do universo pesquisado estão com estado de preservação pouco alterado. Essas residências, em sua maioria, tiveram troca de telhado, alteração e/ou pavimentação do jardim frontal, mudança de revestimentos e outras alterações que não modificaram as fachadas e a volumetria de forma significativa. Foram identificadas ainda oitenta residências com estado de preservação muito alterado, o que significa aproximadamente 21% do inventariado e aparenta ser um caminho para uma possível descaracterização das linguagens arquitetônicas que os edifícios representam. Há doze residências classificadas como descaracterizadas, entendidas como edificações que originalmente foram construídas entre as décadas de 1930 e 1970, mas que atualmente não apresentam muitos vestígios de seus componentes externos que as filiem às linguagens arquitetônicas identificadas (ver Mapas 7 e 8; Quadro 3).

Ainda sobre a caracterização dos bens individuais, no Setor Central foram investigados os aspectos de reversibilidade do bem – ou seja, considerando as transformações ocorridas, avaliar a potencialidade de recuperação dos aspectos iniciais da residência – e potencial de risco, quando há a iminência de uma possível descaracterização em função de transformações do seu contexto urbano imediato. O Setor Sul tem outra configuração espacial se comparado com o Setor Central, portanto nele foi considerado pertinente avaliar apenas o potencial de risco. O resultado do cruzamento de dados referente a esses três aspectos está demonstrado no Quadro 4.

Das 212 residências identificadas no Setor Central, 147 têm alto potencial de reversibilidade, ou seja, as alterações sofridas pelo edifício não são significativas, havendo o potencial de revertê-las em benefício da linguagem arquitetônica inicial. Dentre as 147 residências, vinte estão com estado de preservação muito alterado, 126 pouco alterado e uma, íntegro. O alto potencial de reversibilidade também pode possibilitar a alteração, em alguns casos, do estado de preservação de muito alterado para pouco alterado.

Ainda no setor Central, foram localizadas 33 residências com potencial de reversibilidade parcial, sendo que 63% dessas residências encontram-se muito alteradas. Trinta e duas residências foram classificadas como de baixo potencial de reversibilidade. Dentre elas, 24 estão muito alteradas, sete descaracterizadas e uma pouco alterada. Dado que corrobora com o entendimento de que, quanto

ESTADO DE PRESERVAÇÃO - SETOR SUL

N

Íntegro
Pouco Alterado
Muito Alterado
Descaracterizado

0 100 200 400 m

Setor Central - Estado de Preservação x Reversibilidade					
Reversibilidade	Estado de Preservação				Total
	Íntegro	Pouco Alterado	Muito Alterado	Descaracterizado	
Alto	1	126	20	0	147
Parcial	-	11	21	1	33
Baixo	-	1	24	7	32
Total	1	138	65	8	212

Setor Central - Estado de Preservação x Potencial de Risco					
Reversibilidade	Estado de Preservação				Total
	Íntegro	Pouco Alterado	Muito Alterado	Descaracterizado	
Alto	1	132	63	7	203
Parcial	-	3	-	-	3
Baixo	-	3	2	1	6
Total	1	138	65	8	212

Setor Sul - Estado de Preservação x Potencial de Risco					
Reversibilidade	Estado de Preservação				Total
	Íntegro	Pouco Alterado	Muito Alterado	Descaracterizado	
Alto	5	56	12	1	74
Parcial	-	9	1	-	10
Baixo	-	2	-	-	2
Total	5	67	13	1	86

▲ Quadro 4

Estado de preservação x reversibilidade e estado de preservação x potencial de risco.
Autoria: Márcia Guerrante Tavares e Lívia Maria Pereira S. Moreira
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.

mais alterada a edificação estiver, menor a chance de reversão e de melhora do seu estado de preservação.

Todos os atributos relacionados anteriormente fazem parte de um conjunto que subsidiou a valoração das residências identificadas. Em alguns aspectos, eles se diferenciam na valoração realizada no Setor Central e no Setor Sul:

- *No Setor Central consideraram-se como atributos de valoração:* estado de preservação, estado de conservação, expressividade, reversibilidade de danos, ambiência quanto ao uso e potencial de risco.

- *No Setor Sul consideraram-se como atributos de valoração:* estado de preservação, estado de conservação, expressividade, relação ocupação-traçado original, permeabilidade, entorno quanto ao uso e potencial de risco.

O Quadro 5 demonstra que, no Setor Central, considerando proporcionalmente a incidência por linguagem arquitetônica, as residências mais bem classificadas por meio dos critérios adotados para a valoração na pesquisa foram: as eclético-sintéticas, as eclético-tipológicas missões e as modernas-*déco*. No Setor Sul, as que obtiveram melhor pontuação foram as de linguagem brutalista, eclético-sintética e modernista.

O conhecimento do interior das 29 casas com inventário completo (conjunto de fichas M3) permitiu a revisão da valoração de alguns atributos, antes abordados apenas com análise de aspectos externos ao edifício. Exemplos de informações que foram obtidas por meio do acesso interno à residência podem ser destacados.

Dentre as variações de residências modernistas de transição, com base na análise comparativa de duas residências, identificou-se um caso no qual a composição da fachada e a organização dos espaços para o acesso ao interior apresentam semelhanças entre si. Porém, ao se analisar internamente os edifícios, eles apresentam soluções de plantas completamente distintas. Na primeira, a organização e a setorização dos ambientes se dão a partir da frente do lote para o fundo: os ambientes sociais e de serviço ficam na parte dianteira da casa, com acesso pela garagem e alpendre, e os ambientes íntimos na parte posterior da casa, com acesso pela cozinha (Figuras 106 e 107). Na segunda, porém, essa organização e essa setorização ocorrem no sentido longitudinal: o lado direito é composto pelos ambientes sociais e de serviço, ao passo que o lado esquerdo, pelos ambientes íntimos (Figuras 108 e 109). Essa

variação demonstra a complexidade de soluções que os edifícios podem ter, pois, mesmo com fachadas similares, as plantas consideram diferentes demandas do viver e habitar o edifício em um mesmo período.

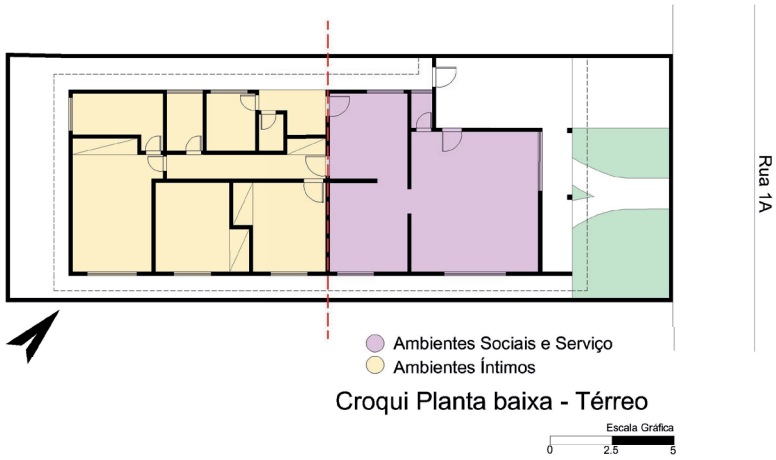
Em relação às residências de linguagem eclético-tipológicas missões, observou-se um caso, também baseado em uma análise comparativa entre duas residências, em que a organização da fachada frontal é distinta, dando a entender que são casas bastante diferentes, porém, apresentaram uma concepção de planta, quanto à setorização, muito semelhante. Enquanto em uma das residências o torreão, localizado na fachada principal, é um cômodo interno, em outra ele aparece como parte do alpendre (ambiente externo da área avarandada). Internamente, a distribuição dos ambientes segue um mesmo partido, alinhando pelo lado esquerdo os ambientes que compõem a área íntima e, no lado direito, aquelas que compõem a área social e de serviço. Ambas as casas apresentam elementos de concreto em alto-relevo, imitando pedras nas fachadas, comuns nessa linguagem (Figuras 110 a 113).

Sobre as modificações em planta, realizadas pelos proprietários, foram observadas algumas situações recorrentes. Em algumas casas de maior porte, os banheiros, que são amplos e com banheira, foram

Valoração dos Bens por Setor						
Linguagem Arquitetônica	Setor Central			Setor Sul		
	A	B	C	A	B	C
Brutalista	-	-	-	4	3	1
Tipo	29	41	24	1	3	1
Eclético-Sintética	20	9	5	3	-	-
Eclético-Tipológica Missões	14	2	4	-	-	-
Eclético-Tipológica Neocolonial	1	-	-	-	-	-
Eclético-Tipológica Normanda	1	1	-	-	-	-
Modernista	5	6	3	12	9	2
Modernista de Transição	12	20	6	14	31	2
Moderno-*Déco*	7	2	-	-	-	-
Total de residências Identificadas por Valoração	89	81	42	34	46	6
Total de Residências Identificadas	212			86		

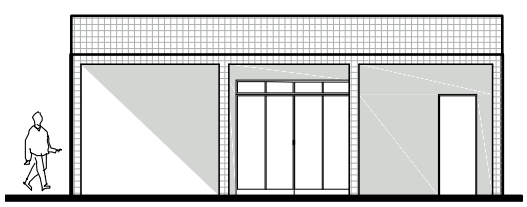
▲ Quadro 5

Valoração dos bens por Setor, 2017.
Autoria: Márcia Guerrante Tavares e Lívia Maria Pereira S. Moreira
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan/GO.



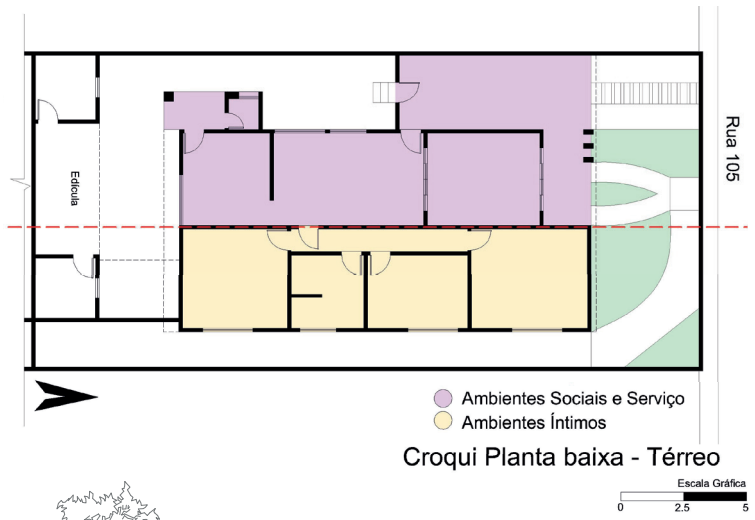
▲ Figura 106

Setorização, residência localizada no Setor Aeroporto, Rua 1A, Quadra 35A, Lote 6.
Autoria: Equipe de pesquisa.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan.



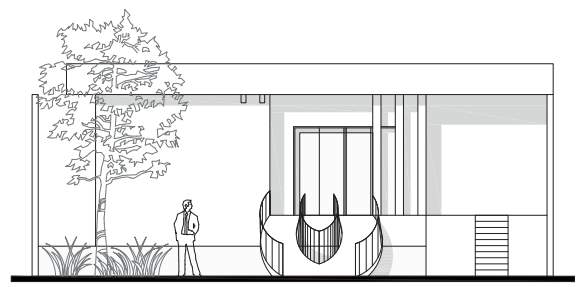
▲ Figura 107

Fachada frontal, residência localizada no Setor Aeroporto, Rua 1A, Quadra 35A, Lote 6.
Autoria: Equipe de pesquisa.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan.



▲ Figura 108

Setorização, residência localizada no Setor Sul, Rua 105, Quadra F25, Lote 17.
Autoria: Equipe de pesquisa.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan.



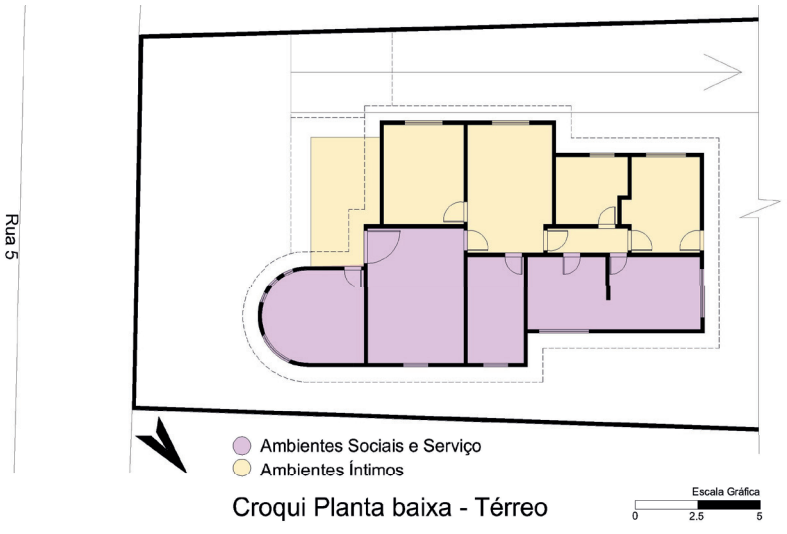
▲ Figura 109

Fachada frontal, residência no Setor Sul, Rua 105, Quadra F25, Lote 17.
Autoria: Equipe de pesquisa.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan.

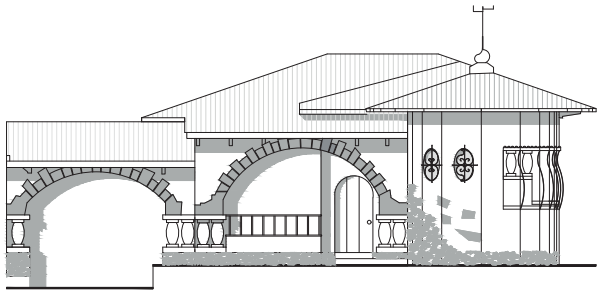
divididos e transformados em dois (com a supressão da banheira). Em um desses casos, o morador relatou que, na época de seus pais, todos os filhos dividiam esse mesmo ambiente, o que gerava incômodo. Para o uso atual, mesmo com a família reduzida, esses espaços tornaram-se insuficientes e, portanto, foram subdivididos. Esse fato pôde ser observado tanto em casas modernistas como em uma residência moderna-*déco*. Essa constatação indica que o programa de necessidades passou por transformações com o tempo, conforme as mudanças de hábitos.

Outra modificação observada foi a troca de revestimentos, comum principalmente na substituição dos tacos de madeira, recorrentes nas residências de Goiânia no período pesquisado e presentes em grande parte dos edifícios, indiferente da linguagem arquitetônica. Foram encontradas poucas alterações estruturais referentes às superfícies de vedação e fechamento, tais como o remanejamento da disposição dos cômodos. Na maior parte das vezes, essas alterações deram-se em função de modificações de uso e função iniciais.

Alguns terrenos, principalmente os de dimensões padronizadas, com aproximadamente 12 x 30 m, encontram-se com área

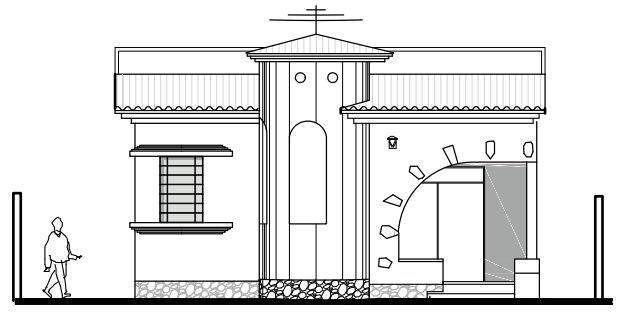






▲ Figura 110

Setorização: residência localizada no Setor Central, Rua 5, Quadra 72, Lote 11.
Autoria: Equipe de pesquisa.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan.



▲ Figura 111

Fachada frontal: residência localizada no Setor Central, Rua 5, Quadra 72, Lote 11.
Autoria: Equipe de pesquisa.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan.

▲ Figura 112

Setorização: residência localizada no Setor Central, Rua 5, Quadra 25, Lote 36.
Autoria: Equipe de pesquisa.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan.

▲ Figura 113

Fachada frontal: residência localizada no Setor Central, Rua 5, Quadra 25, Lote 36.
Autoria: Equipe de pesquisa.
Fonte: LAU/FAV/UFG; Iphan.

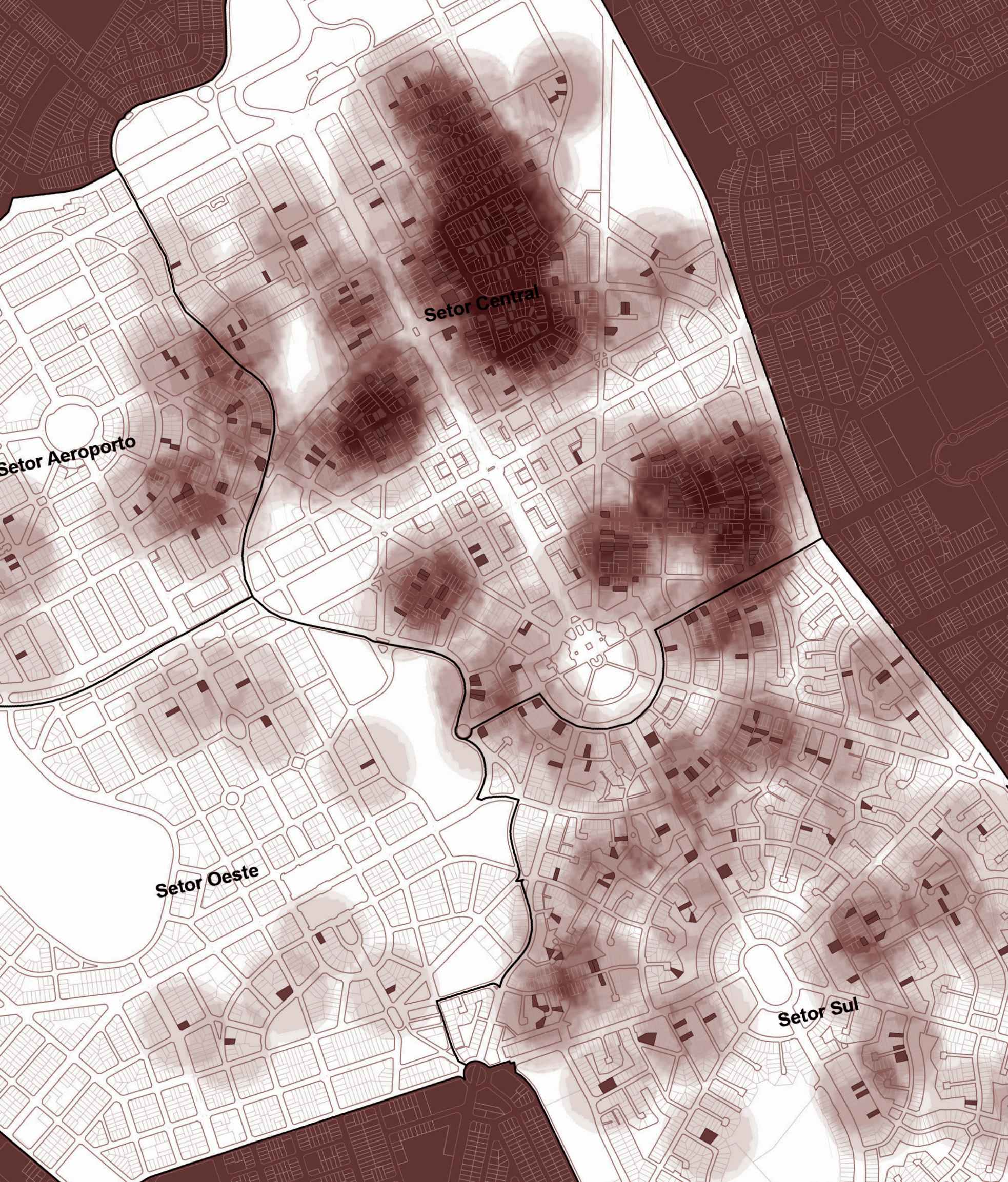
impermeável em quase sua totalidade, seja por pavimentação (por vezes realizada durante a construção), seja pelas edículas e anexos presentes em quase todas as residências visitadas, sem distinção entre as linguagens arquitetônicas. Em todas as residências observa-se um espaço para jardim frontal, que em muitos casos foi reduzido ou até mesmo suprimido com algum tipo de pavimentação, o que diminui ou praticamente zera a porcentagem de área permeável nesses terrenos.

O material mais encontrado nos pisos das residências foi a madeira, aparecendo em tabua corrida, tacos dispostos em espinha de peixe ou em outras composições e com diferentes tons ou formando molduras nas bordaduras dos cômodos. Nas residências modernistas de maior porte, há uma maior incidência de piso em granito, assentado em placas de formato regular. Outro piso encontrado com frequência, comum às residências modernistas e modernistas de transição, é a granitina, com a aplicação de retalhos em granitos variados, geralmente presentes nos alpendres de acesso e na área que serve como garagem. O piso em ladrilho cerâmico vermelho também foi encontrado com frequência, no formato retangular e em hexágonos, sobretudo nas edículas ou nos ambientes de serviço e de apoio, como depósitos. O piso conhecido como ladrilho paulista, formado por cacos de ladrilho cerâmico de coloração vermelha, e piso com a ocorrência pontual de cacos de ladrilho cerâmico nas cores amarela e preta foram bastante encontrados em pátios ou nas passarelas e rampas de acesso às residências, compondo essas áreas externas, juntamente com os jardins.

É muito frequente o uso de azulejo, geralmente ornamentado com motivos florais, em banheiros, cozinhas e, inclusive, em algumas fachadas. Em alguns banheiros, observou-se o uso de azulejos lisos em tons de rosa e verde, geralmente compondo suítes que utilizavam as cores para definir o uso masculino ou feminino. Nesses casos as cores das bancadas, e até as louças, seguiam a tonalidade do azulejo. Excepcionalmente, há casas com painéis de azulejos decorados, com é o caso da residência neocolonial localizada na Rua 29, Setor Central, último remanescente dessa linguagem, e as residências modernistas da Rua 84 e da Avenida Paranaíba com a Rua 9, de autoria de David Libeskind, ambas no Setor Central. O tijolo aparente também comparece com certa frequência em residências modernistas, modernistas de transição e brutalistas, assim como as pedras naturais.

Os tipos de cobertura variaram conforme o enquadramento de linguagem arquitetônica, sendo identificadas: telhas cerâmicas em residências ecléticas, casas-tipo e modernas-déco; laje plana ou inclinada, impermeabilizada, em residências modernistas ou modernistas de transição; e telhas de fibrocimento, em casas modernistas, de maior porte, sendo que elas não ficam aparentes, pois são encobertas por platibandas. As telhas tipo canaletas foram encontradas em casas brutalistas e em algumas modernistas e são deixadas aparentes como elemento plástico.

As alterações encontradas nas casas inventariadas podem também ter relação com o poder econômico do morador e o nível de consciência em relação ao valor histórico do bem, conjugada a relações afetivas com este. Observa-se que a maioria dos moradores e/ou proprietários que permitiram o acesso às residências tem consciência de que o imóvel deva ser preservado; alguns apreciam a arquitetura, ressaltam a beleza dos materiais, a mão de obra de qualidade e têm memórias afetivas que os levam a preservar e ter orgulho da residência. Em contrapartida, há também os que não atribuem valor às suas residências como patrimônio histórico, o que pode estar atrelado ao desconhecimento, mas também à impossibilidade financeira de mantê-las em um bom estado de conservação e preservação.


Setor Central
Setor Aeroporto
Setor Oeste
Setor Sul

SEGUNDA PARTE: PAISAGEM E AMBIÊNCIA URBANA

AS CASAS NA PAISAGEM

A leitura da paisagem traz novas perspectivas de reconhecimento e valorização do patrimônio edificado, pois considera sua relação com a cidade em um contexto social e cultural mais amplo e dinâmico. Castriota (2007, p. 17) afirma que pensar a cidade como um patrimônio ambiental é pensar o sentido histórico e cultural da paisagem em seu conjunto, ampliando o foco de interesse e indo além do olhar para os monumentos excepcionais isolados, para enxergar e valorizar "o processo vital que informa a cidade". Segundo o autor, dessa maneira, são incorporados ao que é considerado patrimônio não apenas monumentos isolados, mas também conjuntos de edificações, espaços públicos e a paisagem, levando a uma mudança de foco, para verificar não simplesmente o que os valores histórico, arquitetônico ou estético contam, mas também "como os 'artefatos', os objetos se relacionam na cidade para permitir um bom desempenho do gregarismo próprio ao ambiente urbano" (CASTRIOTA, 2007, p. 17). O autor ressalta ainda a importância de se entender como a articulação entre os diversos elementos da paisagem relaciona-se com a qualidade ambiental, ao associá-la com a qualidade de vida, e enfatiza a relevância dessa abordagem no caso do patrimônio ambiental urbano:

> Não se trata mais, portanto, de uma simples questão estética ou artística controversa, mas antes, da qualidade de vida e das possibilidades de desenvolvimento do homem. Com isso, desloca-se o eixo da discussão, recolocando-se a questão do patrimônio frente a balizamentos capazes de enquadrá-la em sua extensão contemporânea. (CASTRIOTA, 2007, p. 17).

Esse enquadramento, que permite uma leitura alargada do bem, relacionando-o com a paisagem imediata e com o contexto urbano mais amplo onde ambos se inserem, parte do reconhecimento do que é visível e material e também do que é sutil e imaterial, aquilo que está impregnado nas coisas e lugares e que é parte da vida das pessoas e de seus hábitos. A paisagem é nesse contexto entendida como um sistema, um conjunto de elementos interligados que se revela também na dinâmica da cidade. Uma leitura satisfatória da paisagem exige, portanto, que se percebam a história, a cultura e a estrutura social refletidas no espaço e no tempo do lugar.

Goiânia, assim como outras cidades brasileiras, vem sofrendo um intenso processo de verticalização e adensamento, com destruição e descaracterização formal e funcional de seus edifícios iniciais e uma significativa redução da massa vegetal, aspectos observados particularmente nos bairros objetos desse inventário. Esse contexto é marcado por rupturas no tecido urbano, onde os espaços são constantemente reconstruídos e rearranjados, o que faz com que a leitura da paisagem urbana traga importantes subsídios para qualquer ação futura de preservação, uma vez que ela localiza e identifica os bens inseridos na dinâmica da cidade em transformação. Com base nessa leitura, é possível o reconhecimento dos elementos e fatores de transformação que aceleram o processo de descaracterização, assim como daqueles elementos e circunstâncias que contribuem

para enaltecer, preservar e valorizar o que permanece do patrimônio edificado e dos lugares que caracterizam documentos da memória.

Para a leitura da paisagem residencial de Goiânia fez-se necessária uma pesquisa histórica em livros, textos, fotografias e relatos, de modo a compreender o processo de formação dos bairros e da inserção destes na dinâmica da cidade. Além disso, foi necessário o estudo de metodologias de análise consolidadas por pesquisadores do patrimônio, da morfologia urbana e da paisagem[1] que, mesmo se tratando de métodos estruturados mediante realidades distintas daquelas apresentadas por Goiânia, foram importantes referências na construção da metodologia de leitura aplicada.

O aprofundamento sobre essa questão tornou-se fundamental para a pesquisa quando considerado o próprio campo da ficha M3.01 (SICG/IPHAN), no qual se colocava a pergunta sobre os bens identificados: o edifício "forma conjunto" ou é um "bem isolado"? Para responder a essa questão, fez-se necessário refletir sobre o que definiria um "conjunto" em Goiânia, por se tratar de cidade nova, que surge sob a égide da modernidade. E o que define um "bem isolado", considerando que o próprio processo de superação de estruturas anteriores é parte do processo histórico de uma cidade que se quer moderna, já na primeira metade do século XX.

Dessa forma, dadas as particularidades locais e a aplicação da metodologia de inventário, os procedimentos metodológicos foram desenvolvidos e particularizados para cada um dos bairros analisados – Setor Central e Setor Sul –, conforme será demonstrado a seguir.

1.

Dentre os vários autores consultados para a construção metodológica do presente inventário, destacam-se: Calla (2004); Castriota (2007); Kohlsdorf et al. (2003); Kohlsdorf (2005); Kohlsdorf (2006); Lynch (1997). Dos autores consultados, Kohlsdorf tornou possível direcionar e apurar o olhar de maneira especial para as características da paisagem; no entanto, são inegáveis a importância e influência de Lynch e das reflexões de Callai e Castriota nesse contexto de análise, assim como das informações trazidas pelo Inventário de Configurações Espaciais Urbanas – INCEU/IPHAN.



▲ Figura.114

Residência eclético-sintética localizada na Rua 6, ladeada por edifício de apartamentos e estacionamento. Autora: Danielle Radis Alves, 2016. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 115

Residência moderna-*déco* na Avenida Universitária, esquina com Rua 24, Setor Central. Autora: Danielle Radis Alves, 2017. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 116

Residência pertencente ao grupo de linguagem modernista: Rua 105, ao fundo Universidade Salgado de Oliveira, Setor Sul. Autoria: Equipe de pesquisa, 2017. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 117

Residência de tipologia missões, localizada na Rua 5, Setor Central. Autora: Danielle Radis Alves, 2016. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

DOIS BAIRROS, DUAS LEITURAS

O inventário realizado adota a metodologia do sistema integrado de conhecimento e gestão – SICG/IPHAN. Por intermédio dela, faz-se necessária, dentre outros procedimentos, a identificação do contexto imediato e do universo do objeto de análise, para o preenchimento das fichas M1, em especial a M1.02 – contexto imediato. Essa ficha requer uma abordagem sobre o contexto dos edifícios em estudo, valorizando-os não apenas na condição de artefato arquitetônico (aspecto detalhado nas fichas tipo M3.01, M3.02 e M3.03), mas também na análise do contexto urbano do qual esses são elementos integrantes, englobando questões tais como caracterização morfológica e tipológica das edificações, usos e apropriações dos espaços no contexto imediato de inserção dos bens.

O preenchimento das fichas M3.01 também requer a observação do contexto urbano imediato dos bens de interesse, mediante o questionamento sobre o bem ser "isolado" ou "formar conjunto",[2] o que conduziu naturalmente a investigação para uma leitura específica da paisagem urbana local.

Desde o início do trabalho de campo, foi possível perceber que a condição de cidade jovem, com patrimônio recente e heterogêneo, distribuído em um contexto urbano em constante transformação, exigia uma leitura diferenciada, que pudesse ser sensível às singularidades que lhe são próprias (Figuras 114 a 117). Fez-se então necessário buscar uma forma específica de observar, reconhecer, analisar e registrar a paisagem onde as residências de interesse desta pesquisa se inserem (Figuras 118 a 122).

A leitura da paisagem no Setor Central e no Setor Sul exigiu a elaboração de procedimentos metodológicos distintos, uma vez que particularidades encontradas em cada um dos bairros naturalmente conduziram por diferentes caminhos de investigação e análise. Ambos os bairros apresentam usos residenciais. No caso do Setor Central, dada a própria morfologia da área, foram priorizadas a identificação e a caracterização de conjuntos de residências de interesse e dos componentes urbanos iniciais que identificam as áreas residenciais. Já no caso do Setor Sul as questões se referem aos bens em sua articulação com o traçado do bairro, que é excepcional em Goiânia.

No Setor Central, as porções destinadas às residências foram definidas por meio do planejamento em zonas, com concentração do comércio nos principais eixos de circulação, avenidas e nas proximidades destas. As residências localizam-se nos interstícios do traçado planejado. Os usos comercial e residencial se diferenciam especialmente quanto à forma de relação dos edifícios com o lote, conforme demonstrado no texto "Núcleo inicial de Goiânia: as casas na cidade". As áreas residenciais, além da taxa de ocupação menor, apresentam ainda recuos que as áreas comerciais não têm, o que altera a relação do edifício com o espaço urbano, gerando diferentes ambiências. Com base nessa análise, foi possível avaliar a permanência ou não de componentes urbanos que conferem a escala doméstica aos locais onde se inserem as casas.

No entanto, alguns aspectos observados foram comuns aos dois bairros estudados, tais como a transformação de locais originalmente de uso residencial em áreas comerciais ou em terrenos vagos para estacionamento, o aumento expressivo do fluxo de automóveis e a significativa

2. O fato de um bem ser considerado "isolado" ou "formar conjunto" leva a configurar categorias de tombamento adotados pelo IPHAN, sendo o primeiro para tombamentos individuais e o segundo para tecidos urbanos. Para a pesquisa, considerando a não existência de tombamento dos bens investigados e a própria dinâmica de Goiânia, como cidade nova, a análise se estabeleceu para cada agrupamento de edifícios de interesse identificado e sua relação com o contexto imediato, para configurar um "bem isolado" ou "conjunto", considerando as particularidades do traçado urbano nos bairros onde se inserem.



▲ Figura. 118

Residência casa-tipo na Rua 5 e seu entorno, Setor Central. Autora: Danielle Radis Alves, 2017. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▶ Figura.119

Paisagem: Rua 20, Setor Central. Autora: Danielle Radis Alves, 2017. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▶ Figura. 120

Paisagem: Rua 5, Setor Central. Autora: Danielle Radis Alves, 2017. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▶ Figura. 121

Ambiência: Alameda dos Buritis, Setor Central. Autoria: Equipe de pesquisa, 2016. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▶ Figura. 122

Residência casa-tipo localizada na Rua 8 e verticalização no entorno, Setor Central. Autora: Danielle Radis Alves, 2016. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

redução da massa de vegetação, principalmente da arborização de calçada, em relação ao previsto originalmente nos respectivos planos e ao que se encontra registrado em imagens aéreas e fotografias feitas em décadas anteriores.

As metodologias de leitura da paisagem aqui desenvolvidas partem do entendimento de que o meio ambiente urbano é uma construção diária ininterrupta e que essa dinâmica demanda um olhar atento ao que se revela em cada sítio específico, não só do ponto de vista do que se apresenta como documento de memória e identidade, mas também daqueles fatores ou elementos que representam ameaça ao equilíbrio da relação entre os diversos componentes da paisagem. Nos dois bairros estudados, as suas configurações especificas resultaram, portanto, em diferentes caminhos de leitura que apresentamos a seguir.

METODOLOGIA E PROCESSOS DE LEITURA DA PAISAGEM DO SETOR CENTRAL

No Setor Central, região popularmente conhecida como Centro, a identificação dos conjuntos de residências de interesse para a pesquisa, assim como a identificação dos componentes urbanos iniciais remanescentes na paisagem residencial do bairro, tornou possível perceber agrupamentos de bens cujas ambiência e escala ainda doméstica remetem à época da construção da cidade. Nesses agrupamentos, além das residências, foi observada a permanência de elementos como os recuos frontais, os jardins nas áreas externas e a permeabilidade visual a partir do logradouro público, garantida por gradis e muros mais baixos.

Também foram observadas residências de interesse que, mesmo localizadas próximas a outras identificadas na pesquisa, não puderam ser consideradas como formadoras de um conjunto. Isto em virtude das mudanças e interferências em seu contexto urbano imediato, como a presença de "barreiras"[3] e outras transformações no espaço urbano que impediam o entendimento do todo como algo integrado.

Assim, foi possível tipificar a condição de conjuntos, estando estes em ambiências preservadas, alteradas ou em processo de transformação. Nesse último caso, foi possível avaliar riscos à permanência das residências identificadas em decorrência de pressões resultantes da dinâmica atual da cidade.

A leitura da paisagem do Setor Central teve como referência as diretrizes estabelecidas por Kohlsdorf (2006), no sentido de considerar os aspectos históricos, topoceptivos, sensoriais, simbólicos e funcionais das áreas de análise. Esses aspectos foram então adaptados à realidade de patrimônio recente de Goiânia e dimensionados para o objetivo proposto. O conhecimento da história do bairro, por intermédio da bibliografia consultada e dos registros icnográficos e iconográficos, foi de fundamental importância para o entendimento do que era percebido na paisagem dos bairros como remanescentes do período de implantação e formação dessas áreas.

As caminhadas de observação e estudo, com registro sequencial de elementos e eventos, foram o principal instrumento de reconhecimento e análise das ambiências e paisagens urbanas da área. Elas revelaram peculiaridades relativas aos bens vinculadas às escalas, aos contrastes, às semelhanças, aos ruídos, às consonâncias e às texturas – observadas mediante a escala humana e, provavelmente, pouco perceptíveis de outra forma.

Durante as caminhadas, buscou-se documentar não apenas os aspectos materiais e morfológicos dos sítios, tais como a presença de componentes de sua paisagem primeira, avaliando seu estado atual de preservação, mas também registrar usos e apropriações dos espaços, o movimento de pessoas e veículos e outros aspectos da ambiência em questão (Figuras 123 e 124).

O trabalho em campo também permitiu o preenchimento sobre o estado de conservação e preservação, campos presentes na ficha M3.01 (SICG/IPHAN), mediante critérios estabelecidos na pesquisa para essa identificação.[4] Outras questões analisadas se referem ao "potencial de risco", "potencial de reversibilidade" e "expressividade dos bens e dos conjuntos", que foram campos de análise especificamente criados para a pesquisa e adicionados ao banco de dados elaborado para reunir

3.

Foi considerada como barreira toda ou qualquer edificação ou elemento que, pela escala ou localização, venha a funcionar como impedimento para a completa visualização de um agrupamento de casas de interesse da pesquisa. Esse conceito foi, a princípio, referenciado em Lynch (1997).

4.

Ver capítulo "Inventário de bens de interesse", em que é detalhada a metodologia aplicada.

▾ Figura. 123

Residência na Alameda Botafogo, Setor Central. Autora: Danielle Radis Alves, 2017. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▾ Figura. 124

Rua 75: morador a passeio, Setor Central. Autoria: Equipe de pesquisa, 2017. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.





▲ Figura. 125

Desenho sobre mapa com marcação inicial dos possíveis conjuntos: Setor Central. Autoria: Equipe de pesquisa. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO, 2016.

▲ Figura. 126

Exemplo de quadro inicial de registro fotográfico por rua. Autora: Márcia Guerrante. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

informações sobre todos os bens. Tais análises foram necessárias para aprofundar a caracterização dos conjuntos identificados no Setor Central.

Em um primeiro momento da pesquisa, a identificação de conjuntos de residências foi feita por meio do agrupamento geográfico, que demonstrava a proximidade física entre as residências identificadas, no território (Figura 125). Porém, considerando a dinâmica do crescimento da cidade de Goiânia, onde várias camadas do tempo se sobrepõem gerando alterações na paisagem, percebeu-se que essa definição não seria suficiente para definir os conjuntos. A presença de elementos que foram caracterizados na pesquisa de campo como "barreiras" impedia de diferentes maneiras a percepção dos conjuntos, o que reforçou a importância das caminhadas de reconhecimento para identificação e avaliação dessas situações.

Por uma opção metodológica, foi considerado como um conjunto no Setor Central de Goiânia o grupo de edificações compostos por, no mínimo, três casas passíveis de serem visualizadas por um transeunte a partir do nível da rua. Simultaneamente na identificação dos conjuntos, também foram observados aqueles elementos que conferem ambiência doméstica a essas áreas e que, de alguma maneira, contribuam para a unidade ou, inversamente, que dificultem sua legibilidade.

Os conjuntos, apesar de serem constituídos de residências de linguagens heterogêneas, são implantados com respeito a certas leis e especificações que os dotaram de características que lhes são comuns.[5] Dessa forma, aliando as características morfológicas e expressivas do ambiente a que pertencem, suas edificações dão força ao sentido de paisagem como uma conjunção de elementos em interação dinâmica, formando um documento vivo da identidade e memória do lugar.

Com base no agrupamento geográfico inicial, foram identificadas áreas com maior e menor concentração de residências de interesse para a realização do trabalho em campo. A coleta e as anotações de dados foram sistematizadas em quadros de registro fotográfico (Figura 126), planilhas e em mapas temáticos. As etapas do trabalho e os instrumentos de leitura adotados referem-se à produção sistemática de material fotográfico com registro dos bens de interesse do conjunto (mínimo de três edifícios[6]) e da ambiência urbana onde estão inseridos (Figura 127).

Para o reconhecimento dos componentes da paisagem[7] mediante a percepção visual de um observador ao nível da rua, foram identificados:

5.

Conforme sintetizado no capítulo "Núcleo inicial de Goiânia: as casas na cidade", essas características se referem aos recuos, ocupação do lote, áreas permeáveis, e outros aspectos que poderiam ser específicos, tais como porte (altura total, número de pavimentos, pé-direito), materiais construtivos e de acabamentos, entre outros, parte das diretrizes de ocupação nos primeiros anos de implantação da cidade.

6.

Nos casos em que não foi identificado um conjunto de três bens, o edifício de interesse era considerado como "bem isolado", no campo da ficha M3.01.

7.

As diretrizes traçadas por Kohlsdorf et al. (2003) e Kohlsdorf (2006) para a leitura da paisagem foram importantes referências na determinação desses parâmetros de pesquisa. No entanto, por conta das especificidades do patrimônio recente de Goiânia e de suas características de traçado e de forma de inserção no tecido da cidade, houve a necessidade de se construir parâmetros próprios com base nas citadas referências iniciais.



▲ Figura 127

Residência eclético-tipológica missões localizada na Rua 5 e seu entorno: Setor Central.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.





▲ Figura. 129

Exemplo de barreira: Igreja Evangélica na Rua 55, Setor Central.
Autoria: Equipe da pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 128

Colégio Santo Agostinho na Rua 55: marco na paisagem onde se insere, Setor Central.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

▲ Figura. 130

Exemplo de barreira: edifício de apartamentos na Avenida Gercina Borges Teixeira ao lado de bem de interesse, Setor Central.
Autora: Danielle Radis Alves, 2017.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

- *Marcos* – elementos de referência na paisagem (LYNCH, 1997), na pesquisa definidos como aqueles que servem de orientação no espaço da rua, do bairro ou da cidade. Podem ser materializados em monumentos, edifícios icônicos ou de significado histórico, praças ou outros (Figura 128);

- *Limites* – fronteiras lineares entre áreas (LYNCH, 1997): na pesquisa adotaram-se como limites as vias que delimitam os conjuntos;

- *Barreiras* – entendidos como elementos ou edificações que de alguma maneira impeçam ou prejudiquem a visualização do agrupamento de bens de interesse para a pesquisa, ou ainda elementos que, em razão do





▲ Figura. 131

Exemplo de indicador de transformação localizado na Rua 56: comércio de grande porte transforma ambiência doméstica original, Setor Central.
Autora: Danielle Radis Alves, 2017.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

▲ Figura. 132

Rua 20: um exemplo de vegetação abundante, Setor Central.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

seu uso, forma e/ou escala, destoem fortemente da linguagem, gabarito ou uso predominante do local (Figuras 129 e 130);

- *Indicadores de transformação* – item de análise estabelecido na pesquisa para indicar elementos considerados como potenciais indicadores de alterações e que pudessem gerar impactos diretos ou indiretos na ambiência doméstica. Podem ser: lotes destinados a estacionamentos, vagos ou com tapumes; estabelecimentos como comércio e instituições de grande porte ou outras alterações que venham a causar impacto imediato ou futuro nas áreas (Figura 131);

- *Vegetação* – no caso específico desta análise, considerou-se a presença de arborização urbana e de jardins remanescentes dos recuos frontais das edificações que ainda proporcionam permeabilidade visual entre os lotes e a via pública (Figuras 132 e 133).

Na metodologia utilizada para a identificação dos conjuntos, parte-se da proximidade geográfica das edificações de interesse, para, posteriormente, fazer a análise complementar, *in loco*, e averiguar a percepção visual do observador a partir do nível da rua e identificar a presença de elementos fragmentadores, como barreiras visuais, ou aglutinadores, como permeabilidade visual (Figuras 134 e 135).

O registro da percepção dos aspectos materiais e perceptivos identificados constitui um sistema referencial de caracterização dos conjuntos. Os aspectos de análise são similares aos dos edifícios de modo isolado, apresentados no capítulo "Inventários de bens de interesse". Neste caso, entretanto, consideram-se as características das casas como parte do conjunto e sua relação com o espaço urbano.

O estado de preservação do conjunto está ligado à manutenção de características históricas e estéticas das linguagens das edificações constituintes do conjunto[8] identificado e também de elementos e características da paisagem urbana residencial, como um todo. Neste caso, são aferidas as permanências de elementos que remetam à ambiência doméstica presente no bairro nos primeiros anos de formação da cidade. Adotando a classificação presente nos campos constantes na ficha M3.01 do SICG, os conjuntos foram classificados como íntegros, pouco alterados, muito alterados e descaracterizados. Para esta avaliação foram observadas alterações:

8.

A metodologia adotada e desenvolvida para esta análise foi elaborada em conjunto com o IPHAN/GO, apropriando-se de outras experiências do órgão na avaliação do estado de preservação e considerando a especificidade do patrimônio de Goiânia. Foram avaliados a manutenção da composição volumétrica dos edifícios do conjunto, o desenho de cobertura, a permanência dos adornos e elementos decorativos, dos materiais de acabamento, das esquadrias iniciais, entre outros aspectos.

9.

A escala de referência, nesse caso, trata-se daquela que configurou Goiânia nas três primeiras décadas de sua existência, resultante do Código de Edificações de 1947, Decreto-Lei nº 547. Esse documento delineou a escala dos edifícios em relação à sua altura e porte, ao delimitar o número de pavimentos e a altura dos edifícios e ao definir a localização dos prédios e a taxa de ocupação no lote. Esses índices variavam de acordo com a zona da cidade, sendo no máximo 4 pavimentos nas zonas residenciais e industriais, com 70% de taxa de ocupação para os edifícios industriais e 50% e 60% para os edifícios residenciais, determinando ainda o gabarito máximo de 6 pavimentos nas zonas comerciais com 80% e 90% de taxa de ocupação, todos estes índices podendo sofrer variações de acordo com a região onde se localizam.

- No uso inicial e na escala[9] dos edifícios;
- No fluxo da via que pode gerar maior demanda de estacionamento e o tráfego de veículos pesados;
- Na supressão da arborização pública e de jardins nos recuos frontais dos lotes inicialmente residenciais;
- No fechamento dos lotes com a colocação de muros altos e/ou a introdução de soluções que geram a perda total ou parcial da permeabilidade visual da residência a partir da calçada;
- A ocupação de áreas livres do lote, com ocupação dos recuos (laterais e frontais), e de áreas ao fundo para ampliação das residências e criação de anexos, ou a criação de garagens e estacionamentos voltados para a rua.

O estado de conservação do conjunto está relacionado à manutenção da integridade física e usabilidade das edificações que compõem o conjunto, independente do estado de preservação. Nesta análise foram também observadas as condições dos elementos do espaço urbano imediato, como os mobiliários urbanos, calçadas e a presença de vegetação urbana. O estado de conservação é classificado como bom, precário, em arruinamento, ou arruinado, adotando o critério da ficha M3.01 do SICG.

A representatividade dos conjuntos refere-se a sua importância como paisagem narrativa da história da cidade. Da mesma maneira que na valoração de bens individuais, descrita no capítulo anterior, diferentes fatores a definem: elementos estéticos (qualidades tectônicas[10] e volumétricas), qualidades topoceptivas[11] (realce figura-fundo, centralidade, foco de atenção), escala/gabarito e linguagem (no que se refere à maior integridade para a leitura). Essa caracterização busca ressaltar a importância do conjunto no contexto do patrimônio identificado comparativamente à de outros conjuntos.

O potencial de reversibilidade é uma classificação, definida como alta, parcial ou baixa, que parte da análise das transformações ocorridas nos conjuntos e na paisagem a que pertencem, considerando a potencialidade de melhora no seu estado de preservação e conservação. Porém, não se trata da possibilidade de uma recuperação que busque artificialmente reproduzir elementos já não mais existentes, mas, principalmente, da possibilidade de um resgate de elementos que contribuam



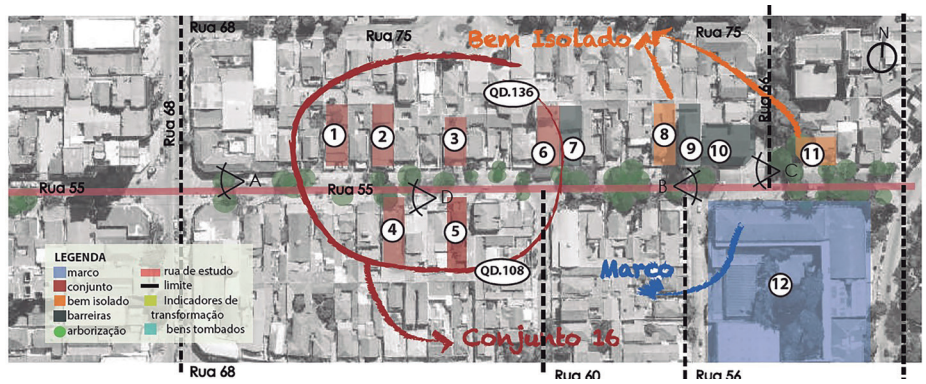
▲ Figura. 133

Mesma Rua 20, mostrando a transição de uma vegetação abundante para uma vegetação escassa, Setor Central. Autoria: Equipe de pesquisa, 2016. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 134

Dois bens de interesse do conjunto da Rua 5, Setor Central. Autoria: Equipe de pesquisa, 2016. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 135

Levantamento de informações registradas sobre foto aérea para confirmação em campo da formação de conjunto na Rua 55, Setor Central. Autoria: Equipe de pesquisa. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

10. "Qualidades tectônicas são associações da composição espacial abrangida pelo campo visual a partir do princípio de empatia (*Einfühlung*), pelo qual o observador coloca-se no lugar do objeto e evoca sensações de ser este último" (WEBBER; PICADO; KOHLSDORF apud KOHLSDORF, 2006).

11. A dimensão topoceptiva está relacionada à observação das características de configuração dos espaços no tocante à noção de localização (orientação e identificação) dos indivíduos (KOHLSDORF; KOHLSDORF, 2005).



▲ Figura. 136

Ambiência doméstica: Rua 73, Setor Central.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 137

Ambiência em transição: Rua 29, Setor Central.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 138

Ambiência variada: Rua 10, Setor Central. Em primeiro plano, algumas casas com volumetria e recuo frontal preservados. Em segundo plano, a presença dominante de comércio e serviços e a inexistência de recuos e jardins.
Autora: Daniele Radis, 2017. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

para evocar a ambiência original. Leva-se então em consideração a possibilidade de recomposição de volumetrias iniciais dos edifícios e de áreas livres e públicas próximas, de recuperação de jardins frontais nos lotes, da permeabilidade visual desde a via pública, da arborização urbana e do calçamento dos passeios, como também da melhoria mediante a qualificação dos locais próximos, tais como praças, rotatórias e recantos.

O potencial de risco trata da análise de risco do conjunto. Ele é classificado como alto risco, risco moderado, baixo risco e sem risco, e parte da análise da ambiência e da realidade do contexto imediato e mais amplo de inserção do conjunto. Os indicadores de transformação foram importantes instrumentos desta análise, uma vez que sinalizam os possíveis caminhos das transformações em curso e que podem impactar na sobrevida dos conjuntos.

Ao final da análise foi possível classificar as ambiências de cada conjunto por meio de uma avaliação que considera os aspectos levantados em campo. Essa avaliação foi denominada "avaliação geral de ambiências" e se refere a cada um dos conjuntos identificados. Um importante elemento para essa análise final são os denominados "indicadores de transformação". Estes foram considerados como os elementos que, em conjunto ou isolados, provocam ou são indicativos de importantes alterações na paisagem doméstica das áreas

12. Podem ser considerados usos compatíveis com a tipologia residencial pequenos consultórios, escritórios de prestação de serviços ou comércios não varejistas.

inicialmente residenciais. O reconhecimento desses indicadores possibilita a compreensão de processos de transformação já evidenciados ou ainda em andamento que, por sua natureza, podem representar, em diferentes graus, ameaça à integridade dos conjuntos. Como procedimento metodológico e por meio dos elementos avaliados, foram estabelecidos critérios para a classificação dos conjuntos em três tipos de ambiências:

- *Ambiência doméstica:* quando conservam aspectos materiais, assim como alguns aspectos subjetivos e perceptivos na paisagem que, em conjunto, remetem à ambiência da época de implantação de Goiânia e das áreas residenciais pioneiras, mantendo elementos da atmosfera doméstica daquele período. A presença de arborização urbana e jardins frontais nas residências e o gabarito baixo dos edifícios (de altura até dois pavimentos) são aspectos importantes que caracterizam essa ambiência. De uma maneira geral, observa-se o respeito ao parcelamento do solo inicial (à dimensão dos lotes e quadras), assim como à disposição dos edifícios no lote. Nessa ambiência são observados poucos indicadores de transformação. Quando existentes, em alguns casos, são caracterizados como áreas para uso como estacionamentos – que sinalizam ocupações provisórias em lote que tiveram sua edificação preexistente demolida. Observam-se ainda boa permeabilidade visual das casas a partir da via pública, recuos frontais mantidos sem ocupação, movimento de moradores na rua, número razoável de edificações com uso residencial unifamiliar ou com usos que não alteram sobremaneira a dinâmica da via e as características iniciais das edificações[12] (Figura 136).

- *Ambiência de transição:* quando na paisagem local são identificados sinais mais evidentes de transformações em curso, que impactam na ambiência doméstica inicial, porém ainda de caráter não definitivo. Fatores que contribuem para a definição dessa ambiência são: ruas com número considerável de indicadores de transformação, transformação/alteração de alguns edifícios na área para novos usos, ausência ou redução evidente da vegetação original nos recuos frontais e nas vias públicas (arborização urbana) e certo número de descaracterizações que impactam no estado de preservação das residências (Figura 137).

- *Ambiência variada:* quando a paisagem é marcada por usos consolidados que não os residenciais, podendo apresentar presença predominante de comércio e de instituições/serviços que impactam significativamente na volumetria dos edifícios, no fluxo e características iniciais da área, por pouca arborização nas vias públicas e/ou de vegetação insipiente ou inexistente nos recuos frontais originalmente destinados aos jardins das antigas residências. São ainda fatores característicos a pouca permeabilidade visual dos edifícios de interesse a partir da via pública (muros altos de fechamento sem permeabilidade visual) e a presença de um número representativo de barreiras no intervalo entre os conjuntos identificados (Figura 138).

Para orientar o pesquisador em campo, fichas referenciais foram elaboradas (Apêndices A e B), buscando chamar a atenção desse para questões relativas à ambiência, às características arquitetônicas da linguagem das casas e do bem em sua relação com a paisagem, dentre outros

RUA 24 – CONJUNTO 11

A Rua 24, no trecho aqui analisado, entre a Rua 10 e Rua 15, possui caixa de largura média, calçadas estreitas, baixo fluxo de veículos e pedestres, e equipamentos urbanos que, à primeira vista, não possuem critérios de implantação, interferindo muitas vezes no trânsito do pedestre.

A predominância de apropriação de uso no recorte espacial é o residencial, com edificações de baixo gabarito. Apesar da presença de um edifício com dez pavimentos, a ambiência da rua nesse trecho é classificada como doméstica, uma vez que a arborização é abundante, a permeabilidade visual das casas é satisfatória e os jardins frontais estão presentes na maioria das residências.

Encontram-se nesse recorte espacial sete residências formadoras de um conjunto expressivo quanto às linguagens que o compõem e ao seu estado de preservação. A linguagem dos edifícios é variada: há edifícios de linguagem eclético-tipológica (Casa 65), eclético-sintética (Casa 71), linguagem moderna-déco (Casa 68), modernista de transição (Casa 72) e casa-tipo (Casas 67, 70 e 239).

As residências, no geral, apresentam um bom de estado de preservação e conservação, com poucas alterações, o que, a princípio, facilitaria a reversibilidade de danos. A maioria das intervenções percebidas externamente é no fechamento das residências: grades e muros altos prejudicando a permeabilidade visual.

Com exceção da Casa 239, todas as residências apresentam jardins frontais e/ou boa permeabilidade visual. A Casa 72 está abandonada no presente momento, mas mantém seus aspectos como residência unifamiliar. Durante o período da pesquisa, a Casa 65 sofreu transformações que descaracterizaram sua linguagem: alteração de esquadrias, reboco, pintura e remoção de alguns adornos da fachada. As demais transformações percebidas nas fachadas são menos comprometedoras com a originalidade da edificação, tais como alteração de pintura, com o intuito de conservação, e algum calçamento externo.

CASA 68 - Qd. 45 Lt. 43



CASA 165 - Qd. 45 Lt. 43



CASA 71 - Qd. 45 Lt. 06



CASA 65 - Qd. 44 Lt. 1/49



CASA 70 - Qd. 45 Lt. 08



CASA 239 - Qd. 44 Lt. 09



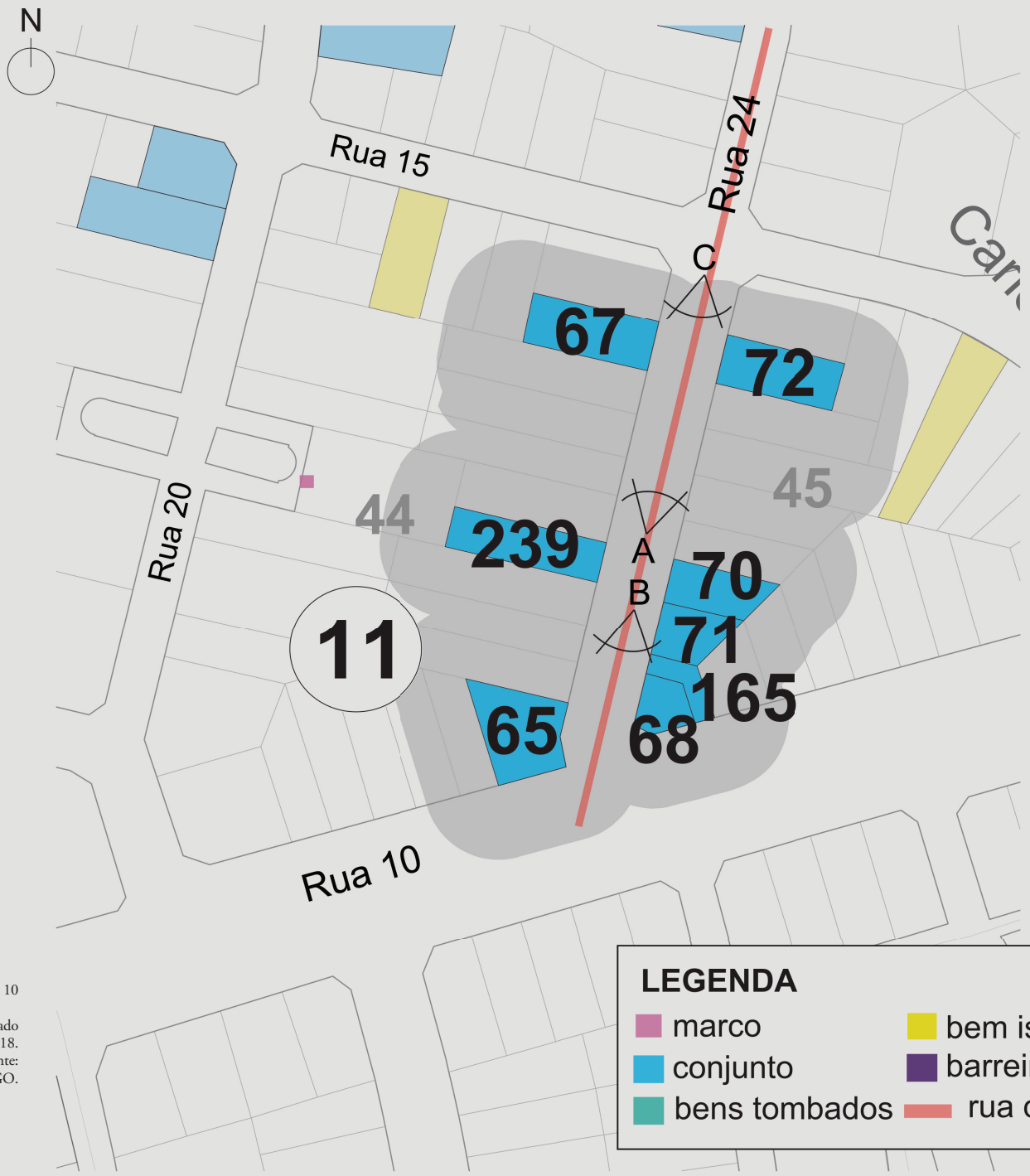
CASA 72 - Qd. 45 Lt. 18



CASA 67 - Qd. 44 Lt. 19



Conjunto	Valoração	Ambiência
11	A	Doméstica



▸ Mapa 10

Mapa temático do Conjunto 11, localizado na Rua 24, Setor Central, 2018. Autoria: Equipe de pesquisa. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

AMBIÊNCIA


A


B


C

aspectos. A sensibilidade que apurou o olhar para o que era observado e a compreensão do que a paisagem revelava, no entanto, evoluíram à medida que diferentes ambientes foram sendo confrontados entre si e em suas particularidades.

Os critérios adotados para a análise e aqui descritos serviram de base para a elaboração de uma planilha de valoração de conjuntos (Apêndice C), seguindo princípios semelhantes aos adotados na planilha de valoração das casas individualmente, apresentada no capítulo sobre o "Inventário de bens de interesse". Após essa valoração, a pontuação obtida foi confrontada com a média das valorações dos bens individuais formadores do conjunto, de forma a checar a validade dos valores encontrados.

A ambiência, juntamente com os demais fatores anteriormente referenciados na metodologia – representatividade dos bens do conjunto, potencial de reversibilidade de danos, estado de preservação, estado de conservação e o potencial de risco – foram os critérios adotados para pontuação e classificação dos conjuntos, considerando conceito A (pontuação entre 7 e 10), B (notas entre 5 e 6,9) e C (pontuação abaixo de 4,9).

Concluídas as análises, foram elaboradas pranchas-síntese para os conjuntos identificados (Mapa 10). As pranchas localizam as residências de interesse, identificando os elementos referenciais da paisagem e da ambiência,[13] conforme metodologia apresentada. Dessa maneira, são demonstrados os bens isolados e os que formam conjunto; os limites, os marcos, as barreiras, os indicadores de transformação e os bens tombados (municipal estadual e/ou federal) – quando existirem; além dos conceitos atribuídos aos conjuntos. Nas pranchas-síntese há, também, fotografias e a síntese descritiva da análise e da valoração elaboradas pela equipe responsável.

13.

Aqui são apresentados mapas representativos de cada tipologia de ambiência doméstica, de transição e variada. Os demais mapas, relativos aos registros de todos os conjuntos do Centro, podem ser consultados nos arquivos da pesquisa, no Arquivo Técnico do IPHAN-GO e no Laboratório de Arquitetura e Urbanismo da FAV/UFG. Os números das casas que aparecem nos mapas de conjunto, correspondem aos números que elas receberam no banco de dados, no decorrer da pesquisa.

METODOLOGIA E PROCESSOS DE LEITURA DA PAISAGEM DO SETOR SUL

No Setor Sul, o traçado assumiu importância como estrutura dominante da paisagem urbana do local, por sua forma orgânica e peculiar, favorecedora de uma ambiência doméstica específica. De maneira diversa do que ocorreu na análise da paisagem do Centro, no Setor Sul não houve a identificação de conjuntos de edifícios. Isto se deve tanto à morfologia do bairro (disposição e dimensão dos lotes e das quadras, que são maiores e com formatos mais variados do que as do Setor Central), como ao fato de grande parte do bairro ter sido proposta e ainda manter o uso residencial. A pouca permeabilidade visual dos edifícios a partir da via pública também contribuiu para a impossibilidade de aplicação da mesma metodologia adotada no Setor Central. Com isso, a leitura da paisagem nesse bairro buscou localizar as residências de interesse da pesquisa relacionando-as com o traçado, assim como registrar as transformações sofridas no bairro, tais como as alterações de tipologia de usos das edificações, alterações nas vias ou as ocupações das áreas verdes livres inicialmente previstas para o bairro, o que possibilitou alterar a ambiência originalmente almejada no projeto urbano proposto.

A leitura da paisagem do Setor Sul revelou, desde o início das análises, a força do traçado urbano para a imaginabilidade e identidade do bairro, sendo único na cidade. Dessa forma,

partindo do entendimento de que no Setor Sul o traçado é o elemento estruturante da área, procedeu-se à leitura da paisagem de forma a compreender o processo de ocupação e as relações dos edifícios residenciais com o desenho do bairro. Assim, as residências registradas como de interesse por esta pesquisa foram analisadas por seu valor na condição de bem isolado – artefato arquitetônico – e também como parte do grande conjunto "Setor Sul". Buscaram-se não só a identificação e o registro das residências de interesse, como também o desenvolvimento de uma metodologia de leitura da paisagem na qual esses bens se inserem dentro da dinâmica do bairro, considerando o projeto inicial proposto e o que foi realizado.

O Setor Sul, conforme abordado no capítulo "Núcleo inicial de Goiânia: as casas na cidade - Setor Sul", tem, entre suas inovações de traçado, uma proposta baseada na setorização dos acessos, criando áreas verdes coletivas para o acesso de pedestres e vias de veículos para os serviços. Tal setorização de fluxos é presente no Setor Central – projeto de Attilio Corrêa Lima – para algumas das quadras lindeiras à Avenida Goiás que apresentam vielas para acesso de serviços em seu interior, sendo inexistentes nas áreas residenciais do bairro. Essa nova forma de morar que o Setor Sul propõe não foi, a princípio, apresentada à população que, na época da implantação do bairro, não assimilou o que era proposto, uma vez que divergia de seu modo costumeiro de habitar, gerando assim um descompasso entre o plano proposto e a forma de implantação dos edifícios no lote. O que propunha o plano urbano do Setor Sul era que as áreas verdes fossem o lugar do acesso principal aos edifícios, tornando as áreas livres extensões das casas e espaço de lazer e convivência. Entretanto, na sua maioria, as habitações seguiram a forma tradicional de relação com o lote, familiar à população que se instalava no bairro, transformando em "fundo" as porções com acesso às áreas verdes coletivas e em "frente" o que deveria ser destinado à garagem e entrada de serviços (CAIXETA, 1986).

Em um primeiro momento, a exemplo da metodologia aplicada no Setor Central, foi feito o mapeamento das áreas de maior concentração dos bens de interesse, quanto a sua proximidade geográfica para organizar os percursos (Mapa 11).

Buscou-se ter um maior entendimento do plano de Armando de Godoy para o bairro, no sentido de identificar os principais elementos do seu traçado urbano. Foram então destacados os seguintes princípios norteadores do projeto a serem considerados durante a leitura (ALVARES, 1942):

- Caráter residencial predominante;
- Criação de unidades de vizinhança e utilização do sistema *cul-de-sac* – morfologia com potencial para favorecer o convívio social;
- Separação das vias de tráfego das de pedestres, acesso e trânsito de pedestres junto aos jardins públicos – hierarquia de vias;
- Casas isoladas do tráfego e do barulho e com ventilação natural favorecida pelas áreas livres;

- Cuidados na implantação de modo a favorecer o bem-estar dos habitantes, priorizando a convivência e o conforto ambiental com a presença das áreas verdes;

- Vegetação abundante – em vias públicas, e presença de arborização urbana nas praças e jardins.

A análise da paisagem do Setor Sul buscou identificar, no contexto atual, a presença e significado dos elementos que nortearam o plano do bairro, assim como a relação destes com as residências de interesse para a pesquisa.

As caminhadas em campo foram realizadas por regiões (ver Mapa 1, Primeira Parte) e, a exemplo do que foi aplicado no Setor Central, as equipes tiveram como referência a "Ficha Orientadora de Pesquisa de Campo", com alguns pontos em comum em relação à mesma ficha elaborada para o Centro, porém com especificidades relativas ao bairro de análise[14] (Apêndice D). Durante as caminhadas e, posteriormente, durante as análises, foi necessário recorrer frequentemente aos registros históricos (fotografias, aerofotos, plantas e relatos) para uma melhor compreensão das transformações observadas.

Em relação ao registro fotográfico, a equipe documentou os vazios urbanos, os indicadores de transformação,[15] as faces das ruas,[16] as áreas verdes, as mudanças de uso das residências e das áreas públicas, a presença de marcos, as alterações de traçado, assim como fatos que retratassem o dia a dia do bairro. Posteriormente esse arquivo fotográfico foi transformado em quadros, que contribuíram para as análises e a montagem dos mapas temáticos da região.

Com base nas observações em campo, elaborou-se ainda uma planilha de alteração de usos posteriormente transformada em mapa, identificando as residências que passaram por alterações e mudanças de uso. Foram também observadas alterações nas áreas verdes e nas vias, que posteriormente serviram de base para o mapa temático "Alterações de usos e vias", que pontuou essas transformações e que será apresentado mais adiante nas análises do bairro.

Assim como no Setor Central, foram adotados alguns critérios básicos de valoração dos bens e também da paisagem local. Essa valoração levou em consideração a representatividade dos bens, a relação destes com o traçado, os usos que apresentam, o potencial de risco, o estado de preservação e o estado de conservação, estes dois últimos inseridos na ficha M3.01 do SICG/IPHAN. De acordo com as características acima descritas, os bens receberam uma valoração de 1 a 10, e a área onde esses se inserem, conceitos A, B ou C.

Já as áreas verdes iniciais do bairro foram analisadas quanto à conservação de seus espaços. Informações coletadas durante as caminhadas tornaram possível o mapeamento dessas áreas e a classificação delas segundo os conceitos: muito bom, bom, precário e degradado. Na sequência são apresentados alguns dos resultados das análises dos bairros, iniciando-se pelo Setor Central e, posteriormente, abordando o Setor Sul.

▸ Mapa 11

Localização de bens de interesse: Setor Sul, 2017 Autoria: Guilherme Andrade, Danielle Radis e Julia Monteiro. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

14.

A ficha orientadora da pesquisa de campo utilizada para o Setor Sul difere em alguns pontos daquela utilizada para o Centro, uma vez que, ao percorrerem as ruas do bairro, os pesquisadores deveriam estar mais atentos ao traçado e suas peculiaridades e à relação dos bens com esse traçado. No Setor Central, o foco estava no conjunto de bens e na caracterização de sua ambiência.

15.

Definidos anteriormente.

16.

Entende-se aqui como "faces da rua" a linha contínua de fachadas frontais dos lotes – de um limite (rua transversal) a outro – onde se localiza o conjunto a ser registrado, sendo esse registro feito nas duas laterais da rua no trecho em questão.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE BENS DE INTERESSE - SETOR SUL

Setor Aeroporto

Setor Central

Setor Oeste

Setor Sul

N

Nº de Bens Identificados por Setor

Total: 339



Residências Inventáriadas

0 112,5 225 450 m

MAPA DE IDENTIFICAÇÃO DE CONJUNTOS E BENS ISOLADOS - SETOR CENTRAL

CONJUNTO	LOGRADOURO	VALOR
1	RUA 05	B
2	RUA 05	C
3	RUA 05	B
4	RUA 05	B
5	RUA 10	B
6	RUA 18	B
7	RUA 19	A
8	RUA 20	B
9	RUA 20 A	B
10	RUA 23	C
11	RUA 24	A
12	RUA 24	B
13	RUA 24	B
14	RUA GERCINA BORGES FERREIRA	B
15	RUA 29	A
16	RUA 55	B
17	RUA 55	B
18	RUA 56	B
19	RUA 71	B
20	RUA 72	B
21	RUA 73	A
22	RUA 75	B
23	RUA 77	B
24	ALAMEDA BURITIS	B
25	AVENIDA ARAGUAIA	C

N

Formação de Conjunto

Bens Isolados

Conjuntos

Valoração dos Bens Inventáriados

C 0 - 4,9

B 6 - 4,9

A 7 - 10

0 175 350 m 700

SETOR CENTRAL

PAISAGEM NARRADA

As caminhadas de estudo e reconhecimento pelas ruas do Setor Central, que resultaram em informações coletadas e compiladas em forma de relatórios, planilhas, quadros e mapas de estudo, tornaram possível que fosse traçado um panorama das residências de interesse e dos conjuntos identificados.

Os dados coletados foram catalogados no banco de dados da pesquisa e georreferenciados no território, possibilitando a elaboração de mapas temáticos e um rico acervo fotográfico. Durante a pesquisa, a sistematização do que foi percebido em campo resultou na elaboração de 22 mapas temáticos representativos dos 25 conjuntos identificados.

O Mapa de Identificação de Conjuntos e Bens Isolados (Mapa 12) demonstra que os conjuntos identificados se localizam majoritariamente na região denominada Bairro Popular entre as avenidas Paranaíba e Independência, a leste da Avenida Goiás e dentro da região formada pelas avenidas Universitária e Araguaia e a Rua 3.

As residências de interesse localizadas no Setor Central de Goiânia – 212 unidades identificadas –, conjugadas ao seu traçado urbano e morfologia que caracterizam as áreas residenciais iniciais, conferem ao local um papel importante como documento da história de implantação e formação da cidade, reforçando sua identidade. No entanto, atualmente, a percepção desses bens na paisagem urbana e o reconhecimento de sua força como conjunto são dificultados pelas transformações ocorridas ou em curso, conforme busca demonstrar a caracterização das ambiências de cada conjunto, entre doméstica, de transição e variada.

O plano de Corrêa Lima apresenta um zoneamento que setorizava áreas de comércio e áreas residenciais, definindo assim uma morfologia específica para cada uma delas. Esse zoneamento inicial vem fragmentando-se paulatinamente, e o bairro apresenta atualmente usos bastante mesclados e um tecido urbano em mutação. A perda do parcelamento inicial dos lotes, em razão da implantação de grandes equipamentos urbanos ou da criação de vazios para estacionamentos, e também a verticalização crescente causam prejuízos significativos à ambiência e sobrevida das residências remanescentes.

Apesar de o Setor Central apresentar o traçado original relativamente preservado e tombado pelo IPHAN, há alterações de funções que causam prejuízo à escala e volumetria das residências, resultando na sua descaracterização. Há também fachadas encobertas por letreiros ou muros, uma expressiva redução da vegetação (urbana e de jardins) e o aumento da demanda de estacionamento para veículos que estimula a criação de estacionamentos nos recuos dos lotes, o que, dentre outros fatores, impacta na ambiência e imaginabilidade das áreas residenciais do bairro (Figuras 139 a 141).

◂ Mapa 12

Identificação de conjuntos e bens isolados: Setor Central, 2017. Autoria: Guilherme Andrade, Danielle Radis e Julia Monteiro. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▸ Figura. 139

Conjunto localizado na Alameda dos Buritis e verticalização eminente: Setor Central.
Autora: Danielle Radis Alves, 2017.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 140

Edifícios na Rua 29, Setor Central.
Autora: Danielle Radis Alves, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 141

Bem de interesse localizado na Rua 23 e verticalização eminente: Setor Central.
Autora: Danielle Radis Alves, 2017.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 142
Vista aérea, Avenida Tocantins, Setor Central de Goiânia, 2017. Autor: Renato Vital. Fonte: Acervo pessoal desse autor.

O plano de Corrêa Lima apresenta um zoneamento que setorizava áreas de comércio e áreas residenciais, definindo assim uma morfologia específica para cada uma delas. Esse zoneamento vem sendo pulverizado paulatinamente. O bairro apresenta atualmente usos bastante mesclados e um tecido urbano em constante transformação. A verticalização do Centro de Goiânia, que é um dos fatores que causa grande impacto na ambiência das antigas áreas residenciais do Setor Central, não ocorre apenas nas avenidas mais largas, mas também em locais de ambiência originalmente doméstica e com caixas de rua estreitas, que passam a abrigar edifícios com até quatorze pavimentos (Figura 142).

A redução da massa de vegetação, tanto das árvores nas ruas quanto de jardins nos recuos frontais e nos quintais das casas, é outro fator observado na alteração da paisagem urbana do centro da cidade. Na maioria dos casos, as árvores foram sendo paulatinamente retiradas sem que houvesse a substituição delas. Já alguns jardins frontais cederam lugar aos estacionamentos, aos pisos cimentados ou pavimentados com revestimento cerâmico. O plano original de Attilio previa arborização nas vias públicas, ajardinamento para as principais avenidas e uma área gramada nos passeios das principais avenidas e nas áreas residenciais. Atualmente, comparada à intenção do plano, a massa de vegetação existente é significativamente mais escassa[17] (Figuras 143 a 148).

Durante o trabalho em campo, foi possível observar grandes modificações em relação à ocupação de recuos e à perda da área de

17.

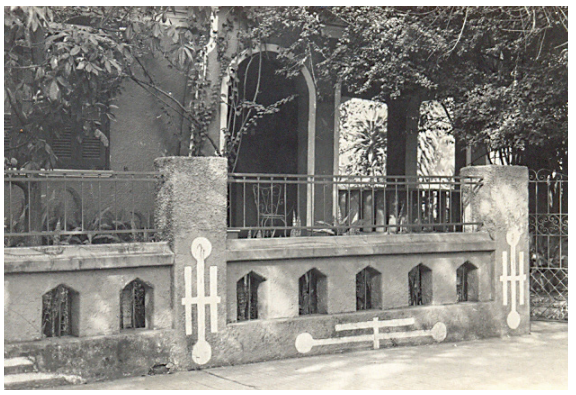
Alvares (1942, p. 118) apresenta, em seu livro *A luta na epopéia de Goiânia: uma obra da engenharia nacional*, um relatório do andamento dos serviços de urbanização, datado de 1937. Nesse documento está registrado: "[...] existem plantadas e vivas mais de 700 árvores nas ruas. Estimando o número de árvores necessárias para acabar a arborização do 'Setor Central' e 'Norte' em mais ou menos 2.300 [...]. Tomamos como base para a estimativa uma árvore para cada lote".



▲ Figura. 143

Paisagem com vegetação reduzida em trecho da Rua 60, Setor Central. Autoria: Equipe de pesquisa, 2016. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.











▲ Figura.144

Paisagem com pouca vegetação em trecho da Rua 60: Setor Central. Autoria: Equipe de pesquisa, 2016. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

▲ Figura. 145

Residência localizada na Rua 5, com afastamento frontal sem o jardim original: Setor Central. Autora: Danielle Radis Alves, 2016. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

▲ Figura. 146

Residência na Rua 72 com jardim e arborização de rua, Setor Central. Autoria e data desconhecidas. Fonte: Núcleo de Documentação e Divulgação da EAA PUC-GO_pasta 492.



▲ Figura. 147

Residência na Rua 3 com jardim frontal, Setor Central. Autoria e data desconhecidas. Fonte: Núcleo de Documentação e Divulgação da EAA PUC-GO_pasta 490.

▲ Figura. 148

Estacionamento na Rua 29, Setor Central Autoria: Equipe de pesquisa, 2016. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

▲ Figura. 149

Estacionamento ocupando lote onde havia uma residência inicial: Rua 29, Setor Central. Autoria: Equipe de pesquisa. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.









permeabilidade dos lotes, muitas vezes não atendendo aos 15% mínimos exigidos pela legislação vigente na data desta pesquisa. O primeiro código de obras de Goiânia, datado de 23 de julho de 1937, determinava ocupação de 60% do lote para edifícios comerciais, sendo que, nas zonas residenciais, o edifício e suas dependências não deveriam exceder 35% de ocupação (ALVARES, 1942). Os proprietários dos imóveis residenciais localizados na região central têm ocupado os recuos laterais e de fundo para a ampliação de seus imóveis, seja no intuito de criar quartos de aluguel (bastante frequentes na região denominada Bairro Popular, especialmente próximo ao Instituto Federal Goiano – IFG –, ou ao comércio da Rua 44), seja para criação de garagens ou ampliação das casas. Já os recuos frontais vêm sendo pavimentados ou ocupados com garagens e estacionamento de veículos. Constatou-se a presença de muitos terrenos onde as antigas casas foram demolidas para dar, provisoriamente, lugar a estacionamentos (Figuras 148 e 149).

Ao longo dos anos, a forma de implantação dos edifícios nos lotes e quadras do Setor Central vem sofrendo alterações que impactam na morfologia da área de uma maneira geral. Para as áreas residenciais, o planejamento inicial do bairro previa recuos frontais de cinco metros e exigia que 25% da profundidade do lote permanecessem livres de ocupação. A legislação vigente na data atual, no entanto, elimina os recuos laterais e de fundos, desde que a edificação não ultrapasse seis metros de altura e mantenha o recuo frontal de cinco metros para edifícios residenciais.

Nota-se ainda uma redução da permeabilidade visual a partir da via pública, nas residências de interesse da pesquisa. Essa redução, concretizada pela construção de muros altos e grades de malha fechada, tem como principais causas a preocupação com a segurança e o desejo de obter maior privacidade. As edificações residenciais, à medida que se transformam em estabelecimentos comerciais, sofrem alterações substanciais com perda de esquadrias (vãos são fechados ou o tipo de fechamento alterado em função dos novos usos), inserção de novos materiais de revestimento, colocação de placas e letreiros e remoção de adornos. Outras alterações também interferem na volumetria inicial, com a ocupação do recuo frontal para aumento de área e/ou para estacionamento de veículos a partir da rua ou a alteração das coberturas. Considerando o grau de representatividade dos edifícios, as possibilidades de alterações poderiam ser graduadas de modo a minimizar intervenções que descaracterizassem os conjuntos nos aspectos que os individualizam (Figuras 150 a 153).

Quanto aos espaços públicos de convivência no Centro, como as praças, os parques e os equipamentos urbanos, as calçadas e o pavimento das vias, estes carecem de uma maior política de manutenção e de investimentos específicos. Percebe-se um esforço recente para requalificar

◂ Figura.150

Residência transformada em restaurante com ocupação do recuo frontal: Rua 20, Setor Central.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

◂ Figura.151

Residência com ocupação do recuo frontal e pouca permeabilidade: Setor Central.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

▴ Figura. 152

Residência com ocupação do recuo frontal e ausência de jardim ou arborização de calçada: Setor Central.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG - IPHAN/GO.

▴ Figura. 153

Residências com recuos impermeabilizados e/ou ocupados: Setor Central
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



Figura. 154

Praça Dr. João Saldoino abriga uma feira semanal de hortifrutigranjeiros, Setor Central. Autora: Danielle Radis Alves, 2017. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



Figura. 155

Ambiência: praça da Rua 75, Setor Central. Autoria: Equipe de pesquisa, 2016. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



Figura. 156

Calçada da Rua 74, Setor Central. Foto: Equipe de pesquisa, 2016. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



Figura. 157

Rua 75, Setor Central, em um domingo de manhã. Foto: Equipe de pesquisa, 2016. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



Figura. 158

Rua 70, Setor Central, em um domingo de manhã. Foto: Equipe de pesquisa, 2016. Fonte: LAU/FAV/UFG, IPHAN/GO.

as áreas do centro, por meio de obras como a de requalificação da Praça Cívica e a de criação da Vila Cultural no Teatro Goiânia. Entretanto, apesar de se configurarem como intervenções válidas, ainda são pontuais e mais ligadas aos espaços representativos da cidade. Tais intervenções deveriam ser conjugadas a um plano mais amplo e sistêmico que visasse requalificar o bairro como um todo e integrado aos demais bairros da cidade, estabelecendo a vocação da área dentro de um plano de gestão ampliado da cidade (Figuras 154 e 155).

Outra questão observada refere-se ao esvaziamento do Centro em finais de semana e determinados horários do dia, em virtude das condições existentes no local. O Setor Central apresenta um grande movimento de pessoas e carros nos dias úteis da semana e durante o horário comercial, porém, à noite e nos finais de semana, as ruas ficam comparativamente mais vazias de veículos e são poucos os transeuntes a caminhar por elas. Apesar da presença do uso residencial no bairro, a pouca qualidade oferecida pelos locais de convivência e o sentimento de insegurança impedem opções significativas de convívio aos moradores que nele ainda residem (Figuras 156 a 158).

Ainda que o volume de estabelecimentos comerciais, institucionais e de serviços ter se ampliado no Setor Central, o aumento dos *shopping centers* e de outras centralidades na cidade fizeram que, de um modo geral, o comércio no Centro seja mais direcionado ao comércio popular e a setores de comércio específicos.[18] Também merece nota a quantidade de edificações residenciais nessa região que abrigam instituições religiosas e de saúde, tais como clínicas para exames e consultórios (Mapa 13).

Dessa forma, conforme o que foi observado em campo para a leitura dos conjuntos de residências de interesse, conclui-se que a atual condição do Setor Central e a ausência atual de mecanismos de proteção ou de incentivos específicos para a permanência das residências iniciais no bairro favorecem que os edifícios remanescentes estejam suscetíveis a pressões que resultam em descaracterizações ou descarte.

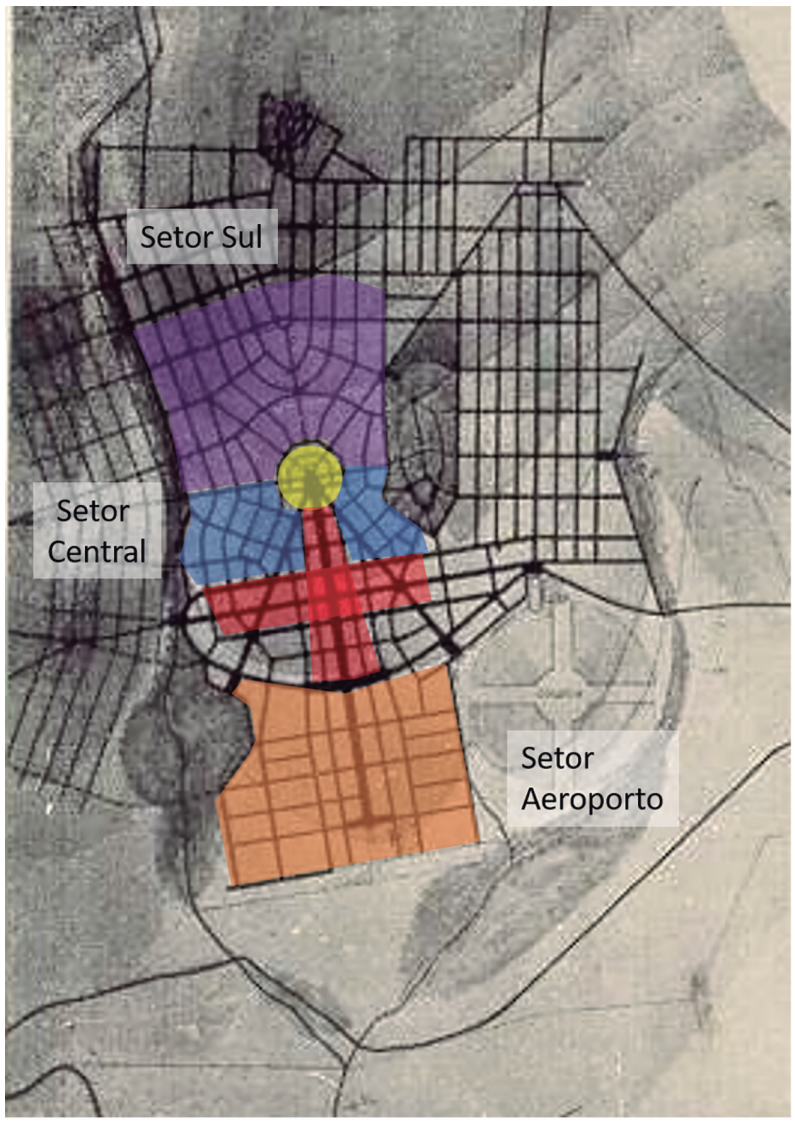
18. Este é o caso da Rua 68, que atualmente possui um grande número de estabelecimentos voltados para o ramo de salões de beleza.

MAPA DE REFERÊNCIAS TERRITÓRIAIS

0 200 400 800 m

N

Edifícios Institucionais | Mercado Popular | Centro Cultural | Centro de Saúde | Clube de Recreação | Serviço Público de Segurança | Instituições de Ensino Superior | Centro de Esportes | Museu | Igreja | Rodoviária | Escolas



AMBIÊNCIA E A FORMAÇÃO DOS CONJUNTOS

As análises realizadas no Setor Central conduziram, naturalmente, à identificação de vários agrupamentos de casas localizadas em áreas delimitadas para uso exclusivamente residencial, já no plano inicial da cidade (Mapa 14). A pesquisa assinala como região de maior concentração de bens de interesse do Setor Central a área do denominado Bairro Popular, na porção a leste da Avenida Goiás, entre as avenidas Independência e Paranaíba. Outra área de concentração de bens no Setor Central está compreendida entre a Avenida Paranaíba e a Rua 5.

Com o surgimento de outras centralidades, em meados dos anos 1960 e início de 1970, a população de renda mais alta passa a deslocar-se do centro da cidade. Com essa mudança, as residências localizadas nas avenidas Araguaia, Paranaíba e Tocantins, a princípio, foram sofrendo mudança de uso. No entanto, muitas residências do Bairro Popular permanecem com o uso como moradia até a presente data.

◂ Mapa 13

Referências territoriais, 2017. Autoria: Guilherme Andrade, Danielle Radis e Julia Monteiro. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

▴ Mapa 14

Representação da setorização proposta por Attilio Corrêa Lima para o Plano de Goiânia, 1933-1935. Fonte: Gerência de Documentação, Cartografia e Topografia da SEPLANH_005b. Intervenção na imagem: Julia Macedo Monteiro, 2016.

ALAMEDA DOS BURITIS CONJUNTO 24



▲ CASA 73 - Qd. 47 Lt. 18/23/03



▲ CASA 74 - Qd. 47 Lt. 15

A Alameda dos Buritis é uma via arterial de fluxo intenso que faz ligação com importantes vias da capital. É lindeira ao bosque de mesmo nome (Figura 9) e tem grande importância histórica. Por sua localização, apresenta relativa valorização e intensa especulação imobiliária, fatores responsáveis pelas grandes transformações sofridas pelo local ao longo dos anos.

Atualmente a via mantém poucas residências unifamiliares, cujo uso vem sendo alterado para comércio e prestação de serviços, e a região passa por uma crescente verticalização. A arborização da via está mais bem preservada na lateral limítrofe ao bosque. Com toda a transformação sofrida, foi possível identificar um conjunto de quatro bens, com ambiência classificada como variada, limitado por dois edifícios residenciais de alto gabarito que, nesse contexto, configuram-se como barreiras.

O conjunto é formado por quatro edificações de tipologia eclético-sintética, sendo que apenas uma delas mantém seu uso residencial e encontra-se bastante preservada (Casa 73).

As demais casas sofreram mudanças de uso. Duas delas, hoje um restaurante (Casa 74) e uma loja comercial (Casa 256), apesar de manterem relação direta com a rua, encontram-se bastante alteradas. Já a terceira casa (Casa 75), também restaurante, guarda notável estado de conservação e preservação.

Apesar das descaracterizações e da verticalização aí presentes, é um conjunto expressivo pela representatividade dos bens de tipologias homogêneas quanto às linguagens arquitetônicas. Os bens formadores do conjunto são passíveis de recuperação – do ponto de vista de suas relações com a rua (fechamento e jardins frontais) –, uma vez que os recuos permanecem respeitados, possibilitando uma eventual reversibilidade de danos.

Conjunto	Valoração	Ambiência
24	B	Variada



▲ CASA 75 - Qd. 47 Lt. 12



▲ CASA 256 - Qd. 47 Lt. 10

▼ Mapa 15

Mapa do Conjunto 24, localizado na Alameda dos Buritis: Setor Central.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

MARCOS

▼ Bosque dos Buritis

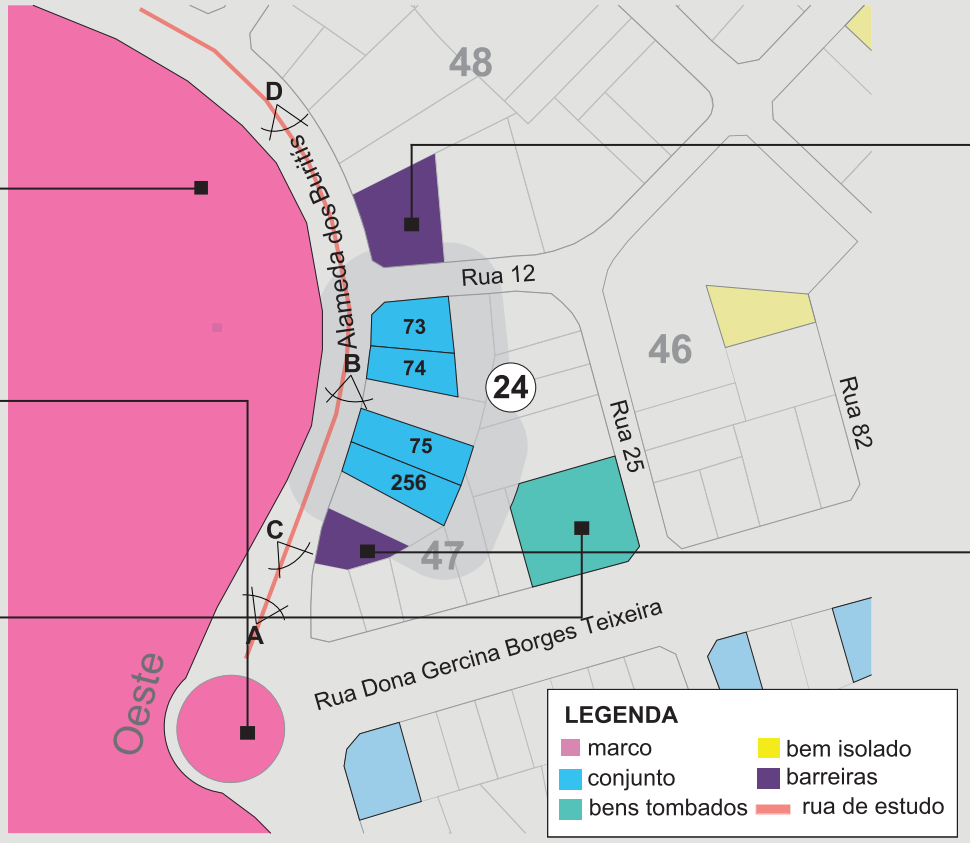




▲ Rotatória Alameda dos Buritis



▲ Bem tombado: Museu Pedro Ludovico



BARREIRAS



▲ Qd. 48 Lt. 20 32/03



▲ Qd. 47 Lt. 06

AMBIÊNCIA









CONJUNTOS DO CENTRO			
CONJUNTO	**TIPOLOGIA DA AMBIÊNCIA**	**VALORAÇÃO**	**LOCALIZAÇÃO**
1 e 2	Transição	B e C	Rua 05
3 e 4	Variada	B e B	Rua 05
5	Variada	B	Rua 10
6	Variada	B	Rua 18
7	Doméstica	A	Rua 19
8	Transição	B	Rua 20
9	Transição	B	Rua 20-A
10	Variada	C	Rua 23
11	Doméstica	A	Rua 24
12	Transição	B	Rua 24
13	Transição	B	Rua 24
14	Variada	B	Rua Gercina Borges
15	Doméstica	A	Rua 29
16	Transição	B	Rua 55
17	Transição	B	Rua 55
18	Variada	B	Rua 56
19	Doméstica	B	Rua 71
20	Transição	B	Rua 72
21	Doméstica	A	Rua 73
22	Doméstica	B	Rua 75
23	Transição	B	Rua 77
24	Variada	B	Al. Buritis
25	Variada	C	Av. Araguaia

Total por ambiências
Doméstica 06 unidades 24%
Transição 10 unidades 40%
Variada 09 unidades 36%

▲ Quadro 6

Classificação dos conjuntos de residências por ambiência: Setor Central. Autoria: Equipe de pesquisa. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

▶Mapa 16

Mapa de ambiências – Setor Central, 2017. Autoria: Guilherme Andrade, Danielle Radis e Julia Monteiro. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

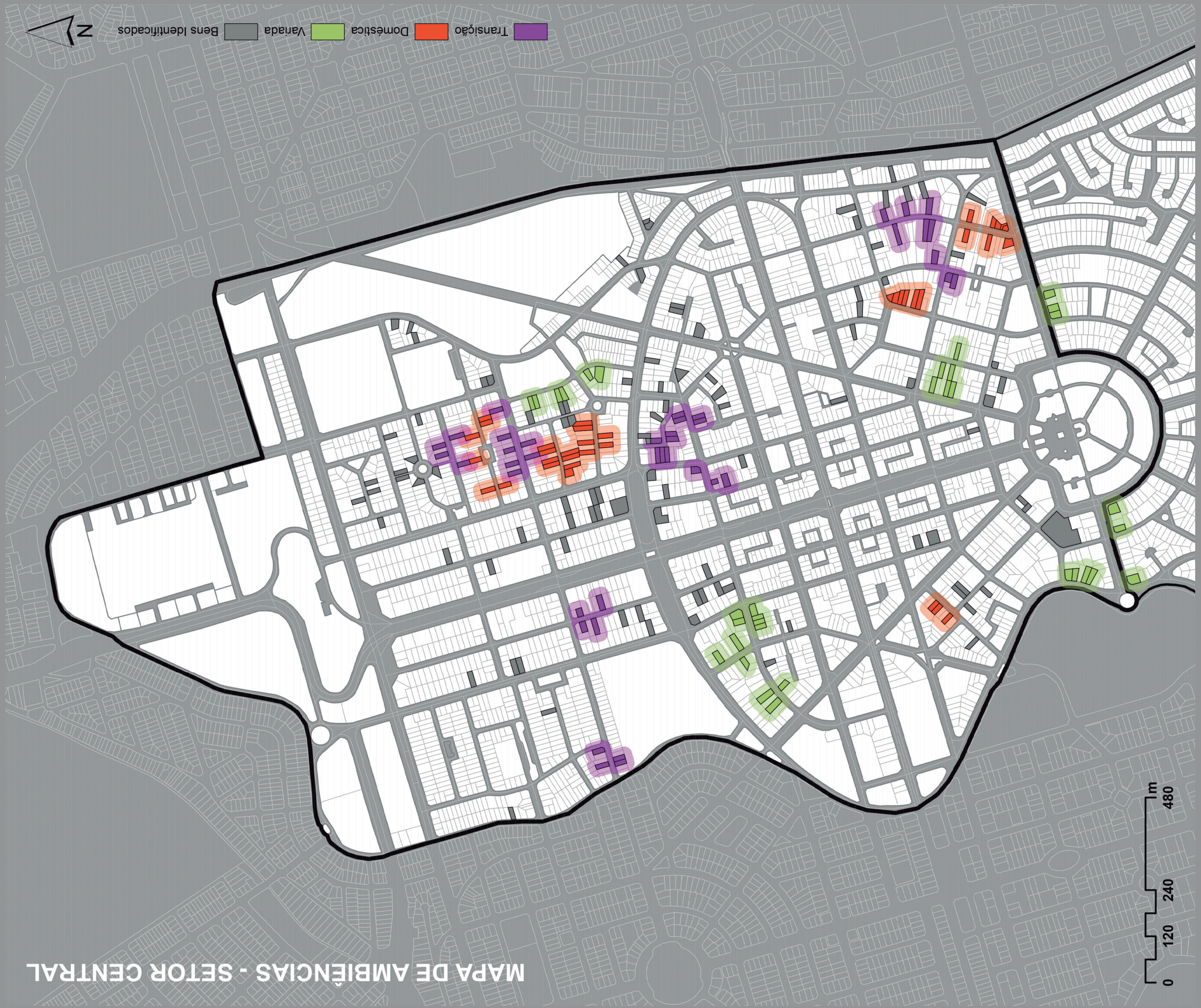
No Setor Central as residências formadoras de conjuntos apresentam majoritariamente estado de preservação pouco alterado (ver Mapa de Preservação do Centro, Primeira Parte). As alterações observadas, e que não foram consideradas como descaracterização, referem-se à ocupação de recuos com pequenas ampliações nos fundos do imóvel, que não comprometeram a integridade geral do bem. A perda da permeabilidade visual a partir da via pública e a presença de "barreiras" entre os edifícios foram fatores que contribuíram para a baixa pontuação dos conjuntos. A presença de barreiras impediu que algumas das edificações fizessem parte dos conjuntos próximos.

A pesquisa revelou 25% conjuntos constituídos por residências de linguagens e estado de conservação e de preservação variados, localizados em ruas de ambiências também diversas, sendo a ambiência variada[19] a mais representativa no universo estudado na região central, com 40% dos conjuntos. O conjunto localizado na Alamedas dos Buritis é o único que possui todos os bens de interesse pertencentes a uma mesma linguagem – eclético-sintética. Os demais, a exemplo do conjunto da Rua 56, apresentam no mínimo uma residência de linguagem diversa da maioria (Mapa 15).

Em seguida, a ambiência de transição, definida como aquela que apresenta contextos urbanos em transformação, representa 36% dos conjuntos estudados. Por último, a ambiência doméstica, cuja ambiência remete à fase inicial de implantação de Goiânia, mantendo elementos da atmosfera doméstica daquele período, representa 24% do total das ambiências estudadas (Mapa 16 e Quadro 6).

19. Ver mais especificamente sobre conceituação das três ambiências – doméstica, variada e de transição – no texto de explicação da metodologia.

MAPA DE AMBIÊNCIAS - SETOR CENTRAL



RUA 73 – CONJUNTO 21

A Rua 73, localizada entre a Rua 68 e a Rua 60, possui caixa de rua estreita e pouco movimento de veículos. Há, ainda, baixo movimento de pedestres que, somado à arborização e vegetação (jardins frontais) escassas, confere à via aspecto de descuido e aridez.

O gabarito é predominantemente térreo, definindo uma escala uniforme ao longo de quase toda a rua. Possui apenas quatro edificações com dois pavimentos, sendo três delas localizadas junto à esquina com a Rua 68.

O recorte espacial possui uso predominantemente residencial, apresentando, no entanto, algumas edificações com uso comercial na esquina com a Rua 68 e na esquina com a Rua 60.

Das residências localizadas na rua, nove são bens do inventário e formam conjunto expressivo por sua quantidade e ambiência. Esse grupo apresenta heterogeneidade quanto às linguagens arquitetônicas e é composto por três residências classificadas como casas-tipo (Casas 94 e 120), uma casa eclética (Casa 115) e as demais como modernistas de transição (Casas 116, 117, 119, 123 e 159).

O estado de conservação dessas casas pode ser classificado como "precário" e o de preservação, de modo geral, como "pouco alterado", uma vez que as nove residências citadas apresentam suas principais características arquitetônicas originais.

As descaracterizações observadas no conjunto dizem respeito: à alteração de permeabilidade visual por meio de construção de muros altos (Casas 120 e 123); à substituição dos jardins frontais por revestimentos impermeáveis na maioria das residências; à construção de quartos de aluguéis, geralmente nos fundos do lote, que, no caso da Rua 73, não são visíveis ao nível da rua. Duas casas da rua foram totalmente descaracterizadas para construção desses quartos.

Observou-se nessa rua um índice alto de reversibilidade de danos tanto do ponto de vista da ambiência quanto dos bens propriamente ditos. A recuperação das edificações (conservação), a reforma do calçamento, dos jardins frontais e das fachadas das casas da rua como um todo poderiam ser ações a ressaltar a singularidade do conjunto e sua ambiência residencial, fortalecendo a importância da preservação desse centro pioneiro.

Conjunto	Valoração	Ambiência
21	A	Doméstica

CASA 120 - Qd. 108, Lt. 09



CASA 117 - Qd. 107, Lt. 2A



CASA 159 - Qd.108, Lt. 11



CASA 116 - Qd.107, Lt. 04



CASA 119 - Qd.108, Lt. 15



CASA 115 - Qd.107, Lt. 06



CASA 123 - Qd.108, Lt. 17



CASA 94 - Qd.107, Lt. 10



MARCOS



QD. 108, Lt. 19
Bem de interesse identificado durante a pesquisa e demolido para dar lugar à nova edificação, localizada no centro da imagem



▸ Mapa 17

Mapa temático do Conjunto 21, localizado na Rua 73, Setor Central: ambiência doméstica.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2018.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

AMBIÊNCIA


A


B


C



▲ Figura. 159A

Trecho da Rua 20, Setor Central.
Autor: Alois-Feichtemberher. Década de 1940.
Fonte: SEPLANH_0103.

A ambiência doméstica, apesar de ser a menos recorrente no Setor Central, é aqui entendida como a mais positiva para a preservação do patrimônio residencial no bairro, por fortalecer a paisagem e o conjunto como patrimônio. Ela representa os aspectos materiais e, em alguns casos, os aspectos subjetivos e sensoriais, que remetem à época de implantação e ocupação da região. Essa ambiência reforça a importância do bem, na condição de suporte da memória, e confere identidade ao contexto dinâmico da cidade.

O "Conjunto 21", que se localiza na Rua 73, apresenta ambiência classificada como doméstica. No local é possível encontrar casas ainda em estado de preservação pouco alterado, porém com estado de conservação precário. O uso é ainda predominantemente residencial, com permeabilidade visual das casas a partir das ruas, e recuos frontais preservados, apesar de em alguns os jardins terem sido substituídos por calçamento. Observou-se que, das nove casas que compõem o conjunto, apenas duas mantinham o jardim frontal na ocasião do registro. É possível perceber, no cotidiano da rua, uma relação de vizinhança entre os moradores. As ruas são relativamente tranquilas e com pouco tráfego de veículos. O índice de reversibilidade nessa rua foi considerado alto, levando em conta a possibilidade de melhorias pontuais, principalmente no que tange ao replantio de árvores retiradas na via pública, à melhoria no estado de conservação dos edifícios, à recuperação da permeabilidade visual (mesmo que parcial, onde estiver prejudicada), à melhoria no tratamento de passeios públicos e à possível recuperação de jardins frontais, onde eles estão comprometidos. É um conjunto notável, sobretudo pela presença de oito bens de interesse, pouco alterados, sem ainda a presença da verticalização expressiva, e pela atmosfera doméstica que se percebe no local, dada a conjunção dos fatores identificados na área (Mapa 17).

Já nos "Conjuntos 12 e 13", localizados na Rua 24 – ambiência de transição –, é possível ainda perceber claramente que a proximidade dos bens não necessariamente caracteriza a formação de conjunto, uma vez que a presença de uma barreira impede a visualização do todo e segrega bens de interesse em uma mesma quadra (Mapa 18). O recorte espacial apresenta apropriação mista de uso e variação de gabarito: comércios, edifícios de prestação de serviços, e principalmente residências. Entretanto, das seis residências pertencentes ao inventário e formadores de conjunto, apenas duas mantêm uso residencial. As demais estão desocupadas, à venda ou estão em oferta para aluguel, sugerindo que em breve poderão ser ocupadas com diferentes usos, que possivelmente descaracterizem ou alterem sua preservação, ou já tiveram seu uso modificado. A ambiência da via foi classificada como

de transição, uma vez que possui casas desocupadas e residências com usos comerciais ou de prestação de serviços, revelando uma mudança de usos na via. A vegetação é incipiente e há barreira entre as edificações. Em virtude da presença de barreira – um edifício residencial de doze pavimentos –, as seis residências de interesse foram divididas em dois conjuntos: Conjunto 12 e Conjunto 13. Nos conjuntos formados não há uma homogeneidade como linguagem arquitetônica, entretanto há uma predominância da linguagem modernista de transição. Todas as residências possuem boa permeabilidade visual.

O "Conjunto 18", localizado na Rua 56 (Mapa 19), é formado de residências consideradas representativas dentre as suas respectivas linguagens. No entanto, a presença de um equipamento de grande porte alterou a dinâmica da rua. Apesar da existência do Colégio Santo Agostinho, construído na época de implantação da cidade e ocupando toda uma quadra em frente às casas, com o novo equipamento varejista – também de grande porte – construído posteriormente na quadra ao lado, ocorre hoje a presença de caminhões e de prestadores de serviços que circulam e permanecem no local para carga e descarga, o que interfere substancialmente na ambiência da rua. Tais alterações transformam a área nos horários de funcionamento, que ainda hoje mantém o uso predominantemente residencial. Segundo relato de moradores, as mudanças ocorridas no local estão sendo mais sentidas recentemente. O estado de conservação do conjunto foi classificado como precário, o de preservação, alterado, e a presença de potenciais de risco classificada como alta, aspectos que contribuíram para a classificação como "ambiência variada".

É notório e esperado que a predominância de bens isolados se dê em locais onde a ambiência doméstica foi gravemente descaracterizada e, inversamente, a predominância de conjuntos seja maior onde essa ambiência ainda se mantém (ver Mapa de Identificação de Conjuntos e Bens Isolados, Primeira Parte). As transformações inerentes à dinâmica da cidade, sujeitas a fatores de ordem econômica, política, social e cultural, são processadas no tempo e registradas no lugar mediante novos agenciamentos, formas de fazer, de usar e de apropriar-se do espaço. Todavia, em um contexto de mudanças intensas, pelo qual a cidade de Goiânia passa e passou como parte do processo histórico de sua formação, a pesquisa vem demonstrar que o Setor Central ainda se mantém como um repositório significativo de suportes da memória e identidade da cidade (Figuras 159A e 159B).



▲ Figura. 159B

Trecho da Rua 20., Setor Central.
Autora: Danielle Radis Alves, 2017.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

RUA 24
CONJUNTOS 12 E 13

A Rua 24, no trecho aqui analisado, entre a Rua 15 e a Rua 21, apresenta caixa e fluxo médio de veículos. Em comparação a outros trechos da mesma rua, possui maior movimentação de pedestres e arborização mais escassa.

O recorte espacial apresenta apropriação mista de uso e variação de gabarito: comércios, edifícios de prestação de serviços, e principalmente residências. Entretanto, das seis edificações pertencentes ao inventário e formadores de conjunto, apenas duas (Casas 102 e 228) mantêm uso residencial. As demais estão desocupadas, à venda ou em oferta para aluguel, sugerindo que em breve poderão ser ocupadas com diferentes usos, que possivelmente descaracterizem ou alterem sua preservação, ou já tiveram seu uso modificado (Casa 78).

A ambiência da via foi classificada como variada, uma vez que seus usos estão consolidados, sua vegetação é escassa e há barreira entre as edificações.

Dada a presença de barreira – um edifício residencial de doze pavimentos (Figura 4), destaque da paisagem juntamente com outro, de dez pavimentos –, as seis residências de interesse foram divididas em dois conjuntos: Conjunto 12 e Conjunto 13.

Nos conjuntos formados não há uma homogeneidade no que diz respeito à linguagem arquitetônica, entretanto há uma predominância da linguagem modernista de transição (Casas 101, 102 e 227), mas todas possuem boa permeabilidade visual.

O Conjunto 2 apresenta uma residência modernista, a mais expressiva do conjunto (Casa 78), uma em estado de descaracterização (Casa 238), e uma terceira, modernista de transição, abandonada (Casa 101). Nenhuma se encontra conservada.

O Conjunto 13 apresenta uma residência casa-tipo (Casa 228), duas modernistas de transição, sendo uma de uso residencial e jardim frontal mantido (Casa 102) e uma atualmente abandonada (Casa 227). É um conjunto de potencialidade, por possuir em seus arredores outras residências unifamiliares.

Conjunto	Valoração	Ambiência
12	B	Transição
13	B	Transição

CONJUNTO 12

CASA 78 - Qd. 49, Lt. 29



CASA 238 - Qd. 49, Lt. 31



CASA 101 - Qd.77, Lt. 30



CONJUNTO 13

CASA 228 - Qd. 49, Lt. 43



CASA 102 - Qd. 77, Lt. 38



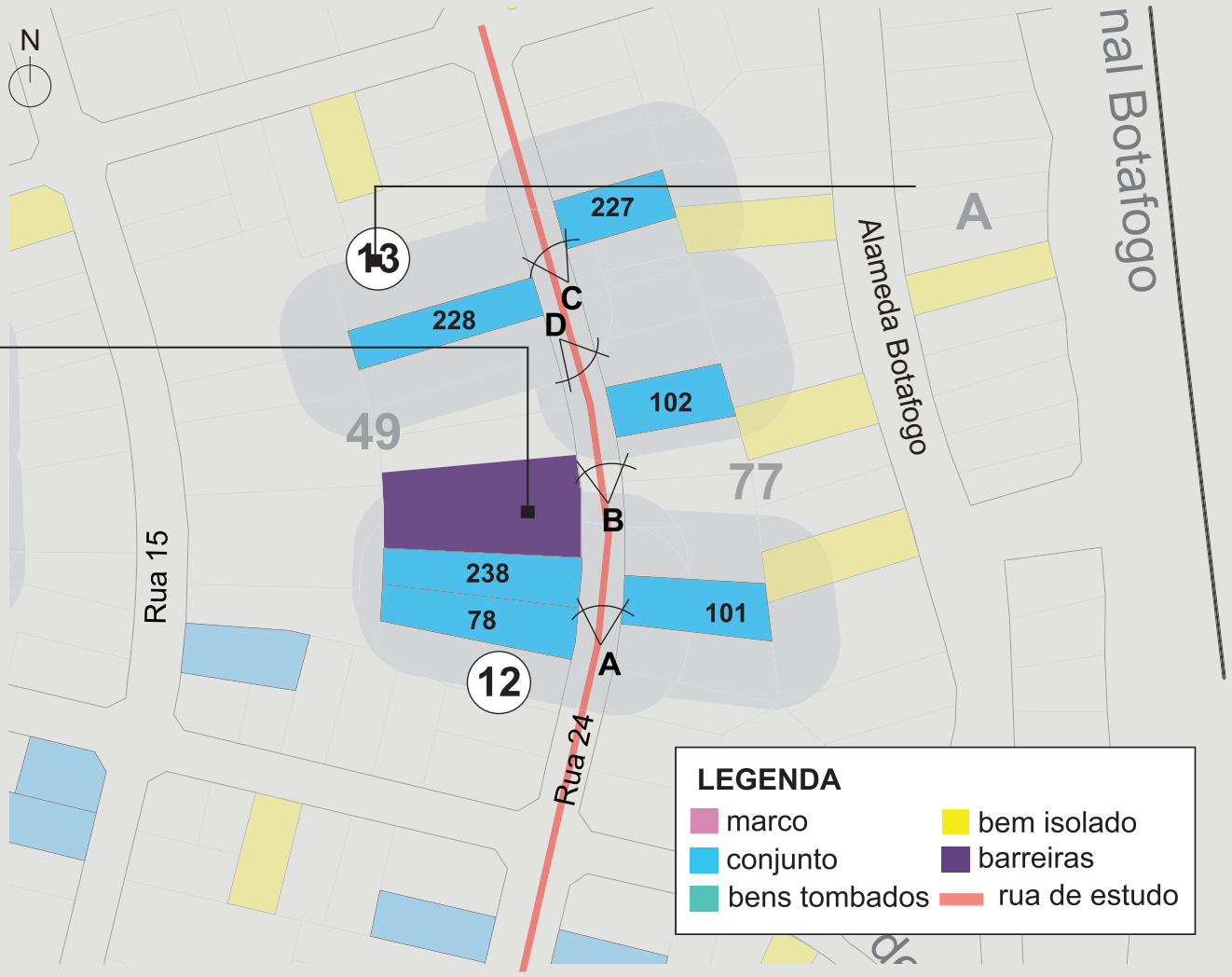
CASA 227 - Qd.77, Lt. 46



BARREIRAS



Qd. 49, Lt. 33/35



▸ Mapa 18

Mapa temático dos conjuntos 12 e 13, localizados na Rua 24, Setor Central: ambiência de transição. Autoria: Equipe de pesquisa, 2018. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

AMBIÊNCIA









RUA 56 – CONJUNTO 18

A Rua 56 tem sua ambiência classificada como variada. Apesar de suas várias residências ainda manterem seu uso doméstico, a presença do acesso de carga e descarga de um supermercado de grande porte (Supermercado Tatico) e o consequente fluxo de caminhões, prestadores de serviços e fornecedores conferem à rua um aspecto de passagem e de serviços.

O Colégio Santo Agostinho também é um grande equipamento presente no recorte espacial, porém, talvez pelo seu já prolongado tempo de existência, não acarreta impacto na ambiência da via, o que não ocorre com a presença do supermercado, que traz enorme impacto na região.

Outros indicadores de ambiência variada são: a presença de quartos de aluguel, baixa permeabilidade visual e jardins frontais praticamente inexistentes nas residências, e arborização incipiente, apesar de recente replantio.

Das casas localizadas na Rua 56 e pertencentes ao inventário, foram identificados seis bens formadores de conjunto, cinco deles de linguagem casa-tipo (Casas 138, 139, 160, 161 e 203) e um outro modernista de transição (Casa 204).

As casas são muito expressivas como representativas de sua linguagem. O índice de reversibilidade apresentado é parcial, uma vez que alguns bens evidenciam seu estado de preservação muito alterado. O estado de conservação do conjunto pode ser classificado como precário e o risco classificado como alto.

Conjunto	Valoração	Ambiência
18	B	Variada

▸ Mapa 19

Mapa temático do Conjunto 18, localizado na Rua 56, Setor Central: ambiência variada.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2018.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

▾ CASA 139 - Qd. 103, Lt. 11;13



▾ CASA 160 - Qd. 105, Lt. 29



▾ CASA 138 - Qd.103, Lt. 17



▾ CASA 161 - Qd.105, Lt. 39



▾ CASA 204 - Qd.105, Lt. 27



▾ CASA 203 - Qd.105, Lt. 41



MARCO

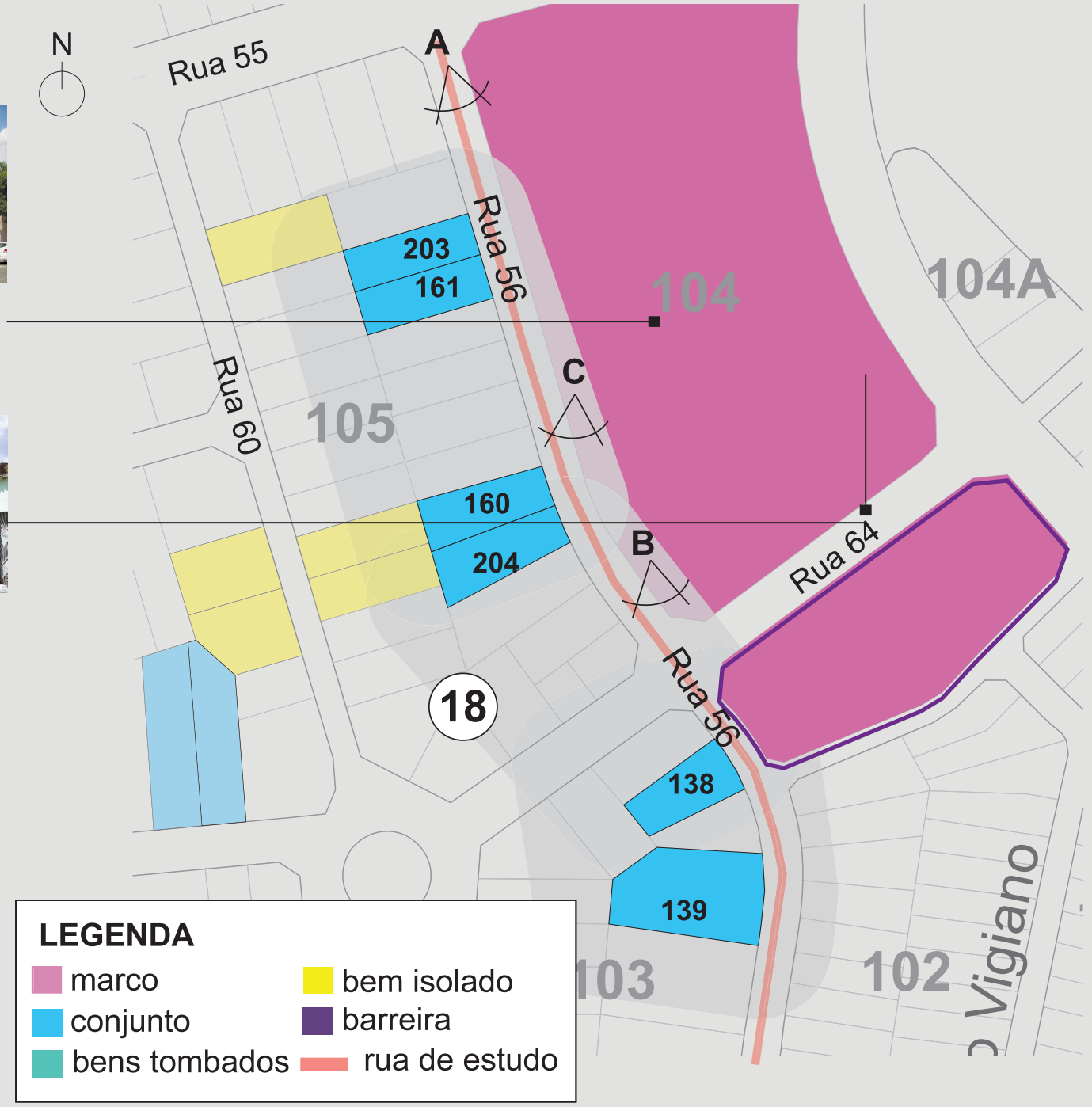


▲ Colégio Santo Agostinho

MARCO/BARREIRA



▲ Supermercado Tatico



AMBIÊNCIA



A



B



C

MAPA SEGUNDO PROJETO ORIGINAL SETOR SUL



SETOR SUL

PAISAGEM NARRADA

O conceito de cidade-jardim, idealizado inicialmente na Inglaterra por Ebenezer Howard, que tem alguns dos princípios nos modelos de bairro-jardim, se vê refletido no traçado do Setor Sul (Mapa 20). As unidades de vizinhança interligadas por jardins e praças e articuladas por um traçado sinuoso, definidos pelo plano de Godoy, caracterizam a identidade peculiar do bairro (Figuras 160A a 160G).

O projeto do Setor Sul resultou em um desenho orgânico, com vias sinuosas, contendo amplas áreas verdes, aplicadas sobre uma topografia predominantemente plana. A proposta adotada por Godoy em 1937 não é presente em outros bairros de Goiânia e essa singularidade reforça a identidade da paisagem do Setor Sul no contexto da cidade. Suas ruas foram pensadas de modo a obedecer a uma hierarquia atenta à intensidade do tráfego, buscando separar as vias de pedestres das vias de automóveis. São elementos do seu traçado original: vias arteriais, vias coletoras, vias locais e os cul-de-sac, vias de circulação de pedestres localizadas nas áreas verdes do interior das quadras, vielas de acesso a essas áreas e praças. A intenção era que as habitações deveriam ser dispostas de modo a favorecer o convívio nas praças e nas áreas verdes.

Todos esses elementos, componentes de um traçado singular, são ainda perceptivos no bairro. Também são perceptíveis as marcas deixadas pelo processo de ocupação do bairro e as suas consequências, que perduram sem solução até os dias de hoje: o isolamento das áreas verdes do interior das quadras em relação às casas e os outros espaços urbanos do bairro e os conflitos dele resultantes. Assim como as consequências das modificações estruturais promovidas com o Plano Diretor aprovado em 1992, que transformou as ruas 83, 84, 87, 90, 94 e 136 em eixos estruturais

◂ Mapa 20

Mapa de sistemas de áreas verdes, quadras e ruas, segundo projeto original do Setor Sul. Desenho: Guilherme Andrade, 2018. Fonte das Informações: SABINO JÚNIOR, 1970, apud DAHER (2003, p. 198).



▲ Figura 160A

Praça da Quadra 29, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura 160B

Praça da Rua Dona Maria Joana, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura 160C

Praça Professor Cecílio Fleury, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura 160D

Quadra esportiva do
Bosque Flamboyant, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▸ Figura. 160E

Travessa da Rua 88, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▸ Figura. 160F

Bosque dos Pássaros, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU /FAV/UFG - IPHAN/GO.

e cujo uso do solo determinou que essas vias abrigassem habitações coletivas de médio porte, serviços e comércio.

O bairro é atualmente tangenciado por uma via expressa não prevista no plano da cidade, da forma como foi executada, a Marginal Botafogo. O traçado original de Corrêa Lima propunha uma rede de parques e parkways que acompanhavam as margens dos córregos Botafogo e Capim Puba, com cinquenta metros de área preservada a partir dos seus eixos. Conforme Veloso e Zárate e Pantaleão (2014), a revisão do plano feita por Godoy manteve a ideia dos parkways, no entanto, apesar de ter sido apontada desde o início a necessidade de evitar-se a ocupação das áreas às margens dos córregos, as invasões que foram ocorrendo nesses locais desvirtuaram a proposta ainda no início da sua implantação.

A Marginal Botafogo, cuja construção data de 1991, é uma via expressa que, como tal, possui intenso fluxo de veículos e interseções de nível em nível. Para sua implantação foram feitas algumas desapropriações e a canalização do córrego cujo nome a batizou. O parque linear que deveria existir ao longo desse córrego foi substituído inicialmente pelas ocupações irregulares da Rua 115 e posteriormente pela via expressa. Tanto a Marginal quanto a Rua 115 possuem grande fluxo diário de automóveis (Figura 161).

A posição central do Setor Sul e a presença de outras vias arteriais fizeram que ele se tornasse local de passagem para outros bairros da capital. As principais vias arteriais são as vias que convergem para a Praça do Cruzeiro (atual Praça Germano Roriz) – Avenida 84 e ruas 86, 97 e 90 –, formando um desenho que remete a um asterisco. As que convertem para a Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira (antiga Praça Cívica), importante ponto nodal da cidade, assim como a Avenida 85, localizada na divisa com o Setor Oeste, são vias de caixa ampla: 30 metros para a Avenida 84 e a Rua 90; e uma variação de 8 a 10 metros de largura para as ruas 83, 85, 86, 87, 88, 89 e Avenida Universitária (na divisa com o Setor Central). A implantação de novos bairros (Setor Pedro Ludovico, Jardim Goiás e Setor Marista) tornou essas vias arteriais importantes eixos de distribuição. Da mesma forma, a criação de eixos de transportes na Rua 90, na Avenida 84 e na Avenida 85 reforçou essa característica (Figura 162).

As vias coletoras, inicialmente projetadas por Godoy visando à circulação interna no Setor Sul, tinham como objetivo principal dar acesso às residências e receber o tráfego das vias locais direcionando-o para as vias arteriais. Por esse motivo, elas possuem caixa mais estreita que as arteriais e apresentam atualmente um grande fluxo de veículos, como é, por exemplo, o caso das ruas



◂ Figura. 160G

Área do Bacião e a verticalização do Jardim Goiás.
Autoria: Márcia Guerrante, 2016.
Fonte: Arquivo pessoal da autora.



▲ Figura. 161

Via da Marginal Botafogo.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 162

Via arterial: Rua 90, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 163

Via coletora: Rua 109, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.





▲ Figura. 164

Cul-de-sac: Rua 89-B, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

▲ Figura. 165

Cul-de-sac: Rua 120-B, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

115, 120 e 119 (Figura 163). As vias locais e cul-de-sac foram criadas exclusivamente para dar acesso às residências. Elas possuem caixa estreita, em média de 8 a 10 metros de largura, e o alargamento dos cul-de-sac com raio aproximado de 8 a 10 metros, permanecendo essas características inalteradas até o presente momento (Figuras 164 e 165).

Com a inversão da implantação das casas, as vias concebidas por Godoy para a circulação de pedestres passando pelas áreas verde ficaram subutilizadas ou transformaram-se em caminho para veículos. Em função de algumas casas terem as entradas de veículo voltadas para as áreas verdes, fez-se necessária a abertura de pequenas vias de acesso às garagens (Figura 166).

Em 1999 teve início, à revelia do previsto no Plano Diretor de 1992, a abertura da Avenida 85-A ou Avenida Cora Coralina. Esse fato marcou o momento mais significativo na história recente de descaracterização do Setor Sul, pela ameaça de destruição de suas áreas públicas e verdes, além da mudança do traçado original do bairro. Acerca disso refere Ribeiro (2004, p. 126): "O resultado foi uma ação de descaracterização do setor, já que a avenida não solucionou os problemas internos de desqualificação e vandalismo local, e muito menos se constituiu numa alternativa viária de desafogamento da rede municipal [...]".

Para a implantação da Avenida Cora Coralina, várias áreas verdes internas foram suprimidas e dezenas de casas foram demolidas. Com a instalação de uma universidade nas quadras de confluência com a Rua 87, o lugar, de uso residencial, passa a abrigar comércios e serviços para atender tanto à universidade quanto aos novos usos instalados em residências, imprimindo modificações na ambiência da área. Segundo Guimarães (2008), originalmente o lugar era destinado a uma escola pública, conforme plano proposto por Armando de Godói. Em 1993, a área é cedida em regime de comodato à Universo, que em 1999 compra definitivamente a área da prefeitura de Goiânia. Essa abrigar a universidade, várias mudanças são realizadas para comportar o novo uso e o intenso fluxo de carros decorrente, pois as vias foram originalmente planejadas para um fluxo de menor intensidade.

> Os técnicos da Divisão de Estruturação Viária da SEPLAM desenvolveram para o entorno da Universo um traçado no sistema viário, que objetivou a criação de um novo espaço urbano, com a possibilidade de integração da praça existente à Universidade, a acomodação dos veículos em sua área interna e a liberação das vias do setor para o tráfego de veículos da cidade. Outra exigência foi a duplicação da Avenida Cora Coralina, conhecida também como Rua 85-A, em toda a extensão da área da Universidade, isto é, entre a Avenida 87 e a Rua 105, tendo como objetivo facilitar o fluxo de veículos da Avenida 87, acreditando-se que o trânsito provocado pelos veículos dos estudantes não interferiria no trânsito entre a Praça do Ratinho e a Praça do Cruzeiro. (GUIMARÃES, 2008, p. 98).

De acordo com Moura (2010, p. 13), a criação dessa via – e a consequente descaracterização do traçado original – "foi tomada como justificativa para a não inclusão do Setor Sul no processo de tombamento do chamado 'Traçado viário dos núcleos pioneiros', empreendido pelo IPHAN no ano de 2002" (Figuras 167 e 168).



▲ Figura. 166

Via de acesso à área verde: vielas 104-A e 104-B, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura.167

Avenida Cora Coralina, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 168

Avenida Cora Coralina, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 169

Rua Maria Joana, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura.170

Praça Germano Roriz (antiga Praça do Cruzeiro), Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 171

Praça Lattif Sebba (antiga praça do Ratinho), Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

Assim como a Avenida Cora Coralina, a Rua Maria Joana foi implantada gerando prejuízo aos espaços originalmente destinados à área verde e circulação de pedestres, causando mais um rompimento ao traçado original do bairro (Figura 169). Nessa via, nota-se ainda a instalação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) e do Centro de Excelência do Sistema de Execução Penal (CESEPE – GO), este último uma escola para agentes carcerários. Essas instituições criam um fluxo rotativo de veículos, em área ainda predominantemente residencial, e configuram-se em equipamentos de grande porte em um tecido originalmente não projetado para tal função.

Outro prejuízo ao traçado, por ter contribuído para o isolamento das áreas verdes, é a alienação das vielas consideradas "sem serventia". Essa alienação, autorizada pelo poder público no final da década de 1960, permitiu, aos proprietários dos lotes limítrofes que tivessem interesse em aumentar suas propriedades, a compra, perante requerimento, de alguns dos acessos então existentes para as áreas verdes. Essas áreas, consideradas sem serventia pelo poder público, foram adquiridas por particulares e incorporadas aos seus lotes, bloqueando assim um grande número de acessos às áreas verdes.

O traçado do bairro define algumas praças, a destacar: a Praça Germano Roriz, antiga Praça do Cruzeiro (Figura 170), para onde convergem seis importantes vias e que constitui atualmente o único patrimônio tombado do bairro;20 a Praça Lattif Sebba, conhecida pela população como Praça do Ratinho, localizada no cruzamento da Avenida 85, Avenida D e

20. Tombada pelo Poder Judiciário de Goiânia em 2014, acolhendo recurso do Ministério Público como resultado de Ação Civil Pública (Apelação Cível nº 70212279.89.2010.8.09.0051) do Ministério Público do Estado de Goiás, que reconhece a Praça Comendador Germano Roriz (Praça do Cruzeiro) como Bem de Valor Histórico-Cultural. Fonte: *site* do Ministério Público do Estado de Goiás, em 1º de outubro de 2014. Disponível em: <www.mpgo.mp.br>. Acesso em: 21 out. 2016.

Rua 87, entre os setores Marista, Oeste e Sul; a Praça Delmiro Paulino, localizada no cruzamento da Avenida 90 com a Avenida 136, atualmente mais caracterizada como local de passagem, não favorecendo a permanência de pessoas em função do movimento das vias que a interceptam, além de algumas outras praças de menor porte que marcam o cruzamento de ruas secundárias. É importante destacar que a Praça Lattif Sebba foi cortada por um viaduto, construído em 2007, sobre o qual foi instalado pela municipalidade um gigantesco monumento de aço. Hoje o local apresenta-se, quase que exclusivamente, como trajetória de veículos e como ponto marcante na paisagem da cidade, descaracterizando-se completamente como praça e inclusive dificultando o uso como lugar de passagem de pedestres (Figura 171).

Godoy projetou um bairro-jardim, ocupado por unidades de vizinhança que se beneficiariam diretamente de suas áreas verdes e da vegetação abundante, áreas essas que potencialmente deveriam trazer benefícios ambientais e urbanos para toda cidade. Atualmente, portanto há mais de oitenta anos desde o início da implantação da cidade, essas áreas apresentam um volume bastante reduzido quando comparado à intenção original de seu idealizador (Figura 172 e Mapa 21).

Hoje bastante degradadas, as áreas verdes do Setor Sul vêm sendo indevidamente apropriadas ou ocupadas. Dessa forma, durante as caminhadas feitas por esta equipe de pesquisa foi possível observar o fechamento de áreas públicas com portão e instalação de câmeras de segurança; uso como estacionamento privado como o observado na Rua 115, assim como área de estacionamento e pátio de manobras e de carga e descarga de estabelecimentos comerciais, dentre outras situações (Figuras 173 a 178).

O fato de as residências terem literalmente "voltado as costas" para as áreas verdes, assim como a venda de algumas vielas no início dos anos 1960 a particulares, com vários trechos bloqueando o acesso de pedestres, e o desafio de gestão das áreas verdes e praças ao longo dos anos pelo poder público e sua consequente degradação tornaram esses espaços pouco frequentados pela população, gerando sensação de insegurança.[21]

Além disso, a vegetação do bairro tem sofrido drástica redução desde sua implantação, redução essa que se tornou mais acentuada a partir da década de 1990, principalmente no que se refere à arborização das ruas. Antes desse período, as árvores estavam presentes nos recuos frontais, nas calçadas e nos quintais das casas. Atualmente a arborização tanto das ruas quanto dos quintais sofreu notável redução, conforme o observado nas fotos aéreas da década de 1960 e as atuais fotos de satélite.22

O plano original da cidade previa ainda a preservação permanente de uma área de nascente do Córrego Buritis localizada entre a Rua 87, Rua 148, Rua 132 e Avenida 136 (Figura 179). Essa área pública de proteção foi posteriormente doada para a construção de clubes sociais de entidades de classe e abriga ainda a sede local de uma autarquia governamental, o INMETRO.23 Tais entidades instalaram no local vários equipamentos e edificações. O Clube dos Subtenentes e Sargentos Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Goiás, por meio de sua associação (ASSEGO), além do clube social com quadras esportivas, piscinas, estacionamentos e outros equipamentos, construiu no local um hotel com dezenove apartamentos para seus associados. Parte dessa antiga área de reserva do córrego, ainda dentro do referido clube, tem sido usada atualmente como estacionamento de uma academia localizada nas proximidades. O Clube de Engenharia, também instalado no local, apresenta a construção de piscinas, quadras esportivas,

21.

O POPULAR. Lei permite venda de becos e vielas em Goiânia. Goiânia, 31 ago. 2016. Disponível em: < https://www.opopular.com.br/editorias/cidades/lei-permite-venda-de-becos-e-vielas-em-goi%C3%A2nia-1.1140711 >. Acesso em: 31 set. 2016.

22.

Tais fotos de satélite podem ser observadas pelo Google Earth.

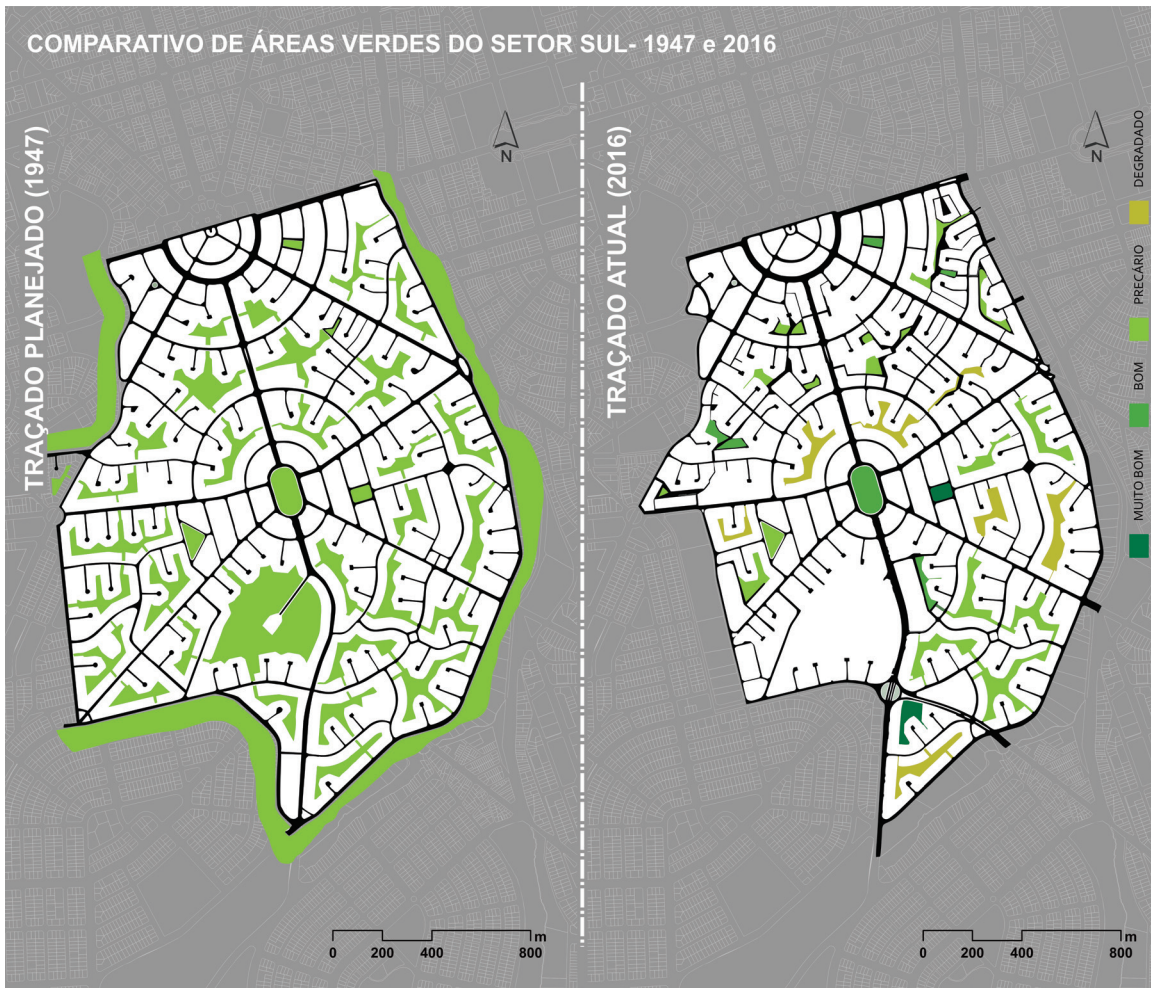
23.

Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade industrial.



▲ Figura. 172

Foto aérea: Setor Sul. Foto de satélite: Google Earth, 2014.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



Mapa 21

Comparativo de áreas verdes planejadas, segundo Planta do Setor Sul da Secção Técnica Coimbra Bueno & Cia. Ltda. (1947), e as áreas verdes existentes em 2016. Desenho: Equipe de pesquisa e Guilherme Andrade, 2016 e 2018, respectivamente. Fonte das informações: GONÇALVES (2002, p.43); LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.





Figura. 173

Ocupação indevida nas áreas verdes: Quadra F43A, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

Figura. 174

Ocupações indevidas nas áreas verdes: Quadra F42A, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.





Figura. 175

Ocupações indevidas nas áreas verdes: Quadra F40, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

Figura. 176

Ocupação de área verde por moradores (cercamento): Rua 90^{A}, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 177

Após o portão, ao fundo, parte da área verde é ocupada como prolongamento do estacionamento de um cartório: Quadra F41, Setor Sul
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 178

Moradia provisória convivendo com lixo depositado em área verde: Quadra F23, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 179

Marcação da nascente do Córrego Buritis feita sobre foto aérea.
Montagem: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: Google Maps, 2016.

salão de festas, ginásio coberto, estacionamentos, dentre outros equipamentos de uso privativo dos associados. A exemplo de outras áreas verdes na cidade, existe um enorme interesse imobiliário no entorno desse local, e uma crescente verticalização e adensamento encontram-se aí em pleno desenvolvimento.

Conforme relatado anteriormente neste capítulo, outra importante área verde perdida no bairro refere-se àquela localizada na margem oeste do Córrego Botafogo, onde hoje estão localizados a Marginal Botafogo e os terrenos denominados pela população de "chácaras da Rua 115". Veloso e Zárate e Pantaleão (2014) assim afirmam, ao discorrer sobre o tratamento dado ao Córrego Botafogo, no plano urbanístico de Jorge Wilheim:

> Os aspectos funcionais do sistema viário foram, então, priorizados em detrimento dos aspectos naturais, refletindo em ações e obras de grande impacto ambiental, que reconfiguraram a superfície da cidade. Houve a retificação, dragagem e canalização do Córrego Botafogo, além da proposta de ocupação das áreas verdes de preservação. [...]. A proposta de Wilheim era de estruturar o território por meio do sistema viário, e o Córrego Botafogo se inseria nesse processo de estruturação associado a uma nova via, não como área verde ou espaço público de múltiplas funções [...]. O córrego enquanto











◂ Figura. 180

Locação da caixa dágua na Planta do Setor Sul da Secção Técnica Coimbra Bueno & Cia. Ltda. (1947) e mapa atual indicativo da área ocupada pela Saneago no Setor Sul.
Desenho: Equipe de pesquisa.
Fontes das informações: GONÇALVES (2002, p. 43); LAU/FAV/UFG.

▲ Figura. 181

Entrada para área hoje ocupada pela Saneago.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

▲ Figura. 182

Foto aérea da região ocupada atualmente pela Saneago.
Foto: Google Earth, 2017.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

◂ Mapa 22

Mapa de ocupação do solo no Setor Sul, 1973.
Autoria: IPLAN (1974, p, 16).
Fonte: SEPLANH



▲ Figura.183

Praça da Quadra F29, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 184

Travessa Bezerra Menezes, Setor Sul
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 185

Viela da Quadra F20, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 186

Quadra esportiva do Bosque
dos Pássaros, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

elemento natural, espaço público de preservação ambiental, foi considerado um elemento secundário.

Além disso, o Plano Diretor elaborado por Jorge Wilheim abriu a doações de áreas consideradas ociosas para instituições filantrópicas e de ensino, algumas delas integrantes das áreas verdes originais. Outra importante área verde que hoje apresenta função diversa da originalmente planejada refere-se ao interior da Quadra F-44, localizada entre a Rua 89 e a Rua 90. Trata-se de uma grande área com cota de nível elevada em relação ao restante do bairro e que no plano original destinava-se a ser uma área verde, onde seria também instalada uma das caixas d'agua de redistribuição para a cidade (Figura 180). A caixa d'água ainda existe no local, no entanto, a Companhia Saneamento de Goiás S.A. (SANEAGO) ocupa atualmente toda a área do entorno da caixa (Figuras 181 e 182). Ali encontram-se instalados setores administrativos da empresa, almoxarifado e uma pequena fábrica de pré-moldados de cimento usados pela companhia. Em uma planta de ocupação do solo desenvolvida pelo antigo IPLAN (atual SEPLANH) em 1973, época da implantação do projeto CURA, a referida área já constava como totalmente ocupada para uso exclusivo da entidade, não restando área de uso público (Mapa 22).

O que se observa de uma maneira geral em relação às áreas verdes do Setor Sul é que, por seu significado, dimensão e localização, mesmo que em estado de degradação em alguns pontos, ainda são áreas representativas e de fundamental

importância para a imaginabilidade, para o conforto e equilíbrio ambiental do bairro e da região de seu entorno. As áreas verdes no contexto do Setor Sul são elementos fundamentais na definição da identidade e da ambiência do bairro e representam importante elemento do patrimônio urbano, ambiental e histórico da cidade (Figuras 183 a 186).

AMBIÊNCIA E A IMPORTÂNCIA DO TRAÇADO E DAS ÁREAS VERDES

O crescimento e adensamento da cidade e a verticalização de bairros próximos ao Setor Sul – como o Setor Marista e o Jardim Goiás –, assim como sua posição de centralidade, favorecem e intensificam as transformações que vêm ocorrendo no bairro, ainda de uso predominantemente residencial. Segundo dados do IBGE de 2012,[24] o Setor Sul sofreu uma redução de 14% de sua população nos últimos anos. A sensação de insegurança, o aumento da violência urbana e do fluxo de veículos e o aumento do número de grandes instituições instaladas no local, dentre outros fatores, provocam a perda das características originais do bairro (Mapa 23).

É bastante evidente a mudança de usos nas ruas coletoras e nas vias locais do Setor Sul. Essas vias foram projetadas para abrigarem residências unifamiliares e vêm sendo paulatinamente ocupadas por estabelecimentos comerciais de grande porte, instituições e prestadores de serviços. Os novos usos, na sua grande maioria, trazem mudanças na volumetria das antigas residências e na ambiência de seu entorno. Nos últimos dez anos, essas alterações de usos vêm crescendo também nos *cul-de-sac* (Figura 187).

A implantação de instituições de grande porte nos interstícios das áreas verdes e seus arredores acarreta intervenções que causam maior impacto ao traçado e ambiência do bairro, tornando sua reversibilidade mais difícil. Já os pequenos usos comerciais e de prestação de serviço – inevitáveis e até benéficos, se são voltados para a população local – podem ser organizados de modo a não impactar negativamente, quando adaptados às edificações existentes.

A implantação de uma Universidade entre a Rua 105 e a Rua 87 trouxe importantes transformações para a paisagem do bairro e constitui um dos mais significativos fatores de mudança encontrados por esta pesquisa. Podem-se observar, nas proximidades da instituição, edificações sendo demolidas ou significativamente alteradas, para dar lugar a alojamentos estudantis, estacionamentos, estabelecimentos comerciais e de serviços; alteração do fluxo de pessoas e de veículos na região e grandes mudanças na ambiência do bairro relacionadas às relações de vizinhança, usos e hábitos dos moradores (Figuras 188 a 190). Novas inserções e mudanças são passíveis, uma vez que a cidade é dinâmica, entretanto devem ser organizadas de modo a não repercutir de modo negativo na ambiência geral do local, orientando-se a forma de implantação dos edifícios e estabelecendo os melhores pontos para a sua inserção.

24.

Disponível em: <www.goiania.go.gov.br/shtml/seplam/anuario2012/arquivos%20anuario/3%20DEMOGRAFIA/3.1%20Popula%C3%A7%C3%A3o/3.1.19%20Crescimento%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20por%20bairro%20e%20subdistrito.pdf>. Acesso em: out. 2017.

LEITURA DA PAISAGEM - SETOR SUL

N

FATOR DE TRANSFORMAÇÃO

ÁREAS VERDES

RESIDÊNCIAS INVENTARIADAS

M MARCOS

Marcos

Mo1 - Praça Cívica
Mo2 - Hospital Santa Helena
Mo3 - Martim Cererê
Mo4 - Colégio Emanuel
Mo5 - Cepal
Mo6 - Praça Genaro Maltez
Mo7 - Clínica do Esporte
Mo8 - Clube Social Feminino
Mo9 - Praça do Cruzeiro
M10 - Paróquia São José
M11 - Colégio Maria Auxiliadora
M12 - Clube dos Oficiais
M13 - Clube de Engenharia
M14 - Saneago
M15 - Praça Delmiro Paulino da Silva

Alguns Fatores e Indicadores de Transformação

F-01 - Faculdade Salgado de Oliveira
I-01 - Verticalização Setor Marista
I-02 - Mudança de uso - Prestação de serviço
I-03 - Mudança de uso - Comércio e serviço
I-04 - Mudança de uso - Comércio e serviço
I-05 - Mudança de uso - Prestação de serviços
I-06 - Mudança de uso - Prestação de serviços
I-07 - Mudança de uso - Usos variados
I-08 - Mudança de uso - Usos variados
I-09 - Mudança de uso - Agrupamento de estabelecimentos para lazer - bares e afins
I-10 - Mudança da malha viária - criação de via
I-11 - Mudança da malha viária - criação de via

BAIXO — MÉDIO — ALTO

NÍVEL DE IMPACTO
INDICADOR DE TRANSFORMAÇÃO

0 125 250 500 m









De modo geral, o gabarito do bairro é ainda predominantemente térreo até dois pavimentos, com escala bastante homogênea, principalmente nas ruas secundárias e nos *cul-de-sac*. A presença da vegetação e o traçado orgânico das vias contribuem sobremaneira para a constituição de uma ambiência de acolhimento observada na maioria das ruas estudadas. Destoam desse aspecto as vielas e *cul-de-sac* próximos à universidade (Rua 105-A, Rua 105-C principalmente), que apresentam atualmente aparência inóspita, com residências transformadas em estacionamentos ou depósitos de estabelecimentos comerciais, ligados ao atendimento da comunidade universitária local. A degradação de equipamentos urbanos nessas áreas – bancos, quadras e calçadas das praças – reforça o aspecto de abandono das áreas verdes.

Observou-se ainda que a implantação das residências no universo pesquisado nem sempre atende às determinações de recuos laterais, frontais e de fundo, exigências presentes no plano original de Godoy e mantidas em planos posteriores. É importante destacar que esses recuos permaneceram respeitados onde não aconteceu mudança de uso e nas casas que não sofreram ampliações. Quando o uso deixa de ser residencial e passa a ser comercial, em algumas situações o recuo frontal é usado como estacionamento de veículos e a volumetria da casa sofre alterações, perdendo os recuos laterais e de fundos.

A permeabilidade visual é bastante prejudicada nas vias principais e secundárias, sendo mais favoráveis nas casas localizadas nos cul-de-sac. Assim como no Setor Central e por toda a cidade, há os fechamentos com muros altos e grades de malha fechada, como reflexo da sensação geral de insegurança. Nos cul-de-sac, onde ainda predominam as residências e onde a permeabilidade visual é maior, podem ser notados relações de vizinhança e cuidados com os jardins e calçadas. Já nas ruas com maior movimento de pessoas e veículos, os muros são altos, as árvores das calçadas estão bastante reduzidas em número e não se percebe tão frequentemente a presença de moradores caminhando pela rua.

As residências de interesse desta pesquisa, localizadas no Setor Sul, em sua maioria foram valoradas, segundo critérios adotados, com os conceito B (pontuação entre 5 e 5,9) seguido do conceito A (pontuação entre 7 e 10) (ver Mapa de valoração de bens: Setor Sul, Primeira Parte). Esses conceitos denotam, por um lado, características positivas relacionadas à expressividade, boa permeabilidade visual, uso original mantido, bom estado de preservação e conservação. No entanto, também podem revelar fragilidade, quando esses bens estão próximos ou sujeitos

▲ Figura. 187

Universidade Salgado de Oliveira, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

▲ Figura. 188

Entorno da Universidade Salgado de Oliveira: transformação da paisagem.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

▲ Figura. 189

Entorno da Universidade Salgado de Oliveira: residência modernista de transição.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

▲ Figura. 190

Entorno da Universidade Salgado de Oliveira: estacionamentos substituem casas.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU /FAV/UFG; IPHAN/GO.

◀ Mapa 23

Mapa temático de Leitura da Paisagem, Setor Sul.
Autoria: Guilherme Andrade e Equipe de pesquisa, 2017.
Fonte: LAU /FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 191

Residência com uso alterado: Rua Olinto Manso, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 192

Residência com uso alterado: Rua 84, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

a riscos potenciais evidenciados pela presença no entorno de indicadores de transformação, como é o caso das casas nas proximidades da Universidade anteriormente mencionada.

Esses indicadores de transformação, assim como as mudanças efetivas, têm se tornando cada vez mais frequentes e definitivos (Figuras 191 e 192). A atmosfera doméstica, ainda que predominante, resiste apenas nos interiores dos cul-de-sac e nas ruas de pouco movimento (Figuras 193 e 194). O mapeamento de linguagens das residências de interesse no Setor Sul revelou uma predominância de casas modernistas de transição (Mapa 25). O bairro possui uma feira tradicional de hortifrutigranjeiros que se realiza aos sábados de manhã no galpão coberto construído pela municipalidade denominado CEPAL, localizado no início da Rua 115. É frequentada por moradores locais e de bairros vizinhos.

Os antigos clubes sociais tradicionais do bairro – Clube Social Feminino e Clube Cruzeiro – perderam sua expressividade como opções de lazer dos habitantes locais (Figura 195). Os já citados Clube dos Subtenentes e Sargentos Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Goiás e o Clube de Engenharia ainda são bastante frequentados, mas atendem prioritariamente às respectivas corporações. O Setor Sul conta ainda com o Centro Cultural Martim Cererê, construído em área de um antigo reservatório de água localizado no bairro, que já abrigou importantes festivais de teatro e de música alternativa.

O que se percebe na leitura da paisagem do bairro é, de uma maneira geral, uma grande mudança em andamento que coloca em risco de descaracterização sua ambiência, ainda doméstica. Além da estrutura singular do traçado, a riqueza do patrimônio ambiental constituído pelas praças e áreas verdes precisa ser devidamente reconhecida pelo poder público e pela população, de modo a criar estratégias que explorem suas potencialidades e que possam colaborar para diretrizes de planejamento que considerem o caráter peculiar e a importância do Setor Sul, para a identidade local e a memória de Goiânia (Figuras 196 a 199).



▲ Figura. 193

Residência dos anos 1960, usada como apoio para estabelecimento comercial: Rua 105-C., Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 194

Viela de pedestre para acesso às áreas verdes, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 195

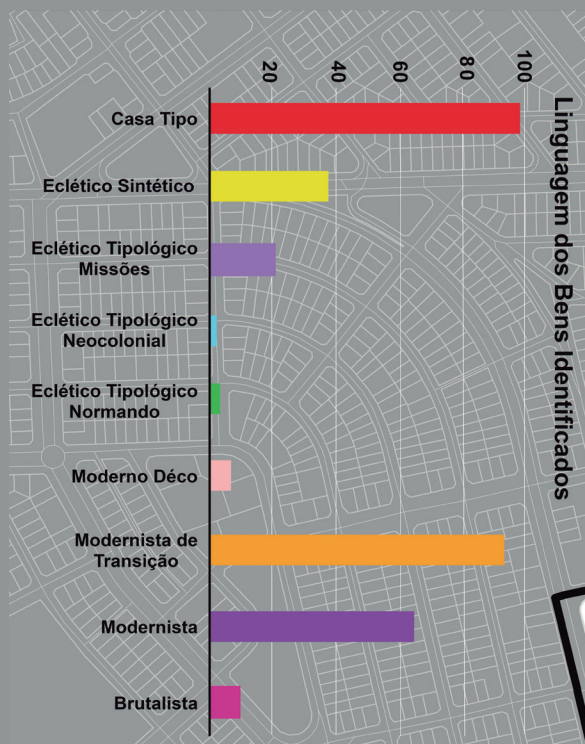
Clube Cruzeiro do Sul: Rua 84, Setor Sul.
Autoria: Equipe de pesquisa, 2016.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.



▲ Figura. 196

Arte nos muros do Setor Sul.
Autora: Márcia Guerrante, 2016.
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

MAPA DE LINGUAGENS - SETOR SUL







▲ Figura. 199

Arte em quadra de esporte, Setor Sul.
Autora: Márcia Guerrante, 2016.
Fonte: Arquivo pessoal da autora.



▲ Figura. 197

Arte nos muros do Setor Sul.
Autora: Márcia Guerrante, 2016.
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

▲ Figura. 198

Arte nos muros do Setor Sul.
Autora: Márcia Guerrante, 2016.
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

◀ Mapa 24

Mapa de linguagens – Setor Sul, 2017.
Autoria: Guilherme Andrade, Danielle Radis e Julia Monteiro.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONTRIBUIÇÕES, LIMITES E DESAFIOS

Esse inventário contribui com subsídios para a valoração de um conjunto de bens em Goiânia que se refere à moradia na nova capital. Trata-se de um agrupamento de exemplares modestos, porém numérico e representativo da produção arquitetônica característica das "cidades novas" (TREVISAN, 2009)[25] construídas em território brasileiro e que assume particularidades. Para isso, é necessária a articulação dos órgãos públicos (federal, estadual e municipal) e a importante participação da sociedade civil e das instituições de ensino e pesquisa.

Hoje com 88 anos de vida, podemos considerar Goiânia como uma metrópole que, em seu processo de crescimento, assumiu a tendência antropofágica modernizante de autorrenovação constante que não valoriza a história. O ritmo frenético das transformações pelas quais ela tem passado, desde sua construção na década de trinta até os dias de hoje, tem marcado fortemente sua paisagem. Uma paisagem na qual se veem suprimidos, rapidamente, importantes eventos que contam sua história. Eventos esses que sequer tiveram o tempo necessário para criar vínculos de memória. A velocidade, principal característica da modernidade, está impregnada em sua história e tem desafiado aqueles que lidam com o patrimônio recente. O crescimento rápido e difuso de cidades como Goiânia, aliado à falta de vínculos de memória com seus moradores, dificulta o trabalho dos órgãos de preservação.

A falta de conhecimento e reconhecimento desse patrimônio por parte da sociedade é o principal entrave para a sua conservação e preservação. Nesse contexto, estratégias de reconhecimento e de aproximação com a sociedade contidas no processo de inventário, somadas às ações educativas, apontam-se como rico caminho a ser explorado.

Pautado por essa perspectiva, o trabalho desenvolvido através da parceria entre IPHAN/GO e FAV/UFG, com o apoio do Ministério Público do Estado de Goiás, buscou identificar, caracterizar e valorar o patrimônio residencial da fase inicial da cidade, como importante elemento de construção de sua "paisagem urbana histórica" (UNESCO, 2011), [26] tendo em vista que a paisagem é uma interpretação. Não é o que se vê, mas como se vê. Ela vai além dos limites físicos. É o resultado de camadas de significados, necessários à sua preservação.

Nessa primeira avaliação, o patrimônio residencial em Goiânia identifica-se como bastante complexo, em virtude da própria variedade que apresenta. Cidade nova, nascida mediante um plano que se desenvolveu muito rapidamente, num momento em que a ciência do urbanismo no Brasil consolidava-se com planos diretores e projetos urbanos, ainda não tem complementamente consolidados os seus vínculos com a memória afetiva e coletiva de sua sociedade.

Os fatores mais evidentes, identificados até o momento, são o crescente abandono e a destruição desse patrimônio, em função da falta de informação e de incentivo para a sua preservação, e a existência de

25. Conforme o autor, entende-se por cidades novas aquelas cidades criadas com a intenção de se constituírem como urbes inovadoras e dinâmicas dentro de seus respectivos contextos, no sentido de compor um novo território de ocupação e modernização de um país. De um modo geral, elas caracterizam-se pelo planejamento e implantação fora de áreas urbanizadas, almejando o desenvolvimento de regiões pioneiras, por razões políticas de interiorização.

26. Conceito entendido conforme definição da Unesco (2011).

◂ Moças passeiam na Rua 75, Setor Central. Foto: Romildo Guerrante, 1958. Fonte: Acervo desse Autor.

particularidades e especificidades em cada bairro ou região da cidade, que devem ser consideradas na sua leitura. Além disso, o desenvolvimento rápido e muitas vezes descontrolado da cidade está transformando as áreas urbanas e a sua paisagem, provocando o fenômeno da fragmentação e deterioração do patrimônio edificado e urbano, com profundo impacto nos valores da comunidade.

Hoje bastante heterogênea, sua paisagem é contemporânea com vestígios de história, que deve ser avaliada e valorada, com foco em sua heterogeneidade. Esta é a paisagem da cidade moderna em sua essência. Fruto da modernidade, Goiânia comporta-se como tal.

Nos resultados apresentados pela pesquisa, fica claro o desafio primeiro de apreender a diversidade do patrimônio local não homogêneo, residindo nesse aspecto diversificado a principal característica. Este é, ao mesmo tempo, um dificultador na atuação das políticas públicas, assim como no reconhecimento sobre o que é importante ou não. Ao longo da pesquisa, a construção do entendimento das linguagens foi se construindo e se consolidando, graças ao apuramento do olhar para o nunca visto, o modesto, o não classificado e o fragmentário.

O segundo desafio é desvencilhar esses remanescentes das descaracterizações, modificações e interferências, frutos da própria dinâmica das cidades novas, e reinterpretá-las em suas relações com os demais fragmentos urbanos. A leitura das ambiências indica uma metodologia de entendimento sobre qual é a atmosfera urbana histórica de Goiânia, considerando o importante papel das residências no preenchimento dos interstícios do traçado projetado e que confere uma escala doméstica, apesar de atrelada a um traçado que aspira monumentalidade.

O terceiro passo, para o qual a pesquisa visa dar subsídios, é no sentido de como preservar esse patrimônio, que é heterogêneo e cujo rápido ciclo de transformações já imprimiu marcas, também como parte do processo histórico de formação do próprio núcleo urbano. As diferenças entre linguagens e entre as características morfológicas dos setores, tais como o Central e o Sul, tornam complexas as medidas de preservação. Ao mesmo tempo, as particularidades de Goiânia enriquecem o debate sobre como e o que preservar, pois distanciam as cidades novas dos núcleos urbanos tradicionalmente protegidos pelas políticas públicas, nas quais é priorizada a identificação de elementos que unificam as paisagens urbanas, e não o que as diferencia.

O desafio em lidar com esse patrimônio passa essencialmente pelo trabalho interdisciplinar e interinstitucional, pelo contato com os moradores e pela educação patrimonial. Passa por entender o território da cidade na condição de documento vivo, fruto do diálogo e da construção coletiva; passa pela interação entre o pesquisador e os atores periféricos, seus moradores, e pelo trânsito entre o patrimônio material e o patrimônio imaterial. Mobilizar a cidade para esse território, seus lugares e sua problemática passa a ser fundamental nesse caso. Goiânia tem o papel de ser a cidade que sinaliza, que dá uma orientação para outras cidades novas, construídas no Brasil a partir das décadas de 1930-1960, que não sabem como caminhar, como planejar seu futuro, como se ressignificar como patrimônio do século XX.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Aurélia Tâmisa Silvestre de. *Arquimedes memória*: o futuro ancorado no passado. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, FAU/UFRJ, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp137173.pdf>.

ALVARES, Geraldo Teixeira. *A luta na epopéia de Goiânia*: uma obra de engenharia nacional. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, 1942.

ANDRADE, Isabela Menegazzo Santos de. *A história e a memória de um modo de habitar*: Goiânia, a residência da família Félix Louza (projeto de David Libeskind) em dois tempos: 1952 e 2011-2013. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

ARAÚJO, Larissa Rodrigues; CAIXETA, Eline Maria Mora Pereira Caixeta. A casa brutalista de Antônio Lúcio Ferrari: investigando o abrigo moderno. In: CONGRESSO DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO: CONHECIMENTO E RIQUEZAS, 10.; SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFG, 21., 2013, Goiânia. *Anais*... Goiânia: PROEC/UFG, 2013.

ATIQUE, Fernando. A presença americana na Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil: antecedentes e repercussões. In: BRASA – INTERNATIONAL CONGRESS OF THE BRAZILIAN STUDIES ASSOCIATION, 2010, Brasília. *Anais*... Brasília, 2010. Disponível em: <http://www. brasa.org/portuguese/congressos>. Acesso em: 17 maio 2016.

BELLORIO, Grazielli Bruno. *Adensamento e verticalização em Goiânia nos planos diretores (1968-2007)*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2013.

BESSA, Suzete Almeida. *Difusão da arquitetura moderna em Goiânia*: o Setor Aeroporto e a obra de Luis Osório Leão. 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, DF, 2016.

CAION, Meneguello Natal. A retórica da tradição: tempos e espaços da arquitetura neocolonial no Brasil, 1914 -1930. In: ANPUH: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. *Anais*... Fortaleza, 2009.

CAIXETA, Eline Maria M. P. *Setor Sul*: processo de formação do espaço urbano. 1986. Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 1986.

CAIXETA, Eline Maria M. P.; ARRUDA, Ângelo Marcos. Goiânia e Angélica: duas cidades modernas no Centro-Oeste. *Arquitextos,* São Paulo, ano 17, n. 195.07, Vitruvius, ago. 2016. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.195/6179>. Acesso em: 17 set. 2016.

CAIXETA, Eline Maria M. P.; FROTA, José Artur D'Aló; BADAN, Rosane Costa; MAHLER, Ramos Christine; AMARAL, Camilo Vladimir de Lima. Arquitetura moderna em Goiânia: desafios e limites da documentação para a preservação. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 9., 2011, Brasília, *Anais*... Brasília, jun. 2011. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/038_M11ArquiteuraModernaEmGoiania-ART_eline_caixeta.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2014.

CAIXETA, Eline M. M. P.; FROTA, José Artur, D. Brutalismo: fronteiras goianas. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL: ARQUITETURA MODERNA E INTERNACIONAL: CONEXÕES BRUTALISTAS 1955-75, 10., 2013, Curitiba. *Anais*... Curitiba: PUCPR, 2013. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%2010%20pdfs/OBR_71.pdf>. Acesso em: 17 maio 2016.

CALLAI, Helena Copetti. O estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e pertencimento. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. *Anais*... Coimbra, 2004.

CARVALHO, Édis Evandro Teixeira de. A arquitetura neocolonial: a arquitetura como afirmação de nacionalidade. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12299/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20%C3%89DIS%20CARVALHO%20-%20PPGAU%20-%20UFBA.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. O Cine Metrópole e a Pampulha: o Art Déco e o moderno em Belo Horizonte. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: ART DÉCO NA AMÉRICA LATINA: CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 1., 1997, Rio de Janeiro. *Anais*... Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU, Solar Grandjean de Montigny, PUC/RJ, 1997.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. In: FÓRUM PATRIMÔNIO: AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL, 8., 2007, Belo Horizonte. *Anais*... Belo Horizonte, set.-dez. 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CASTRIOTA%252c%20Leonardo%20B_%20Interven%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20o%20patrim%C3%B4nio%20urbano%20-%20modelos%20e%20perspectivas.pdf>. Acesso em: dez. 2016.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural*: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

COCIELLO, Roberto; CAIXETA, Eline M. M. P. *Casas brutalistas em Goiânia:* relatório de Iniciação Científica. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2016. p. 1-20.

COELHO, Gustavo Neiva. *A modernidade do Art Déco na construção de Goiânia*. Goiânia: Ed. do Autor, 1997.

COSTA, Ana Elísia da. *Conjunto Lar Brasileiro*: a experiência modernista. 1992. Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 1992.

DAHER, Tania. *Goiânia*: uma utopia européia no Brasil. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003.

FERRANDO, Josep. João Vila Nova Artigas, fundador da Escola Paulista. *Revista DPA 30 – Arquitetura Paulista,* p. 6-17, mar. 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FRAMPTON, Kenneth. *Historia crítica de la arquitetctura moderna.* Barcelona: Gustavo Gili, 1989.

FROTA, José Artur D'Aló; CAIXETA, Eline Maria M. P. Cine-Teatro Goiânia: estratégias para uma possível requalificação do lugar. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 3., 2007, Porto Alegre. *Anais*... Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2007. p. 1-18.

FROTA, José Artur D'Aló; CAIXETA, Eline Maria M. P. Um urbanismo pendular. Goiânia: entre a monumentalidade do urbanismo acadêmico francês e a escala doméstica da tradição da cidade-jardim. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 12., 2012, Porto Alegre. *Anais*... Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, 2012. p. 1-9.

FROTA, José Artur D'Aló; CAIXETA, Eline Maria M. P. Brutalismo: fronteiras goianas. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 10., 2013, Curitiba. *Anais*... Curitiba, out. 2013. p. 71-88.

GALEFFI, Lígia Maria Larcher. Princípios compositivos nas linguagens arquitetônicas *déco* desde a leitura de algumas obras do acervo soteropolitano. *Cadernos PPG-AU/UFBA*, v. 3, n. 1, p. 33-53, 2004. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/issue/view/181>. Acesso em: 15 jun. 2016.

GOIÂNIA. Superintendência da Casa Civil e Articulação Política. *Lei Complementar nº 291*, de 15 de junho de 2016. Disponível em: < https://leismunicipais.com.br/a/go/g/goiania/lei-complementar/2016/30/291/lei-complementar-n-291-2016-autoriza-a-desafetacao-de-areas-publicas-

-do-municipio-de-goiania-ocupadas-por-particulares-com-uso-exclusivamente-residencial-dispoe-sobre-regularizacao-e-alienacao-destas-areas-e-da-outras-providencias >. Acesso em: 19 jul. 2016.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. *Goiânia*: uma modernidade possível. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Universidade Federal de Goiás, 2002. (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas).

GRAEFF, Edgar A. *Goiânia*: 50 anos. Brasília: MEC/SESU, 1985.

GUIMARÃES, Jonas Henrique Lôbo. *Empreendedorismo e planejamento urbano*: a Faculdade Universo em Goiânia. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Geografia. *Goiânia*: coletânea especialmente editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como contribuição ao batismo cultural de Goiânia. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1942. p. 45-56; p. 82-112.

ICOMOS. *Documento de Madrid*: criterios de conservación del patrimonio arquitetónico del siglo XX. 2. ed. Madrid: Icomos, 2014.

IPHAN. *Revista do Patrimônio*, Brasília, n. 34, 2011.

IPLAN. Escritório de Planejamento da Prefeitura de Goiânia. *Projeto Cura*: estudo de viabilidade econômico financeira, área piloto Setor Sul. Goiânia, 1974.

JANJULIO, Maristela da Silva. Bangalô – subúrbio: a circulação internacional de uma nova cultura da habitação no início do século XX. *Oculum Ensaios*, Campinas: Universidade de São Paulo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, v. 13, p. 46-58, jan.-jun. 2011.

KOHLSDORF, Maria Elaine. *Percepção e preservação da identidade dos lugares*. Brasília: INCEU, 2006 (Série A Cidade como Arquitetura, v. 5, 7, 8, 10).

KOHLSDORF, Maria Elaine; ALARCÓN, Leyla E. Láscar; CASTOR, Ricardo Silveira; MEDEIROS, Valério Augusto. Três cidades, três histórias, um olhar: um estudo exploratório do desempenho topoceptivo das áreas centrais de três cidades brasileiras, Natal, Cuiabá e Goiânia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003, Belo Horizonte. *Anais*... Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/2559/2501>. Acesso em: dez. 2016.

KOHLSDORF, Maria Elaine; KOHLSDORF, Gunter. *Dimensões morfológicas dos lugares*: dimensão topoceptiva. Brasília, 2005. Disponível em: <www.ufscar.br/~cec/arquivos/referencias/Texto%20Maria%20Elaine.do>. Acesso em: jun. 2016.

LEMOS, Carlos. Ecletismo em São Paulo. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira.* São Paulo: Nobel; Edusp, 1987.

LEUPEN, Bernard et al. *Proyecto y análisis*: evolución de los princípios en arquitectura. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.

LUCENA, Emanoel Victor Patrício de; CAVALCANTI FILHO, Ivan. O estilo missões na cidade de João Pessoa. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL URBICENTROS: MORTE E VIDA NOS CENTROS URBANOS, 3., 2012, Salvador. *Anais...* Salvador, out. 2012. Disponível em: < www.ppgau.ufba.br/urbicentros/2012/ST303.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MAHLER, Christine Ramos. Conceitos, estilos e formas arquitetônicas. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; MACHADO, Laís Aparecida Machado (Org.). *Formas e tempos da cidade.* Goiânia: Cânone Editorial; Ed. UCG, 2007. p. 109-124.

MARIANO FILHO, Oscar. Residências econômicas. *Revista Acrópole*, v. 9, p. 30-32, jan. 1939. Disponível em: <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/9>. Acesso em: 19 set. 2016.

MARTÍ ARÍS, Carlos (Ed.). *Las formas de la residência en la ciudad moderna*. Barcelona: Ediciones UPC, 2000.

MEDEIROS, Wilson de Araújo. *Goiânia metrópole*: sonho, vigília e despertar (1933-1973). 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

MELL0, Márcia Metran de. *Moderno e modernismo*: a arquitetura dos dois primeiros fluxos desenvolvimentistas de Goiânia (1933 a 1950/1950 a 1964). 1996. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. MELLO, Márcia Metran. *Goiânia*: cidade de pedras e palavras. Goiânia: Ed. UFG, 2006.

MENDONÇA, Dafne Marques de. *Redesenho da cidade através da arquitetura*: formas modernas em Londrina/PR. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

MINC – Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 160 de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre os instrumentos de Inventários do Patrimônio Cultural no âmbito do IPHAN. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, n. 90, Seção 1.

MONTANER, Josep Maria. *Después del movimiento moderno*. Barcelona: Gustavo Gili, 1993.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938.

MORAES, Lúcia Maria. *A segregação planejada*: Goiânia, Brasília e Palmas. Goiânia: Ed. UCG, 2006.

MOTA, Juliana Costa. O Setor Sul em Goiânia: o espaço público abandonado. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 3., 1999, São Paulo. *Anais*... São Paulo, dez. 1999. Disponível em: < http://www.docomomo.org.br/seminario%203%20pdfs/subtema_B5F/Juliana_mota.pdf >. Acesso em: 20 out. 2016.

MOTA, Juliana Costa. *Planos diretores de Goiânia, década de 60*: a inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilheim no campo do planejamento urbano. 2004. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MOTTA, Lia. O patrimônio cultural urbano à luz do diálogo entre história e arquitetura. *Revista do Patrimônio,* Brasília: IPHAN, n. 34, 2011.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz de Resende (Org.). *Inventários de identificação*: um programa da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

MOURA, Ana Amélia de Paula. Armando de Godoy e sua atuação no planejamento urbano de Goiânia: o caso do Setor Sul: concepção urbanística *versus* apropriação do espaço. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA CULTURAL – SHCU, 11., 2010. *Anais*... 2010. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1295>. Acesso em: dez. 2016.

MOURA, Ana Amélia de Paula. *Arquitetura residencial em Goiânia (1935-1940)*: a modernidade revelada. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MUXÍ MARTÍNEZ, Zaida (Org.). *PostsSuburbia*: reabilitación de urbanizaciones monofuncionales de baja densidad. Barcelona: Comanegra, 2013.

NOVAIS, Alcyone Cardoso. A arquitetura *déco* de Goiânia. *Observatório em Debate*, n. 2, p. 198-216, dez. 2015. Disponível em: < observatorio.ifg.edu.br/index.php/obsdebate/article/view/89> Acesso em: 15 jun. 2016.

OLIVEIRA, Simone Borges Camargo de. *Princípios básicos da arquitetura moderna*: a obra de Eurico Godoi. 1990. Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 1990.

OLIVEIRA, Simone Borges Camargo de. *Eurico Calixto de Godoi na formação da arquitetura moderna em Goiânia*: reflexão e esboço para catalogação. 2016. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

OLIVEIRA, Simone Borges Camargo de; FROTA, José Artur D'Aló. Arquitetura moderna na paisagem cultural de Goiânia: identidade e preservação. In: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO: PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, 3., 2014, Belo Horizonte. *Anais*... Belo Horizonte, set. 2014. Disponível em: <http://docplayer.com.br/6348585-Arquitetura-moderna-na-paisagem-cultural-de-goiania-identidade-e-preservacao.html > Acesso em: 20 out. 2016.

O POPULAR. Lei permite venda de becos e vielas em Goiânia. Goiânia, 31 ago. 2016. Disponível em: < https://www.opopular.com.br/editorias/cidades/lei-permite-venda-de-becos-e-vielas-em-goi%C3%A2nia-1.1140711 >. Acesso em: 31 set. 2016.

PATETTA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Ed. USP; Nobel, 1987. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp137173.pdf >. Acesso em: 19 set. 2016.

PIÑON, Hélio. *Teoria do projeto*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2006.

REGINO, Aline Nassaralla. *Eduardo Kneese de Mello*: do eclético ao moderno. 2011. Tese (Doutorado em Projeto de Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16138/tde-31012012.../ tese_aline_regino.pdf >. Acesso em: 1º maio 2016.

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. *Goiânia*: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes. Goiânia: Ed. UCG, 2004.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. Inventário geral do patrimônio ambiental e cultural: metodologia. *Cadernos do IGEPAC-SP*, São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, v. 1, 1986.

SILVA NETO, Eurípedes Afonso da. *Goiânia*: casa moderna: 1950, 1960, 1970. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, DF, 2010.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil*: 1900-1990. São Paulo: Edusp, 1997.

STERNAU, Susan A. *Art deco:* flights of artistic fancy. New York: Smithmark, 1997.

TREVISAN, Ricardo. *Cidades novas*. 2009. 338 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UnB, Brasília, 2009. Disponível em: <http://pct.capes.gov.br/teses/2009/53001010042P8/TES.PDF>. Acesso em: 19 jul. 2016.

UNES, Wolney. *Identidade art déco de Goiânia*. São Paulo: Ateliê Editorial; Goiânia: Ed. UFG, 2001.

UNESCO. *Recomendações sobre a paisagem histórica urbana*. 2011. Disponível em: < http://psamlisboa.pt/wp-content/ uploads/2014/03/UNESCO_RECOMENDACAO.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2016.

VAZ, Maria Diva Araújo Coelho. *Transformação do centro de Goiânia*: renovação ou reestruturação? 2002. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

VAZ, Maria Diva Araújo Coelho; ZÁRATE, Maria Heloísa Veloso. A experiência moderna no cerrado goiano. *Arquitextos*, São Paulo, ano 6, n. 067.05, Vitruvius, dez. 2005. Disponível em:< http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.067/399>. Acesso em: 17 nov. 2013.

VAZ, Maria Diva A. C.; ZÁRATE, Maria Heloisa V. E. Sobre a arquitetura moderna em Goiânia. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 6., 2005, Niterói. *Anais...* Niterói: ArqUrb/UFF, 2005.

VELOSO E ZÁRATE, Halina; PANTALEÃO, Sandra Catharinne. O território de Goiânia como objeto historiográfico. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 13., 2014, Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF: Universidade Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014. Disponível em: <http://www.shcu2014.com.br/content/territorio-goiania-como-objeto-historiografico>. Acesso em: 31 set. 2016.

VIEIRA, Sulamita Suilank Simão. *Arquitetura moderna em Goiânia nos anos 50.* 1990. Monografia (Curso de Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 1990.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. O moderno como opção estilística: a gradual assimilação das linguagens despojadas de ornamentos na arquitetura residencial do bairro Jardim América em São Paulo nas décadas de 20 a 40. SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 11., 2016, Recife. *Anais...* Recife, 2016. Disponível em: < http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Silvia_wolff.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

ZEIN, Ruth V. Brutalismo, sobre sua definição (ou, de como um rótulo superficial é, por isso mesmo, adequado). *Arquitexto*, n. 84, 2007. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.084/243>. Acesso em: 15 jun. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A - FICHA ORIENTADORA DA PESQUISA DE CAMPO, REGIÃO CENTRAL

Endereço	
COMPOSIÇÃO DOS EDIFÍCIOS DE INTERESSE	
ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS PREDOMINANTES *Verificar se há o predomínio dos elementos listados abaixo. Descrever quais (Se for observado predomínio de mais de um elemento descrever abaixo).	
ALPENDRE/TIPO DE COBERTURA/COROAMENTO/CORES, REVESTIMENTOS, TEXTURAS/RELAÇÃO DE CHEIOS E VAZIOS/RELAÇÃO DE ABERTURAS/VOLUMETRIA	
LINGUAGEM	
QUALIDADES TECTÔNICAS Horizontalidade ou verticalidade/densidade ou leveza	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO	
RELAÇÃO DO EDIFÍCIO COM A RUA	
TRATAMENTO DO RECUO Possui jardim? É pavimentado? Possui garagem? Como é o pavimento do recuo (mosaico, concreto etc.)? Como é o pavimento da calçada?	
Permeabilidade visual Descreva os fechamentos	
Escala Como a escala dos edifícios de interesse se relaciona com a escala observada no entorno?	
DINÂMICA DA PAISAGEM	

INDICADORES DE TRANSFORMAÇÃO Existem elementos ou fatores indicativos de uma mudança em andamento ou sedimentada na área de análise? Quais? Que mudanças trouxeram?	
PREDOMÍNIO DE USOS Existe predomínio de algum uso na região? Existe uma evidente mudança de usos? **.** Em caso afirmativo, qual (comercial, residencial, de transição etc.)? Caso não exista, o que pode ser observado com relação a essa heterogeneidade?	
ATMOSFERA GERAL E ELEMENTOS DA PAISAGEM	
PREDOMÍNIO DE LINGUAGEM **.** Existe algu ma linguagem predominante? **.** Em caso afirmativo, qual? Como ela se apresenta? Caso não exista, o que pode ser observado com relação às linguagens dos edifícios da região?	
ELEMENTOS URBANOS **.** Semáforos, totens, bancos, lixeiras etc. **.** Existe um padrão? Se apresentam de forma constante etc.?	
ARBORIZAÇÃO URBANA **.** Existe um padrão? Se apresenta de forma constante? Qual o porte predominante? Onde predominam? (Recuos frontais? Calçada? Quintais?)	
ASPECTOS SUBJETIVOS	
PERCEPÇÃO **.** Como é a atmosfera do lugar? Circulam muitas pessoas pelas ruas? E carros? **.** As pessoas parecem se conhecer? Se cumprimentam? São moradores da região? Transeuntes? **.** O local aparenta ser seguro? (As casas têm grades e cercas elétrica?). **.** Existe preocupação com a segurança? **.** Os jardins são cuidados? **.** A rua é de trajeto agradável? **.** Existe algum elemento atrativo na paisagem? Ou lugares públicos que favoreçam encontros e trocas?	

*Elaborada com base nas considerações de Kohlsdorf (2006) e adaptada para contexto desta pesquisa.

Autoria: Equipe de pesquisa.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

APÊNDICE B - QUADRO COM ORIENTAÇÕES RELATIVAS AOS ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS DURANTE A PESQUISA DE CAMPO: SETOR SUL. PARTE 1 E 2

ORIENTAÇÕES PARA A LEITURA DA PAISAGEM[1] **CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS E ASPECTOS SUBJETIVOS DO LUGAR – Parte 1**	
Objetivo geral: • Observar e registrar os aspectos morfológicos e os aspectos subjetivos (imateriais) da paisagem, considerando elementos componentes da formação do lugar. • Caracterizar o sítio considerado segundo atributos perceptíveis por quaisquer indivíduos que o percorram (Kohlsdorf, 2006). Caminhar pelo sítio identificando as diferentes temporalidades e fatores de transformação registrados nas formas e arranjos espaciais.	
Elementos a serem considerados na leitura da paisagem	**Produto**
1) SELEÇÃO DE PERCURSOS SIGNIFICATIVOS: seleção de percursos significativos para a exposição cotidiana da identidade da área considerada	Mapa temático geral da área estudada
2) REGISTRO SEQUENCIAL: EVENTOS GERAIS ▪ Bens de interesse ▪ Marcos e monumentos ▪ Vazios urbanos ▪ Campos visuais: avaliação da sequência mediante suas possibilidades de oferecer características fundamentais da identidade dos lugares ▪ Barreiras ▪ Limites	Mapas temáticos de registro de dados. Registro fotográfico. Leitura geral da região em croquis e desenhos: plantas baixas e silhuetas. Valoração dos bens. Relatórios.
3) IDENTIFICAÇÃO DO CARÁTER EXPRESSIVO/ SIMBÓLICO: ▪ Complexidade x simplicidade ▪ Contraste x similaridade ▪ Dominância x continuidade ▪ Acolhimento	
4) IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS VISUAIS TOPOCEPTIVOS: ▪ Proximidade ▪ Semelhança ▪ Realce figura-fundo (centralidade: significa foco de atenção) ▪ Escala/gabarito (proporção horizontal x vertical – evoca contraste, desigualdade, hierarquia?)	
5) QUALIDADES TECTÔNICAS ▪ Verticalidade x horizontalidade ▪ Massividade x leveza ▪ Porosidade x densidade ▪ Igualdade x distinção, leve x pesado, ▪ Transparência x opacidade ▪ Tipo de linha predominante ▪ Sensações empáticas dos materiais: telúrico, aconchegante ▪ Cores e texturas (características dos edifícios, monumentos, mobiliário urbano, vias e vegetação)	

ORIENTAÇÕES PARA A LEITURA DA PAISAGEM* **CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS E ASPECTOS SUBJETIVOS DO LUGAR – PARTE 2**	
6) **LINGUAGEM** Existe predomínio de linguagem, cores, tipologia?	
7) **PREDOMÍNIO DE USOS**: há o predomínio de algum uso na região? ▪ Se sim, qual (comercial, serviço, residencial, de transição etc.)? ▪ Caso não haja, o que pode ser observado em relação a essa heterogeneidade?	
8) **ELEMENTOS URBANOS** ▪ Semáforos, totens, bancos, lixeiras etc. Existe um padrão? Se apresentam de forma constante etc.?	
9) **ARBORIZAÇÃO URBANA** ▪ Frequência e porte das árvores das calçadas e praças ▪ Vegetação das áreas verdes: porte, quantidade, manutenção. Existe um padrão? Se apresentam de forma constante etc.? ▪ Vegetação nos recuos frontais das casas: existem jardins nesses recuos? Boa permeabilidade do solo? Permeabilidade visual para os jardins?	
10) **RELAÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS COM A RUA** ▪ Observações relativas à implantação do edifício. ▪ Observar afastamentos laterais e frontais: estão respeitados? ▪ Possui jardim? É pavimentado? Como foi feito o fechamento? Como é o pavimento do recuo (mosaico, concreto etc.)? Como é o pavimento da calçada? Possui garagem?	
11) ASPECTOS SUBJETIVOS ▪ Como é a atmosfera do lugar? Circulam muitas pessoas pelas ruas? E carros? ▪ As pessoas parecem se conhecer? Se cumprimentam? São moradores da região? Transeuntes? ▪ O local aparenta ser seguro? (As casas têm grades e cercas elétricas?). Existe preocupação com segurança? ▪ Os jardins são cuidados? ▪ A rua é de trajeto agradável? ▪ Existe algum elemento atrativo na paisagem? ▪ Existe a presença de fatores de transformação na região? De que tipo? ▪ É possível notar manifestações culturais no bairro? ▪ Existem feiras? Festas típicas? ▪ Existem manifestações espontâneas de ocupação do espaço para lazer ou cultura?	

Autoria: Equipe de pesquisa. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

APÊNDICE C - PLANILHA DE VALORAÇÃO DE CONJUNTOS: SETOR CENTRAL

CONJUNTO	BEM ISOLADO	DESCRIÇÃO GERAL	GRADAÇÃO DE VALOR	VALOR	VALOR MÁXIMO
• Excepcionalidade dos bens do conjunto	• Excepcionalidade do bem	• Importância arquitetônica/ expressividade da linguagem	Muito expressiva	**2**	**2**
			Expressiva	**1**	
			Pouco expressiva	**0**	
• Reversibilidade de danos	• Reversibilidade de danos	• Possibilidade de estabelecer regras de ocupação que valorizem o conjunto /ou/ Possibilidade de recuperação das alterações feitas	Reversibilidade alta	**2**	**2**
			Reversibilidade parcial	**1**	
			Reversibilidade baixa	**0**	
• Ambiência	• Ambiência	• Quanto ao uso	Doméstica	**1**	**1**
			Transição	**0,5**	
			Variada	**0,25**	
		• Potencial de risco (indicadores de transformação e outros)	Alto risco	**1**	**1**
			Risco moderado	**0,5**	
			Baixo risco	**0,25**	
			Sem risco	**0**	
• Estado de conservação dos bens	• Estado de conservação do bem		Bom	**1**	**1**
			Precário	**0,50**	
			Em arruinamento	**0,25**	
			Arruinado	**0**	
• Estado de preservação	• Estado de preservação		Íntegro	**3**	**3**
			Pouco alterado	**2**	
			Alterado	**1**	
			Descaracterizado	**0**	
Valoração máxima					**10**
Valoração do conjunto Valores: 7,0 - 10,0 = A; 6,9 - 5,9 = B; 4,9 - 0,0 = C					**A**

Autoria: Equipe de pesquisa. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

APÊNDICE D - TABELA DE VALORAÇÃO DE BENS E ENVOLTÓRIA DO SETOR SUL

ANÁLISE ENVOLTÓRIA	BEM ISOLADO	DESCRIÇÃO GERAL		VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO
• Expressividade do trecho em análise: importância quanto à expressividade de bens, ambiência doméstica, presença de vegetação	• Expressividade do bem	• Importância arquitetônica/ expressividade da linguagem	Muito expressiva	**2**	**2**
			Expressiva	**1**	
			Pouco expressiva	**0**	
• Traçado respeitado	• Relação com o traçado	• Ocupação/ relação com o traçado original da urbanização	Ocupação original mantida	**1**	**1**
			Pouca alteração	**0,5**	
			Alteração significativa de implantação	**0**	
		• Permeabilidade visual	Boa permeabilidade	**1**	**1**
			Pouca permeabilidade	**0,5**	
			Sem permeabilidade	**0**	
• Usos respeitados (praças e áreas verdes)	• Envoltória	• Quanto ao uso	Mantido	**1**	**1**
			Em transformação	**0,5**	
			Transformado	**0,25**	
			Totalmente descaracterizado	**0**	
		• Potencial de risco (indicadores de transformação e outros)	Alto risco	**1**	**1**
			Risco moderado	**0,5**	
			Baixo risco	**0,25**	
			Sem risco	**0**	
• Estado de conservação	• Estado de conservação do bem		Bom	**1**	**1**
			Precário	**0,50**	
			Em arruinamento	**0,25**	
			Arruinado	**0**	
• Estado de preservação	• Estado de preservação		Integro	**3**	**3**
			Pouco alterado	**2**	
			Alterado	**1**	
			Descaracterizado	**0**	
Valores	Valoração máxima dos bens isolados				**10**
Conceitos adotados na valoração dos conjuntos: 7,0 - 10,0 = A; 6,9 - 5,9 = B; 4,9 - 0,0 = C					

Autoria: Equipe de pesquisa. Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

ANEXO A - FICHA MODELO M3.01

Ministério da Cultura - IPHAN	Módulo 3 – Cadastro	M3
Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão	Cadastro Geral/ Informações Básicas	01

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)	
Recorte Temático (Identificação do estudo)	
Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)	**Código Identificador (Iphan)**

LOCALIZAÇÃO DO BEM (Objeto de preenchimento da ficha)

UF	Município	Localidade

Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)	Código Postal

Coordenadas Geográficas	Latitude	Longitude	Altitude [m]	Erro Horiz. [m]

	CATEGORIA		PROTEÇÃO EXISTENTE		PROTEÇÃO PROPOSTA	IMAGEM
	sítio/conjunto histórico		patrimônio mundial		patrimônio mundial	
	bem arqueológico		federal/ individual		federal/ individual	
	bem paleontológico		federal/ conjunto		federal/ conjunto	
	patrimônio natural		estadual/ individual		estadual/ individual	
	jardim histórico		estadual/ conjunto		estadual/ conjunto	
	patrimônio naval		municipal/ individual		municipal/ individual	
	bem imóvel		municipal/ conjunto		municipal/ conjunto	
	bem móvel/integrado		entorno de bem protegido		entorno de bem protegido	
	outra:		nenhuma		nenhuma	
	CONTEXTO		Tipo:		Tipo:	
	rural					
	urbano		**PROPRIEDADE**		**ESTADO DE PRESERVAÇÃO**	**ESTADO DE CONSERVAÇÃO**
	entorno preservado		pública		íntegro	bom
	entorno transformado		privada		pouco alterado	precário
	forma conjunto		mista		muito alterado	em arruinamento
	bem isolado		outra:		descaracterizado	arruinado

PREENCHIMENTO

Entidade Responsável		Data
Técnico Responsável		

DADOS HISTÓRICOS

Identificação do Proprietário	
Nome	Contatos

Informações Históricas (síntese)

Outras informações (especializadas, temáticas...)			

Autoria: IPHAN/GO.
Fonte: LAU/FAV/UFG; IPHAN/GO.

Ministério da Cultura - IPHAN	Módulo 3 – Cadastro	M3
Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão	Bem Imóvel - Arquitetura	02

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)	
Recorte Temático (identificação do estudo)	
Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)	**Código Identificador (Iphan)**

USO	
original	Residencial
atual	Residencial

TIPOLOGIA	
	religiosa
	civil de função privada
	civil de função pública
	militar
	industrial
	ferroviária
	outra:

DATA DE CONSTRUÇÃO

	plano
	acidentado
	aclive
	declive

NÚMERO DE PAVIMENTOS	
Acima da rua	
Abaixo da rua	

Outros	altura	uso
Sótão		
Porão		

ALTURAS [m]	
Do pavimento térreo	
Do primeiro pavimento	
Outra: Medidas aproximadas.	

PLANTA/CROQUI DE SITUAÇÃO	**PLANTA/ CROQUI DE IMPLANTAÇÃO**

IMAGENS/ CROQUIS DAS FACHADAS	

BREVE DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA

PAREDES EXTERNAS	
Estruturas, Materiais e Acabamentos	

COBERTURA	
Estruturas, Materiais e Acabamentos	

ABERTURAS E ELEMENTOS INTEGRADOS	
Portas (molduras, esquadrias, etc...)	
Janelas (molduras, esquadrias, etc...)	
Elementos Integrados	

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO EXISTENTE

Tipo de planta	Escala	Quantidade	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)

OUTROS LEVANTAMENTOS E FONTES DE INFORMAÇÃO

Levantamento Fotográfico	Quantidade	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)

Outros (nomear)	Localização e base disponível (digital, papel, etc...)	Data (dd/mm/aaaa)

Preenchimento	Responsável		Data	

Autoria: IPHAN/GO. Fonte: LAU/ FAV/UFG; IPHAN/GO.

ANEXO C - FICHA MODELO M3.01

Ministério da Cultura - IPHAN Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão	Módulo 3 - Cadastro Bem Imóvel - Arquitetura/ Caracterização Interna	M3 03

IDENTIFICAÇÃO

Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

GOIÂNIA – SETOR CENTRAL

Recorte Temático (identificação do estudo)

ARQUITETURA RESIDENCIAL – ECLÉTICO TIPOLÓGICO NORMANDO

Identificação do Bem – (denominação oficial/ denominação popular/ outras denominações)	Código Identificador (Iphan)

CÔMODOS

	Uso original	Uso atual
01		
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		

PLANTA/ CROQUI DE PLANTA BAIXA

DIVISÓRIAS (copiar quantas linhas forem necessárias)

Tipo/ material	Cômodos (numerar)	Acabamentos (descrever)

PISOS (copiar quantas linhas forem necessárias)

Tipo/ material	Cômodos (numerar)	Acabamentos (descrever)

FORROS (copiar quantas linhas forem necessárias)

Tipo/ material	Cômodos (numerar)	Acabamentos (descrever)

OBSERVAÇÕES (modificações, marcas, etc...)

BENS MÓVEIS E INTEGRADOS DE INTERESSE (mobiliário, quadros, peças de arte, escadas, guarda-corpos, pinturas murais, etc...)

SELEÇÃO DE IMAGENS DO INTERIOR E DETALHES (repetir tantas linhas quantas forem necessárias)

Preenchimento	Responsável		Data	

Autoria: IPHAN/GO. Fonte: LAU/ FAV/UFG; IPHAN/GO.



AGRADECIMENTOS

Adriano J. L. Carvalho
Allyson Ribeiro e Silva Cabral
Ana Maria Lisboa Cesariano de Paula
Antônio Lúcio Pinheiro Ferrari
Aparecida Alves Bueno
Arnaldo Cardoso Freire
Arnaldo Mascarenhas Braga
Beatriz Otto de Santana
Déborah Aires Souto
Eduardo Antunes Scartezini
Elza Machado Sant'Ana
Escola de Artes e Arquitetura (EAA) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO)
Fábio Ferreira de Lima
Filomena Costa de Oliveira
Francisco José Santos Áurea
Fundação Biblioteca Nacional – Brasil
Fundação de Amparo à Pesquisa (FUNAPE) – Universidade Federal de Goiás (UFG)
Haig Artur Berberian
Hélio de Oliveira Júnior
Hernalde Luiz de Menezes
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Irayldes Duarte Cunha Freitas
Juliano de Barros Araújo
Juliana Velasco
Kurt Luiz Geyer Fichtenberg
Lucas Jordano de Melo Barbosa
Maria Auxiliadora P. Marcondes Silva
Maria das Graças Rocha Simiema
Maria Helena Corrêa
Marianne Carrijo Cardoso
Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO)
Morwam Georges Bittar
Museu da Imagem e do Som de Goiás (MIS-GO)
Oliro de L. Souza
Paulo Célio Machado
Patrícia Natalina Amorim Libonati
Romildo Guerrante
Salma Saddi Waress de Paiva
Sebastião Lucas Resende
Sheila L. Corrêa
Silvia Tereza dos Santos Berto
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Goiânia (SEMDUS)
Secretaria de Planejamento Habitacional de Goiânia (SEPLANH)
Waldomiro Bariani Ortêncio
Virgílio Monteiro do Nascimento
Zênia de Faria

Crianças na Rua 75, Setor Central.
Foto: Romildo Guerrante, 1958.
Fonte: Acervo desse Autor.



CRÉDITOS DAS IMAGENS

Os autores e fontes das imagens foram citados no corpo do texto. No caso das fotografias, desenhos e mapas identificados como sendo responsáveis os componentes da equipe de pesquisa, seus autores são os seguintes:

FOTOGRAFIAS

Aline Izabella de O. Lopes
Amanda Karolyne Sousa
Ana Carla Paiva
Danielle Radis Alves
Gabrielle Ribeiro Costa
Guilherme Ferreira
Julia Macedo Monteiro
Laís Oliveira
Lívia Maria Pereira da Silva Moreira
Márcia Guerrante Tavares
Marília Pereira Santos
Maryan Shahin Acosta Nascimento
Mayra de Paula Nascimento Almeida
Renata Lima Barros
Roberto Cociello Neto

MAPAS

Amanda Karolyne Sousa
Danielle Radis Alves
Gabrielle Ribeiro Costa
Julia Macedo Monteiro
Marília Pereira Santos
Mayra de Paula Nascimento Almeida
Renata Lima Barros

DESENHOS

Coordenação:
Lívia Maria Pereira da Silva Moreira

GRAFICAÇÃO

Elana da Silva Romualdo
Gabrielle Ribeiro Costa
Laís Oliveira
Lívia Maria Pereira da Silva Moreira
Roberto Cociello Neto

REVISÃO E TRATAMENTO DAS IMAGENS

Bruno Portilho Neves
Julia Macedo Monteiro
Lívia Maria Pereira da Silva Moreira
Renata Lima Barros





Este livro foi composto com as famílias das fontes *Trajan* e *Garamond*.

APOIO

FUNAPE
Fundação de Apoio à Pesquisa

Ministério Público do Estado de Goiás

REALIZAÇÃO

Fav
FACULDADE DE ARTES VISUAIS | UFG

UFG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

IPHAN

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA

MINISTÉRIO DO TURISMO

PÁTRIA AMADA BRASIL
GOVERNO FEDERAL